



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA**  
**Seção de Licitações**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 33/2023**

**PREÂMBULO**

O Tribunal Regional Eleitoral da Bahia – TRE-BA, por meio de seu Pregoeiro, designado pela [Portaria n.º 829, de 24 de outubro de 2022](#), torna público que realizará licitação, na modalidade Pregão Eletrônico, para contratação de empresa especializada na prestação de serviços continuados de manutenção predial preventiva e corretiva dos sistemas, equipamentos e das instalações dos imóveis sob a responsabilidade da Justiça Eleitoral localizados no município de Salvador, aí incluído o sistema de CFTV, compreendendo a alocação de postos de serviço, o fornecimento de materiais e peças de consumo básicos, a disponibilização de equipamentos e ferramental necessários à execução dos serviços, o fornecimento eventual de peças, materiais, componentes e equipamentos de reposição.

Esta licitação, autorizada no Sistema Eletrônico de Informações (SEI), processo nº 0016681-25.2021.6.05.8000, será regida pela Lei nº 10.520/2002, pela Lei Complementar nº 123/2006, pelos Decretos n.ºs 3.555/2000, 10.024/2019 e 8.538/2015, pela Instrução Normativa/MPOG nº 03/2018, pela Resolução/TSE nº 23.702/2022, pela Instrução Normativa nº 4/2023 da Diretoria Geral do TRE-BA e pelas condições constantes neste Edital, aplicando-se subsidiariamente a Lei Federal nº 8.666/93 e a Instrução Normativa/MPOG/SLTI nº 05/2017.

**SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO**

**Dia:** 20.11.2023

**Hora:** 14h (horário de Brasília/DF)

**Pregoeiro:** Gilson Soares da Conceição

**E-mail:** selic@tre-ba.jus.br. **Telefone:** (71) 3373-7318

**Endereço Eletrônico:** [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras) (Portal de Compras do Governo Federal)

**Código UASG:** 70013

**ADJUDICAÇÃO:** Global.

**OBSERVAÇÃO:** Ocorrendo decretação de feriado ou outro fato superveniente que impeça a realização desta licitação na data previamente fixada, o evento será automaticamente transferido para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário, independentemente de prévia comunicação pelo Pregoeiro.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA**  
**Seção de Licitações**

**NOTAS IMPORTANTES**

**As Licitantes deverão prestar especial atenção às seguintes disposições do Edital:**

- 1. Cláusula Oitava, da minuta do contrato (Anexo IV, deste Edital).** Trata das provisões de encargos trabalhistas, nos termos da Instrução Normativa n.º 4/2023 da Diretoria Geral do TRE-BA (**Anexo V, deste Edital**). Ela disciplina os procedimentos para retenção dos valores de encargos trabalhistas, previdenciários e outros diretamente dos pagamentos devidos à Contratada, e seu depósito em conta vinculada bloqueada para movimentação.
- 2. Seção XVII, do Edital, e Cláusula Décima Primeira, da minuta do Contrato.** Tratam das penalidades a serem aplicadas às licitantes que cometerem atos ilícitos na Licitação ou durante a execução do Contrato. Conforme Acórdão 754/2015, do Tribunal de Contas da União, o gestor público poderá ser responsabilizado, penal e administrativamente, pela omissão na aplicação de sanções às licitantes que pratiquem atos ilícitos na licitação ou na execução do contrato, tais como não manter a proposta, não encaminhar documento de habilitação ou encaminhar documentação falsa etc.

**Despesa e recursos orçamentários**

A despesa total com a execução do objeto desta licitação é estimada em R\$ 6.684.141,30 (seis milhões, seiscentos e oitenta e quatro mil cento e quarenta e um reais e trinta centavos), conforme orçamento estimativo e valor(es) máximo(s) admitido(s) para contratação, constantes do Anexo II deste Edital.

A despesa correrá à conta de recursos consignados ao TRE-BA no Orçamento Geral da União, Programa de Trabalho: 02.122.0033.20GP.0029 - “Julgamento de Causas e Gestão Administrativa da Justiça Eleitoral - no Estado da Bahia”. Natureza da Despesa: - 3.33.90.37.04 - Manutenção e Conservação de Bens Imóveis.

**Anexos**

**I – Termo de Referência**

**A – Endereços dos Locais para Prestação dos Serviços**

**B – Detalhamento dos Equipamentos que Compõem os Sistemas das Edificações**

**C – Plano de Manutenção, Operação e Controle - PMOC**

**II – Orçamento Estimativo/Valor Máximo Admitido para Contratação**

**III – Modelo de Planilha de Custos e Formação de Preços**

**IV – Minuta do Contrato**

**V – Instrução Normativa nº 4/2023 da Diretoria Geral do TRE-BA**



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA**  
**Seção de Licitações**

VI – Acordo Judicial

**SECÃO I – DO OBJETO DA LICITAÇÃO**

**1.1.** A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa especializada na prestação de serviços continuados de manutenção predial preventiva e corretiva dos sistemas, equipamentos e das instalações dos imóveis sob a responsabilidade da Justiça Eleitoral localizados no município de Salvador, aí incluído o sistema de CFTV, compreendendo a alocação de postos de serviço, o fornecimento de materiais e peças de consumo básicos, a disponibilização de equipamentos e ferramental necessários à execução dos serviços, o fornecimento eventual de peças, materiais, componentes e equipamentos de reposição. Os serviços incluem, ainda, a supervisão, assessoramento e responsabilidade técnica, integrada com efficientização energética, incluídos no custo da mão-de-obra, visitas técnicas dos responsáveis técnicos da Contratada, bem como a inspeção termográfica, o tratamento químico de água, a análise da qualidade do ar interno, a análise de óleo de resfriadores de líquido (chiller), a limpeza e desinfecção dos dutos do sistema de refrigeração, a limpeza e desinfecção de reservatórios de água (subterrâneos e elevados), a disponibilização de equipamentos especiais (plataformas elevatórias articuladas, caminhão muque e andaime fachadeiro entre outros), a prestação de serviços eventuais, tais como marcenaria, impermeabilização e vidraçaria, e o fornecimento e manutenção de software de gerenciamento de manutenção, conforme as especificações e condições estabelecidas no Anexo I do Edital – Termo de Referência.

**1.2.** Havendo divergência entre as descrições do CATSER e as constantes neste edital (Anexo I), prevalecerão as últimas.

**SECÃO II – DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO**

**2.1.** A sessão deste pregão será pública e realizada em conformidade com as condições estabelecidas neste Edital, na data, no horário e no endereço eletrônico indicados no preâmbulo.

**2.2.** Poderão participar deste pregão eletrônico as **licitantes** que atendam às condições deste Edital e seus Anexos, inclusive quanto à documentação, e estejam devidamente credenciadas, por meio do sítio [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras), para acesso ao Portal de Compras do Governo Federal.

**2.3.** O credenciamento da licitante e sua manutenção dependerão de registro prévio e atualizado no **SICAF - Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores**.

**2.4.** Como requisito para participação no pregão eletrônico, a **licitante** deverá manifestar, em campo próprio do Sistema, o pleno conhecimento e o atendimento às exigências de habilitação do presente Edital.

**2.5.** Para as Microempresas (ME) ou Empresas de Pequeno Porte (EPP), aplicam-se a Lei Complementar nº 123/2006 e o Decreto nº 8.538/2015.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA**  
**Seção de Licitações**

**2.6.** As microempresas ou empresas de pequeno porte que desejarem fazer jus aos benefícios previstos na Lei Complementar nº 123/2006 deverão declarar, em campo próprio do Sistema, que atendem aos requisitos do art. 3º da referida Lei.

**2.7.** A declaração falsa relativa à proposta de preços e ao cumprimento dos requisitos de habilitação e do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006 sujeitará a licitante às sanções previstas na legislação.

**2.8.** Não poderão participar desta licitação:

- a) empresário e sociedade empresária ou simples suspensos de participar de licitação e impedidos de contratar com o TRE-BA, durante o prazo da sanção aplicada;
- b) empresário e sociedade empresária ou simples declarados inidôneos para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação;
- c) empresário e sociedade empresária ou simples impedidos de licitar e contratar com a União, durante o prazo da sanção aplicada;
- d) empresário e sociedade empresária ou simples proibidos de contratar com o Poder Público, em razão do disposto no art. 72, § 8º, V, da Lei nº 9.605/98;
- e) empresário e sociedade empresária ou simples proibidos de contratar com o Poder Público, nos termos do art. 12 da Lei nº 8.429/92;
- f) quaisquer interessados enquadrados nas vedações previstas no art. 9º da Lei nº 8.666/93;
  - f.1)** Considera-se “participação indireta” a que alude o art. 9º da Lei nº 8.666/93 a participação no certame de sociedade empresária ou simples em que uma das pessoas listadas no mencionado dispositivo legal figure como sócia, pouco importando o seu conhecimento técnico acerca do objeto da licitação ou mesmo a atuação no processo licitatório.
- g) sociedade estrangeira não autorizada a funcionar no País;
- h) empresário e sociedade empresária ou simples cuja inscrição, contrato social ou estatuto indique objeto que não seja pertinente e compatível com o objeto deste **Pregão**;
- i) empresário e sociedade empresária ou simples que se encontrem em processo de dissolução, recuperação judicial, recuperação extrajudicial ou falência;
  - i.1)** As entidades em recuperação judicial poderão participar desta licitação quando amparadas em certidão emitida pela instância judicial competente, que certifique que a interessada está apta, econômica e financeiramente, a participar de procedimento licitatório nos termos da Lei nº 8.666/1993 (Acórdão TCU nº 8.271/2011 – 2ª Câmara) e art. 58 da Lei nº 11.101/2005 (Lei de Falências).



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA**  
**Seção de Licitações**

- j) sociedades integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendidas aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum, exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum;
  - k) consórcio de empresas, qualquer que seja sua forma de constituição;
  - l) Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – Oscips;
  - m) cooperativas de mão de obra, nos termos do Acordo Judicial entre MPT e AGU constante do Anexo VI deste Edital.
- 2.9.** Os documentos apresentados nesta licitação deverão:
- a) estar em nome da licitante, com um único número de CNPJ;
  - b) estar no prazo de validade estabelecido pelo órgão expedidor.

**SEÇÃO III – DO CREDENCIAMENTO**

**3.1.** A **licitante** deverá credenciar-se no sistema “Pregão Eletrônico”, no sítio [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras) (Portal de Compras do Governo Federal), observado o seguinte:

- a) o credenciamento far-se-á mediante atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico;
- b) a perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas imediatamente ao provedor do sistema para imediato bloqueio de acesso;
- c) o credenciamento da licitante ou de seu representante perante o provedor do sistema implicará responsabilidade legal pelos atos praticados e presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

**3.2.** O uso da senha de acesso ao sistema eletrônico é de inteira e exclusiva responsabilidade da licitante, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao órgão promotor da licitação responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

**3.3.** A **licitante** responsabilizar-se-á por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas, assim como os lances inseridos durante a sessão pública.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA**  
**Seção de Licitações**

**SEÇÃO IV – DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA ELETRÔNICA DE PREÇOS E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

**4.1.** A **licitante** deverá encaminhar proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, exclusivamente por meio eletrônico, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

**4.1.1.** A etapa de que trata a condição acima será encerrada automaticamente com a abertura da sessão pública.

**4.1.2.** As licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

**4.1.3.** A licitante poderá deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF, assegurado às demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes do sistema.

**4.1.4.** As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar, nesse momento, a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

**4.2.** A **licitante** deverá consignar, na forma expressa no sistema eletrônico, o **VALOR TOTAL para prestação do serviço, englobando todo o período da contratação (24 MESES)**, já considerados e inclusos todos os tributos, fretes, tarifas e demais despesas decorrentes da execução do objeto.

**4.2.1.** A proposta deverá conter a discriminação do objeto, com as especificações descritas no **Anexo I** deste Edital.

**4.3.** A **licitante** declarará, em campo próprio do sistema, o cumprimento dos requisitos para a habilitação e a conformidade de sua proposta com as exigências do Edital.

**4.4.** A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação, à conformidade da proposta ou ao enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte sujeitará a licitante às sanções previstas neste Edital.

**4.5.** Nessa etapa não haverá ordem de classificação das propostas, o que ocorrerá somente após a fase de lances.

**4.5.1** Os documentos que compõem a proposta e a habilitação da licitante mais bem classificada somente serão disponibilizados para avaliação do Pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

**4.6.** As propostas terão **validade de 60 (sessenta) dias**, contados da data de abertura da sessão pública estabelecida no preâmbulo deste Edital.

**4.7.** Decorrido o prazo de validade das propostas, sem convocação para contratação, a licitante fica liberada dos compromissos assumidos.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA**  
**Seção de Licitações**

**4.8.** A celebração do contrato após vencido o prazo estabelecido na **condição 4.6** importa em prorrogação da validade da proposta.

**4.9.** Não será aceita oferta de objeto com especificações diferentes das indicadas no Anexo I do Edital.

**SUBSEÇÃO I – DA VISTORIA PRÉVIA**

**4.10.** As empresas interessadas poderão realizar vistoria nos locais e instalações da prestação dos serviços, proceder a medições e verificar as instalações e equipamentos, de forma a obterem pleno conhecimento das condições e eventuais dificuldades para a sua execução, bem como de todas as informações necessárias para a formulação da sua proposta de preços.

**4.10.1.** A vistoria poderá ser previamente agendada junto à Seção de Manutenção Predial da Capital – SEMAP por meio dos telefones (71) 3373-7088, (71) 3373-7361 ou (71) 3373-7299 em horário de expediente do Órgão (13 às 19h, de segunda a quinta feira, e às sextas feiras de 7h30 às 13h30), até o último dia útil imediatamente anterior à data designada para a abertura da sessão pública do Pregão.

**4.10.2.** A realização da vistoria é facultativa, não se consubstanciando em condição para a apresentação de proposta, ficando as Licitantes, contudo, cientes de que após apresentação das propostas não serão admitidas, em hipótese alguma, alegações posteriores de desconhecimento dos serviços e de dificuldades técnicas não identificadas ou previstas.

**SEÇÃO V – DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA**

**5.1.** No dia e hora indicados no preâmbulo deste Edital, o **Pregoeiro** abrirá a sessão pública na internet, mediante a utilização de sua chave de acesso e senha, no sítio [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras) (Portal de Compras do Governo Federal).

**5.2.** A comunicação entre o **Pregoeiro** e as **licitantes** ocorrerá mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.

**5.3.** As propostas de preços contendo a descrição do objeto e do valor estarão disponíveis na internet.

**5.4.** A **licitante** deverá acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.

**SEÇÃO VI – DA CLASSIFICAÇÃO INICIAL DAS PROPOSTAS**

**6.1.** Após a abertura da sessão, o **Pregoeiro** verificará as propostas apresentadas e desclassificará, motivadamente, aquelas que não estiverem em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, registrando no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

**6.2.** Somente as **licitantes** com propostas classificadas participarão da fase de lances.





**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA**  
**Seção de Licitações**

**6.3.** Qualquer elemento que possa identificar a **licitante**, importará a desclassificação da proposta.

**SECÃO VII – DA FORMULAÇÃO DE LANCES**

**7.1.** Aberta a etapa competitiva, as **licitantes** classificadas poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informadas do recebimento e respectivo horário de registro e valor.

**7.2.** Na formulação de lances, deverão ser observados os seguintes aspectos:

- a)** as **licitantes** poderão oferecer lances sucessivos, observados o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas neste Edital;
- b)** a **licitante** somente poderá oferecer lance inferior ao último por ela ofertado e registrado pelo sistema;
- c)** lances iguais serão ordenados por ordem cronológica de registro no sistema, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiramente.

**7.3.** Durante a sessão pública deste pregão, as **licitantes** serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do seu detentor.

**7.4.** Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade da **licitante**, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração.

**7.5.** Nesta fase, o **Pregoeiro** poderá excluir, justificadamente, lance de valor considerado inexequível. Caso a **licitante** não concorde com a exclusão do lance, poderá encaminhá-lo novamente..

**7.6.** No caso de desconexão com o **Pregoeiro**, no decorrer da etapa competitiva, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível às **licitantes** para a recepção dos lances, retornando o **Pregoeiro**, quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.

**7.7.** Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão deste pregão eletrônico será suspensa e reiniciada somente decorridas vinte e quatro horas após a comunicação expressa do fato aos participantes no sítio [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras) (Portal de Compras do Governo Federal).

**SUBSECÃO I – MODO DE DISPUTA DE LANCES: ABERTO E FECHADO**

**7.8.** Será adotado para envio de lances, nesta licitação, o modo de disputa “aberto e fechado”, no qual as licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com possibilidade de lance final e fechado.

**7.9.** A etapa de envio de lances da sessão pública terá duração de quinze minutos, sem prorrogação. Encerrado esse prazo, o sistema encaminhará o aviso de fechamento iminente dos lances e, transcorrido o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, a recepção de lances será automaticamente encerrada.





**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA**  
**Seção de Licitações**

**7.10.** Encerrado o prazo aleatório acima previsto, o sistema selecionará:

- a)** O autor da oferta de valor mais baixo e os autores das ofertas com valores até dez por cento superiores àquela, para que possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, que será sigiloso até o encerramento desse prazo.
- b)** Na ausência de, no mínimo, três ofertas nas condições acima, os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, poderão oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, que será sigiloso até o encerramento do prazo.

**7.11.** Encerrados os prazos estabelecidos nas **alíneas a e b da condição 7.10**, o sistema ordenará os lances em ordem crescente de vantajosidade.

**7.12.** Na ausência de lance final e fechado classificado nos termos das **alíneas a e b da condição 7.10**, haverá o reinício da etapa fechada para que as demais licitantes, até o máximo de três, na ordem de classificação, possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, que será sigiloso até o encerramento deste prazo. Encerrado o prazo, o sistema ordenará os lances em ordem crescente de vantajosidade.

**7.13.** Na hipótese de não haver licitante classificada na etapa de lance fechado que atenda às exigências para habilitação, o Pregoeiro poderá, auxiliado pela equipe de apoio, mediante justificativa, admitir o reinício da etapa fechada, para as demais licitantes, seguindo o disposto na **condição 7.12**.

## **SEÇÃO VIII – DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE**

**8.1.** Após a etapa de envio de lances, haverá a aplicação dos critérios de desempate para ME/EPPs, previstos nos art. 44 e art. 45 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 (em itens não exclusivos para ME/EPP), seguido da aplicação do direito de preferência estabelecido no § 2º do art. 3º da Lei nº 8.666, de 1993, se não houver licitante que atenda à primeira hipótese.

**8.2.** Caso não haja envio de lances após o início da fase competitiva, os critérios de desempate serão aplicados nos termos da **condição 8.1**,

**8.2.1.** Na hipótese de persistir o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.

## **SUBSEÇÃO I – DA PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE**

**8.3.** Quando houver participação nesta licitação de microempresas e/ou empresas de pequeno porte, considerar-se-á empatada a proposta dessas empresas que for igual ou até 5% superior à proposta classificada em primeiro lugar. Neste caso, e desde que a proposta classificada em primeiro lugar não tenha sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte, o sistema eletrônico procederá da seguinte forma:



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA**  
**Seção de Licitações**

- a) classificação das propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se enquadrem na situação prevista na **condição 8.3**;
- b) convocação da microempresa ou empresa de pequeno porte que apresentou a menor proposta dentre as classificadas na forma na **condição 8.3, “a”**, para que, no prazo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão, apresente uma última oferta, obrigatoriamente inferior à da primeira colocada, para o desempate, situação em que será classificada em primeiro lugar;
- c) não sendo apresentada proposta pela microempresa ou empresa de pequeno porte, na situação da **condição 8.3, “b”**, ou não ocorrendo a regularização fiscal e trabalhista conforme o disposto na **condição 12.16**, ou, ainda, não ocorrendo a contratação, serão convocadas, na ordem e no mesmo prazo, as propostas remanescentes, classificadas na forma da **condição 8.3, “a”**, para o exercício do mesmo direito.

**8.4.** Caso não ocorra a contratação ou a situação prevista na **condição 8.3 e suas alíneas**, o objeto será adjudicado em favor da proposta originalmente classificada em primeiro lugar.

**SEÇÃO IX – DA NEGOCIAÇÃO**

**9.1.** Finalizada a etapa competitiva, o **Pregoeiro** deverá encaminhar contraproposta diretamente à **licitante** que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital, observado, ainda, o valor estimado para a contratação e as disposições constantes das **condições 11.11 a 11.13** deste Edital.

**9.2.** A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelas demais **licitantes**.

**SEÇÃO X – DA PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS**

**10.1.** Finalizada a fase de lances e encerrada a etapa de negociação, o **Pregoeiro** solicitará à **licitante** que ofertou o menor preço, o encaminhamento, **exclusivamente por meio eletrônico**, pela opção “enviar anexo” do Sistema, no prazo de 24 horas, arquivo contendo a(s) planilha(s) de custos e formação de preços do(s) posto(s) de trabalho envolvido(s) na contratação, conforme modelo constante do Anexo III deste Edital.

**10.2.** A planilha de custos e formação de preços deverá ser apresentada com valores em Real, em algarismos duas casas decimais e com detalhamento de todos os elementos que influam nos preços propostos para a contratação.

**10.3.** Para os tributos e encargos sociais, deverão ser obrigatoriamente obedecidos os percentuais referentes ao regime de tributação a ser adotado pela **licitante** durante a execução do contrato.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA**  
**Seção de Licitações**

**10.4.** A alíquota do Seguro de Acidente de Trabalho/Riscos Ambientais do Trabalho (SAT/RAT) deverá observar a incidência do Fator Acidentário de Prevenção (FAP).

**10.4.1.** A alteração do Fator Acidentário de Prevenção (FAP) durante a execução do contrato não será considerada para efeito de repactuação de preços, seja para redução, seja para majoração da rubrica (SAT/RAT).

**10.5.** A(s) planilha(s) de custos e formação de preços se constituirá em anexo obrigatório do contrato a ser celebrado com a **licitante** vencedora.

**10.6.** Juntamente com a(s) planilha(s) de custos e formação de preços, a **licitante** deverá encaminhar os seguintes documentos:

- a) declaração do regime de tributação que será adotado durante a execução do contrato, para o PIS e a COFINS (cumulativo ou não cumulativo), ou Simples Nacional (**somente cabível quando se tratar de serviços de limpeza e higienização, vigilância ou serviços de engenharia**);
- b) GFIP ou outro documento hábil a comprovar o Fator Acidentário de Prevenção (FAP);
- c) cópia da convenção coletiva em vigor, na forma do artigo 17, inciso IV, da Resolução nº 23.234/2010 do TSE.

**10.7.** Os documentos deverão ser enviados exclusivamente por meio eletrônico pela opção “enviar anexo”.

**10.8.** Recebidos os documentos, a sessão será suspensa para que o Pregoeiro possa fazer a análise da(s) planilha(s).

**10.9.** Caso a **licitante** não envie a cópia da convenção coletiva em vigor, ou o documento previsto na alínea “b”, da condição 10.6, será facultada ao **Pregoeiro** a realização de diligência visando suprir a omissão.

**10.9.1.** Caso não seja apresentada a declaração referida na alínea “a”, da condição 10.6, serão aceitos os percentuais indicados na(s) planilha(s) de composição de custos, devendo a **licitante** arcar com os custos efetivos do regime a que está submetida.

**10.10.** O não envio da(s) planilha(s) de custos e formação de preços importará na desclassificação imediata da proposta, sujeitando-se a **licitante** às sanções previstas neste Edital.

**10.11.** Eventuais erros no preenchimento da(s) planilha(s) não são motivo para a desclassificação da proposta, quando houver a possibilidade de ser ajustada sem a necessidade de acréscimo do preço ofertado, e desde que se comprove que este é suficiente para arcar com todos os custos da contratação.

**10.11.1.** Também não será desclassificada a proposta quando o preço global for aceitável mas o valor unitário da mão de obra (total da planilha de custos e formação de preços de um posto de trabalho) necessitar ser ajustado ao valor estimado pela Administração.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA**  
**Seção de Licitações**

**10.12.** Não implicarão a desclassificação da proposta, desde que o preço global para a prestação da totalidade dos serviços continue exequível, as seguintes situações:

- a) omissão eventual de percentuais ou valores na composição dos custos e formação do preço;
- b) discrepância entre percentuais ou valores da(s) planilha(s) de custos e formação do preço e aqueles decorrentes da legislação vigente ou convenções coletivas;
- c) indicação de salário inferior ao piso salarial estabelecido no instrumento coletivo a que esteja obrigado ou na lei.

**10.13.** O inadequado preenchimento da(s) planilha(s) de custos e formação do preço não exime a **licitante** do cumprimento da legislação vigente e das convenções coletivas, assumindo inteira responsabilidade por eventuais prejuízos.

**10.14.** Durante a execução do contrato, a **licitante vencedora** estará obrigada a comprovar o atendimento das disposições legais e das convenções coletivas.

**10.15.** A Administração não se vincula a disposições contidas em Acordos e Convenções Coletivas que estabeleçam valores ou índices de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade, uma vez que não podem ser objeto de convenção, na forma do artigo 611 da CLT.

**10.16.** Examinada(s) a(s) planilha(s), o Pregoeiro informará a **licitante** acerca dos eventuais equívocos encontrados nas diversas rubricas analisadas e que deverão ser corrigidos.

**10.17.** O Pregoeiro concederá o prazo de 24 (vinte e quatro) horas para reenvio do anexo contendo a(s) planilha(s) de custos e formação de preços corrigida(s), na forma da **condição 10.7**.

**10.17.1.** Havendo a necessidade de se promoverem outros ajustes, o prazo para reenvio do anexo contendo a(s) planilha(s) de custos e formação de preços corrigida(s) será de 2 (duas) horas, prorrogável uma única vez, por igual período.

**10.18.** A licitante deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação.

**10.18.1.** Caso a proposta comercial apresente eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos (percentuais e valores) que favoreça a contratada, esse será revertido como lucro durante o primeiro ano de vigência, procedendo-se à glosa das respectivas diferenças após esse período.

**10.18.2.** Caso a proposta comercial apresente eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos (percentuais e valores) que desfavoreça a contratada, esse será mantido durante a vigência da contratação e não será objeto de repactuação. Contudo, o cumprimento dos quantitativos fixados na legislação e na convenção coletiva será exigido pela fiscalização do contrato durante toda a sua execução.

**10.19.** Considerando tratar-se de contratação de serviços mediante cessão de mão de obra, conforme previsto no art. 31 da Lei nº 8.212, de 24.07.1991 e alterações e nos artigos 112, 115, 117 e 118, da



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA**  
**Seção de Licitações**

Instrução Normativa – RFB nº 971, de 13.11.2009 e alterações, a **licitante** Microempresa - ME ou Empresa de Pequeno Porte – EPP optante pelo Simples Nacional que venha a ser contratada não poderá beneficiar-se da condição de optante e estará sujeita à retenção na fonte de tributos e contribuições sociais na forma da legislação em vigor, em decorrência da sua exclusão obrigatória do Simples Nacional a contar do mês seguinte ao da contratação, em virtude do que dispõem os artigos 17, inciso XII, 30, inciso II, e 31, inciso II, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações.

**10.20.** A **licitante** optante pelo Simples Nacional que, por ventura, venha a ser contratada deverá, no prazo de 90 (noventa) dias, apresentar cópia dos ofícios, com comprovantes de entrega e recebimento, comunicando a assinatura do contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra (situação que gera vedação a opção por tal regime tributário) às respectivas Secretarias Federal, Estadual, Distrital e/ou Municipal, no prazo previsto no inciso II do § 1º do artigo 30 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações.

**10.21.** Caso a **licitante** optante pelo Simples Nacional não efetue a comunicação no prazo assinalado acima, o próprio Tribunal Regional Eleitoral da Bahia efetuará a comunicação à Receita Federal do Brasil - RFB, para que esta efetue a exclusão de ofício, conforme disposto no inciso I do artigo 29 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações.

**10.22.** As empresas optantes pelo Simples Nacional deverão cotar em suas propostas os tributos e respectivos percentuais a que estarão sujeitas após a sua exclusão do referido regime.

**10.23.** A vedação de realizar cessão ou locação de mão de obra, de que trata a **condição 10.19**, não se aplica às atividades de que trata o art. 18, § 5º-C, da LC 123/2006, conforme dispõe o art. 18, § 5º-H, do mesmo diploma normativo, desde que não exercidas cumulativamente com atividades vedadas.

### **SEÇÃO XI – ACEITABILIDADE DA PROPOSTA**

**11.1.** O **Pregoeiro** examinará a proposta mais bem classificada quanto à sua adequação à especificação do objeto licitado e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação, constantes, respectivamente, do Anexo I (Termo de Referência) deste Edital e do Anexo II (Orçamento Estimativo/Valor(es) Máximo(s) Admitido(s) para Contratação).

**11.2.** Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista neste Edital.

**11.3.** Não se admitirá proposta que apresente valores simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade da **licitante**, para os quais ela renuncie à parcela ou à totalidade da remuneração.

**11.4.** Não serão aceitas propostas com valor global superior ao estimado pela Administração ou com preços manifestamente inexequíveis.

**11.4.1.** Também não serão aceitas propostas com valor unitário da mão de obra (total da planilha de custos e formação de preços de um posto de trabalho) superior ao estimado pela administração.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA**  
**Seção de Licitações**

**11.4.2.** Ocorrendo a situação prevista na **condição 11.4.1**, a licitante poderá ajustar a planilha, sem aumento do preço ofertado, observando-se o disposto nas **condições 10.17 e 10.17.1**.

**11.5.** Considerar-se-á inexequível a proposta que não venha a ter demonstrada sua viabilidade por meio de documentação que comprove que os custos envolvidos na contratação são coerentes com os de mercado do objeto deste **Pregão**.

**11.6.** Havendo indícios de inexequibilidade do menor preço ofertado, o **Pregoeiro** deverá converter o processo em diligência para que a **licitante** demonstre a exequibilidade de sua proposta. Em sendo esta comprovada, a proposta será admitida. Caso contrário, a proposta será desclassificada.

**11.7.** A diligência efetuada poderá consistir em:

- a) questionamentos junto à proponente para a apresentação de justificativas e comprovações em relação aos custos com indícios de inexequibilidade;
- b) verificação de acordos, convenções coletivas ou sentenças normativas;
- c) levantamento de informações nos Ministérios do Trabalho e Emprego e da Previdência Social e consultas às Secretarias de Fazenda Federal, Distrital, Estadual ou Municipal;
- d) consultas a entidades ou conselhos de classe, sindicatos ou similares;
- e) pesquisas em órgãos públicos ou empresas privadas para verificação de contratos da mesma natureza;
- f) pesquisa de preço com fornecedores dos insumos utilizados, tais como atacadistas, lojas de suprimentos, supermercados e fabricantes;
- g) verificação de notas fiscais dos produtos adquiridos pelo proponente;
- h) levantamento de indicadores salariais ou trabalhistas publicados por órgãos de pesquisa;
- i) estudos setoriais;
- j) análise de soluções técnicas e/ou condições excepcionalmente favoráveis que o proponente detenha para a prestação dos serviços; e
- k) demais verificações que porventura se fizerem necessárias.

**11.8.** É ônus da **licitante** ter sempre à disposição documentos capazes de comprovar a exequibilidade de sua proposta.

**11.9.** Se itens do custo referentes a materiais e instalações forem cotados com preço simbólico, irrisório ou de valor zero, sem que haja indício de inexequibilidade do preço global, serão considerados renunciados se de propriedade do próprio **licitante**, em conformidade com o disposto no artigo 44, § 3º, da Lei nº 8.666/93.

**11.10.** A inexequibilidade dos valores referentes a itens isolados da planilha de custos não caracteriza motivo suficiente para a desclassificação da proposta.





**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA**  
**Seção de Licitações**

**11.11.** Se o preço constante da proposta mais bem classificada for superior ao preço estimado para a contratação, o **Pregoeiro** negociará com a **licitante**, com vista à obtenção de menor preço. A presente análise será feita após a fase de lances.

**11.12.** Ocorrendo a situação descrita na **condição 11.11** e caso a **licitante** não aceite baixar o seu preço, será este considerado excessivo e a proposta desclassificada.

**11.13.** O preço proposto no lance final, ou aquele obtido por meio de negociação, será fixo e irrevogável e nele deverão estar incluídos os tributos, fretes e demais encargos necessários à execução do objeto licitado.

**11.14.** Havendo aceitação da proposta classificada em primeiro lugar quanto à compatibilidade de preço, o **Pregoeiro** irá avaliar as condições de habilitação da **licitante**.

**SEÇÃO XII – DA HABILITAÇÃO**

**12.1.** Encerrada a etapa competitiva, bem como realizada a negociação e a aceitabilidade da melhor proposta, o Pregoeiro passará ao exame dos documentos que constam no sistema, devendo ser atendidas às seguintes exigências de habilitação:

**12.1.1.** Declaração da **licitante** de que não possui em seu quadro de pessoal empregado menor de 18 (dezoito) anos de idade, em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e de 16 (dezesesseis) anos de idade, em qualquer trabalho, salvo, quanto a este, na condição de aprendiz, a partir de 14 (catorze) anos, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal (Lei n.º 9.854/99).

**12.1.2.** Declaração de inexistência de fato superveniente e impeditivo de sua habilitação, na forma do art. 32, § 2º, da Lei n.º 8.666/93, **para as licitantes que tiverem sua regularidade atestada pelos dados do SICAF.**

**OBS.** As declarações de que tratam as **condições 12.1.1 e 12.1.2** deverão ser apresentadas por meio do campo próprio no sistema, disponível quando do envio da proposta.

**12.1.3.** Habilitação jurídica:

- a)** comprovante de inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, no caso de empresário;
- b)** ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades empresárias, acompanhado, no caso de sociedades por ações, de documentos de eleição de seus administradores;
- c)** inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades simples, acompanhada de prova da diretoria em exercício;
- d)** decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País;





**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA**  
**Seção de Licitações**

- e) ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

**e.1) Para os serviços de limpeza e desinfecção de reservatórios de água, a empresa deverá apresentar licença sanitária ou termo equivalente concedida pelo órgão sanitário competente.**

**OBS: O documento de habilitação jurídica deverá expressar objeto social pertinente e compatível com o objeto da licitação.**

**12.1.4. Regularidade fiscal:**

- a) prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);
- b) prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) – Certificado de Regularidade do FGTS (CRF);
- c) prova de regularidade com a Fazenda Nacional, mediante a apresentação da Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, nos termos da Portaria Conjunta RFB/PGFN n.º 1751/14;
- d) prova de regularidade com a Fazenda Municipal, do domicílio ou sede da licitante, mediante Certidão de Quitação de Tributos Municipais, ou certidão que comprove a regularidade com o ISS, emitida pelo órgão competente.

**12.1.5. Regularidade trabalhista:**

- a) prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

**12.1.6. Qualificação econômico-financeira:**

- a) certidão negativa de feitos sobre falência, recuperação judicial ou recuperação extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da licitante;

**a.1)** As entidades em recuperação judicial poderão participar desta licitação quando amparadas em certidão emitida pela instância judicial competente, que certifique que a interessada está apta, econômica e financeiramente, a participar de procedimento licitatório nos termos da Lei nº 8.666/1993 (Acórdão TCU nº 8.271/2011 – 2ª Câmara) e art. 58 da Lei nº 11.101/2005 (Lei de Falências).

- b) Balanço Patrimonial do último exercício social exigível, apresentado na forma da lei.

**b.1)** O último exercício social exigível será o do ano **imediatamente** anterior, no caso de transcorridos os seguintes prazos para apresentação do Balanço Patrimonial:

**b.1.1) 30 de abril**, nos termos do disposto no art. 1078 do Código Civil;



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA**  
**Seção de Licitações**

**b.1.2) Último dia útil do mês de maio**, para as licitantes obrigadas a adotar o Sistema Público de Escrituração Digital (SPED), conforme IN-RFB 1774/2017 (Acórdãos TCU-Plenário de n.<sup>os</sup> 119/2016 e 2293/18).

**12.1.6.1.** Os documentos exigidos para fins de qualificação econômico-financeira deverão comprovar o seguinte:

- a) Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC) e Solvência Geral (SG) superiores a 1;
- b) Capital Circulante Líquido - CCL ou Capital de Giro (Ativo Circulante – Passivo Circulante) de, no mínimo, 16,66% (dezesseis inteiros e sessenta e seis centésimos por cento) do **valor dos postos de trabalho proposto pela licitante para um período de 12 (doze) meses**;
- c) Patrimônio Líquido igual ou superior a 10% (dez por cento) do valor da proposta da licitante **valor dos postos de trabalho proposto pela licitante para um período de 12 (doze) meses**.

**12.1.6.2.** Serão inabilitadas as **licitantes** que apresentarem resultado menor ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de liquidez ou solvência (LG, SG, LC).

**12.1.6.3.** É vedada a substituição do Balanço Patrimonial por balancetes ou balanços provisórios.

**12.1.6.4.** Caso o exercício financeiro anterior ao da licitação esteja encerrado há mais de 3 (três) meses da data da sessão pública de abertura deste Pregão, o Balanço Patrimonial poderá ser atualizado por índices oficiais.

**12.1.7.** Qualificação técnica:

- a) Registro da empresa no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA). Caso a licitante seja de outro estado da Federação e não apresente a certidão de registro do CREA da Bahia, deverá apresentar, **antes do início do serviço**, o registro no CREA-BA, de acordo com o artigo 3º, § 1º, inciso II, da Resolução nº 1.121, de 13 de dezembro de 2019, do CONFEA.
- b) Um ou mais atestados de capacidade técnica-operacional, fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprovem a boa e regular prestação dos serviços de natureza pertinente e compatível com o objeto da contratação, com as seguintes características mínimas:
  - i) Manutenção predial, abrangendo circuitos elétricos, de lógica e sistemas hidráulicos, em instalações de edifício compatíveis com a área do edifício-sede do TRE (mínimo de 10.000 m²);
  - ii) Manutenção preventiva e corretiva de subestação de, no mínimo, 850 KVA;



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA**  
**Seção de Licitações**

- iii) Manutenção preventiva e corretiva de grupo gerador de, no mínimo, 135 KVA;
  - iv) Manutenção preventiva e corretiva em centrais de ar condicionado do tipo “resfriadoras de líquido”, com capacidade mínima de 255 TR’s;
  - v) Manutenção preventiva e corretiva em centrais de ar condicionado do tipo VRF, com capacidade mínima de 220 TR;
  - vi) Limpeza e desinfecção de dutos de distribuição de ar de sistema de climatização;
  - vii) Limpeza e desinfecção de reservatórios.
- b.1)** Não será aceito o somatório de atestados e/ou declarações para comprovar a capacidade técnica, sendo possível, contudo, a apresentação de atestado/declaração distintos para comprovar a prestação dos serviços identificados em cada item acima (a & e).
- b.2)** No que se refere ao sistema VRF instalado no Anexo III e, por se tratar de equipamentos em garantia e de tecnologia recente, a Contratada deverá comprovar, em até 60 (sessenta) dias após início dos serviços, *Carta de Credenciamento* junto à **DAIKIN**. De igual maneira, no mesmo prazo assinalado, de maneira a possibilitar a correta operação (acionamento e desligamento) bem como manutenção do sistema VRF, a Contratada deverá providenciar curso de capacitação junto à **DAIKIN** para os operadores do sistema VRF residentes no contrato (Encarregado e Técnicos de Refrigeração).
- c)** Certidão de Acervo Técnico emitida pela entidade profissional competente em nome dos responsáveis técnicos exigidos para a execução do objeto, acompanhada do respectivo atestado fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove que aqueles profissionais já executaram os seguintes serviços:
- i) Engenheiro Civil: manutenção predial de instalações e execução e/ou recuperação predial em estrutura metálica;
  - ii) Engenheiro Eletricista: operação e manutenção de instalações prediais, abrangendo circuitos elétricos e lógica em edificação com elevadores e subestação;
  - iii) Engenheiro Mecânico:
    - iii.a) Operação e manutenção de sistemas de fluidos hidráulicos e manutenção de centrais de ar condicionado do tipo resfriadora de líquido;
    - iii.b) Operação e manutenção de sistema tipo “Fluxo de Refrigerante Variável” (VRF) e condensação a ar.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA**  
**Seção de Licitações**

**c.1.** Os profissionais detentores dos atestados de responsabilidade técnica citados deverão integrar o quadro permanente da licitante na data da licitação. A comprovação de vínculo profissional com a empresa licitante poderá ser demonstrada, entre outros meios, através de carteira de trabalho, Contrato de Prestação de Serviço ou Contrato Social, ou ainda pela Certidão de Registro da licitante na entidade profissional competente, desde que nesta Certidão conste o nome do profissional, ou ainda, de declaração da contratação futura do profissional, desde que acompanhada da declaração de sua anuência.

**12.2.** As **licitantes** poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que já constem no **SICAF - Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores**, conforme § 2º do art. 26 do Decreto n.º 10.024/2019, salvo o disposto na **condição 12.1.6, alínea “b” e suas subalíneas**.

**12.3.** A licitante deve atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF, a fim de que estejam vigentes na data de abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta eletrônica, a respectiva documentação atualizada.

**12.4.** Sob pena de inabilitação, os documentos relativos à habilitação jurídica e à regularidade fiscal deverão estar em nome da licitante com o n.º do CNPJ e o endereço respectivo, conforme segue:

- a) se a licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz;
- b) se a licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial.

**12.5.** No caso das alíneas da **condição 12.4**, serão dispensados da filial aqueles documentos que, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz e vice-versa.

**12.6.** Caso a **licitante** pretenda executar o objeto desta licitação por intermédio de outro estabelecimento, matriz ou filial, conforme o caso, deverá comprovar também a sua regularidade fiscal e trabalhista, observando-se o disposto na **condição 12.5**.

**12.7.** Para a verificação da **regularidade fiscal e regularidade trabalhista**, o **Pregoeiro** poderá realizar consulta nos sites específicos na Internet, observados os atos normativos expedidos pelos órgãos públicos responsáveis pela emissão das certidões negativas ou positivas com efeito de negativa.

**12.8.** As regularidades fiscal e trabalhista poderão ser comprovadas pela apresentação de certidão positiva com efeito de negativa.

**12.9.** Quando se tratar de certidões vencíveis em que a validade não esteja expressa, serão considerados válidos os documentos expedidos nos últimos 90 (noventa) dias que antecederem à data da sessão deste certame.

**12.10.** O **Pregoeiro** efetuará, ainda, para efeitos de habilitação, consulta ao:

- a) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ, no endereço eletrônico [www.cnj.jus.br/improbidadeadm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidadeadm/consultar_requerido.php);



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA**  
**Seção de Licitações**

- b) Cadastro Nacional das Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, no endereço eletrônico: <http://portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis?ordenarPor=nome&direcao=asc>;
- c) SICAF, a fim de verificar a composição societária das empresas e certificar eventual participação indireta que ofenda ao art. 9º, inciso III, da Lei 8.666/93.

**12.10.1.** As consultas previstas nesta condição realizar-se-ão em nome da licitante e também de eventual matriz ou filial e de seu sócio majoritário.

**12.11.** Não serão aceitos “protocolos de entrega” ou “solicitações de documentos” em substituição aos documentos requeridos no presente edital e seus anexos.

**12.12.** Serão declaradas inabilitadas as **licitantes** cujos documentos não atendam aos requisitos aqui estabelecidos, observando-se os benefícios elencados neste edital para as ME/EPP.

**12.12.1.** Os documentos complementares à proposta e à habilitação, **quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados**, serão encaminhados pela licitante mais bem classificada, exclusivamente via sistema, após o encerramento do envio de lances, observado o **prazo de 02 (duas) horas**, contado da solicitação do Pregoeiro no sistema, sob pena de inabilitação.

**12.13.** A qualquer tempo, a Administração poderá solicitar o encaminhamento da documentação original de habilitação.

**12.14.** Ocorrendo a situação prevista na **condição 12.13**, a documentação solicitada deverá ser encaminhada para ao Tribunal Regional Eleitoral da Bahia, situado na Primeira Avenida do Centro Administrativo da Bahia, nº 150, CAB, Salvador/BA, CEP 41.745-901.

**SUBSEÇÃO I – DA HABILITAÇÃO DAS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE**

**12.15.** Para a habilitação das microempresas e empresas de pequeno porte, é obrigatória a apresentação de toda a documentação elencada na SEÇÃO XII, deste Edital, **inclusive quanto à regularidade fiscal e trabalhista**, ainda que haja alguma restrição.

**12.16.** Caso haja alguma **restrição quanto à regularidade fiscal e trabalhista**, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis para a regularização da documentação. A prorrogação do referido prazo poderá ser concedida, por igual período, a critério da Administração, quando requerida pela licitante mediante apresentação de justificativa.

**12.17.** O prazo acima indicado terá como termo inicial a data em que for concluída a habilitação, sendo de exclusiva responsabilidade da **licitante** o respectivo acompanhamento.

**12.18.** A não regularização da documentação, no prazo previsto na **condição 12.16**, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 81 da Lei n.º 8.666/93, sendo facultado à Administração convocar as licitantes remanescentes, na forma do art. 4.º, XXIII, da Lei n.º 10.520/02, para assinar o contrato, ou, ainda, revogar a licitação.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA**  
**Seção de Licitações**

**SEÇÃO XIII – DOS RECURSOS**

- 13.1.** Declarada a vencedora, o **Pregoeiro** abrirá prazo de, no mínimo, 20 (vinte) minutos, durante o qual qualquer **licitante** poderá, de forma imediata e motivada, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recurso.
- 13.2.** A falta de manifestação no prazo estabelecido autoriza o **Pregoeiro** a adjudicar o objeto à **licitante vencedora**.
- 13.3.** Apresentada a intenção de interpor recurso, o Pregoeiro deverá verificar a presença dos requisitos recursais (tempestividade, legitimidade, sucumbência, interesse e motivação), sem adentrar, neste momento, no mérito recursal.
- 13.4.** Presentes os requisitos recursais, o Pregoeiro aceitará a intenção do recurso, caso contrário, a rejeitará, motivadamente, em campo próprio do sistema.
- 13.5.** A **licitante** que tiver sua intenção de recurso aceita deverá registrar as razões do recurso, em campo próprio do sistema, no prazo de 3 (três) dias, ficando os demais **licitantes**, desde logo, intimados a apresentar contrarrazões, também via sistema, em igual prazo, que começará a correr do término do prazo da recorrente.
- 13.6.** Para efeito do disposto no § 5º do artigo 109 da Lei n.º 8.666/1993, fica a vista dos autos do processo (SEI) nº 0016681-25.2021.6.05.8000 franqueada aos interessados.
- 13.7.** O **Pregoeiro** receberá, examinará e instruirá os recursos interpostos de suas decisões, podendo, na oportunidade, reconsiderá-las.
- 13.8.** As intenções de recurso não admitidas e os recursos rejeitados pelo **Pregoeiro** serão apreciados pela autoridade competente.
- 13.9.** O acolhimento do recurso implicará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

**SEÇÃO XIV – DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO**

- 14.1.** O objeto do presente Pregão será adjudicado, pelo **Pregoeiro**, à **licitante** vencedora.
- 14.2.** Constatada a regularidade dos atos procedimentais, a Diretoria Geral do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia poderá homologar a licitação, determinando a consequente contratação.
- 14.3.** Havendo recurso submetido à Diretoria Geral do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia, esta, se decidir por seu improvimento, procederá, de logo, ao ato de adjudicação e à homologação do procedimento, após constatar sua regularidade.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA**  
**Seção de Licitações**

**SECÃO XV – DO CONTRATO**

**15.1.** Será firmado contrato com a **licitante vencedora**, nos termos da minuta constante do [Anexo IV](#), com cláusulas regidas pela Lei n.º 8.666/93, integrando-o, ainda, os dados constantes da proposta vencedora, bem como as condições estatuídas neste ato convocatório.

**15.2.** O prazo de vigência da contratação está previsto no instrumento contratual e no Termo de Referência.

**15.3.** É condição para a celebração do contrato a manutenção de todas as condições exigidas na habilitação.

**15.4.** A Adjudicatária deverá assinar o contrato dentro do prazo de **05 dias úteis**, contados da respectiva convocação.

**15.4.1.** Quando da assinatura do contrato, a licitante vencedora autorizará a Administração contratante a fazer o desconto nas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando estes não forem adimplidos.

**15.5.** O prazo para a assinatura do contrato poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela licitante vencedora durante o seu transcurso, desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Administração do Tribunal.

**15.6.** A recusa em formalizar o ajuste, no prazo previsto na **condição 15.4**, sem justificativa por escrito e aceita pela autoridade competente, bem como a não manutenção de todas as condições exigidas na habilitação, sujeitará a licitante vencedora às penalidades cabíveis, sendo facultado à Administração convocar remanescentes, na ordem de classificação, nos termos do disposto no artigo 4º, inciso XXIII, da Lei nº 10.520/2002.

**15.7.** O contrato poderá ser alterado nos casos previstos no art. 65 da Lei 8.666/93, com a apresentação das devidas justificativas.

**SUBSECÃO I – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO**

**15.8.** No prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contados do recebimento da via do contrato assinado, a Contratada prestará garantia em percentual equivalente a **5%** sobre o valor total contratado, podendo optar por qualquer das modalidades previstas no artigo 56 da Lei n.º 8.666/93.

**15.9.** A garantia em dinheiro deverá ser recolhida pela Contratada, junto à Secretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade do TRE-BA, em conta específica.

**15.10.** Em se tratando de seguro-garantia ou fiança bancária, a Contratada deverá encaminhá-la, mediante Protocolo, à Seção de Contratos do TRE-BA.





**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA**  
**Seção de Licitações**

**15.11.** A garantia prestada pela Contratada responderá pelas multas que lhe venham a ser aplicadas, bem como pelo pagamento de qualquer obrigação, inclusive as de ordem trabalhista e previdenciária, e de indenização por danos causados à Contratante ou a terceiros.

**15.12.** Não será aceita garantia que vede a possibilidade inserta na condição anterior.

**15.13.** A instituição garantidora atenderá ao disposto na **condição 15.11**, devendo constar expressamente do documento de garantia que a cobertura abrange o pagamento de débitos trabalhistas e previdenciários.

**15.14.** A garantia contratual terá vigência da data de sua apresentação até 03 (três) meses após expirado o contrato.

**15.15.** No caso de a garantia ser prestada através de fiança bancária ou de seguro-garantia, a Contratada deverá renová-la na hipótese de ocorrer prorrogação do contrato, no mesmo prazo e percentual estabelecidos neste **tópico**.

**15.16.** Em se tratando de fiança bancária, do título deverá constar expressamente que a instituição garantidora renuncia ao direito previsto no artigo 827 do Código Civil ou, alternativamente, que se obriga como devedor principal.

**15.17.** Ocorrendo acréscimos, repactuações ou reajustes contratuais ou se a garantia for utilizada nas situações referidas na **condição 15.11**, o seu valor deverá ser adequado em igual proporção no prazo de 15 (quinze) dias, contados do recebimento, pela Contratada, da via do termo aditivo/apostilamento assinado ou da notificação da fiscalização do contrato, nos demais casos.

**15.18.** A garantia somente será liberada ante a comprovação de que a contratada pagou todas as verbas rescisórias decorrentes da rescisão do contrato de trabalho. Caso esse pagamento não ocorra após o encerramento da vigência contratual, a garantia será resgatada para o pagamento das verbas trabalhistas diretamente pelo Tribunal.

**15.19.** O atraso superior a 30 (trinta) dias na apresentação da garantia autoriza a Administração a promover a retenção dos pagamentos devidos à contratada, até o limite de **5%** do valor total do contrato, a título de garantia, a serem depositados em conta específica.

**15.20.** A Contratada, a qualquer tempo, poderá substituir o bloqueio efetuado com base **na condição 15.19** por quaisquer das modalidades de garantia previstas na Lei 8.666/93.

**15.21.** O bloqueio efetuado com base na condição **15.19** não gera direito a nenhum tipo de compensação financeira à Contratada.

**15.22.** O número do contrato garantido e/ou assegurado deverá constar dos instrumentos de garantia ou de apólice de seguro a serem apresentados pelo garantidor e/ou segurador.

**15.23.** Quando da abertura de processos para eventual aplicação de penalidade, a Fiscalização do Contrato deverá comunicar o fato à seguradora e/ou fiadora paralelamente às comunicações de solicitação de defesa à Contratada bem como as decisões finais de 1ª e última instâncias administrativas.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA**  
**Seção de Licitações**

**15.24.** O garantidor não é parte interessada para figurar em processo administrativo instaurado pela Contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à Contratada.

**SEÇÃO XVI – DA EXECUÇÃO DO SERVIÇO**

**16.1.** O serviço contratado será executado na forma estabelecida no Termo de Referência, **Anexo I**, deste Edital.

**16.2.** A execução completa do contrato só acontecerá quando o contratado comprovar o cumprimento de todas as obrigações trabalhistas.

**SEÇÃO XVII – DAS SANÇÕES PELA PRÁTICA DE ATOS ILÍCITOS NA LICITAÇÃO E PELO DESCUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS**

**17.1.** De acordo com o disposto no art. 7º da Lei nº 10.520/2002, ficará IMPEDIDA DE LICITAR E DE CONTRATAR com a União e será descredenciada do SICAF e dos sistemas de cadastramento de fornecedores do TRE-BA, PELO PRAZO DE ATÉ 5 (CINCO) ANOS, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais, garantidos o contraditório e a ampla defesa, a licitante que:

- a) não mantiver a proposta, injustificadamente;
- b) comportar-se de modo inidôneo;
- c) fizer declaração falsa;
- d) cometer fraude fiscal;
- e) não encaminhar a documentação exigida no certame ou encaminhar documentação falsa;
- f) falhar ou fraudar na execução do contrato;
- g) não apresentar situação regular no ato de assinatura do contrato;
- h) recusar-se injustificadamente a assinar o contrato;
- i) não executar o objeto licitado;
- j) retardar a execução do objeto licitado;
- k) executar objeto que não atenda à especificação exigida no edital.

**17.2.** Para os fins da **alínea “b”**, reputar-se-ão inidôneos atos como os descritos nos arts. 90, 92, 93, 94, 95 e 97 da Lei nº 8.666/93.

**17.3.** A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o às penalidades legalmente estabelecidas.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA**  
**Seção de Licitações**

**17.4.** Qualquer penalidade somente poderá ser aplicada mediante processo administrativo, no qual se assegurem a prévia defesa e o contraditório, consoante rito estabelecido no art. 87, § 2º da Lei 8.666/93, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 9.784/99 e a Portaria nº 112/2023, da Presidência do TRE-BA.

**17.5.** Pelo inadimplemento total ou parcial das obrigações assumidas, a licitante vencedora estará sujeita à multa prevista no Termo de Referência, Anexo I deste Edital.

**17.6.** A Contratante poderá reter dos pagamentos devidos à Contratada, como medida cautelar, independentemente de sua manifestação prévia, valor relativo a eventual multa a ser aplicada em razão de inadimplemento contratual, com base no artigo 45 da Lei nº 9.784/99 e no artigo 26, inciso I, da Portaria nº 112/2023, da Presidência do TRE/BA.

**17.7.** O valor da multa aplicada será descontado dos pagamentos eventualmente devidos à Contratada ou da garantia prestada, quando houver, ou ainda, quando for o caso, cobrado judicialmente.

**17.8.** Aplicada a penalidade de multa, após regular processo administrativo, e observado o disposto nas **condições 17.6 e 17.7**, será a licitante ou contratada, se for o caso, intimada para efetuar o recolhimento do seu valor, por meio de Guia de Recolhimento da União– GRU, no prazo de 30 dias, contados do recebimento da intimação.

**17.9.** As situações mencionadas nos incisos I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93 podem ensejar, a critério da Administração, a rescisão unilateral do contrato.

**17.10.** Os recursos contra a aplicação de sanções em decorrência de inadimplemento contratual serão dirigidos à Presidência do TRE-BA, sendo interpostos na forma e nos prazos estabelecidos no art.109 da Lei 8.666/93.

### **SEÇÃO XVIII – DA IMPUGNAÇÃO E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

**18.1.** Até 03 dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, a licitante poderá formular consultas por meio do e-mail [selic@tre-ba.jus.br](mailto:selic@tre-ba.jus.br), informando o número deste Pregão.

**18.2.** Quaisquer esclarecimentos que porventura se façam necessários poderão ser obtidos por intermédio do telefone (71) 3373-7318, de segunda a quinta-feira, no horário das 13h às 19h, e na sexta-feira, no horário das 08h às 13h.

**18.3.** Até 03 (três) úteis antes da data estabelecida para abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar o ato convocatório do pregão.

**18.4.** A impugnação poderá ser enviada diretamente para o e-mail do Pregoeiro ou por meio do Protocolo Digital (conforme orientações disponível em: <https://www.tre-ba.jus.br/institucional/portal-do-sei/portal-do-sei>), ou ainda, protocolados de forma presencial no Tribunal, de segunda a quinta-feira, no horário das 13h às 18h, e na sexta-feira, no horário das 08h às 13h.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA**  
**Seção de Licitações**

**18.5.** Caberá ao Pregoeiro manifestar-se acerca da impugnação no prazo de 02 (dois) dias úteis, a contar da data em que recebê-la, encaminhando-a, em seguida, à Diretoria Geral do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia para proferir decisão.

**SECÃO XIX – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**19.1.** A presente licitação poderá ser anulada, no todo ou em parte, a qualquer tempo, de ofício ou por provocação de terceiros, se verificada ilegalidade no procedimento, ou revogada por motivos de interesse público, decorrentes de fato superveniente devidamente comprovado, mediante decisão fundamentada.

**19.2.** O Edital estará à disposição dos interessados na Seção de Licitações, localizada no Tribunal Regional Eleitoral da Bahia, nos dias úteis, das 13h às 19h, de segunda a quinta, e de 8h às 13h, às sextas-feiras (HORA LOCAL), assim como na internet para download, nos endereços eletrônicos: [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras) e [www.tre-ba.jus.br](http://www.tre-ba.jus.br).

**19.3.** Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão obrigatoriamente, salvo disposição em contrário, o horário de Brasília - DF e, dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

**19.4.** Nenhuma indenização será devida às empresas licitantes pela elaboração de proposta ou apresentação de documentos relativos a esta licitação.

**19.5.** A indicação do lance vencedor, a classificação dos lances apresentados e demais informações relativas à sessão pública do pregão constarão de ata divulgada no sistema eletrônico.

**19.6.** Se todas as propostas forem desclassificadas ou todas as licitantes inabilitadas, a Administração poderá fixar prazo, nos termos do art. 48, § 3º, da Lei 8.666/93, para apresentação de nova proposta ou nova documentação, escoimada das causas da desclassificação ou inabilitação.

**19.7.** O Pregoeiro ou autoridade superior poderão promover diligências destinadas a elucidar ou complementar a instrução do processo, em qualquer fase da licitação, fixando prazos para atendimento.

**19.7.1.** Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, essa somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

**19.8.** O Pregoeiro ou autoridade superior poderão subsidiar-se em pareceres emitidos por técnicos ou especialistas no assunto objeto desta licitação.

**19.9.** Os ajustes celebrados pelo Tribunal Regional Eleitoral da Bahia (contratos, atas de registro de preços, convênios etc.) deverão ser assinados preferencialmente no Sistema Eletrônico de Informações – SEI com uso de login e senha, sendo permitida, ainda, a assinatura por meio de certificado digital emitido no âmbito da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil, observados os padrões definidos pela referida infraestrutura, consoante prescreve a Instrução Normativa TRE-BA nº 10/2022.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA**  
**Seção de Licitações**

**19.10.** Ao participar de processo licitatório o titular dos dados manifesta, automaticamente, seu **inequívoco consentimento** para tratamento dos dados pessoais pela Administração, conforme autorização legal prevista no art. 7º, incisos I, II e V da **Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) – Lei 13.709/18**.

**19.10.1.** Os documentos habilitatórios, exigidos neste Edital, ficarão acessíveis e disponíveis ao público, com todos os dados pessoais neles constantes, por força do cumprimento do dever de publicidade previsto no art. 37 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

Salvador, 26 de outubro de 2023

Gilson Soares da Conceição  
Pregoeiro



## TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

### PREGÃO ELETRÔNICO N.º 33/2023

#### ANEXO I

#### TERMO DE REFERÊNCIA

##### **1. OBJETO**

Prestação de serviços continuados de manutenção predial preventiva e corretiva dos sistemas, equipamentos e das instalações dos imóveis sob a responsabilidade da Justiça Eleitoral localizados no município de Salvador, aí incluído o sistema de CFTV, e especificados neste Termo de Referência, compreendendo a alocação de postos de serviço, o fornecimento de materiais e peças de consumo básicos, a disponibilização de equipamentos e ferramental necessários à execução dos serviços, bem como o fornecimento eventual de peças, materiais, componentes e equipamentos de reposição, com vigência contratual de 24 meses, com possibilidade de prorrogação até o limite legal, a critério da Contratante.

Os serviços incluem, ainda, a supervisão, assessoramento e responsabilidade técnica, integrada com efficientização energética, incluídos no custo da mão-de-obra, visitas técnicas dos responsáveis técnicos da Contratada, bem como a inspeção termográfica, o tratamento químico de água, a análise da qualidade do ar interno, a análise de óleo de resfriadores de líquido (chiller), a limpeza e desinfecção dos dutos do sistema de refrigeração, a limpeza e desinfecção de reservatórios de água (subterrâneos e elevados), a disponibilização de equipamentos especiais (plataformas elevatórias articuladas, caminhão muque e andaime fachadeiro entre outros), a prestação de serviços eventuais, tais como marcenaria, impermeabilização e vidraçaria, e o fornecimento e manutenção de software de gerenciamento de manutenção.

##### **2. JUSTIFICATIVA**

A manutenção regular é essencial para manter a segurança e a confiabilidade dos equipamentos, das máquinas, das instalações e do ambiente de trabalho. A falta de manutenção ou a manutenção inadequada pode provocar situações perigosas, acidentes e problemas de saúde. Além disso, há ainda questões relacionadas à economia de energia e à preservação do meio ambiente.

A manutenção predial minimiza a realização de gastos com reformas substanciais, pois objetiva conservar a edificação em suas condições originais através de ações para corrigir eventuais falhas com a substituição de componentes ou a aplicação de proteções que minimizam ocorrências relacionadas a causas naturais, tais como a corrosão por oxidação e a deterioração por incidência de raios solares.

A manutenção predial é dividida em preventiva e corretiva. A primeira inibe a ocorrência de falhas, utilizando métodos de inspeção, vistoria, lubrificação, limpeza e substituição de peças ou aplicação de produtos específicos. É definida como sendo o conjunto de manutenções periódicas dos equipamentos



## TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

e/ou instalações, dentro de períodos estimados em função da provável vida útil, com o objetivo de evitar a ocorrência de falhas. Já a manutenção corretiva é a que soluciona as falhas originadas em situações imprevisíveis ou previsíveis, mas que não foram tratadas tempestivamente por intermédio da preventiva.

A prática sistemática da manutenção preventiva em uma edificação reduz os custos de ações corretivas que, embora às vezes imprescindíveis, geralmente representam gastos que poderiam ser evitados, além de comprometer a continuidade dos serviços.

Por outro lado, a realização de manutenção corretiva é imprescindível, pois o retorno das atividades e de taxas maximizadas de produtividade é sempre urgente. Ademais, a omissão pode implicar em agravamento de situações, levando ao aumento de custos na manutenção corretiva ou até mesmo reformas significativas.

Trata-se de serviço de manutenção supervisionada e coordenada por engenheiros, logo, é serviço de engenharia.

A opção por remunerar a Contratada por meio da alocação de postos de trabalhos justifica-se pela absoluta impossibilidade de se prever com exatidão o momento e o volume em que o serviço será demandado. Em que pese o modelo de execução do contrato preveja as intervenções com caráter preventivo, a longevidade do imóvel, que passa, atualmente, por reforma, impõe a realização de manutenções corretivas constantes, muitas das vezes, mas frequentes e volumosas do que as preventivas.

É importante ainda dizer que as atividades de operação e manutenção predial exigem mão de obra técnica e habilitada, tendo em vista a complexidade das instalações (elétricas, hidráulicas, sanitárias, águas pluviais, etc...) e máquinas/equipamentos (geradores, nobreaks, bombas, sistemas de prevenção e combate a incêndio, etc...), existentes e em operação nos prédios que compõem o Complexo da Sede deste Regional e do Centro de Apoio Técnico (Depósito de Urnas Eletrônicas e Almoxarifado Central), todos na Capital do Estado da Bahia. Nesta senda, convém ressaltar a interdependência dos sistemas mencionados que estão intrinsecamente ligados, impedindo, pelo menos de forma segura, o fracionamento da contratação.

### 3. RELAÇÃO DEMANDA PREVISTA E QUANTIDADE A SER CONTRATADA

SERVIÇOS	CLASSIFICAÇÃO – TABELAS SALARIAIS	JORNADA	QUANTIDADE DE POSTOS
Engenheiro Eletricista (Supervisor)	Conforme piso da categoria	44 horas semanais	1
Encarregado - Refrigeração	Conforme Convenção Coletiva do Sindicato da Construção Civil	44 horas semanais	1



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA**

SERVIÇOS	CLASSIFICAÇÃO – TABELAS SALARIAIS	JORNADA	QUANTIDADE DE POSTOS
Encarregado - Elétrica	Conforme Convenção Coletiva do Sindicato da Construção Civil	44 horas semanais	1
Encarregado - Civil	Conforme Convenção Coletiva do Sindicato da Construção Civil	44 horas semanais	1
Técnico em Redes e Telecomunicações	Operário Qualificado	44 horas semanais	2
Técnico em Eletromecânica	Operário Qualificado	44 horas semanais	1
Bombeiro Civil	CBO nº 5171-10	12 x 36	1
Técnico em Refrigeração	Operário Qualificado	44 horas semanais	2
Eletricista	Operário Qualificado	44 horas semanais	2
Eletricista - Plantonista Diurno	Operário Qualificado	12 x 36	1
Eletricista - Plantonista Noturno	<i>Operário Qualificado</i>	12 x 36	1
Ajudante de Montagem e Manutenção (Servente Prático)	Conforme Convenção Coletiva do Sindicato da Construção Civil	44 horas semanais	4
Auxiliar Técnico – Civil (pequenas obras e adequações prediais)	<i>Operário Qualificado</i>	44 horas semanais	2



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA**

SERVIÇOS	CLASSIFICAÇÃO – TABELAS SALARIAIS	JORNADA	QUANTIDADE DE POSTOS
Pintor Industrial (Estruturas Metálicas)	<i>Operário Qualificado</i>	44 horas semanais	1
Auxiliar Técnico – Telhadista	<i>Operário Qualificado</i>	44 horas semanais	2
Técnico de Segurança no Trabalho Pleno	CBO N° 7233-15	44 horas semanais	1

Observação 1) Os salários estipulados em convenção coletiva / sindicato e tabelas salariais servem como referência de *valores mínimos*.

Observação 2) A Convenção Coletiva de Trabalho do Sindicato da Construção, conforme indicado no item 3 deste Termo de Referência, servirá como referencial de salário para todas as categorias, exceto para o engenheiro eletricista, para o bombeiro civil e para o técnico de segurança do trabalho.

Observação 3) No caso dos postos de serviço denominados “Encarregados”, deverá ser observado o salário referente à função de “Encarregado” para as três especialidades, estipulado conforme Convenção Coletiva de Trabalho do Sindicato da Construção Civil.

Observação 4) Para o posto de Bombeiro Civil deverão ser observadas as regras estabelecidas na Lei Federal nº 11.901/2009.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

4. ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS

4.1. DISPOSIÇÕES ACERCA DA JORNADA LABORAL DOS POSTOS DE SERVIÇOS E DAS VISITAS DOS RESPONSÁVEIS TÉCNICOS DA CONTRATADA

HORÁRIO DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS					
Nº	QTD.	POSTO	PERIODO	SEMANA COM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS AOS SÁBADOS	SEMANA SEM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS AOS SÁBADOS
1	1	Supervisor (Engenheiro Eletricista)	Segunda a quinta-feira	—	09 – 12h
					13 – 19h
			Sexta-feira	—	07 – 12h
					13 – 16h
			Sábado	—	—
2	1	Encarregado de Refrigeração	Segunda a quinta-feira	09 – 13h	09 – 13h
				14 – 18h	14 – 19h
			Sexta-feira	07 – 12h	07 – 12h
				13 – 16h	13 – 16h
			Sábado	08 – 12h	—
3	1	Encarregado de Manutenção Elétrica	Segunda a quinta-feira	08 – 12h	08 – 12h
				13 – 17h	13 – 18h
			Sexta-feira	07 – 12h	07 – 12h
				13 – 16h	13 – 16h
			Sábado	08 – 12h	—
4	1	Encarregado de Manutenção Predial	Segunda a quinta-feira	08 – 12h	08 – 12h
				13 – 17h	13 – 18h
			Sexta-feira	07 – 12h	07 – 12h
				13 – 16h	13 – 16h
			Sábado	08 – 12h	—

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA**

HORÁRIO DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS					
Nº	QTD.	POSTO	PERIODO	SEMANA COM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS AOS SÁBADOS	SEMANA SEM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS AOS SÁBADOS
5	2	Técnico em Redes e Telecomunicações	Segunda a quinta-feira	08 – 12h	08 – 12h
				13 – 17h	13 – 18h
			Sexta-feira	07 – 12h	07 – 12h
				13 – 16h	13 – 16h
			Sábado	08 – 12h	–
6	1	Técnico em Eletrônica	Segunda a quinta-feira	08 – 12h	08 – 12h
				13 – 17h	13 – 18h
			Sexta-feira	07 – 12h	07 – 12h
				13 – 16h	13 – 16h
			Sábado	08 – 12h	–
7	1	Bombeiro Civil	Segunda a sexta- feira, sábados, domingos e feriados (ininterrupto), em escala 12x36 horas	-	07 – 19h
8	2	Técnico em Refrigeração	Segunda a quinta-feira	08 – 12h	08 – 12h
				13 – 17h	13 – 18h
			Sexta-feira	07 – 12h	07 – 12h
				13 – 16h	13 – 16h
			Sábado	08 – 12h	–

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA**

HORÁRIO DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS					
Nº	QTD.	POSTO	PERIODO	SEMANA COM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS AOS SÁBADOS	SEMANA SEM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS AOS SÁBADOS
9	2	Eletricista	Segunda a quinta-feira	08 – 12h	08 – 12h
				13 – 17h	13 – 18h
			Sexta-feira	07 – 12h	07 – 12h
				13 – 16h	13 – 16h
			Sábado	08 – 12h	–
10	1	Eletricista Plantonista Diurno	Segunda a sexta- feira, sábados, domingos e feriados (ininterrupto), em escala 12x36 horas	–	07 – 19h
11	1	Eletricista Plantonista Noturno	Segunda a sexta- feira, sábados, domingos e feriados (ininterrupto), em escala 12x36 horas	–	19 – 07h
12	3	Ajudante de Montagem e Manutenção (Servente Prático)	Segunda a quinta-feira	08 – 12h	08 – 12h
				13 – 17h	13 – 18h
			Sexta-feira	07 – 12h	07 – 12h
				13 – 16h	13 – 16h
			Sábado	08 – 12h	–
13	2	Auxiliar Técnico - Civil (pequenas obras e adequações	Segunda a quinta-feira	08 – 12h	08 – 12h
				13 – 17h	13 – 18h
			Sexta-feira	07 – 12h	07 – 12h

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA**

HORÁRIO DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS					
Nº	QTD.	POSTO	PERIODO	SEMANA COM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS AOS SÁBADOS	SEMANA SEM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS AOS SÁBADOS
		prediais)		13 – 16h	13 – 16h
			Sábado	08 – 12h	–
14	2	Auxiliar Técnico - Telhadista	Segunda a Quinta-feira	08-12h	08-12h
				13-17h	13-18h
			Sexta-feira	07 – 12 h	07 – 12 h
				13 – 16 h	13 – 16 h
			Sábado	08-12h	-
15	1	Técnico de Segurança no Trabalho Pleno	Segunda a Quinta-feira	08-12 h	08-12 h
				13-17 h	13-17 h
			Sexta-feira	07-12 h	07-12 h
				13-16 h	13-16 h
			Sábado	07-12h	-

HORÁRIO DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS					
Nº	QTD.	POSTO	PERIODO	HORÁRIO DIURNO	HORÁRIO NOTURNO
16	1	Ajudante de Montagem e Manutenção (Servente Prático)	Segunda a Quinta-feira	08 – 12h	22:00 – 02:00h
				13 – 18h	03:00 – 07:00h
			Sexta-feira	08 – 12h	22:00 – 02:00h
				13 – 17h	03:00 – 06:00h



## TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

HORÁRIO DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS					
Nº	QTD.	POSTO	PERIODO	HORÁRIO DIURNO	HORÁRIO NOTURNO
17	1	Pintor Industrial (Estruturas Metálicas)	Segunda a Quinta-feira	08 – 12h	22:00 – 02:00h
				13 – 18h	03:00 – 07:00h
			Sexta-feira	08 – 12h	22:00 – 02:00h
				13 – 17h	03:00 – 06:00h

**4.1.1.** Aos sábados, os serviços serão prestados pela equipe, em escala de revezamento, observada a jornada semanal, com exceção do supervisor, dos plantonistas e do pintor de estruturas metálicas e seu ajudante de manutenção (Servente Prático).

**4.1.2.** Os serviços dos plantonistas serão realizados de segunda a sexta-feira, aos sábados, domingos e feriados (ininterrupto), em escala 12x36 horas, perfazendo um total de 2 postos de serviços de eletricitas – 1 noturno e 1 diurno, totalizando 4 empregados, 2 no período diurno e 2 no noturno, e 01 posto de bombeiro civil diurno, preenchido por 2 empregados, atuando sempre um empregado por vez, de modo que o posto esteja sempre ocupado.

**4.1.3.** Os postos de Pintor Industrial e um Ajudante de Montagem e Manutenção (Servente Prático) terão jornada de trabalho noturna e, excepcionalmente, diurna, por necessidade do serviço (postos 16 e 17 da tabela acima).

**4.1.3.1.** Quando os serviços forem executados em jornada diurna, haverá a glosa dos valores concernentes ao adicional noturno e ao adicional de hora noturna reduzida (e repercussões nas demais rubricas da planilha de custos e formação de preços), sendo o pagamento realizado com base na planilha representativa dos custos para o labor em período diurno.

**4.1.4.** Os serviços deverão ser executados sob o acompanhamento do Supervisor (Engenheiro Eletricista residente), acumulando, preferencialmente, a função de preposto da contratada.

**4.1.5.** A jornada de trabalho poderá ser estendida, quando necessário, para atender especificidade do serviço ou da operação ou que decorram de eventos fora do controle do contratante. Os serviços poderão ainda ser realizados aos finais de semana quando não for possível executá-los durante a semana. Nesse caso, as horas excedentes dos postos envolvidos na atividade poderão ser revertidas em pecúnia ou compensadas dentro do mês ou, no máximo, até o mês subsequente, de acordo com disponibilidade contratual. Poderá haver, ainda, a dispensa do trabalho do(s) posto(s) de serviço no(s) dia(s) útil(eis) anterior(es) ao final de semana em que os serviços serão prestados.

**4.1.6.** Semanalmente, deverá ocorrer as visitas dos responsáveis técnicos, Engenheiro Mecânico e Engenheiro Civil ao TRE-BA, durante um período de 02 (duas) horas (8 horas/mês) cada profissional. As visitas dos responsáveis técnicos não devem ser concomitantes, visto que se tratam de especialidades que





## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA**

versam sobre sistemas distintos, que precisarão do máximo de atenção do Supervisor e dos Fiscais de Contrato, a menos que ocorra a necessidade de avaliar em conjunto determinada situação/problema técnico que requeira a participação conjunta de mais de um responsável técnico. Essas visitas deverão ser previamente agendadas junto à Fiscalização do Contrato e obrigatoriamente acompanhadas por esses servidores, salvo impedimentos e situações excepcionais devidamente justificadas.

**4.1.6.1** – No que se refere ao responsável técnico do contrato, Engenheiro Eletricista, este, em caso de situações técnicas a esclarecer porventura não solucionadas pelo Supervisor, deverá atender a convocações emanadas da Fiscalização do Contrato para comparecer em reuniões na Sede deste Regional.

**4.1.7.** A empresa vencedora deverá prever, na sua proposta, todas as despesas com todos os profissionais Responsáveis Técnicos do contrato.

**4.1.8.** Nos casos de urgência em manutenção corretiva indispensável à segurança das instalações, a execução do trabalho ficará a cargo de toda a equipe envolvida até a conclusão dos serviços.

**4.1.9.** Os casos não solucionados pela equipe residente deverão ser formalmente repassados aos responsáveis técnicos da Contratada, observada a especialidade, sem ônus adicionais ao Tribunal. Nessas situações, a Fiscalização poderá acordar prazos e soluções junto à Contratada de acordo com o grau de complexidade e classificação da ocorrência, se for o caso.

## **4.2. TRABALHO EM JORNADA EXTRAORDINÁRIA**

### **4.2.1. ATENDIMENTO NO PERÍODO ELEITORAL**

**4.2.1.1** O supervisor e a equipe de manutenção da Contratada (postos de trabalhos) deverão estar presentes, em regime de plantão, na sede do Tribunal e no Centro de Apoio Técnico, bem como em outros locais determinados pela Fiscalização, no dia do pleito até a divulgação dos resultados (1º turno e 2º turno, se houver).

**4.2.1.2** O engenheiro mecânico, responsável pela visita semanal, deverá fazer visita no dia anterior ao dia da eleição para verificar e garantir o perfeito funcionamento do sistema de refrigeração para o dia do pleito. O supervisor também deverá atestar o bom funcionamento das instalações. No dia da eleição, o supervisor deverá estar de plantão no Tribunal e o engenheiro mecânico deverá estar de plantão por telefone, para contato em caso de qualquer necessidade.

**4.2.1.3** Em anos eleitorais, bem como em anos não-eleitorais, poderá ser autorizada a prestação de Horas Extras para a equipe, a critério da Contratante, conforme indicado neste Termo de Referência e de acordo com os valores adotados nas planilhas de composição de custos apresentadas na licitação.

**4.2.1.4** Para o cumprimento do quanto dispõe o art. 16 da Lei Complementar nº 64/90, os serviços de manutenção corretiva do grupo gerador e da subestação serão prestados em regime de plantão aos sábados, domingos e feriados, a partir do encerramento do prazo para registro de candidatos (noventa dias antes da eleição) até, no máximo, 10 (dez) dias após a realização da eleição (1º turno), tudo conforme



## TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

estabelecido em Calendário Eleitoral expedido pelo Tribunal Superior Eleitoral. Em caso de 2º turno, este plantão prolongar-se-á até, no máximo, 10 (dez) dias após a realização deste.

### 4.2.1.5 ESTIMATIVAS DE HORAS EXTRAS EM ANO ELEITORAL

POSTO	QTD.		
	Dias úteis	Sábados	Domingos e feriados
Engenheiro Eletricista (Supervisor)	120	60	70
Encarregado - Refrigeração	120	60	70
Encarregado - Elétrica	120	60	70
Encarregado - Civil	120	60	70
Técnico em Redes e Telecomunicações	110	60	70
Técnico em Eletromecânica	110	60	70
Técnico em Refrigeração	160	60	70
Eletricista	120	60	70
Ajudante de Montagem e Manutenção (Servente Prático)	120	60	70
Auxiliar Técnico – Civil (pequenas obras e adequações prediais)	120	60	70
Pintor Industrial (Estruturas Metálicas)	120	60	70
Auxiliar Técnico – Telhadista	120	60	70
Técnico de Segurança no Trabalho Pleno	120	60	70

### 4.2.2. ATENDIMENTO NO PERÍODO NÃO ELEITORAL

Em períodos não eleitorais, poderá ser autorizada a prestação de Horas Extras para a equipe, a critério da Contratante, conforme indicado neste Termo de Referência e de acordo com os valores adotados nas planilhas de composição de custos apresentadas na licitação.



## TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

### 4.2.2.1 - ESTIMATIVA DE HORAS EXTRAS – ANO NÃO ELEITORAL

POSTO	QTD.		
	Dias úteis	Sábados	Domingos e feriados
Engenheiro Eletricista (Supervisor)	13	32	17
Encarregado - Refrigeração	13	32	17
Encarregado - Elétrica	13	32	17
Encarregado - Civil	13	32	17
Técnico em Redes e Telecomunicações	13	32	17
Técnico em Eletromecânica	13	32	17
Técnico em Refrigeração	13	32	17
Eletricista	13	32	17
Ajudante de Montagem e Manutenção (Servente Prático)	13	32	17
Auxiliar Técnico – Civil (pequenas obras e adequações prediais)	13	32	17
Pintor Industrial (Estruturas Metálicas)	13	32	17
Auxiliar Técnico – Telhadista	13	32	17
Técnico de Segurança no Trabalho Pleno	13	32	17

### 4.2.3. CÁLCULO DA HORA EXTRA

A contratada será remunerada pela prestação de horas-extras utilizando-se da seguinte fórmula:

$VHE = [S \times (1 + ES) \times (1 + I) \times (1 + CI) \times (1 + L) \div D] / (1 - T)$ , onde:

VHE = Valor da Hora Extra;

ES = Encargos sociais relativos ao submódulo 2.2 da planilha de custo e formação de preços;

S = Salário;

I = Índice referente ao acréscimo legal sobre a hora normal;

D = Divisor - de acordo com a jornada mensal;

T = Tributos incidentes sobre o faturamento;

CI = Custos indiretos;

L = Lucro.



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA**

### **4.3 ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS**

#### **4.3.1. PREPOSTO**

**4.3.1.1.** A Contratada deverá indicar, mediante declaração, um preposto, aceito pela Administração, durante o período de vigência do contrato, para representá-la administrativamente, sempre que for necessário. Na declaração deverá constar o nome completo, nº do CPF e do documento de identidade, além dos dados relacionados à sua qualificação profissional.

**4.3.1.2.** Preferencialmente, o Supervisor deverá acumular a função de preposto da Contratada.

**4.3.1.3.** O preposto, uma vez indicado pela empresa e aceito pela Administração do Tribunal, deverá se apresentar no Edifício-Sede do TRE-BA, situado à 1ª Avenida do CAB, 150, Paralela, Salvador-BA, no primeiro dia útil após assinatura do Contrato, para assinar, juntamente com o(s) servidor(es) designado(s) para esse fim, aqui denominados Fiscais do Contrato, o Termo de Abertura do Livro de Ocorrências, destinado a registrar as principais ocorrências durante a execução do contrato. Nessa oportunidade, deverão ser tratados os demais assuntos pertinentes à implantação de postos e à execução do contrato, relativos à sua competência.

**4.3.1.4.** O preposto deverá estar apto a esclarecer as questões relacionadas às faturas dos serviços prestados, bem assim, entregar e receber documentos do Contratante em nome da Contratada.

**4.3.1.5.** A empresa orientará o seu preposto quanto à necessidade de acatar as orientações da Administração, inclusive quanto ao cumprimento das Normas Internas do TRE e de Segurança e Medicina do Trabalho.

**4.3.1.6.** O preposto deverá manter contato constante com a Fiscalização com o objetivo de sanar qualquer demanda, tanto na área de administração de pessoal, de fornecimento de material, de execução de serviços, quanto da manutenção dos equipamentos, objetos desse contrato.

#### **4.3.2. FORNECIMENTO DE UNIFORMES**

**4.3.2.1.** A Contratada deverá providenciar para que os profissionais indicados para os postos de trabalhos apresentem-se ao serviço trajando uniformes fornecidos às expensas da empresa. Os uniformes deverão ser aprovados previamente pela Fiscalização do Contrato e conter as características básicas constantes deste termo de referência.

**4.3.2.2.** O primeiro conjunto de uniforme deverá ser entregue com antecedência suficiente para que os empregados iniciem as atividades já uniformizados.

**4.3.2.3.** Todos os itens do conjunto de uniformes estarão sujeitos à prévia aprovação da Contratante e, a pedido dela, poderão ser substituídos, caso não correspondam às especificações.

**4.3.2.4.** Poderão ocorrer eventuais alterações nas especificações dos uniformes, quanto a tecido, cor, modelo, desde que previamente aceitas pela Contratante.



## TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

**4.3.2.5.** Os uniformes deverão ser entregues aos empregados mediante recibo (relação nominal), cuja cópia deverá ser entregue à Contratante, sempre que solicitado pela Fiscalização do Contrato.

**4.3.2.6.** O custo do uniforme não poderá ser repassado ao ocupante do posto de trabalho. A Contratada não poderá exigir do empregado o uniforme usado, quando da entrega dos novos.

### 4.3.3. DESCRIÇÃO DO UNIFORME

A Contratada deverá responsabilizar-se pelo fornecimento de todos os itens de uniformes nas quantidades necessárias à perfeita execução dos serviços. Os itens que compõem o conjunto do uniforme, que deverá ser fornecido semestralmente e sempre que necessário, estão descritos a seguir (masculino ou feminino):

DESCRIÇÃO	QTD. A SER FORNECIDA POR PROFISSIONAL
Jaleco ou camisa em brim com emblema da empresa	3 unidades
Calça jeans ou brim	2 unidades
Meia	3 pares
Bota de segurança com biqueira de aço, exceto para os eletricitistas que deverão utilizar bota com biqueira de material resistente não condutor de eletricidade	2 pares
<b>BOMBEIRO CIVIL</b>	
Gandola confeccionada em tecido “Rip-Stop”, cor e modelo: padrão estipulado pelo CORPO DE BOMBEIROS MILITARES DO ESTADO DA BAHIA	2 unidades
Calça confeccionada em tecido “Rip-Stop”, cor e modelo: padrão estipulado pelo CORPO DE BOMBEIROS MILITARES DO ESTADO DA BAHIA	2 unidades
Cinto confeccionado em poliéster, cor preta, modelo com fivela e ponteira prata.	1 unidade
Camiseta lisa, confeccionada em malha penteada, 100% dos fios de algodão, cor branca, mangas curtas.	2 unidades
Coturno cabedal em couro “nobuk” hidrofugado, espessura de 2mm, dublado com tecido de poliéster e colarinho de couro pelica; forração interna de acrílico automotivo, com isolamento térmico em EVA; reforço interno de material termoplástico leve e resistente, no bico e calcanhar; solado de borracha maciço,	1 par



## TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

vulcanizado ao cabedal, resistente à corrente elétrica; vedação resistente à água ou 100% impermeável	
Meião liso, confeccionado em algodão e elastano	2 pares
Bombacha em elástico resistente, na cor preta	1 par

### 4.3.4. NORMAS GERAIS DE CONDUTA E DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

**4.3.4.1.** O horário de expediente do Tribunal é das 7 às 21 horas, de segunda a sexta-feira, cabendo à Contratante definir as escalas de horário para o cumprimento da jornada de trabalho, que poderá, inclusive, ser estabelecida fora do horário de expediente informado, a depender da necessidade do serviço, admitida a compensação de horas, desde que atendidas as exigências legais.

**4.3.4.2.** O cumprimento da jornada diária de trabalho será controlado pela Contratada, através de registro de ponto biométrico fornecido pela Contratada ou através de qualquer dispositivo ou meio eletrônico que a Contratada coloque à disposição dos empregados para tal fim.

**4.3.4.3.** As frequências dos postos de trabalho serão diariamente registradas, fazendo constar os horários de chegada, saída e intervalo para refeição.

**4.3.4.4.** Os registros de ponto serão controlados pelo Supervisor e submetidos à fiscalização do contrato, sempre que solicitado, para fins de acompanhamento.

**4.3.4.5.** Os registros de ponto deverão ser protocolados quinzenalmente a cada mês.

**4.3.4.6.** Os profissionais indicados pela Contratada deverão cumprir todas as normas gerais a seguir relacionadas, e ainda as atribuições específicas de cada serviço contratado, conforme consta das especificações técnicas deste termo de referência:

- a) Ser pontual e permanecer no posto de trabalho determinado, ausentando-se apenas quando substituído(a) por outro(a) profissional ou quando autorizado pela chefia ou pelo supervisor;
- b) Apresentar-se devidamente identificado(a) por crachá e uniformizado(a);
- c) Cumprir as normas de segurança para acesso às dependências da Contratante;
- d) Comunicar à autoridade competente qualquer irregularidade verificada;
- e) Observar normas de comportamento profissional e técnicas de atendimento ao público;
- f) Cumprir as normas internas do órgão;
- g) Entrar em áreas reservadas somente em caso de emergência ou quando devidamente autorizado;
- h) Zelar pela preservação do patrimônio do Tribunal sob sua responsabilidade, mantendo a higiene, a organização e a aparência do local de trabalho, solicitando a devida manutenção, quando necessário;
- i) Operar, sempre que necessário e de forma adequada, equipamentos e sistemas informatizados disponíveis para a execução dos serviços;



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA**

- j)** Conhecer a missão do posto que ocupa, assim como a forma de utilização dos equipamentos colocados à sua disposição;
- k)** Assumir o posto com todos os acessórios necessários para o bom desempenho do trabalho;
- l)** Receber/passar o serviço, ao assumir/deixar o posto, relatando todas as situações encontradas, bem como as ordens e orientações recebidas;
- m)** Guardar sigilo de assuntos dos quais venha a ter conhecimento em virtude do serviço;
- n)** Manter atualizada a documentação utilizada no posto;
- o)** Buscar orientação com seu superior, em caso de dificuldades no desempenho das atividades, repassando-lhe o problema;
- p)** Adotar todas as providências ao seu alcance para sanar irregularidades ou agir em casos emergenciais;
- q)** Levar ao conhecimento do superior, imediatamente, qualquer informação considerada importante;
- r)** Evitar tratar de assuntos particulares ou que não tenham afinidade com o serviço desempenhado, durante o horário de trabalho, a fim de evitar o comprometimento e interrupções desnecessárias nas suas atividades;
- s)** Tratar a todos com urbanidade;
- t)** Não abordar autoridades ou servidores para tratar de assuntos particulares, de serviço ou atinentes ao contrato;
- u)** Não participar, no âmbito da Contratante, de grupos de manifestações ou reivindicações, evitando espalhar boatos ou tecer comentários desairosos ou desrespeitosos relativos a outras pessoas.

### **4.3.5. ATRIBUIÇÕES ESPECÍFICAS DOS SERVIÇOS**

**4.3.5.1.** As rotinas dos serviços de **MANUTENÇÃO PREVENTIVA** serão realizadas em todos os sistemas envolvidos. Para cada um deles, deverão ser ainda considerados todos e quaisquer procedimentos de reparos e consertos relativos à **MANUTENÇÃO CORRETIVA**, sempre que necessário ou quando recomendado pela Fiscalização.

#### **4.3.5.2. MANUTENÇÃO CORRETIVA**

Será executada imediatamente após a ocorrência de defeitos, falhas, desempenhos insuficientes ou fadigas de materiais, dos sistemas e/ou equipamentos.





## TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

### 4.3.5.3. MANUTENÇÃO PREVENTIVA

Com fornecimento de mão-de-obra, ferramentas, equipamentos e materiais de consumo (graxas, lubrificantes...) necessários à realização destes, na totalidade dos sistemas descritos, incluindo Sistemas Especiais (Redes de Comunicação de Telefonia, Voz e Dados), de acordo com:

- As Especificações dos serviços constantes no presente Termo de Referência;
- Normas Técnicas estabelecidas pela ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas;
- Orientação Técnica dos fabricantes, visando preservar a vida útil e o melhor desempenho dos equipamentos;

### 4.3.5.4. MANUTENÇÃO PREDITIVA

Consiste em fazer o monitoramento regular das condições mecânicas, eletroeletrônicas, eletropneumáticas, eletrohidráulicas e elétricas dos equipamentos e instalações, monitorando o rendimento operacional, com o objetivo de aumentar os intervalos entre reparos por quebras (manutenção corretiva) e reparos programados (manutenção preventiva), e maximizar o rendimento no processo produtivo para que os equipamentos e instalações estejam disponíveis o maior tempo possível para operação.

**4.3.5.5.** Os serviços abrangem operação dos Sistemas Elétricos (subestação e equipamentos de energia convencional, quadros elétricos), dos Sistemas Mecânicos (motores, elevadores hidráulicos, sistema central de ar condicionado “água gelada” e VRF, ar condicionado de janela e portátil, além de unidades “self container” e “multisplit”), das Instalações Cíveis (instalações prediais, hidrossanitárias, de águas pluviais e mobiliários), do Sistema de Combate a Incêndios e dos Sistemas Especiais (CFTV, Rede de Lógica, Redes de Comunicação de Telefonia, Voz, Dados e Som).

**4.3.5.6.** O detalhamento dos equipamentos que compõem os sistemas das edificações encontra-se no Anexo B, e o Plano de Manutenção, Operação e Controle (PMOC) localiza-se no Anexo C, deste Termo de Referência.

**4.3.5.7.** Os serviços serão executados com disponibilização de postos de trabalho, compostos de profissionais, ferramentas e equipamentos que ficarão alocados na Sede do TRE-BA, em Salvador. Os serviços serão prestados nos imóveis listados no ANEXO A (Endereços dos Locais para Prestação dos Serviços) do Termo de Referência e, eventualmente, na Capital, em instalações provisórias para as eleições, bem como em imóveis ocupados ainda que temporariamente pelo TRE-BA em programas e/ou ações afirmativas de seu interesse, tais como o “Projeto TRE PERTO DE VOCÊ” e similares.

**4.3.5.8.** Os serviços deverão ser executados com o máximo de esmero, de forma contínua, primando pela qualidade do funcionamento e durabilidade das instalações e equipamentos, seguindo as especificações deste Termo de Referência, do seu ANEXO C (PMOC) e as recomendações constantes nas seguintes normas:

- IN N.º 01/ SLTI, de 19 de janeiro de 2010 – que dispõe sobre critérios de sustentabilidade



## TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional.

- Lei N.º 12.187, de 29 de dezembro de 2009 – que institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima – PNMC.
- Lei N.º 10.295, de 17 de outubro de 2001 – que dispõe sobre a Política Nacional de Conservação e Uso Racional de Energia.
- Revogada pela Portaria nº 149, de 7 de abril de 2020.
- Normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT.
- Normas do Instituto Nacional de Metrologia – INMETRO e suas regulamentações.
- Aos regulamentos das empresas concessionárias.
- Prescrições e recomendações dos fabricantes relativamente ao emprego, uso, transporte e armazenagem dos produtos.
- Normas internacionais consagradas, na falta das normas ABNT ou para melhor complementar os temas previstos pelas já citadas.
- Leis e Resoluções relativas ao Meio Ambiente:
  - ✓ Resolução CONAMA n.º 307, de 5 de julho de 2002 - Estabelece diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil. Regulamentações.
  - ✓ Leis e Resoluções relativas a sistemas de climatização e qualidade do ar interior:
  - ✓ NBR 16.401-3, de 03 de agosto de 2008 - Instalações de ar-condicionado - Sistemas centrais e unitários - Parte 3: Qualidade do ar interior.

Resolução n.º 176, de 24 de outubro de 2000 e atualizações – ANVISA - Padrões referenciais de qualidade do ar interior, em ambientes climatizados artificialmente de uso público e coletivo.

- Normativos técnicos específicos e suas atualizações:

Norma EIA/TIA/ANSI 568-B.1 - Cabeamento de Prédios Comerciais.

Norma EIA/TIA/ANSI 568-B.2 - Padrões mínimos de performance dos componentes de cabeamento.

Norma EIA/TIA/ANSI 606 - Identificação e Administração do Cabeamento e da Instalação.

Elaboração de Projetos de Cabeamento de Telecomunicações para Rede Interna Estruturada.

NBR 13.726 - Redes telefônicas internas em prédios - Tubulação de entrada telefônica – Projeto.

NBR 13.300, 13.301 - Redes telefônicas internas em prédios (Terminologia; Simbologia).

NBR 14.306 - Proteção elétrica e compatibilidade eletromagnética em redes internas de telecomunicações em edificações – Projeto.

NBR 10.842 - Equipamentos para Tecnologia da Informação - Requisitos de segurança.



## TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

NBR 5.410 - Instalações elétricas de baixa tensão.

NBR 5.419 - Proteção de estruturas contra descargas atmosféricas.

NR 6 – Equipamento de proteção individual – EPI.

NR 7 - Programa de controle médico de saúde ocupacional.

NR 9 - Programa de prevenção de riscos ambientais.

NR 10 - Segurança em Instalações e Serviços em Eletricidade.

NR 18 - Condições e meio ambiente de trabalho na indústria da construção.

NR 35 - Segurança em Altura.

**4.3.5.9.** Todo e qualquer serviço realizado, além de qualquer anormalidade na execução destes, deverá ser registrado diariamente no Livro de Ocorrências que permanecerá sempre à disposição da Seção de Manutenção Predial – SEMAP e da Coordenadoria de Manutenção Predial – COMANP, com os esclarecimentos que se façam necessários.

**4.3.5.10.** O engenheiro eletricista (Supervisor) será o responsável pela execução e acompanhamento diário dos serviços, orientando o registro fidedigno de todos os serviços realizados nas instalações deste Tribunal, zelando também pela descrição de quaisquer fatos relevantes diariamente no Livro de Ocorrências, quando ocorrerem (anotações de irregularidades detectadas, ocorrências relativas à execução do contrato, tipo de manutenção efetuada nos equipamentos - preventiva e/ou corretiva - causas do defeito, providências adotadas e especificação de peças e materiais substituídos e também as equipes que atuaram em cada uma das referidas atividades). Tais anotações serão submetidas diariamente à Fiscalização.

**4.3.5.11.** A ausência, neste Termo de Referência, de qualquer procedimento necessário à devida manutenção dos equipamentos não exclui a sua execução, sendo de inteira responsabilidade da Contratada os danos que possam advir desta omissão.

**4.3.5.12.** A Administração se reserva o direito de exigir a imediata reparação, correção, reconstrução e substituição, sem ônus adicionais para a Contratante, no todo ou em parte, de danos ou prejuízos ocorridos em consequência dos serviços em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da sua execução.

**4.3.5.13.** Considerar-se-á a Contratada como altamente especializada nos serviços em questão e que, por conseguinte, deverá ter computado, no valor global da sua proposta, também os complementos e acessórios por acaso omitidos, mas implícitos e necessários à boa e perfeita execução dos serviços contratados, de modo a propiciar o pleno funcionamento de todas as instalações, máquinas e equipamentos.

**4.3.5.14.** Considera-se sempre que a Contratada dispõe da totalidade dos conhecimentos técnicos, gerenciais e administrativos e dos meios necessários, suficientes e adequados à execução dos serviços, os quais deverá mobilizar e empregar com eficiência e eficácia para o cumprimento fiel do contrato firmado. Portanto, não caberá qualquer pleito de alteração de valores dos serviços contratados pela substituição de



## TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

métodos, técnicas, acessórios, equipamentos auxiliares e materiais associados à execução dos serviços, bem como meios de produção que estejam incompatíveis com o conjunto dos serviços a realizar nas quantidades, prazos e qualidade requeridos.

### **4.3.5.15.CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL**

**4.3.5.15.1.** Tendo em vista a Recomendação n.º 11/2007 e a Resolução n.º 400/2021 do CNJ e a Instrução Normativa n.º 01/2010 do Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão, deverão ser observados os seguintes critérios de sustentabilidade ambiental durante a execução do serviço:

**4.3.5.15.2.** Adotar boas práticas de otimização de recursos/redução de desperdício/menor poluição, tais como:

- a) Racionalização do uso de substâncias potencialmente tóxico-poluente;
- b) Substituição de substâncias tóxicas por outras atóxicas ou de menor toxicidade;
- c) Realizar um programa interno de treinamento de seus empregados, nos três primeiros meses da execução contratual, para redução de consumo de energia elétrica e de água, bem como de redução de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes;
- d) Realizar treinamento para destinação adequada dos resíduos gerados nas atividades de limpeza, asseio e conservação;
- e) Usar produtos de limpeza e conservação de superfície e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA.
- f) Observar a Resolução CONAMA n.º 20, de 1994, quanto aos equipamentos de limpeza que gerem ruídos no seu funcionamento;
- g) Fornecer a seus empregados os equipamentos de segurança (EPI's e EPC's) de que se fizerem necessários, para execução dos serviços, responsabilizando-se pela higienização e conservação dos equipamentos;
- h) Respeitar as Normas Brasileiras – NRB publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos;
- i) Desenvolver ou adotar manuais de procedimentos de descarte de materiais potencialmente poluidores, tais como: pilhas, baterias e lâmpadas dispostas para descarte que contenham, em suas composições, chumbo, mercúrio e seus compostos, remetendo-os para os estabelecimentos que comercializam ou à rede de assistência técnica autorizada pelas respectivas indústrias, nos termos do artigo 22 da Resolução CONAMA n.º 401, de 4/11/2008.

**4.3.5.15.3.** Efetuar o recolhimento e o descarte adequado do óleo lubrificante usado ou contaminado originário da contratação, bem como de seus resíduos e embalagens, conforme determina o artigo 33, inciso IV, da Lei n.º 12.305/2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos e Resolução CONAMA n.º 362, de 23/06/2005, obedecendo aos seguintes procedimentos:



## TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

**a)** recolher o óleo lubrificante usado ou contaminado, armazenando-o em recipientes adequados e resistentes a vazamentos e adotando as medidas necessárias para evitar que venha a ser misturado com produtos químicos, combustíveis solventes, água e outras substâncias que inviabilizem sua reciclagem, conforme artigo 18, incisos I e II, da Resolução CONAMA n° 362, de 23/06/2005, e legislação correlata;

**b)** providenciar a coleta do óleo lubrificante usado ou contaminado recolhido, através de empresa coletora devidamente autorizada e licenciada pelos órgãos competentes, ou entregá-lo diretamente a um revendedor de óleo lubrificante acabado no atacado ou no varejo, que tem obrigação de recebê-lo e recolhê-lo de forma segura, para fins de sua destinação final ambientalmente adequada, conforme artigo 18, inciso III e § 2º, da Resolução CONAMA n° 362, de 23/6/2005, e legislação correlata;

**b.1)** Exclusivamente quando se tratar de óleo lubrificante usado ou contaminado não reciclável, dar-lhe a destinação final ambientalmente adequada, devidamente autorizada pelo órgão ambiental competente, conforme artigo 18, inciso VII, da Resolução CONAMA n° 362, de 23/6/2005, e legislação correlata.

**4.3.5.15.4.** Cumprir o que estabelece o art. 13 da Lei n° 12.305/2010, quanto aos serviços que gerem resíduos sólidos ou rejeitos.

**4.3.5.15.5.** São proibidas as seguintes formas de destinação ou disposição final de resíduos sólidos ou rejeitos:

**a)** lançamento *in natura* a céu aberto;

**b)** queima a céu aberto ou em recipientes, instalações e equipamentos não licenciados para essa finalidade;

**c)** outras formas vedadas pelo poder público.

**4.3.5.15.6.** Condicionar os resíduos sólidos para coleta de forma adequada, cabendo-lhe observar as normas legais que estabelecem as regras para a seleção e acondicionamento dos resíduos no próprio local de origem, e que indiquem os locais de entrega e coleta.

**4.3.5.15.7.** Em relação aos serviços de manutenção de sistemas, equipamentos ou aparelhos que contenham Substâncias que destroem a Camada de Ozônio (SDO) abrangidas pelo Protocolo de Montreal (notadamente CFCs, Halons, CTC e tricloroetano), observar-se-á:

**a)** Na execução dos serviços, a contratada deverá obedecer às disposições da Resolução CONAMA n° 340, de 25/09/2003, nos procedimentos de recolhimento, acondicionamento, armazenamento e transporte das Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio – SDOs abrangidas pelo Protocolo de Montreal (notadamente CFCs, Halons, CTC e tricloroetano).

**b)** Nos serviços que envolvam a utilização de tintas, vernizes e solventes, deverá ser providenciado o recolhimento dos respectivos recipientes originários da contratação, para posterior repasse às empresas industrializadoras, responsáveis pela reciclagem ou reaproveitamento dos mesmos, ou destinação final ambientalmente adequada, nos termos da legislação que rege a matéria.



## TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

### 4.3.6. ATRIBUIÇÕES DOS POSTOS DE SERVIÇOS

Os profissionais deverão se manter sempre dentro dos padrões de apresentação e higiene exigidos pelo Contratante, e possuir ainda as seguintes características: aptidão para o desempenho de suas atribuições; conduta adequada; iniciativa; dinamismo; capacidade de trabalhar em equipe; organização pessoal; bom gerenciamento de tempo; capacidade de comunicação; capacidade de lidar com situação de frustração e stress; discrição e sigilo profissional; cortesia e capacidade de lidar com o público interno e externo; zelar e conservar todo o material que lhe for confiado para a execução dos serviços.

Os profissionais deverão quando solicitado elaborar listas para aquisição de materiais contratação de serviços e auxiliar e assessorar a Seção de Manutenção Predial no recebimento definitivo de materiais, peças e serviços contratados a terceiros.

As atribuições abaixo especificadas não excluem outras atinentes às funções:

**a) Supervisor:** gerenciar técnica e operacionalmente as atividades de manutenção predial, bem como sua execução; administrar os empregados da Contratada, orientando os Encarregados e as diversas equipes de trabalho sob sua liderança no que concerne à boa técnica e melhores métodos para execução dos serviços sob sua responsabilidade; planejar as atividades e controlar o processo para sua realização; garantir o efetivo cumprimento da jornada de trabalho de cada posto, bem como das cláusulas contratuais, das normas disciplinares internas, do uso do uniforme e crachá de identificação; gerenciar o acesso a sistemas informatizados; gerenciar o controle de documentos, tais como: solicitações de manutenção, entrada e saída de equipamentos e componentes patrimoniais; promover treinamento para as equipes; elaborar, acompanhar e controlar escalas de férias, evitando situações de prejuízo aos serviços contratados, apresentando o(s) profissional(is) substituto(s) à Fiscalização, com todos os documentos pessoais e comprobatórios de experiência profissional com a antecedência necessária; cumprir e fazer cumprir, por toda a equipe, todas as determinações, instruções e orientações emanadas do Gestor do Contrato, salvo se manifestamente ilegais ou não previstas em contrato; distribuir as Ordens de Serviço diárias, delegando sua execução aos Encarregados e suas equipes; cuidar do fiel cumprimento das Ordens de Serviço; controlar metas e avaliar resultados de manutenção predial; acompanhar diariamente o avanço da execução das tarefas confiadas a cada equipe de trabalho, bem como o tempo utilizado para cumpri-las; avaliar o desempenho das equipes e de cada um dos seus membros, associado a cada serviço ou tarefa; avaliar desempenho por medição relativa a prazos, custos, consumo de materiais, dentre outros aspectos; representar graficamente as atividades desempenhadas; realizar estatística dos serviços executados utilizando variáveis como unidade solicitante, tempo decorrido, grau de conclusão, soluções adotadas, materiais empregados, defeito apresentado, equipe executora, dentre outras; analisar os indicadores da manutenção e identificar os caminhos críticos; dimensionar o quantitativo de materiais a serem aplicados nos serviços; avaliar a necessidade da substituição de peças e equipamentos, comunicando-se com a Fiscalização; elaborar orçamentos; elaborar documentação técnica e pequenos projetos de ampliação e modificação das redes elétrica, de lógica e de telefonia necessários ou solicitados pela Fiscalização, promovendo o necessário *as built* dessas instalações, responsabilizando-se tecnicamente por sua execução; acompanhar as intervenções, manobras, manutenções e ampliações havidas na subestação,





## TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

elevadores hidráulicos, no break's, CPD, setor médico e odontológico, grupos geradores, datacenter, chillers etc.; inspecionar relés, disjuntores, circuitos de comando e controle e medidores de energia, com base em instruções técnicas de manutenção e dados fornecidos pelos fabricantes nos catálogos dos equipamentos, bem como em desenhos das instalações, objetivando manter bom nível de confiabilidade do sistema; elaborar relatórios de desempenho de equipamentos, verificando irregularidades, manutenção, tempo de duração das manutenções e falhas, realizando cálculos, objetivando constatar condições de operação dos equipamentos; zelar pela segurança, saúde e meio ambiente; zelar pela conservação do Livro de Ocorrências, apresentando-o diariamente à Fiscalização do Contrato para controle; ; aplicar corretamente as normas e procedimentos de segurança executar outras atividades correlatas à função.

**b) Encarregado - Refrigeração** - planejar as atividades; auxiliar o desenvolvimento de processos; executar projetos; treinar auxiliares; primar pela qualidade dos serviços, aplicando normas e procedimentos de segurança no trabalho; coordenar os postos de trabalho que atuam nos serviços de refrigeração; reportar-se ao Supervisor sob comando imediato deste; receber as Ordens de Serviço distribuídas pelo Supervisor referentes ao sistema e equipamentos de refrigeração e dar cumprimento; estimar materiais e peças necessárias à execução dos serviços afetos a refrigeração; monitorar as temperaturas nos diversos ambientes de trabalho do Tribunal, comunicando qualquer anormalidade ou queixas ao supervisor; operar o sistema de refrigeração; acompanhar e controlar a manutenção e operação do sistema, através de preenchimento de formulários específicos; providenciar diariamente o acionamento e desligamento do sistema central de refrigeração; executar intervenções periódicas em componentes do sistema, com acompanhamento do engenheiro mecânico responsável técnico e com a ajuda de seus auxiliares; realizar testes para aceitação e recebimento de novos equipamentos adquiridos pelo Tribunal; realizar manutenção preventiva/preditiva/corretiva dos componentes do sistema de refrigeração; executar outras atividades correlatas à função.

**c) Encarregado - Elétrica** – planejar as atividades; auxiliar o desenvolvimento de processos; executar projetos; treinar auxiliares; primar pela qualidade dos serviços, aplicando normas e procedimentos de segurança no trabalho; coordenar os postos de trabalho que atuam nos serviços de manutenção elétrica; reportar-se ao Supervisor sob comando imediato deste; receber as Ordens de Serviço distribuídas pelo Supervisor referentes ao sistema e equipamentos elétricos e dar cumprimento; estimar materiais e peças necessárias à execução dos serviços afetos a manutenção elétrica; realizar manutenção preventiva/preditiva/corretiva dos sistemas elétricos, especialmente da casa de máquinas e subestação; executar os serviços elétricos, telefônicos, de cabeamento de rede lógica e de manutenção predial; auxiliar o Supervisor no planejamento dos serviços elétricos sob sua responsabilidade; executar montagem, manutenção preventiva/preditiva/corretiva e reparo de defeitos e anormalidades em instalações elétricas de baixa tensão, sistemas elétricos de máquinas e equipamentos (geradores, motores, transformadores, disjuntores, seccionadoras, pára-raios, equipamentos elétricos de potência, equipamentos e instrumentos de medição e controle, subestação), além de quadros de distribuição e de comando; inspecionar instalações elétricas e equipamentos auxiliares, inclusive subestação; realizar conservação e testar





## TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

equipamentos para atendimentos dos serviços de manutenção; realizar testes e ensaios elétricos para aceitação e recebimento de novos equipamentos e instrumentos; acompanhar e controlar a manutenção e operação dos sistemas, através de preenchimento de formulários específicos; interpretar esquemas e diagramas; realizar levantamento de cargas; manusear com destreza ferramentas da área de eletricidade; realizar instalação de dispositivos e componentes; fazer medições de tensão, resistência e corrente elétrica; testar continuidade, isolamento e funcionamento de componentes elétricos; programar controladores lógicos programáveis (CLP); instalar equipamentos inversores e conversores; substituir e fixar tomadas, interruptores, fusíveis, lâmpadas e reatores, quadros e acessórios; aplicar corretamente as normas e procedimentos de segurança; executar outras atividades correlatas à função.

**d) Encarregado - Civil** – planejar as atividades; auxiliar o desenvolvimento de processos; executar projetos; treinar auxiliares; coordenar os postos de trabalho que atuam nos serviços de manutenção predial; primar pela qualidade dos serviços, aplicando normas e procedimentos de segurança no trabalho; coordenar os postos de trabalho que atuam nos serviços de manutenção que lhe são afetos; reportar-se ao Supervisor sob comando imediato deste; receber as Ordens de Serviço distribuídas pelo Supervisor referentes às suas tarefas e dar cumprimento; estimar materiais e peças necessárias à execução dos serviços que lhe são afetos; executar reparos gerais, inclusive serviços de metalurgia, instalações hidrossanitárias, pequenos serviços e reparos em marcenaria e pequenas obras; localizar e eliminar vazamentos; substituir e efetuar manutenção em encanamentos em geral; assentamento de tijolos, blocos, pisos, azulejos, vasos sanitários, pias, esquadrias, caixilhos, caixas de inspeção, redes de esgoto e hidráulica e outros; reparos em caixas d'água, chuveiros, ralos, válvulas, registros e canos; confeccionar e efetuar reparos em peças de madeira; efetuar reparos em móveis, portas, batentes, esquadrias, armários, divisórias, executar paredes em *dry wall*; montagem e desmontagem de armários e divisórias; executar outras atividades correlatas à função.

**e) Auxiliar Técnico - Telhadista** -Executar trabalhos de serralheria, cortando, armando, instalando e reparando peças de alumínio, ferro, aço e fibrocimento, utilizando ferramentas manuais e mecânicas, adequadas para construção de telhados, bem como consertar, ajustar e/ou reparar elementos e substituir peças; experiência em locais com grandes alturas e na manutenção de calhas, rufos e estruturas metálicas. executar outras atividades correlatas à função.

**f) Auxiliar Técnico - Civil** - Auxiliar no planejamento e execução das atividades; auxiliar o desenvolvimento de processos; executar projetos; treinar auxiliares; auxiliar na coordenação dos postos sob a supervisão do Encarregado de Manutenção Predial; primar pela qualidade dos serviços, aplicando normas e procedimentos de segurança no trabalho; reportar-se ao Encarregado de Manutenção Predial sob comando imediato deste; receber as Ordens de Serviço distribuídas pelo Encarregado de Manutenção Predial referentes às suas tarefas e dar cumprimento; auxiliar na estimativa de materiais e peças necessárias à execução dos serviços que lhe são afetos; executar reparos gerais, inclusive pequenos



## TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

serviços e reparos em marcenaria, metalurgia, instalações hidrossanitárias e pequenas obras; localizar e eliminar vazamentos; substituir e efetuar manutenção em encanamentos em geral; assentamento de tijolos, blocos, pisos, azulejos, vasos sanitários, pias, esquadrias, caixilhos, caixas de inspeção, redes de esgoto e hidráulica e outros; reparos em caixas d'água, chuveiros, ralos, válvulas, registros e canos; confeccionar e efetuar reparos em peças de madeira; efetuar reparos em móveis, portas, batentes, esquadrias, armários, divisórias, executar paredes em dry wall; montagem e desmontagem de armários e divisórias; executar outras atividades correlatas à função”.

**g) Técnico em Segurança do Trabalho:** Informar os trabalhadores sobre os riscos da sua atividade, bem como as medidas de eliminação e neutralização; Analisar os métodos e os processos de trabalho e identificar os fatores de risco de acidentes do trabalho, doenças profissionais e do trabalho e a presença de agentes ambientais agressivos ao trabalhador, propondo sua eliminação ou seu controle; Executar os procedimentos de segurança e higiene do trabalho e avaliar os resultantes alcançados, adequando-os estratégias utilizadas de maneira a integrar o processo Prevencionista em uma planificação, beneficiando o trabalhador; Executar programas de prevenção de acidentes do trabalho, doenças profissionais e do trabalho nos ambientes de trabalho, com a participação dos trabalhadores, acompanhando e avaliando seus resultados, bem como sugerindo constante atualização dos mesmos estabelecendo procedimentos a serem seguidos; Executar as normas de segurança referentes a projetos de construção, aplicação, reforma, arranjos físicos e de fluxos, com vistas à observância das medidas de segurança e higiene do trabalho, inclusive por terceiros; Indicar, solicitar e inspecionar equipamentos de proteção contra incêndio, recursos audiovisuais e didáticos e outros materiais considerados indispensáveis, de acordo com a legislação vigente, dentro das qualidades e especificações técnicas recomendadas, avaliando seu desempenho; Cooperar com as atividades do meio ambiente, orientando quanto ao tratamento e destinação dos resíduos industriais, incentivando e conscientizando o trabalhador da sua importância para a vida; Orientar as atividades desenvolvidas por empresas contratadas, quanto aos procedimentos de segurança e higiene dos trabalhos previstos na legislação ou constantes em contratos de Prestação de serviço; Executar as atividades ligadas à segurança e higiene do trabalho utilizando métodos e Técnicas científicas, observando dispositivos legais e institucionais que objetivem a eliminação, controle ou redução permanente dos riscos de acidentes do trabalho e a melhoria das condições do ambiente, para preservar a integridade física e mental dos trabalhadores; normas regulamentos e outros dispositivos de ordem técnica, que permitam a proteção coletiva e individual; Informar os trabalhadores e o empregador sobre as atividades insalubre, perigosas e penosas existentes na empresa, seus riscos específicos, bem como as medidas e alternativas de eliminação ou neutralização dos mesmos; Avaliar as condições ambientais de trabalho e emitir parecer técnico e permissão de trabalho que subsidie o planejamento e a organização do trabalho de forma segura para o trabalhador; Outras atividades correlatas.

**h) Técnico em Redes e Telecomunicações** – realizar a manutenção dos sistemas de rede de computadores, telefônico, de telecomunicações e de som; em campo, realizar manutenção corretiva/preventiva em equipamentos de telecomunicações tais como: centrais telefônicas, equipamentos



## TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

de comunicação, antenas, instalação de ramais e redes telefônicas; operar o sistema de telecomunicações verificando melhoria das instalações e funcionamento dos equipamentos; configurar, instalar e testar aparelhos telefônicos Ips e ATAS (Adaptadores para Telefone Analógico); operar, monitorar e configurar os sistemas da central telefônica; monitorar o funcionamento dos serviços (URA, Chatbots, dentre outros) e dispositivos (aparelhos telefônicos e ATAS) que operam na central telefônica, de modo a garantir o funcionamento ininterrupto deles; executar serviços de instalação, montagem, reparo, limpeza e ensaios nos sistemas e instalações sob sua alçada; auxiliar no levantamento de equipamentos necessários para dinamizar a comunicação entre setores, com base nas necessidades dos usuários; instalar equipamentos de telecomunicação bem como circuitos eletrônicos, de acordo com projetos; executar projetos de redes telefônicas, de acordo com a localização e disposição dos aparelhos; levantar dados para elaboração e atualização do cadastro geral das instalações, equipamentos e instrumentos de testes; realizar manutenção preventiva e corretiva em sistemas de baterias dos equipamentos, de acordo com manuais, catálogos, instruções e especificações técnicas; identificar e analisar anormalidade de regulação de tensão nos equipamentos; modificar o sistema de telecomunicações através de melhoramento de instalação, alterando condições de funcionamento de equipamentos, se determinado pela Fiscalização do Contrato; analisar instruções de manutenção e funcionamento dos equipamentos, através de manuais, catálogos, instruções e especificações técnicas; executar testes de aceitação de equipamentos para comprovação de especificações técnicas do fabricante; informar imediatamente ao Encarregado de Manutenção Elétrica qualquer anormalidade encontrada; acompanhar o preenchimento de formulários de controle das condições operativas do sistema e inspeções dos equipamentos; participar das manobras necessárias à instalação e operação de sistemas e componentes; manter em observação constante as condições de operação do sistema telefônico; resolver qualquer situação de emergência, como interrupção do sistema, dano em equipamentos, acidentes pessoais e outros; executar outras atividades correlatas à função.

**i) Técnico em Eletromecânica** – executar a manutenção preventiva/preditiva/corretiva de sistemas mecânicos em geral, especialmente elevadores hidráulicos, bombas, motores e outros serviços congêneres; auxiliar o Encarregado de Manutenção Elétrica no planejamento dos serviços sob sua responsabilidade; executar montagem, reparo de defeitos e eliminação de anormalidades em instalações elétricas de baixa tensão e sistemas elétricos dedicados a máquinas e equipamentos sob sua alçada; inspecionar instalações eletromecânicas; realizar conservação e testar equipamentos para atendimentos dos serviços de manutenção; realizar testes e ensaios para aceitação e recebimento de novos equipamentos e instrumentos; acompanhar a manutenção e operação dos sistemas, através de preenchimento de formulários específicos; manusear com destreza ferramentas da área de eletricidade; realizar instalação de dispositivos e componentes; fazer medições; testar continuidade, isolamento e funcionamento de componentes elétricos; aplicar corretamente as normas e procedimentos de segurança; executar outras atividades correlatas à função.

**j) Bombeiro Civil** – elaborar relatório das irregularidades encontradas nos sistemas preventivos com apresentação de eventuais sugestões para melhoria das condições de segurança; conhecer a técnica e



## TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

tática para utilização dos equipamentos e sistemas de extinção de incêndio tais como mangueiras, extintores, chuveiros automáticos; conhecer a localização dos alarmes, extintores, caixas de hidrante, bem como, a ligação do conjunto de bombas de pressurização da rede de hidrantes; estar sempre em condições de auxiliar o Corpo de Bombeiros, por ocasião de sua chegada, no sentido de fornecer dados gerais sobre o edifício e o evento, bem como, promover o rápido e fácil acesso aos dispositivos de segurança; efetuar rondas diárias e esporádicas em todas as instalações dos edifícios para verificar a existência de possíveis problemas que possam representar eventuais riscos de incêndio. Em situações de emergência, deverá: identificar e avaliar a situação; acionar imediatamente o Corpo de Bombeiros; combater o incêndio em sua fase inicial, de forma que possam ser controlados por meio de materiais e equipamentos colocados pelo Contratante em suas instalações; determinar a interrupção do fornecimento de energia elétrica quando da ocorrência de sinistro, acionando a equipe de manutenção predial para tanto ou, em caso de impossibilidade, adotar por si as providências necessárias para tanto. Deverá também: atualizar e manter o estoque de materiais e equipamentos de uso da Brigada de Incêndio, acrescentando o que for necessário à execução dos serviços; registrar em Livro de Ocorrência os principais fatos ocorridos no turno; avaliar, liberar e acompanhar atividades de risco atinentes à atividade de Brigada de Incêndio; planejar ações preventivas de incêndio; participar ativamente e auxiliar no treinamento da população do TRE quanto aos procedimentos a serem adotados em casos de emergência, conforme previsão no Plano de Segurança Contra Incêndio e Pânico; informar-se dos procedimentos ocorridos no plantão anterior; inspecionar periodicamente as dependências objeto do contrato, com a finalidade de detectar e avaliar possíveis riscos que possam comprometer a integridade física de pessoas e do patrimônio público; inspecionar periodicamente os sistemas de detecção, alarme, equipamentos preventivos e de controle e proteção contra incêndio e pânico, em especial as saídas de emergências, os preventivos fixos e equipamentos de combate a incêndio, as rotas de fuga, mantendo-as liberadas e sinalizadas comunicando ao supervisor, com a maior brevidade possível, as anormalidades detectadas; sugerir a adoção de medidas técnicas e corretivas para melhoria das condições de segurança; participar dos exercícios simulados de abandono, combate a incêndio e primeiros socorros e outros atinentes à atividade de Brigada de Incêndio; acionar, imediatamente, o Corpo de Bombeiros, em situações de alerta de incêndio, informando sobre o sinistro e prestando os primeiros socorros às possíveis vítimas; combater princípios de incêndio, utilizando o plano de combate e abandono desenvolvido, atuando em conjunto com o Corpo de Bombeiros após sua chegada; implementar controle dos prazos de urgência da carga e teste hidrostático do sistema de extintores relatando ao Contratante com antecedência mínima de 3 meses Deverá acompanhar e orientar permanentemente a Brigada de Incêndio, informando todos os procedimentos, vistorias, planos e treinamentos necessários, para que o Tribunal tome providências em tempo hábil.

**k) Técnico em Refrigeração** – executar a operação e manutenção do sistema de ar condicionado, acionando motores, ventiladores, chillers para resfriamento de líquidos, fancoil para climatização de ambientes, dispositivos de controle pneumático e eletroeletrônico e condicionadores de ar; instalação de dutos do sistema de refrigeração e sistemas VRF; registrar ocorrências operacionais e preencher relatórios de rotina; atuar em conformidade a normas e procedimentos técnicos e de qualidade, segurança, higiene, saúde e preservação ambiental; executar outras atividades correlatas à função.



## TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

**l) Eletricista** – realizar manutenção preventiva/preditiva/corretiva dos sistemas elétricos, sistema de sonorização, sistema de detecção e alarme de incêndio, especialmente da casa de máquinas e subestação; executar os serviços elétricos, telefônicos, de cabeamento de rede lógica e de manutenção predial; auxiliar o Encarregado de Manutenção Elétrica no planejamento dos serviços elétricos sob sua responsabilidade; executar montagem, manutenção preventiva/preditiva/corretiva e reparo de defeitos e anormalidades em instalações elétricas de média e baixa tensão, sistemas elétricos de máquinas e equipamentos (geradores, motores, transformadores, disjuntores, seccionadoras, pára-raios, equipamentos elétricos de potência, equipamentos e instrumentos de medição e controle, subestação), além de quadros de distribuição e de comando; inspecionar instalações elétricas e equipamentos auxiliares, inclusive subestação; realizar conservação e testar equipamentos para atendimentos dos serviços de manutenção; realizar testes e ensaios elétricos para aceitação e recebimento de novos equipamentos e instrumentos; acompanhar e controlar a manutenção e operação dos sistemas, através de preenchimento de formulários específicos; interpretar esquemas e diagramas; realizar levantamento de cargas; manusear com destreza ferramentas da área de eletricidade; realizar instalação de dispositivos e componentes; fazer medições de tensão, resistência e corrente elétrica; testar continuidade, isolamento e funcionamento de componentes elétricos; programar controladores lógicos programáveis (CLP); instalar equipamentos inversores e conversores; substituir e fixar tomadas, interruptores, fusíveis, lâmpadas e reatores, quadros e acessórios; aplicar corretamente as normas e procedimentos de segurança; executar outras atividades correlatas à função.

**m) Ajudante de Montagem e Manutenção (Servente Prático)** – auxiliar a execução reparos gerais, inclusive pequenos serviços e reparos em marcenaria, metalurgia, instalações hidrossanitárias, elétrica, pintura e pequenas obras; localizar e eliminar vazamentos; substituir e efetuar manutenção em encanamentos em geral; assentamento de tijolos, blocos, pisos, azulejos, vasos sanitários, pias, esquadrias, caixilhos, caixas de inspeção, redes de esgoto e hidráulica e outros; reparos em caixas d'água, chuveiros, ralos, válvulas, registros e canos; troca de lâmpadas, troca de tomadas, montagem e desmontagem de infraestrutura elétrica, preparar base para pintura, confeccionar e efetuar reparos em peças de madeira; efetuar reparos em móveis, portas, batentes, esquadrias; montagem e desmontagem de armários, divisórias e dry wall; executar outras atividades correlatas à função.

**n) Pintor Industrial (Estruturas Metálicas)** - executar serviços de pintura em estruturas metálicas, inclusive trabalho em altura (NR-35) com aplicação de técnicas de alpinismo industrial, se necessário, presencialmente acompanhado por *Técnico de Segurança do Trabalho* e sempre mediante emissão de *Permissão de Trabalho* prévia, com utilização de materiais e técnicas aplicáveis à linha industrial e marítima e automotiva; realizar serviços de preparo de superfícies a serem pintadas, com o uso de materiais, técnicas e equipamentos adequados, inclusive pistola; executar raspagem e lixamento de superfícies metálicas de forma manual ou com lixadeiras elétricas, eliminando corrosões; proteger superfícies com a aplicação de *anti-oxidantes* adequados (tipo “Oxy-bar”); corrigir superfícies metálicas tratadas com uso de massa sintética *polyester* e similares; estar apto a realizar preparo de tintas poliuretano (PU), epóxi, PVA, esmaltes sintéticos e tintas para piso; ser capaz de adicionar e dosar





## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA**

corretamente diluentes, catalisadores, secantes, pigmentos e outros agregados em quantidades convenientes, no preparo das diversas tintas aplicadas nas instalações deste Tribunal, obtendo coloração, viscosidade, homogeneidade e fixação adequadas; executar serviços de demarcação de vagas e sinalização de vagas especiais, com utilização de gabaritos e técnicas adequadas; efetuar pintura de paredes, coberturas, forros, portas, esquadrias, casas de comando, ferragens, equipamentos e sinalização de segurança; zelar pelos equipamentos e/ou ferramentas aplicáveis ao serviço de pintura; executar outras atividades correlatas à função.

### **4.3.7. PRAZOS**

**4.3.7.1.** Os serviços deverão ser iniciados em até 15 (quinze) dias úteis, contados do recebimento, pela Contratada, da Ordem de Serviços (OS), a ser providenciada pela Fiscalização do Contrato, no prazo de até 20 (vinte) dias, a contar da data do recebimento, pela Contratada, da via do contrato assinada.

**4.3.7.2.** Os serviços de manutenção serão realizados preferencialmente de forma preventiva e, ocasionalmente, de forma corretiva.

**4.3.7.3.** A execução dos serviços de manutenção corretiva deverá ser iniciada em até 24 (vinte e quatro) horas do registro da ordem de serviço. Nos casos de urgência, este prazo será reduzido para 2 (duas) horas. A ordem de serviço será registrada por meio eletrônico (sistema de gestão de manutenção e/ou correio eletrônico) ou telefone (fixo ou celular). A utilização do telefone será feita apenas em casos excepcionais.

**4.3.7.4.** De acordo com a dimensão e complexidade dos serviços de manutenção corretiva eventuais a serem realizados, será definido prazo para conclusão dos trabalhos em comum acordo entre a Fiscalização do Contrato e a Contratada. Tal prazo será registrado na OS e seu descumprimento resultará na aplicação do desconto decorrente do IMR ou de penalidade à Contratada.

**4.3.7.5.** A Contratada deverá apresentar os pequenos projetos de modificação das redes elétrica/lógica/telefonia/hidráulica solicitados em até 02 (dois) dias úteis após a solicitação por e-mail.

**4.3.7.6.** Será de inteira responsabilidade da Contratada os danos que possam advir do não atendimento ou o atraso dos chamados, sendo passível de apuração da responsabilidade contratual.

**4.3.7.7.** Quando a execução do serviço coloque em risco a segurança de pessoas e/ou instalações, o Contratante poderá determinar a suspensão imediata dos serviços que estiverem sendo executados, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

### **4.3.8. MATERIAIS, PEÇAS, COMPONENTES, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAL**

#### **4.3.8.1. SERVIÇOS, MATERIAIS, PEÇAS, COMPONENTES E EQUIPAMENTOS DE REPOSIÇÃO EVENTUAIS**

A Contratada deverá fornecer materiais/peças/componentes/equipamentos de reposição eventuais, bem como executar serviços eventuais, tais como impermeabilização, marcenaria, vidraçaria e manutenção



## TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

corretiva de máquinas e equipamentos, necessários à execução dos serviços, que serão objeto de pagamento mensal, considerando-se os valores constantes da Tabela SINAPI vigente na data da apresentação da proposta, observado o seguinte:

a) Na falta da especificação do insumo na Tabela SINAPI - Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil, será efetuada composição de preços de acordo com a seguinte ordem:

1º) TCPO – Editora PINI, Tabela de Composição de Preços para Orçamentos;

2º) base do ORSE – Orçamento de Obras de Sergipe;

3º) tabela de referência publicada pela empresa STABILE – SBC SISTEMAS E CONSULTORIA DE CUSTOS LTDA.

b) Excepcionalmente, quando não houver especificação do insumo/equipamento na Tabela SINAPI, na TCPO – Editora PINI, no ORSE e SBC, ou quando a equipe de fiscalização verificar que o preço praticado no mercado encontra-se inferior ao das tabelas de referências acima mencionadas, a contratada fornecerá os insumos com base no preço do mercado local, mediante apresentação de 03 orçamentos, sendo considerado para pagamento aquele de menor preço. A obrigação da contratada em apresentar orçamento não afasta a responsabilidade da Administração pela verificação, por seus próprios meios, da compatibilidade dos preços com os praticados no mercado.

c) Em observância ao Acórdão nº 2622/2013 – TCU – Plenário, no que se refere ao fornecimento de **materiais** e **equipamentos**, será adotada a figura do BDI diferenciado em relação àquele ofertado na licitação. Neste caso, conforme planilha estimativa em anexo, será adotado o percentual de **13,10% (treze vírgula dez por cento)** para **materiais** e **19,30% (dezenove vírgula trinta por cento)** para **serviços/equipamentos**. A licitante deverá encaminhar planilha com o detalhamento do BDI que será adotado para materiais e para serviços eventuais/locação de equipamentos, funcionando os percentuais consignados no TR como limite de aceitabilidade da Administração.

d) Os materiais, peças, componentes e equipamentos de reposição eventuais deverão ser novos, de primeira qualidade e aprovados pela fiscalização do contrato. As peças deverão ser originais e genuínas.

e) Os materiais, peças, componentes e equipamentos de reposição adquiridos deverão ter prazo mínimo de garantia de 90 (noventa) dias.

f) A Contratada deverá apresentar memória de cálculo dos quantitativos para contratação dos serviços ou aquisição de materiais

### 4.3.8.1.1 – Detalhamento do BDI

BDI - SERVIÇOS/LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS		
DESCRIÇÃO		TAXA (%)
AC	Administração Central	1,50



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA**

S + G		Seguros + Garantias	0,48	
R		Riscos	0,56	
DF		Despesas Financeiras	1,11	
L		Lucro/Remuneração	5,11	
Tributos	Tributos			
	ISS	Imposto Sobre Serviços	5,00	8,65
	C	COFINS	3,00	
	P	PIS	0,65	
	CPRB	Contribuição Previdenciária sobre a Renda Bruta		
BDI CALCULADO (%)			19,30%	

BDI POSTOS DE TRABALHO				
DESCRIÇÃO			TAXA (%)	
AC		Administração Central	5,00	
S + G		Seguros + Garantias		
R		Riscos		
DF		Despesas Financeiras		
L		Lucro/Remuneração	6,00	
Tributos	Tributos			
	ISS	Imposto Sobre Serviços	5,00	8,65
	C	COFINS	3,00	
	P	PIS	0,65	
	CPRB	Contribuição Previdenciária sobre a Renda Bruta		
BDI CALCULADO (%)			21,84%	



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA**

BDI - MATERIAIS				
DESCRIÇÃO			TAXA (%)	
AC		Administração Central	1,50	
S + G		Seguros + Garantias	0,48	
R		Riscos	0,56	
DF		Despesas Financeiras	1,11	
L		Lucro/Remuneração	5,11	
Tributos	Tributos			
	ISS	Imposto Sobre Serviços		3,65
	C	COFINS	3,00	
	P	PIS	0,65	
	CPRB	Contribuição Previdenciária sobre a Renda Bruta		
BDI CALCULADO (%)			13,10%	

$$BDI = \frac{(1 + (AC + R + S + G)) \times (1 + DF) \times (1 + L)}{(1 - T)} - 1$$

Em que:

AC = taxa representativa das despesas de rateio da administração central;

S + G = taxa representativa de seguros mais garantias;

R = taxa representativa de riscos;

DF = taxa representativa das despesas financeiras;

L = taxa representativa do lucro/remuneração;

T = taxa representativa da incidência de tributos.

#### **4.3.8.2. DISPONIBILIZAÇÃO DE EQUIPAMENTOS ESPECIAIS**

**4.3.8.2.1.** A Contratada deverá disponibilizar, por meios próprios ou por subcontratação, seja por locação ou cessão, plataforma elevatória articulada, andaime fachadeiro, caminhão muque, entre outros,



## TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

sempre que necessários para realizar manutenção em áreas de difícil acesso ou em que seja impossível ou não recomendável a instalação de andaimes. Os custos com a disponibilização dos referidos equipamentos deverão constar na proposta da Contratada, em item específico, conforme Planilha de Custos e Formação de Preços (modelo constante do Edital). Contudo, o pagamento somente ocorrerá com o efetivo uso.

**4.3.8.2.2.** A disponibilização dos equipamentos serão objeto de pagamento considerando-se os valores constantes da Tabela SINAPI vigente na data da apresentação da proposta, observado o seguinte:

**a)** Na falta da especificação do insumo na Tabela SINAPI - Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil, será efetuada composição de preços de acordo com a seguinte ordem:

1º) TCPO – Editora PINI, Tabela de Composição de Preços para Orçamentos;

2º) base do ORSE – Orçamento de Obras de Sergipe;

3º) tabela de referência publicada pela empresa STABILE – SBC SISTEMAS E CONSULTORIA DE CUSTOS LTDA.

**b)** Excepcionalmente, quando não houver especificação do equipamento na Tabela SINAPI, na TCPO – Editora PINI, no ORSE e SBC, ou ainda, se verificado pela equipe de fiscalização que o preço praticado no mercado encontra-se inferior ao das tabelas de referências acima mencionadas, a contratada fornecerá os itens com base no preço do mercado local, mediante apresentação de 03 orçamentos, sendo considerado para pagamento aquele de menor preço. A obrigação da contratada em apresentar orçamento não afasta a responsabilidade da Administração pela verificação, por seus próprios meios, da compatibilidade dos preços com os praticados no mercado.

**c)** Em observância ao Acórdão nº 2622/2013 – TCU – Plenário, no que se refere ao fornecimento de **materiais e equipamentos**, será adotada a figura do BDI diferenciado em relação àquele ofertado na licitação. Neste caso, conforme planilha estimativa em anexo, será adotado o percentual de **13,10% (treze vírgula dez por cento)** para **materiais** e **19,30% (dezenove vírgula trinta por cento)** para **serviços/locação de equipamentos**. **A licitante deverá encaminhar planilha com o detalhamento do BDI que será adotado para materiais e para serviços eventuais/locação de equipamentos, funcionando os percentuais consignados no TR como limite de aceitabilidade da Administração.**

### **4.3.8.3. MATERIAIS DE CONSUMO BÁSICOS**

**a.** São materiais de consumo, peças de reposição e insumos relacionados aos equipamentos e ferramental básicos, necessários ou complementares à sua utilização, tais como buchas, fita isolante, abraçadeiras, graxa, estopa, brocas, etiquetas, arrebites, pregos, porcas, arruelas, pilhas, lixas, disco de serra etc., a serem utilizados na execução dos serviços, manutenções preventivas e corretivas, cujos custos já estão incluídos na composição da mão de obra, na parcela referente a materiais.

**b.** A Contratada deverá fornecer todo e qualquer material de consumo básico necessário à perfeita execução dos serviços, sem ônus adicional para a Contratante, devendo os seus custos estarem conforme



## TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

Planilha de Custos e Formação de Preços (modelo constante do Edital). A Contratada deverá manter estoque mínimo desses itens, na sede do TRE-BA, para o fornecimento imediato aos seus empregados no atendimento dos serviços.

### **Lista Exemplificativa do Material de Consumo Básico Anual**

Material de Consumo	Unidade	Quantidade
Abraçadeiras ½" a 1.1/4"	Un	300
Acetileno (2 cilindros de 9Kg)	Kg	18
Anéis de vedação 40mm a 100mm	Un	50
Rebites de 2,4mm a 6mm	kg	1
Bóias ½" a 1.1/4"	Un	10
Brocas de 1cm a 13cm	Un	50
Buchas S6,S8,S10	Un	400
Caixas 4" x 2"	Un	20
caixas 4" x 4"	Un	20
Conexões hidráulicas de ½" a 1.1/4"	Un	80
Conectores RJ45	Un	300
Desingripante	Un	50
Eletrodos de uso geral e inox	Kg	30
Escova de aço	Un	3
Fita crepe 50mm e 18mm	Un	40
Fita de alto-fusão	Un	50
Fita isolante de baixa tensão	Un	60
Fita veda-rosca	Un	10
Fitas adesivas 50mm	Un	15
Fusíveis 1A a 10A	Un	20
Graxas	Kg	25
Lâminas de serra	Un	50
Lixas para alvenaria, materiais ferrosos e madeira	Un	50



## TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

Material de Consumo	Unidade	Quantidade
Lubrificantes	Un	50
Madeiras para formas	Un	10
Corda para manutenção das persianas e cortinas	m	50
Palha de aço	Un	3
Parafusos de 1/8" a 1"	Un	500
Pregos	Kg	50
Rebolos	Un	1
Soldas de pequenos reparos ( eletrodo revestido)	kg	3
Soquete E27 e E40	Un	10
Silicone 280g	Un	29
Suporte anti-vibratório para lâmpada fluorescente tubular	Un	10
Terminais elétricos (agulha, garfo, compressão, pressão)	Un	50

### 4.3.8.4. FERRAMENTAL E EQUIPAMENTOS BÁSICOS

**4.3.8.4.1.** Todo o ferramental e equipamentos básicos necessários para a realização dos serviços objeto deste contrato serão fornecidos pela Contratada, sem ônus adicionais para a Contratante, cuja obrigação abrangerá também o acondicionamento, transporte e demais procedimentos com a colocação e/ou disponibilização no local.

**4.3.8.4.2.** A Contratada deverá manter, nas dependências da Contratante, os Equipamentos e Ferramental necessários às rotinas de manutenção, bem como para uso dos postos de trabalho, que deverão ser listados e mantidos em condições de uso adequado. A Contratante se reserva o direito de solicitar à Contratada qualquer outro equipamento e ferramenta não listado, desde que indispensável à boa execução dos serviços contínuos de manutenção e de apoio, tendo a Contratada o prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas para apresentá-lo, sem ônus para a Contratante.

**4.3.8.4.3.** Os custos com manutenção e depreciação do ferramental e equipamentos deverão constar na proposta da Contratada, conforme modelo de Planilha de Custos e Formação de Preços (modelo no Anexo III do Edital), na composição da mão de obra, na parcela referente a equipamentos e ferramental.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

**Lista Exemplificativa do Ferramental e Equipamentos Básicos**

DESCRIÇÃO	QTD
Alavanca	1
Alicate bico chato	3
Alicate bico torto com mola	2
Alicate bomba d'água	6
Alicate cortador, descascador e desencapador de fio	8
Alicate crimpador RJ11 e RJ45 com trava de catraca - rede e telefonia.	2
Alicate de bico fino	8
Alicate de corte	8
Alicate de pressão 10	8
Alicate estrangulador de tubo	2
Alicate para anéis	3
Alicate para prensar terminais p/ fios e cabos	7
Alicate para terminais coaxial catracado RG59,58,62,6.	1
Alicate rebitador manual	7
Alicate torques	5
Alicate universal 8"	15
Alicate volt-amperímetro (fluke).	7
Almotolia	1
Arco de serra manual	3
Aspirador de pó	1
Badisco digital	1
Bomba de transferencia de óleo	1
Bomba tipo "sapo" Altura Manométrica Máxima: 65m (Elevação), Saída 1 = 25mm	1
Broca de aço rápido (jogo) 1 a 13mm 25 peças	10
Broxa para pintor	7



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA**

DESCRIÇÃO	QTD
Cabo extensor pintura 6m	2
Câmera Termográfica	1
Capacimetro	1
Carrinho de mão	2
Cavador reto	1
Certificador de Cabo UTP Fluke	1
Chave B.L.I enroladeira para telefonia.	2
Chave catraca (cachimbo)	3
Chave cortador de tubo manual	2
Chave inglesa 10"	3
Chave Inglesa 24"	1
Chave inglesa 4"	3
Chave Inglesa 6"	3
Chave Philips ¼ x 5"	7
Chave Philips 1/8 x 3	7
Chave Philips 3/16 x 3"	7
Chave Philips 3/16 x 4	7
Chave philips com isolamento 1/4"x5"	8
Chave philips com isolamento 1/8"x3"	8
Chave philips com isolamento 3/16"x3"	8
Chave philips com isolamento 3/16"x3"	8
Chaves de grifo nº 18	2
Chaves de grifo nº 24	1
Chaves de grifo nº 36	1
Chaves de grifo nº 48	1
Colher de pedreiro	5
Compressor	1
Conjunto de maçarico para corte e solda oxi-acetileno	1





**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA**

DESCRIÇÃO	QTD
Decibelímetro digital (equitherm)	1
Desempenadeira de alumínio para aplicação de rejunte	5
Desentupidor de esgotos, pias, ralos e banheiras	2
Desentupidor manual (10 metros)	2
Detector de tensão (minipa)	6
Detector de tensão sequencia de fase	5
Discos de corte	30
Enxada	2
Escada de alumínio de 11 degraus	2
Escada de alumínio de 5 degraus	3
Escada de alumínio de 8 degraus	6
Escada dupla	3
Escada elástica	1
Espátula	7
Esquadro	7
Estilete	7
Faca isolada pra eletricista	8
Fasímetro	2
Ferro de solda	2
Formões (jogo)	3
Furadeira de bancada	1
Garra Jacaré Grande	2
Guia malha de aço (condutor de cabos)	5
Jogo de abrir rosca (macho e tarraxa)	1
Jogo de chave ALLEN 1,5mm à 10mm.	13
Jogo de chaves combinadas 6 à 32mm.	6
Jogo de chaves de fenda isolada	8
Jogo de chaves de fenda/ 6 peças	15

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA**

DESCRIÇÃO	QTD
Jogo de chaves Tork reta de T4 à T30.	3
Jogo de Serracopo com adaptador	3
Jogo de Soquetes Sextavados 1/2 Profissional (Aço cromo vanádio temperado-Encaixe de 1/2" 20 Soquetes Sextavados (mm): 8 à 32mm)	3
Jogo para refrigeração e ar condicionado contendo: (01 Bomba de Vácuo - 7 CFM - Simples Estágio,02 Manifold Refrigeração E Ar Condicionado R22, r134, r404, r410, 02 Flangeador Excêntrico catracado Surya, 02 Cortador de tubos - 1/8" até 1.1/8",02 Mini Cortador de Tubos – 1/8” até 5/8”, 02 alargadores de tubos,02 Escareador de tubos”,02pente de aletas (alumínio ou plástico).	2
kit curvador de tubo	2
Kit prensa terminal de 10/240mm	1
Lanterna Portátil	5
Lavadora de alta pressão	2
Lima chata	8
Linha p/ pedreiro	7
Lixadeira elétrica 4,5"	1
Lixadeira elétrica 7"	1
Localizador de cabos de rede (UTP 4 pares) e de cabos de telefonia.	2
Luvras p/ eletricista de 500V classe 00 tipos 2	6
Luxímetro	1
Macaco hidráulico	1
Maçarico a gás combustível	1
Maçarico portátil	1
Maleta para ferramentas com divisórias (43x33x15cm)	10
Maleta para ferramentas com divisórias (43x33x15cm)	10
Mangueira de nível	1
Mangueira p/ água com esguichos	1
Manômetro	3



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA**

DESCRIÇÃO	QTD
Máquina de furar elétrica sds plus	3
Máquina de furar hobby	3
Máquina de solda inversora portátil	2
Marreta	2
Martelete 5kg	1
Martelo de borracha	2
Martelo tipo alemão	5
Martelo unha	3
Máscara protetora de poeira	100
Máscara protetora de solda	2
Megômetro para teste de isolamento de motores e circuitos eletrônicos (minipa)	1
Moto esmeril de bancada	1
Nível A Laser Feixe Horizontal E Vertical Com Duas Bolhas	1
Pá	2
Paquímetro	3
Parafusadeira velocidade variável 1/4" 700watts.	2
Pé-de-cabra (80 cm)	1
Peneira	1
Picareta	1
Pincel para retoque	10
Pistola baixa pressão	2
Pistola de silicone	2
Plaina elétrica	1
Ponteiro 10"	2
Prensa hidráulica	1
Prumo	3
Psicômetro Umidade Relativa: 0 ~ 100rh, Leitura Em °C E °F	1



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA**

DESCRIÇÃO	QTD
Punção de centro	1
Punch Down para inserção em terminais de rede RJ45.	3
Rádio portátil MOTOTRBO SL500	10
Riscador de cerâmica	1
Riscador de fórmica	2
Rolo p/ pintura	10
Rotuladora com etiquetas.	1
Saca polia	3
Sacola pra eletricista	5
Serra circular elétrica	1
Serra elétrica tico-tico	1
Serra marmore	2
Serrote	2
Suporte para ferro de solda	1
Talha manual 500kg	2
Talhadeira	5
Termômetro Digital MINIPA c/ mira lazer.	1
Termometro penta	1
Tesoura industrial	3
Testador de cabo de rede p/ RJ11 e RJ45.	2
Torno de bancada n. ° 6	1
Torno de bancada n.º.3	1
Trena	15
Ventosa para vidros	4
Viseira protetor fácil	2



## TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

**4.3.8.5.** O valor total com serviços/materiais/peças/componentes/equipamentos de reposição eventuais (item 4.3.8.1) e com equipamentos especiais (item 4.3.8.2) limitar-se-á a 17,5% do valor total (24 meses) com postos de trabalho, não incluído o valor estimado com hora extra.

**4.3.8.6.** O fornecimento ou a prestação do serviço será solicitado pela Fiscalização do Contrato.

### **4.3.9. SOFTWARE DE GERENCIAMENTO DE MANUTENÇÃO**

**4.3.9.1.** A Contratada deverá disponibilizar e manter, por meios próprios ou subcontratação, software específico e apropriado para gerenciamento e controle das atividades, com as seguintes características mínimas:

- a) Operar em ambiente web-internet;
- b) O acesso ao sistema deve ser realizado a partir de uma URL (*Uniform Resource Locator*) válida na internet e não por endereço IP;
- c) Utilizar servidor próprio e exclusivo, ou de terceiros, desde que garantida a segurança, integridade e confiabilidade das informações lançadas;
- d) Trabalhar em ambiente Windows;
- e) Trabalhar em língua portuguesa;
- f) Operar em rede TCP/IP;
- g) Monitorar o consumo de energia ativa e reativa, consumo de água, corrente e voltagem por fase de alimentação dos equipamentos, etc., com disponibilização dos dados através de tabelas e gráficos (a inserção dos dados de consumo será manual);
- h) Gerenciar programas de manutenção preventiva de equipamentos e/ou sistemas prediais com emissão programada e automatizada de listas de verificação e medição (check list);
- i) Permitir a criação de um banco de conhecimento de rotinas de manutenção que possa ser consultado, incorporado e aprimorado, agilizando a implementação das rotinas;
- j) Permitir o cadastramento de solicitação de serviços pela Internet pelos usuários e pela Fiscalização;
- k) Permitir o acompanhamento de todo o processo de emissão e encaminhamento das ordens e autorizações de serviços;
- l) Permitir a disponibilização histórica de indicadores de qualidade de atendimento em forma gráfica;
- m) Emitir relatórios das quantidades de chamadas recebidas por usuários, com possibilidades de filtragem por período, local e tipo de problema/solicitação;
- n) Emitir relatórios e gráficos das chamadas, constando o tempo de atendimento, técnico responsável, problema, setor solicitante, etc;



## TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

- o) Permitir que os usuários efetuem consultas no sistema, via web, sobre a situação das suas solicitações;
- p) Emitir relatório mensal quanto a todos os parâmetros cadastrados por tipo de serviço: manutenção preventiva, manutenção corretiva, manutenção preditiva e gráficos de acompanhamento do atendimento;
- q) Emitir relatórios de utilização de materiais, por tipo ou período;
- r) Possuir interface gráfica de fácil utilização;
- s) Trabalhar de acordo com fluxograma apresentado abaixo;
- t) Permitir a limitação de acesso a módulos e funcionalidades específicas por meio de senha pessoal;

**4.3.9.2.** O software deverá ser apresentado à Contratante, para efeito de pré-aprovação, em, no máximo, 5 (cinco) dias úteis, sendo que deverá estar plenamente operacional em no máximo 10 (dez) dias úteis, sendo todos os prazos contados a partir da data de início da prestação dos serviços.

**4.3.9.3.** O custo referente à disponibilização e manutenção do software deverá ser incluído em item específico na proposta da Contratada, conforme modelo de Planilha de Custos e Formalção de Preços (modelo no Anexo III do Edital).

**4.3.9.4.** O pagamento relativo ao serviço de fornecimento do Software de Manutenção iniciar-se-á somente após o aceite da Fiscalização, que atestará todas as funcionalidades requeridas.

**4.3.9.5.** Em caso de indisponibilidade do software ou de funcionalidade considerada essencial para o desenvolvimento dos serviços, a Contratada terá até 48 horas, contadas da comunicação do ocorrido, para saneamento do problema, prazo a partir do qual será realizada glosa no pagamento mensal, proporcional ao tempo em que o software permanecer indisponível, sem prejuízo de demais sanções previstas neste Termo de Referência e no Edital de licitação.

**4.3.9.6.** A subcontratação de empresa para a o fornecimento e manutenção do software não exime a Contratada de qualquer responsabilidade com relação ao seu correto funcionamento, pelo qual responderá de forma irrestrita.

**4.3.9.7.** A Contratada deverá providenciar as atualizações necessárias à manutenção da segurança operacional do software, bem como a correção de defeitos (bugs) não identificados por ocasião da aceitação do sistema.

**4.3.9.8.** O banco de dados contendo todas as informações sobre os serviços executados deverá ser entregue mensalmente à Contratante, quando da apresentação das Notas Fiscais/Faturas para pagamento;

**4.3.9.9.** Todo o banco de dados relativo a serviços ou demandas associadas ao contrato é propriedade da Contratante.

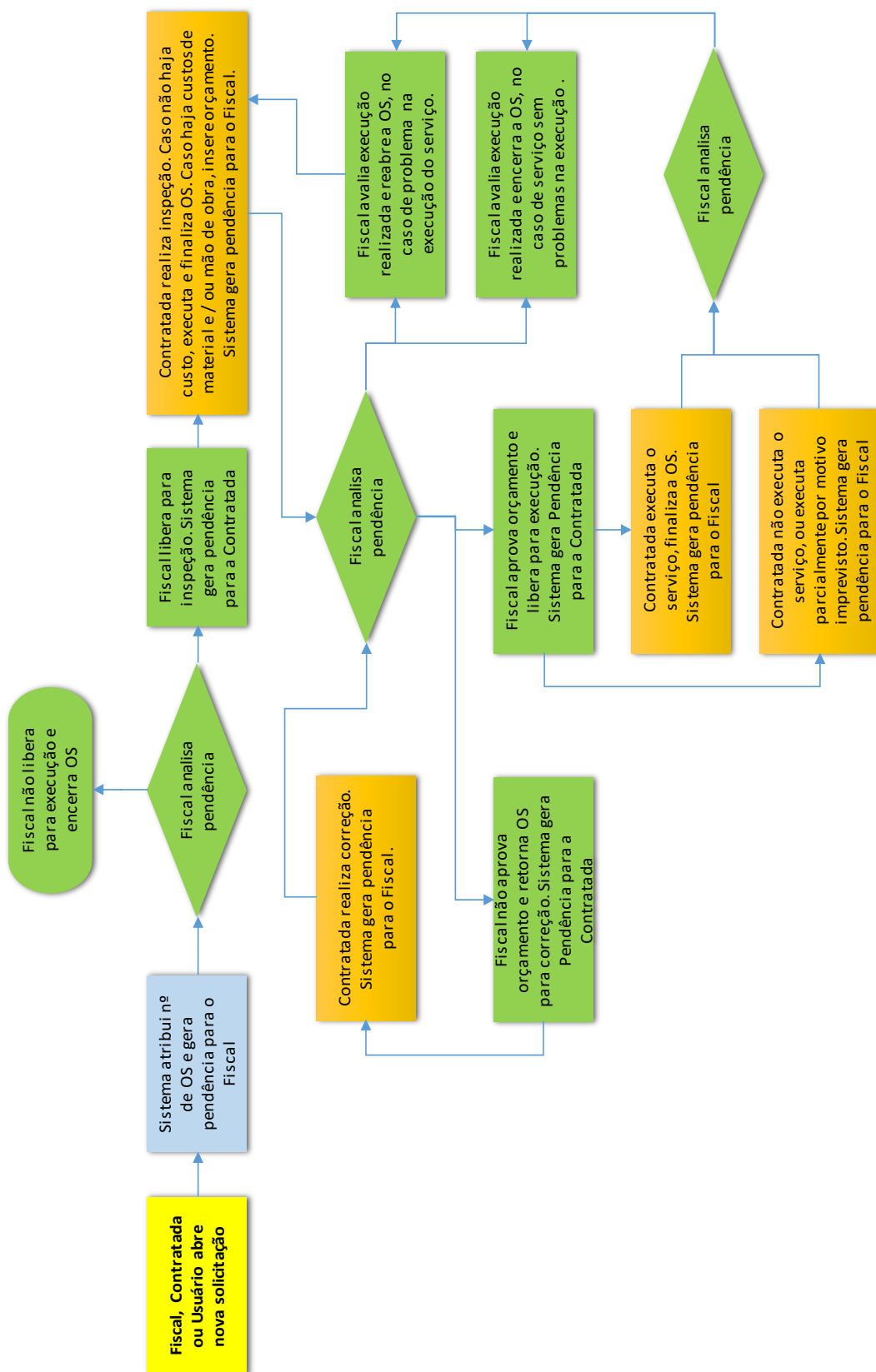
**4.3.9.10.** A Contratada deverá prestar todo o suporte necessário para o correto funcionamento do software, disponibilizando e-mail específico para abertura de chamados para correção de problemas.



## TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

**4.3.9.11.** A critério da Contratante, o serviço de disponibilização e manutenção do software de gerenciamento poderá ser interrompido ou totalmente suprimido, observados os limites do § 1º do Inciso II do art. 65 da lei n.º 8.666/1993.

### SOFTWARE DE GERENCIAMENTO DE MANUTENÇÃO – FLUXOGRAMA







## TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

### 4.4 APRESENTAÇÃO DE RELATÓRIOS E SERVIÇOS

#### 4.4.1 RELATÓRIO INICIAL

a) A Contratada deverá encaminhar via *Seção de Protocolo* do Tribunal *relatório* referente à situação das edificações da capital, equipamentos e sistemas à época da contratação, no prazo máximo de **15 (quinze) dias** após o início dos serviços, devidamente assinado pelos(s) Responsável(is) Técnico(s), impresso e em meio magnético, elaborado em formato compatível com o utilizado pela Contratante.

b) O Relatório Inicial deverá indicar a relação dos equipamentos existentes nas edificações, com fotos nítidas coloridas e com legenda, com o nome do fabricante, modelo, número de série, tipo, capacidades, tensões, correntes nominais e outros dados que se fazem necessários à perfeita identificação dos sistemas envolvidos. Deverá informar, ainda, as condições de funcionamento e conservação de cada equipamento e/ou conjunto de equipamentos existente, responsabilizando-se a Contratada, a partir de então, pela sua manutenção.

#### 4.4.2 RELATÓRIO MENSAL

a) A contratada deverá encaminhar via *Seção de Protocolo* deste Tribunal *Relatório Mensal* devidamente assinado pelos(s) Responsável(is) Técnico(s) da Contratada, elaborado em formato compatível com o utilizado pela Contratante, devendo ser entregue em conjunto com a fatura referente à prestação dos serviços no citado período.

b) O Relatório deverá conter:

- i. Serviços executados;
- ii. Os valores medidos das temperaturas dos mancais dianteiros e traseiros, dos rolamentos dianteiro e traseiro e da taxa de gotejamento das gaxetas de todas as bombas;
- iii. Resumo das anormalidades e fatos ocorridos no período, incluindo falhas de energia, desempenho dos equipamentos, etc.;
- iv. Resumo dos serviços preventivos e corretivos, com indicação das pendências e as razões de sua existência, que dependam de solução por parte da Fiscalização;
- v. Peças e materiais substituídos por defeitos e desgastes;
- vi. Histórico dos equipamentos que sofreram manutenção corretiva no período;
- vii. Sugestões sobre reparos preventivos e modernizações cuja necessidade tenha sido constatada, acompanhadas de parecer sobre o estado geral da instalação, assinado pelo Supervisor;
- viii. Declaração do fornecimento dos Equipamentos de Proteção Individual e Coletivos fornecidos aos seus funcionários, relacionando aqueles que estão em poder de cada um, indicando ainda as condições dos equipamentos e a sua validade;



## TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

### 4.4.3 HIGIENE E SEGURANÇA DO TRABALHO

- a) O Técnico de Segurança do Trabalho, presente diariamente na Sede deste Tribunal, deverá fazer trimestralmente 1 (uma) inspeção, com duração mínima de 6 (seis) horas cada, de higiene e segurança do trabalho nos locais de realização de suas atividades, que serão registradas através de relatórios. Os relatórios dessas inspeções deverão conter o plano a implementação das correções necessárias. Os relatórios serão encaminhados, em no máximo 7 (sete) dias úteis, à Fiscalização do Contrato. A primeira inspeção deverá ocorrer em até 30 dias, a contar do início da prestação dos serviços.
- b) Os funcionários e responsáveis pela execução deverão ser treinados periodicamente por profissional especializado da área de higiene e segurança do trabalho.
- c) Sempre que se fizer necessário, a fiscalização poderá solicitar a manifestação do profissional especializado da área de higiene e segurança do trabalho, para apresentar estudos e soluções para situações específicas, relativas à higiene e segurança do trabalho.
- d) Declaração do fornecimento dos Equipamentos de Proteção Individual e Coletivos fornecidos aos seus funcionários, relacionando aqueles que estão em poder de cada um, indicando ainda as condições dos equipamentos e a sua validade

### 4.4.4 RELATÓRIO DE INSPEÇÃO TERMOGRÁFICA

Relatório de Inspeção Termográfica, contendo, de forma impressa, as imagens e as respectivas temperaturas dos pontos de instalação considerados críticos e/ou suspeitos, indicando as providências que foram adotadas para correção das falhas apontadas.

- a) ANUALMENTE a Contratada deverá realizar inspeção termográfica nas instalações a seguir indicadas, apresentando relatório específico, conforme norma N-2487 - Inspeção Termográfica em Sistemas Elétricos, nas instalações indicadas no ANEXO B deste Termo de Referência, e apresentar relatório:
  - i. Subestação;
  - ii. Quadro geral de força;
  - iii. Barramentos;
  - iv. Quadros de distribuição de luz e força;
  - v. Quadros de comando ( *Self Contained, Bombas, QGBT, Ar Condicionado, etc...*);
  - vi. Quadros dos circuitos de tomada e iluminação dos prédios;
  - vii. Quadros de circuito de energia estabilizada.
- b) A primeira inspeção termográfica deverá ser realizada em até 60 (sessenta) dias da data de início dos serviços;
- c) Deverá ser realizada através de termovisor que possibilite o registro das imagens térmicas geradas, de forma fotográfica digitalizada;
- d) O Relatório de Inspeção Termográfica deverá ser completo, contendo de forma impressa as imagens e respectivas temperaturas, dos pontos de instalação considerados críticos e/ou suspeitos e indicando



## TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

providências a serem tomadas, contendo a devida interpretação técnica dos resultados pelos engenheiros Responsáveis Técnicos da Contratada.

- e) O Relatório de Inspeção Termográfica deverá ser entregue à Fiscalização em até 15 (quinze) dias a contar do último dia de realização da inspeção;
- f) Caberá à Contratada, mediante acompanhamento técnico necessário, a correção das irregularidades porventura apontadas no relatório de inspeção termográfica.

Para o desenvolvimento de um relatório de inspeção termográfica, faz-se necessária a observação de alguns itens, desde o conhecimento acadêmico e aplicação das normas existentes até o desenvolvimento final do produto (relatório de anomalias). Dentre as normas, destacam-se:

- ABNT NBR 15572:2013 – Ensaios não destrutivos – Termografia – Guia para inspeção de equipamentos elétricos e mecânico;
- ABNT NBR 15424:2016 – Ensaios não destrutivos – Termografia – Terminologia;
- ABNT NBR 15763:2009 – Ensaios não destrutivos – Termografia – Critérios de definição de periodicidade de inspeção em sistemas elétricos de potência;
- ABNT NBR 15866:2010 – Ensaios não destrutivos – Termografia – Metodologia de avaliação de temperatura de trabalho de equipamentos em sistemas elétricos;
- ABNT NBR 16969:2021 – Ensaios não destrutivos – Termografia infravermelha – Princípios gerais;
- ABNT NBR 16818:2020 – Ensaios não destrutivos – Termografia infravermelha – Procedimentos para aplicações do método da termografia.”

### 4.4.5 RELATÓRIO DE ANÁLISE DA QUALIDADE DO AR INTERNO

Consistirá na coleta semestral de amostras de ar para exame laboratorial, a fim de verificar a necessidade da contratação de serviços de higienização dos dutos.

A empresa contratada deverá cumprir os seguintes procedimentos:

- a) Encaminhar o material a laboratório capacitado para realizar os exames necessários, que emitirá laudo pertinente;
- b) Apresentar as análises das amostras que deverão demonstrar o estado higiênico global das instalações de climatização antes da execução dos serviços de limpeza, para posterior comparação aos resultados das análises finais.
- c) A análise será efetuada apenas no âmbito do Edifício-Sede, Prédio dos Cartórios Eleitorais da Capital e Anexo a Sede.
- d) A coleta inicial e as semestrais deverão obedecer ao disposto no Termo de Referência e Anexos, em pontos determinados pela Fiscalização e em número mínimo de 15 (quinze) amostras, conforme área construída, em pontos diversos;
- e) A primeira análise deverá ser realizada em até 60 (sessenta) dias da data de início dos serviços;



## TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

f) Apresentar Laudo Técnico:

g) Após o término da análise anual inicial deverá ser apresentado Laudo Técnico, recomendando as intervenções necessárias à adequação da qualidade do ar interno aos níveis desejáveis;

h) Caso seja necessário intervenção para a adequação da qualidade do ar, deverá constar do referido Laudo, planilha orçamentária detalhada dos serviços a serem posteriormente contratados;

i) Após higienização dos dutos, quando necessário, a Contratada para a análise do ar, providenciará às suas expensas uma Análise final do ar ambiente, com metodologias de análises da qualidade do ar seguindo os mesmos padrões da análise inicial.

### 4.4.6 RELATÓRIO DE EFICIENTIZAÇÃO ENERGÉTICA

Anualmente a Contratada deverá realizar estudo das últimas faturas de energia elétrica do Tribunal apresentando relatório específico. A primeira análise deverá ocorrer em até 60 dias após o início dos serviços.

O relatório conclusivo deverá ser entregue à Fiscalização em até 15 (quinze) dias a contar do último dia de realização da análise.

#### 4.4.6.1 OBJETIVOS:

a) Identificar com precisão o consumo de energia, acompanhando a sua evolução e estabelecendo prioridades na execução de ações, visando à obtenção de economia de energia quando ao seu uso;

b) Gerenciar o uso da eletricidade em função dos horários do dia e épocas do ano, procurando adequá-los, sempre que possível, ao sistema tarifário em vigor;

c) Obter economia imediata por meio de ações que não exijam investimentos apreciáveis, identificando a existência de oportunidades para economia de energia e redução dos custos;

d) Otimizar as rotinas de manutenção preventiva em todos os sistemas, visando obter um eficiente controle em todo sistema elétrico instalado, não permitindo que qualquer equipamento possa funcionar fora de suas especificações originais;

e) Executar rotinas programadas englobando ao mesmo tempo as atividades de manutenção preventiva das instalações elétricas com atividades de conservação de energia.

#### 4.4.6.2 METODOLOGIA:

a) Através de Levantamentos de campo, com a execução de medições e coleta de informações por técnicos devidamente capacitados, formar-se-á um banco de dados, que será analisado com simulações e análises computacionais. Como Fruto desta análise, deverá ser apresentado um *Relatório Completo da Utilização de Energia*, identificando quais as ações necessárias e imediatas para redução do consumo e as medidas de médio prazo, indicando os valores relativos à economia que será obtida, as providências que



## TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

serão tomadas, os investimentos (se necessário) a serem feitos e os ganhos que poderão ser auferidos. Além disso, deverão ser desenvolvidos programas internos permanentes de economia de energia, visando a manutenção e a ampliação do trabalho inicialmente implantado. Dessa forma, dispomos de duas áreas de atuação.

b) A primeira abrangendo a análise técnica dos usos finais de interesse, sugerindo medidas de conservação. A segunda abrangendo a análise administrativa e tarifária, nas quais se verifica a possibilidade de redução de custos, através de medidas administrativas e mudança de modalidade tarifária.

### i.AVALIAÇÃO TÉCNICA

Os itens analisados deverão compreender transformadores, quadros de distribuição de circuitos, iluminação, motores, ar condicionado, refrigeração, análise de curvas de cargas, análise das contas de energia com verificação do fator de potência, fator de carga, consumos específicos, tarifação horosazonal e controle de demanda.

### ii.AVALIAÇÃO ADMINISTRATIVA E TARIFÁRIA

Nesta avaliação, serão observados aspectos tais como procedimentos internos que causam desperdício de energia, consumo específico e possibilidades de mudança da classe tarifária (convencional, ou horosazonal verde ou azul), redução de tarifas e multas por ultrapassagem de consumo, de demanda e baixo fator de potência.

### 4.4.6.3 DIAGNÓSTICO ENERGÉTICO:

- a) A Contratada deverá realizar o diagnóstico técnico, a partir de estudo detalhado dos insumos energéticos atualmente consumidos na operação e manutenção das instalações, com a finalidade de identificar o potencial de redução de consumo existente;
- b) Efetuar análise comprobatória da viabilidade de aplicação de ações que visem aproveitar o máximo de potencial de insumos energéticos detectados no diagnóstico; Realizar projetos de combate ao desperdício, visando o uso racional e eficiente dos insumos energéticos;
- c) Qualificar e quantificar as fontes energéticas, otimizando o seu enquadramento e identificando os desvios existentes;
- d) Elaborar e apresentar o plano de trabalho executivo;
- e) Promover a execução e implementação de ações, em coordenação com a Fiscalização do Contrato, para garantir a eficiência das medidas propostas e aprovadas, visando continuidade do programa de uso racional e eficiente dos insumos energéticos e de seus benefícios, pela Contratante, findo o prazo contratual previsto;
- f) Implementar medidas que venham a reduzir as demandas de insumos energéticos e, conseqüentemente, reduzir os valores desembolsados para a operação e infra-estrutura local;
- g) Criar uma cultura de Conservação de Otimização do uso racional de insumos energéticos;
- h) Após a aprovação pela Fiscalização das diretrizes, serão desenvolvidos todos os procedimentos intrínsecos ao diagnóstico técnico a ser elaborado;



## TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

- i) A Contratante deverá analisar os resultados obtidos no Diagnóstico, sobre a viabilidade ou não das intervenções. A partir desta análise, em reunião com a Contratada, deverão ser abordadas todas as possibilidades do potencial econômico dos projetos, cujas medidas deverão ser devidamente aprovadas pela Fiscalização.
- j) Para cada uma das medidas aprovadas, cujo estudo realizado tenha demonstrado a potencialidade econômica da sua implantação, deverá ser autorizada a implementação;
- k) Somente após a aprovação das propostas e recomendações constantes do diagnóstico energético é que deverão ter início as implementações das medidas, com investimentos em serviços e equipamentos, a critério da Contratante e conforme a sua disponibilidade;
- l) A Contratada deverá notificar quando da finalização da obra ou da instalação dos equipamentos, a qual deverá realizar os testes de aceitação;
- m) As medidas a serem propostas e implementadas não poderão, em hipótese alguma, reduzir a qualidade dos serviços prestados, a confiabilidade operacional e a manutenibilidade dos sistemas envolvidos;
- n) Do diagnóstico energético constarão análises técnico-econômicas, incorporando, no mínimo:
  - iii. Adequação dos contratos de fornecimento;
  - iv. Análise detalhada do uso de energia elétrica, **água** e demais energéticos das instalações;
  - v. Recomendações que impliquem em alterações dos atuais níveis de operação e outras;
  - vi. Estabelecimento dos valores de referência que será baseado no consumo e demanda dos últimos 12(doze) meses, imediatamente anteriores à assinatura do contrato de manutenção, que servirão de referência para medição das economias a serem obtidas;
  - vii. O método de cálculo do consumo referência;
  - viii. O método proposto para o cálculo da economia;
  - ix. Propostas de otimizações;
  - x. Medidas de implementação imediatas;
  - xi. Alteração de sistemas para atingir uma nova situação, com rotina controlada;
  - xii. Análise de tratamento, otimização e reciclagem da água;
  - xiii. Detecção de vazamentos;
  - xiv. O benefício anual a ser obtido;
  - xv. Comentários sobre recomendações especiais e respectivos custos, que venham a maximizar a performance de qualidade e segurança operacionais.

### 4.4.7 RELATÓRIO DE ANÁLISE DA QUALIDADE DO ÓLEO DE RESFRIADORES TIPO CHILLERS

Anualmente a Contratada deverá realizar os serviços de análise de óleo de resfriadores de líquido tipo “chiller”, existentes neste Tribunal, parte integrante de sistema de refrigeração tipo “água gelada”. Deverão ser coletadas amostras, tanto quantas necessárias, de forma programada. A coleta deverá ser realizada por engenheiros treinados, qualificados e certificados pelo fabricante dos equipamentos. O procedimento de coleta deverá ser realizado de forma controlada, de maneira que esteja garantido que as amostras não sejam contaminadas durante a operação. As amostras deverão ser encaminhadas para



## TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

análise em laboratório certificado, e a interpretação dos resultados só poderá ser feita a partir de amostras tecnicamente válidas, devendo ser observado o protocolo técnico necessário. No procedimento de coleta, o engenheiro encarregado pela operação deverá fornecer dados de identificação da máquina, o número de horas de operação no momento da coleta e o motivo da análise, além de aspectos operacionais, problemas anteriores de manutenção, condições atuais de operação e eventuais serviços ou operações executados no equipamento.

Deverão ser realizados os serviços abaixo relacionados:

- a) Desligamento dos equipamentos;
- b) Isolamento dos equipamentos;
- c) Remoção da alimentação de força do painel de controle;
- d) Teste de força;
- e) Verificação de partes elétricas dos circuitos;
- f) Verificação do painel de controle e partida;
- g) Testes de vazamento;
- h) Religamento da força;
- i) Fornecimento de energia ao painel de controle;
- j) Inspeção elétrica final dos contadores;
- k) Verificação do sub-resfriamento;
- l) Diário do serviço nos equipamentos;
- m) Checagem de equipamentos;
- n) Emissão de relatórios situacionais;
- o) Complementação da documentação dos serviços;
- p) Análise do óleo de cada circuito de cada resfriador de líquido para as unidades resfriadoras.

OBS: Após a execução dos serviços, deverão ser coletados os dados de operação do equipamento, obtidos através de sensores instalados especialmente para esse fim. Deverão ser resgatados e analisados os registros dos últimos eventos de alarme ocorridos no equipamento, que deverão constar em Relatório de Serviços, que deverá trazer comentários de análise e os principais itens de configuração e operação dos equipamentos.





## TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

### 4.4.8 RELATÓRIO FINAL

- a) A contratada deverá apresentar na Seção de Protocolo, no prazo de **10 (dez) dias** após o encerramento do contrato, Relatório Final devidamente assinado pelos(s) Responsável(is) Técnico(s) da Contratada, impresso e em meio magnético, elaborado em formato compatível com o utilizado pela Contratante.
- b) Este Relatório deverá ser executado com a supervisão da Fiscalização, constando a relação dos equipamentos existentes nas edificações, com fotos nítidas coloridas e com legenda, com o nome do fabricante, modelo, número de série, tipo, capacidades, tensões, correntes nominais e outros dados que se fizerem necessários à perfeita identificação dos sistemas envolvidos, descrevendo com clareza as condições das instalações e equipamentos, que será repassada à sucessora, findo o contrato.

### 4.4.9 RELATÓRIO COMPLEMENTAR

A Contratada deverá apresentar na Seção de Protocolo, sempre que solicitado, no prazo informado pela Fiscalização, *Relatório Complementar de Atividades*, independente do Relatório Mensal, bem como elaborar pareceres, laudos técnicos, avaliações, estudos de viabilidade técnico-econômica sobre quaisquer instalações e equipamentos, incluindo necessidade de novas instalações, impresso(s) e devidamente assinado(s) pelo (s) responsável(is) técnico(s) da Contratada e em meio magnético, elaborado em formato compatível com o utilizado pela Contratante.

### 4.4.10 LIMPEZA E DESINFECÇÃO INTERNA DOS DUTOS DO SISTEMA DE REFRIGERAÇÃO (AR CONDICIONADO)

A fim de atender à legislação pertinente, dentre outras, às normas relacionadas abaixo, que regulamentam a manutenção dos equipamentos que atendem a ambientes climatizados e a qualidade do ar interno de locais climatizados, deverá ser realizada a limpeza e higienização interna dos dutos de ar condicionado.

- a) Portaria nº 3.523/GM do Ministério da Saúde e seus anexos.
- b) Resolução - RE nº 9 da ANVISA / Ministério da Saúde.
- c) Resolução - RE nº 176 da ANVISA / Ministério da Saúde.

#### 4.4.10.1.1 ESPECIFICAÇÕES

Execução de serviços de limpeza e desinfecção dos dutos de distribuição de ar do sistema de ar condicionado. Incluindo nisso a higienização dos equipamentos fancoils e fancoletes, bem como as saídas e entradas de ar condicionado. Sistema com 3.360 metros lineares de dutos.

#### 4.4.10.1.2 CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS

O serviço deverá ser executado conforme as especificações seguintes:



## TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

- a) Higienização e descontaminação;
- b) Limpeza mecânica (inclusive a seco) e higienização na totalidade do sistema da rede de dutos de climatização instalado no Edifício Sede, Edifício Anexo II, Edifício Anexo III e Prédio dos Cartórios Eleitorais da Capital e balanceamento de vazões e pressões em áreas limpas;
- c) Remoção e reinstalação de placas do forro e das chapas dos dutos, no mesmo material encontrado no local, para obter acesso aos sistemas de ar condicionado e rede de dutos;
- d) Desinfecção, com aplicação de produto químico bactericida, das superfícies internas dos dutos e componentes das instalações do sistema de ar condicionado.

### 4.4.10.1.3 ESPECIFICIDADE DO SERVIÇO

- a) A Contratada deverá realizar a desmontagem e montagem dos dutos, assim como remoção do isolamento e sua recomposição nas mesmas especificações originais, sendo proibida a realização de improvisações, emendas ou qualquer outro artifício que altere a situação inicial das instalações;
- b) A Contratada deverá planejar previamente os serviços, seguindo as seguintes recomendações:
- c) Deverá ser feita verificação in loco das condições do ambiente, observando o suprimento de água, ponto de energia, horários de acesso, guarda de equipamentos e produtos, segurança e qualquer outro aspecto que possa merecer especial atenção para o melhor desenvolvimento dos serviços;
- d) Avaliação detalhada dos projetos fornecidos, em meio digital, para determinação da melhor sequência de execução dos serviços, com a escolha de trechos a serem isolados e dos acessos para introdução dos equipamentos nos dutos.
- e) A contratada deverá proceder, no início dos serviços, à inspeção visual interna dos dutos através de fotografias e/ou equipamento robotizado dotado de micro câmera a cores, de alta definição, e iluminação adequada para gravação em meio magnético;
- f) Deverá ser feita limpeza completa dos dutos principais, secundários e ramais, através de escovação mecânica;
- g) A desinfecção dos materiais no interior da rede de dutos deverá ser realizada por aspiração localizada. Em caso de deterioração do material, a contratada deverá substituí-lo;
- h) A desinfecção dos dutos deverá ser feita somente com a utilização de produtos químicos aprovados pelas autoridades competentes para os fins em tela;
- i) Deverá ser realizada inspeção visual posterior à realização do serviço, para fins de verificação da sua qualidade e eficiência;
- j) A execução dos serviços, a mobilização de equipamentos e o transporte de materiais deverão ser feitos de modo a não prejudicar a circulação de pessoas e outros serviços, obedecendo sempre à máxima segurança contra acidentes;
- k) A limpeza dos ambientes, durante e após a execução dos serviços, ficará a cargo da Contratada.
- l) A Contratada deverá apresentar Relatório Inicial contendo proposta técnica detalhada dos serviços contratados, incluindo:



## TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

- 1.1) Relatório de Inspeção prévia da instalação, comparativamente aos padrões referenciais da Resolução RE nº 9, de 16 de janeiro de 2003 da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, qualificando e quantificando a contaminação constatada através de avaliação microbiológica emitida por laboratório devidamente credenciado;
- 1.2) Descrição dos serviços requeridos, metodologia de execução, equipamentos e produtos a serem utilizados, e método de avaliação dos resultados.
- m) A Contratada deverá apresentar Relatório Final, após a conclusão dos serviços, contendo:
- m.1) em meio magnético com fotografias mostrando a evolução do trabalho;**
  - m.2) Declaração de conclusão do serviço;
  - m.3) Sugestões e recomendações pertinentes;
  - m.4) Mapeamento das aberturas e avaliações do sistema atual, com vistas a um bom controle da qualidade do ar.

### 4.4.11 TRATAMENTO QUÍMICO DA ÁGUA

Descrição dos sistemas

- a) Condensação: sistema aberto com recirculação de água forçada por bomba e torre;
- b) Água gelada: sistema fechado com recirculação de água forçada através de bombas “fan coils”.

#### 4.4.11.1 TRATAMENTO CORRETIVO

- a) O tratamento corretivo consistirá na limpeza química dos circuitos de condensação e refrigeração. Para tanto a firma Contratada deverá vistoriá-los, avaliar o grau de contaminação e a seguir eleger os produtos, sua concentração e forma de aplicação;
- b) Os produtos a serem empregados deverão ser potencializados e sua aplicação rigorosamente controlada para que atuem apenas nas camadas de impurezas absorvidas à superfície do metal
- c) No caso de emprego de ácidos, estes deverão ser do tipo inibidor compatíveis com material da tubulação, espelhos dos trocadores de calor e feixe de tubos;
- d) Após a limpeza química a tubulação deverá ser apassivada, mantendo-se o sistema girando sem carga térmica com inibidores em alta concentração por tempo suficiente para formação do filme protetor;
- e) As purgas ou descargas deverão ser feitas nas partes mais baixas da tubulação.



## TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

### 4.4.11.2 TRATAMENTO PREVENTIVO

O tratamento químico preventivo visa conservar o estado de limpeza, impedindo a corrosão, incrustações e o desenvolvimento de microorganismos no sistema de condensação e água gelada do ar condicionado central e será executado semanalmente. Consistirá de limpeza mecânica e aplicação controlada de produtos químicos com vistas à prevenção e eliminação de corrosões, incrustações, deposições, “fouling” e crescimento biológicos;

Tanto a água de condensação como a água gelada deverão ser tratadas por meio de produtos químicos que não ponham em risco os equipamentos existentes, nem o meio ambiente e demais pessoas que estejam utilizando os serviços de refrigeração.

Em caso de drenagem destas águas tratadas, deve ser prevista a eliminação das mesmas em locais aprovados e preparados para este fim. Caso haja custo adicional, deverá ser previsto no custo total do contrato.

A Contratada poderá recorrer aos serviços de firma especializada no ramo para, sob sua responsabilidade, ministrar o tratamento.

A Contratada deverá apresentar plano de tratamento químico, onde conste pelo menos, as seguintes rotinas:

- a) Coletas semanais, para avaliação e medição de pH, concentração de cloretos e concentração residual do preventivo ou outros parâmetros cujo controle rigoroso seja imposto pelo tipo de produtos utilizados;
- b) Adição de produtos continuamente ou com frequência mínimas de duas vezes por semana;
- c) Estabelecimento de purgas programadas para manutenção do ciclo de concentração pré-estabelecido;
- d) Lavagem completa das torres e do coxo, a cada 2 (dois) meses;
- e) Limpeza interna dos trocadores de calor pelo menos a cada 3 (três) meses a menos que um aumento de pressão justifique uma limpeza imediata;
- f) Manutenção do pH da água na faixa pré-estabelecida, compatível com o tipo do tratamento.
- g) Os valores referenciais a serem mantidos na água do sistema de condensação e de água gelada devem ser os estabelecidos nas legislações sanitárias vigentes

### 4.4.11.3 OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

- a) Emitir Relatório Mensal de Atividades, informando quantidade de produtos aplicados, estoque e análise de ocorrências extra-rotina;
- b) Informar à Fiscalização quaisquer irregularidades no sistema e que não possam ser sanadas nos termos do contrato;
- c) Fornecer, caso solicitado pela Fiscalização, o estojo para comprovação do pH, cloretos e dosagem do produto, mediante instrução prévia;



## TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

- d) Sempre que necessário ou solicitado pela Fiscalização, realizar em conjunto testes com vistas a sanar irregularidades ou melhorar aspectos do tratamento;
- e) Manter em estoque quantidades mínimas para 02 (dois) meses, dos produtos químicos necessários ao tratamento do sistema.
- f) A escolha do método de tratamento é de inteira responsabilidade da Contratada;
- g) Qualquer manutenção programada que implique em interrupção do funcionamento dos sistemas deverá ser executada em horário que não interfira com o expediente normal, isto é, das 20:00 às 06:00 horas, ou então nos finais de semana

### 4.4.12 LIMPEZA E DESINFECÇÃO DOS RESERVATÓRIOS DE ÁGUA

#### 4.4.12.1 ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS

ITEM	QUANT.	CATSER	DESCRIÇÃO	LOCALIZAÇÃO
1	2	13595	Reservatório subterrâneo, com capacidade de 14 metros cúbicos – 14.000 litros, cada.	<b>Edifício-Sede e Cartórios Eleitorais da Capital</b> , situado à 1ª Avenida, nº 150, CAB, Salvador – BA.
2	2	13595	Reservatório elevado, com capacidade de 12 metros cúbicos – 12.000 litros, cada.	<b>Edifício-Sede e Cartórios Eleitorais da Capital</b> , situado à 1ª Avenida, nº 150, CAB, Salvador – BA.
3	4	13595	Reservatório elevado, com capacidade de 25 metros cúbicos – 25.000 litros, cada.	<b>Prédio Anexo do TRE-BA</b> , situado à 1ª Avenida, nº 150, CAB, Salvador – BA.
4	1	13595	Reservatório subterrâneo, com capacidade de 50 metros cúbicos – 50.000 litros.	<b>Prédio Anexo do TRE-BA</b> , situado à 1ª Avenida, nº 150, CAB, Salvador – BA.
5	1	13595	Reservatório subterrâneo, com capacidade de 137,1 metros cúbicos – 137.100 litros.	<b>Prédio Anexo do TRE-BA</b> , situado à 1ª Avenida, nº 150, CAB, Salvador – BA.
6	1	13595	Reservatório subterrâneo, com capacidade de 30 metros cúbicos – 30.000 litros.	<b>Prédio Anexo do TRE-BA</b> , situado à 1ª Avenida, nº 150, CAB, Salvador – BA.
7	2	13595	Reservatório subterrâneo, com capacidade de 8 metros cúbicos – 8.000 litros, cada.	<b>Centro de Apoio Técnico</b> , situado à Rodovia BR 324, nº 7.204, Porto Seco Pirajá, Salvador-BA.



## TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

ITEM	QUANT.	CATSER	DESCRIÇÃO	LOCALIZAÇÃO
8	2	13595	Reservatório elevado, com capacidade de 16 metros cúbicos – 16.000 litros, cada.	<b>Centro de Apoio Técnico</b> , situado à Rodovia BR 324, nº 7.204, Porto Seco Pirajá, Salvador-BA.
9	2	13595	Reservatórios subterrâneos inferiores com capacidade de 109,07 metros cúbicos – 109.070 litros cada	<b>Prédio Anexo III do TRE-BA</b> , situado à 1ª Avenida, nº 150, CAB, Salvador – BA.
10	2	13595	Reservatórios subterrâneos inferiores com capacidade de 51,35 metros cúbicos – 51.350 litros cada	<b>Prédio Anexo III do TRE-BA</b> , situado à 1ª Avenida, nº 150, CAB, Salvador – BA.
11	4	13595	Reservatórios subterrâneos inferiores com capacidade de 55,87 metros cúbicos – 55.780 litros cada	<b>Prédio Anexo III do TRE-BA</b> , situado à 1ª Avenida, nº 150, CAB, Salvador – BA.

**4.4.12.1.1** O serviço de limpeza deve ser iniciado pelos reservatórios subterrâneos, estendendo-se depois para os elevados. Para a limpeza dos reservatórios inferiores, a Contratada deverá:

- Interromper o abastecimento do reservatório, fechando o registro do hidrômetro ou limitador de consumo. No caso de reservatório duplo, com dois compartimentos independentes, selecionar um deles e interromper o abastecimento fechando a torneira de bóia, mantendo o abastecimento pelo outro compartimento;
- Desligar o circuito do automático da bóia que comanda a bomba da instalação elevatória;
- Constatada a infiltração de esgotos no reservatório, adotar todos os procedimentos descritos neste documento, após executadas pelo TRE-BA as medidas corretivas necessárias para sanar a infiltração;
- Com o reservatório vazio, escovar as paredes e o fundo do reservatório com escovas de cerdas de nylon ou piaçava e retirar o material desprendido. Pode ser usado esguicho de água nas paredes e no fundo, removendo as águas de lavagem para a galeria de águas pluviais (ou para outro destino apropriado);
- Enxaguar todo o reservatório com água da rede de abastecimento, lançando os resíduos na galeria de água pluviais (ou em outro destino apropriado);
- Proceder à desinfecção conforme descrito neste Termo de Referência.

**4.4.12.1.3** Para a limpeza dos reservatórios superiores, a Contratada deverá:



## TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

- a) Fechar o(s) registro(s) da(s) coluna(s) de distribuição de água referente(s) ao reservatório. No caso de reservatório duplo, com dois compartimentos independentes, selecionar inicialmente aquele que é abastecido pelo reservatório inferior já limpo;
- b) Desligar o circuito do automático da bóia que comanda a bomba da instalação elevatória;
- c) Com o reservatório vazio, escovar as paredes e o fundo do reservatório com escova com cerdas de nylon ou piaçava e remover todo material desprendido. Pode ser utilizado esguicho de água nas paredes e no fundo e, nesse caso, as águas de lavagens devem ser descartadas através da tubulação de limpeza na galeria de água pluviais;
- d) Enxaguar todo o reservatório, lançando o resíduo através da tubulação de limpeza, na galeria de águas pluviais;
- e) Proceder à desinfecção conforme descrito neste Termo de Referência.

**4.4.12.1.4** Para a desinfecção dos reservatórios, a Contratada poderá utilizar os seguintes produtos químicos:

- a) hipoclorito de sódio (10%)
- b) hipocloreto de sódio (2,5%)
- c) cal clorada (25%)
- d) hipoclorito de cálcio (70%)

**4.4.12.1.5** Para a desinfecção dos reservatórios inferiores, a Contratada deverá:

- a) Pincelar as paredes e o fundo do reservatório com uma solução do desinfetante, quando terminado o procedimento de limpeza;
- b) Restabelecer o abastecimento do reservatório e deixá-lo encher.

**4.4.12.1.6** Para a desinfecção dos reservatórios superiores, a Contratada deverá:

- a) Pincelar as paredes e o fundo do reservatório com uma solução do desinfetante, quando terminado o procedimento de limpeza;
- b) Restabelecer o abastecimento do reservatório, medindo o residual de cloro, que não deverá ser superior a 3,0 mg/l.

**4.4.12.1.7** Quando constatada infiltração de esgoto, deverá ser executada a limpeza e desinfecção do(s) reservatório(s) e da rede predial da seguinte maneira:





## TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

- a) Limpar o reservatório conforme todas as orientações previstas neste Termo, após executadas pelo TRE-BA as medidas corretivas necessárias para sanar a infiltração;
- b) Terminado o procedimento de limpeza, restabelecer o abastecimento do reservatório e deixá-lo encher;
- c) Adicionar uma solução do desinfetante, de preferência durante o enchimento, para atingir um residual de cloro de 10,0 mg/l;
- d) Permitir um tempo de contato de 1 (uma) hora;
- e) Ligar a bomba da instalação elevatória e encher o reservatório superior;
- f) Abrir os registros de utilização do prédio, iniciando pelo pavimento inferior, para desinfetar a rede predial de distribuição de água (barriletes, colunas de distribuição, ramais e subramais);
- g) Através de testes, acompanhar a redução dos residuais de cloro registrados durante o procedimento anterior, até atingir o residual máximo de 3,0 mg/l;
- h) Com residual de cloro nos reservatórios igual ou menor que 3,0 mg/l, restabelecer o abastecimento do prédio.

### 4.4.12.1.8 FORMA E PRAZOS DE EXECUÇÃO

Os serviços deverão ser realizados em 04 (quatro) etapas, no horário das 08:00 às 18:00 horas. A primeira etapa dos serviços de limpeza e desinfecção dos reservatórios de água deverá ser iniciada pelo Edifício-Sede e deverá ocorrer em dia de sábado. No Edifício Anexo II, no Edifício Anexo III e no Centro de Apoio Técnico (CAT), os serviços serão executados nos três sábados subsequentes. As demais etapas (segunda, terceira e quarta) deverão ocorrer 6 (seis) meses após o início de cada uma das etapas anteriores, devendo ser observado o mesmo cronograma e os mesmos prazos estabelecidos para a primeira etapa dos serviços.

As etapas do serviço deverão ser executadas de acordo com o seguinte cronograma:

#### **1ª Etapa:**

Por se tratar de um serviço de caráter crítico, já que o TRE-BA não pode manter seu funcionamento sem o abastecimento de água, o mesmo será executado em 3 (três) finais de semana, especificamente 3 (três) sábados consecutivos. O primeiro sábado será destinado para a execução da limpeza e desinfecção dos reservatórios do Edifício-Sede. No segundo sábado, serão realizados os serviços no Prédio Anexo do Tribunal. O último sábado será reservado para a execução dos respectivos serviços nos reservatórios do Centro de Apoio Técnico (CAT). Segue abaixo a programação a ser observada:

- a) No 1º sábado, no período de 8h00 às 18h00, serão realizadas a limpeza e a desinfecção dos reservatórios subterrâneos e reservatórios elevados do Edifício-Sede do TRE-BA;



## TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

- b) No 2º sábado, no período de 8h00 às 18h00, serão realizadas a limpeza e a desinfecção dos reservatórios subterrâneos e reservatórios elevados do Prédio Anexo do TRE-BA;
- c) No 3º sábado, no período de 8h00 às 18h00, serão realizadas a limpeza e a desinfecção dos reservatórios subterrâneos e reservatórios elevados do CAT.

### **Demais Etapas (2ª, 3ª e 4ª):**

Serão executadas em 3 (três) finais de semana, especificamente 3 (três) sábados consecutivos. O primeiro sábado será destinado para a execução da limpeza e desinfecção dos reservatórios do Edifício-Sede. No segundo sábado, serão realizados os serviços no Prédio Anexo do Tribunal. O último sábado será reservado para a execução dos respectivos serviços nos reservatórios do Centro de Apoio Técnico (CAT).

Deverão ser iniciadas no primeiro sábado, 6 (seis) meses após o início de cada uma das etapas anteriores, e deverá ser obedecida a seguinte programação:

- a) No 1º sábado, no período de 8h00 às 18h00, serão realizadas a limpeza e a desinfecção dos reservatórios subterrâneos e reservatórios elevados do Edifício-Sede do TRE-BA;
- b) No 2º sábado, no período de 8h00 às 18h00, serão realizadas a limpeza e a desinfecção dos reservatórios subterrâneos e reservatórios elevados do Prédio Anexo do TRE-BA;
- c) No 3º sábado, no período de 8h00 às 18h00, serão realizadas a limpeza e a desinfecção dos reservatórios subterrâneos e reservatórios elevados do CAT.

Os serviços serão realizados obedecendo-se às normas de sustentabilidade ambiental, especificamente no que diz respeito à racionalização no uso da água, de acordo com o quanto exigido no art. 6º, inciso II da IN SLTI/MPOG nº 01, de 19/01/2010, que institui:

*“Art 6º Os editais para a contratação de serviços deverão prever que as empresas contratadas adotem as seguintes práticas de sustentabilidade na execução dos serviços, quando couber:*

*II – evitar o desperdício de água tratada, conforme instituído no Decreto nº 48.138, de 8 de outubro de 2003.*

*Decreto nº 48.138/2003 – Institui medidas de redução de consumo e racionalização do uso de água no âmbito do Estado de São Paulo.*

*Art. 1º Os órgãos da administração pública direta, das autarquias, das fundações instituídas ou mantidas pelo Poder Público e das empresas em cujo capital o Estado tenha participação majoritária, bem como as demais entidades por ele controladas direta ou indiretamente, deverão implantar, promover e articular ações objetivando a redução e a utilização racional e eficiente da água, nos termos deste decreto.*

*§ 2º Da utilização da água nas áreas internas da edificação: lavagem das caixas d'água e/ou reservatórios: deverão ser utilizados procedimentos de limpeza e desinfecção com economia de água,*



## TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

*inclusive programando data para que seja consumida a água reservada na caixa, deixando disponível apenas um palmo de água para iniciar o processo.*

Após a conclusão dos serviços, deverá ser coletada amostra em todos os reservatórios (superiores e inferiores) para **teste bacteriológico** com análise de coliformes totais e organismos heterotróficos, no laboratório da EMBASA.

Deverá ser entregue relatório referente a cada reservatório, indicando os procedimentos utilizados, as substâncias desinfetantes e os índices finais que garantam a qualidade da água.

### **4.5 QUALIFICAÇÃO MÍNIMA EXIGIDA PARA OS PROFISSIONAIS ALOCADOS NA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS**

Previamente ao início da prestação de serviço, a contratada deverá comprovar que os postos de trabalho possuem a seguinte qualificação mínima:

#### **a) Supervisor**

- Formação de nível superior em Engenharia Elétrica;
- Experiência mínima comprovada de 3 (três) anos na área de manutenção predial e/ou industrial; subestações; eletricidade predial; comandos elétricos; força, controle e painel.

#### **b) Encarregado - Refrigeração**

- formação de nível médio (2º grau);
- curso na área de refrigeração com carga horária mínima de 300h e conhecimentos de comandos elétricos, constante na grade curricular do curso;
- experiência mínima comprovada de 05 (cinco) anos na função de *mecânico oficial de refrigeração* ou *mecânico de refrigeração pleno*, além de comprovada experiência na operação e manutenção de unidades resfriadoras de líquido (chillers).

#### **c) Encarregado - Elétrica**

- formação de nível médio (2º grau);
- Curso de Instalações Elétricas Industriais com carga horária mínima de 200 horas, com conhecimento de comandos elétricos e manutenção de motores elétricos, constante da grade curricular do curso;
- Experiência mínima comprovada de 5 (cinco) anos em manutenção de subestação elétrica e na função de eletricista industrial de manutenção.

#### **d) Encarregado - Civil**



## TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

- formação de nível médio (2º grau);
- curso técnico em edificações;
- registro no CREA;
- experiência mínima comprovada de 05 (cinco) anos em manutenção predial.

### e) **Técnico em Redes e Telecomunicações**

- formação de nível médio profissionalizante ou médio completo;
- curso na área de redes e telecomunicações, com conhecimento em cabeamento estruturado constante na grade curricular do curso, com carga horária mínima de 180hs, comprovados mediante diploma e/ou certificado;
- experiência mínima comprovada de 03 (três) anos em manutenção de rede de cabeamento estruturado
- Curso Furukawa Certified Professional ou equivalente que demonstre a participação em curso de capacitação em rede de dados estruturada;
- Certificação Furukawa em cabeamento estruturado, inclusive com renovação anual, durante toda a vigência do contrato;
- Experiência em Distribuidor Geral - DG, rede telefônica e instalação de aparelhos, conectorização e instrumentos de medição e certificação para redes;
- Experiência em instalações de telecomunicações, aterramento, instalação de caixas, eletrocalhas e bandejamento para cabos de eletrônica ou telecomunicação;
- Conhecimento em instalação de suportes, racks e demais utilidades para rede de telemática;
- Conhecimento de redes de dados, cabeadas (UTP, ópticas) e redes sem fio;
- Experiência em leitura e interpretação de plantas de desenhos técnicos;
- Experiência com cabeamento estruturado e linhas de comunicação;
- Experiência em operação e configuração de central telefônica;
- Conhecimento em serviços, ferramentas e protocolos de rede (TCP/IP);

### f) **Técnico em Eletromecânica**

- formação de nível médio (2º grau);
- curso na área de eletromecânica/mecânica;
- experiência mínima comprovada de 3 (três) anos em manutenção de sistemas hidráulicos e pneumáticos.

### g) **Bombeiro Civil**

- Certificado de conclusão do ensino fundamental.



## TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

- Formação e especialização em prevenção e combate a incêndio, salvamento e primeiros socorros, nível de ensino básico, em cursos promovidos por empresas credenciadas e autorizadas a funcionar pelos órgãos governamentais, conforme NBRs 14277 e 14608.
- Experiência comprovada de 3 (três) anos.

### **h) Técnico em Refrigeração**

- Formação de nível médio (2º grau);
- Curso básico de Refrigeração com carga horária mínima de 300 horas, com conhecimento de eletricidade básica, constante da grade curricular do curso;
- Experiência mínima comprovada de 3 (três) anos na função, além de comprovada experiência na operação e manutenção de unidades resfriadoras de líquido (chillers).

### **i) Eletricista**

- formação de nível fundamental;
- Curso de Instalações Elétricas Industriais com carga horária mínima de 200 horas, com conhecimento de comandos elétricos e manutenção de motores elétricos, constante da grade curricular do curso;
- Experiência mínima comprovada de 3 (três) anos em manutenção de subestação elétrica e na função de eletricista industrial de manutenção.

### **j) Auxiliar Técnico – Civil (pequenas obras e adequações prediais)**

- formação de nível fundamental;
- Curso de Auxiliar de Manutenção Predial, com conhecimento de manutenção elétrica, hidráulica e predial básicas;
- E/ou experiência mínima comprovada de 3 (três) anos nas área de manutenção predial (pequenos serviços e reparos em marcenaria, metalurgia, instalações hidrossanitárias, elétricas e pequenas obras);

### **k) Ajudante de Montagem e Manutenção (Servente Prático)**

- formação de nível fundamental;
- Curso de Auxiliar de Manutenção Predial, com conhecimento de manutenção elétrica, hidráulica e predial básicas;
- E/ou experiência mínima comprovada de 1 ano e 6 meses nas área de manutenção predial (pequenos serviços e reparos em marcenaria, metalurgia, instalações hidrossanitárias, elétricas e pequenas obras);



## TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

### **l) Pintor Industrial – Estruturas Metálicas**

- formação de nível fundamental;
- Curso de pintura industrial/estruturas metálicas, com carga horária mínima de 40 horas;
- E/ou experiência mínima comprovada de 05 (cinco) anos em serviços de pintura, repintura, tratamento e recuperação de estruturas metálicas e manutenção predial, com emprego de materiais utilizados em manutenção industrial, marítima e automotiva;
- NR-35.

### **m) Auxiliar Técnico - Telhadista**

- Formação de nível fundamental;
- Experiência de 3 anos em manutenção de telhados em estrutura metálica e serralheria

### **n) Técnico em Segurança do Trabalho**

- Formação de nível médio;
- Curso Técnico profissionalizante;
- Registro do Conselho Regional de Técnicos;
- Experiência mínima comprovada de 3 (três) anos na função.

## **5. PROPOSTA**

**5.1.** A proposta de preço deverá conter, além do que for estabelecido no edital, o valor mensal e anual dos serviços, bem como o valor total da contratação (para 24 meses).

**5.2.** Deverão ser apresentadas planilhas contendo a formação de custos unitários de cada profissional, com detalhamento de todos os elementos que influam no preço proposto; planilha resumo do valor de serviços/materiais/peças de reposição/equipamentos eventuais e equipamentos especiais; planilha resumo dos valores de visitas técnicas dos responsáveis técnicos da Contratada; planilha resumo com os valores dos serviços adicionais, conforme modelo constante do Edital (Planilha de Custos e Formação de Preços).

a) Os salários dos profissionais residentes, para fins de composição dos custos com mão de obra, devem ser calculados considerando as disposições da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT e das Convenções Coletivas de Trabalho - CCT (sendo válidos, ainda, os acordos e dissídios coletivos), aplicáveis de acordo com as atividades principais dos serviços contratados, quais sejam, *construção civil e manutenção industrial*.

b) A planilha de custos e de formação de preços, relativa aos profissionais objeto da contratação do serviço, deverá conter indicação dos sindicatos, Acordos, Convenções ou Dissídios Coletivos de Trabalho



## TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

ou leis, que regem essas categorias e as respectivas datas bases e vigências, com base no Código Brasileiro de Ocupações – CBO.

c) O enquadramento sindical deverá ser feito de acordo com a atividade que será utilizada preponderantemente.

d) Todavia, se o serviço exigir o emprego de várias categorias e, dentre elas, houver alguma que tenha sindicato específico, deverão ser utilizadas convenções coletivas diferenciadas.

**5.3.** No preço proposto deverão estar incluídas todas as despesas diretas e indiretas decorrentes da execução dos serviços (salários, seguros, garantias, impostos, taxas, contribuições, vale-transporte, auxílio-refeição, fornecimento de uniformes, calçados, equipamentos e outros benefícios exigidos por lei.).

**5.4.** Os licitantes deverão observar os valores mínimos dos salários base indicados no Edital.

**5.5.** A Contratada deverá apresentar em 60 (sessenta) dias, contados da assinatura do Contrato, um Laudo Técnico que indique o direito de percepção dos valores de Adicionais de *Insalubridade* e de *Periculosidade*.

a) A Contratada deverá prever nas planilhas o pagamento da insalubridade/periculosidade conforme disposto na tabela abaixo, até a emissão dos laudos técnicos de insalubridade e periculosidade previsto no item 5.5;

CATEGORIA / FUNÇÃO	Insalubridade	Periculosidade
ENGENHEIRO ELETRICISTA (SUPERVISOR)	-	30%
ENCARREGADO - ELÉTRICA	-	30%
ENCARREGADO - REFRIGERAÇÃO	20%	
ENCARREGADO - CIVIL	20%	
ELETRICISTA	-	30%
BOMBEIRO CIVIL	-	30%
TÉCNICO EM REDES E TELECOMUNICAÇÕES	20%	-
TECNICO EM ELETROMECÂNICA	-	30%
AUXILIAR TÉCNICO – CIVIL (PEQUENAS OBRAS E ADEQUAÇÕES PREDIAIS)	20%	-
AUXILIAR TÉCNICO - TELHADISTA	20%	
ELETRICISTA- PLANTONISTAS		30%





## TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

PINTOR INDUSTRIAL (ESTRUTURA METÁLICA)	20%	-
TECNICO EM REFRIGERAÇÃO	20%	-
AJUDANTE DE MONTAGEM E MANUTENÇÃO (Servente Prático)	20%	-
TÉCNICO EM SEGURANÇA NO TRABALHO	20%	-

b) Transcorrido o referido prazo e porventura não apresentado o laudo pela contratada, a Administração efetuará a contratação dos serviços e glosará os valores em fatura. Além da glosa, incidirá a multa de 3% (três por cento) do valor mensal do contrato à contratada por não apresentar o Laudo Técnico no prazo. Salientamos que esse Laudo servirá para cumprir o que exige a Legislação Previdenciária, na Lei nº 9.528, Art. 2º, de 10/12/97, que por sua vez estabelece que: "A empresa que não mantiver laudo técnico atualizado com referência aos agentes nocivos existentes no ambiente de trabalho de seus trabalhadores ou que emitir documento de comprovação de efetiva exposição em desacordo com o respectivo laudo estará sujeita à penalidade prevista no Art. 133 desta Lei."

c) Caso o laudo indique o direito de determinadas funções a receber adicionais Insalubridade ou Periculosidade, o ajuste do pagamento será feito retroativo ao início do Contrato e será emitida fatura complementar com a descrição dos adicionais e meses respectivos ou a glosa dos valores eventualmente pagos a mais;

d) O Laudo Técnico deverá obedecer, dentre outras, às legislações abaixo citadas:

- NR-16;
- NR-15;

e) O Laudo Técnico deverá conter pelo menos:

- O local de exercício e o tipo de trabalho realizado;
- O agente nocivo à saúde ou o identificador do risco;
- O grau de agressividade ao homem, especificando:
  1. O limite de tolerância conhecida, quanto ao tempo de exposição ao agente nocivo;
  2. Verificação do tempo de exposição do servidor/prestador aos agentes agressivos;
- A classificação dos graus de insalubridade e de periculosidade, com os respectivos percentuais aplicáveis ao local ou atividade objeto de exame;
- As medidas corretivas necessárias para eliminar ou neutralizar o risco, ou proteger contra seus efeitos.
- Quando houver alterações nas condições de trabalho ou quando solicitado pelo executor, os laudos deverão ser atualizados, e a Contratada terá o prazo de 30 (trinta) dias para a devida apresentação.

**5.6.** Caso o Licitante esteja obrigado à observância de norma coletiva da categoria, não podendo observar os limites mínimos para os salários base dos profissionais indicados neste Termo de Referência, deverá comprovar essa condição. Para tanto, deverá encaminhar cópia da Norma Coletiva em que conste



## TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

como signatários a Empresa e o Sindicato da Categoria Profissional envolvida na contratação (Acordo Coletivo) ou o Sindicato Patronal a que está vinculada a Contratada e o Sindicato Profissional a que estão vinculados os profissionais envolvidos na contratação (Convenção Coletiva de Trabalho).

**5.7.** Os Licitantes devem ter atenção especial na indicação dos salários dos profissionais, com vista a garantir a contratação de profissionais qualificados para a execução das tarefas. Ficando ciente que caso cotelem salários baixos e não consigam contratar profissionais qualificados, não poderá se valer dessa situação para embasar pedido de revisão contratual ou como justificativa para descumprir o contrato.

**5.8.** O pagamento dos serviços de análise e tratamento químico da água, fornecimento e/ou manutenção de software será feito mensalmente; os serviços de inspeção termográfica, análise da qualidade do ar interno, limpeza e desinfecção dos dutos do sistema de refrigeração, limpeza e desinfecção dos reservatórios de água e análise de óleo de resfriadores de líquido (chiller), quando da sua execução.

## 6. QUALIFICAÇÃO DA CONTRATADA - HABILITAÇÃO

**6.1.** Além daquelas indicadas no Edital, será exigida das Licitantes a comprovação das seguintes condições de qualificação técnica:

**6.1.1.** Registro da empresa no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA). Caso a licitante seja de outro estado da federação, deverá apresentar, antes do início do serviço, o registro no CREA-BA, de acordo com o artigo 3º, § 1º, inciso II, da Resolução nº 1.121, de 13 de dezembro de 2019, do CONFEA.

**6.1.2.** Para os serviços de limpeza e desinfecção de reservatórios de água, a empresa deverá apresentar licença sanitária ou termo equivalente concedida pelo órgão sanitário competente.

**6.1.3.** Um ou mais atestados de capacidade técnica-operacional, fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprovem a boa e regular prestação dos serviços de natureza pertinente e compatível com o objeto da contratação, com as seguintes características mínimas:

- a) Manutenção predial, abrangendo circuitos elétricos, de lógica e sistemas hidráulicos, em instalações de edifício compatíveis com a área do edifício-sede do TRE (mínimo de 10.000 m²);
- b) Manutenção preventiva e corretiva de subestação de, no mínimo, 850 KVA;
- c) Manutenção preventiva e corretiva de grupo gerador de, no mínimo, 135 KVA;
- d) Manutenção preventiva e corretiva em centrais de ar condicionado do tipo “resfriadoras de líquido”, com capacidade mínima de 255 TR’s;
- e) Manutenção preventiva e corretiva em centrais de ar condicionado do tipo VRF, com capacidade mínima de 220 TR;
- f) Limpeza e desinfecção de dutos de distribuição de ar de sistema de climatização;
- g) Limpeza e desinfecção de reservatórios

**Observação 1)** Não será aceito o somatório de atestados e/ou declarações para comprovar a capacidade técnica, sendo possível, contudo, a apresentação de atestado/declaração distintos para comprovar a prestação dos serviços identificados em cada item acima (alíneas “a” a “g”).



## TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

**Observação 2)** No que se refere ao sistema VRF instalado no Anexo III e, por se tratar de equipamentos em garantia e de tecnologia recente, a Contratada deverá comprovar, em até 60 (sessenta) dias após início dos serviços, *Carta de Credenciamento* junto à **DAIKIN**. De igual maneira, no mesmo prazo assinalado, de maneira a possibilitar a correta operação (acionamento e desligamento) bem como manutenção do sistema VRF, a Contratada deverá providenciar curso de capacitação junto à **DAIKIN** para os operadores do sistema VRF residentes no contrato (Encarregado e Técnicos de Refrigeração).

**6.1.4.** Certidão de Acervo Técnico emitida pela entidade profissional competente em nome dos responsáveis técnicos exigidos para a execução do objeto, acompanhada do respectivo atestado fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove que aqueles profissionais já executaram os seguintes serviços:

- a) Engenheiro Civil: manutenção predial de instalações e execução e/ou recuperação predial em estrutura metálica;
- b) Engenheiro Eletricista: operação e manutenção de instalações prediais, abrangendo circuitos elétricos e lógica em edificação com elevadores e subestação;
- c) Engenheiro Mecânico:
  - c.1)** Operação e manutenção de sistemas de fluidos hidráulicos e manutenção de centrais de ar condicionado do tipo resfriadora de líquido;
  - c.2)** Operação e manutenção de sistema tipo “Fluxo de Refrigerante Variável” (VRF) e condensação a ar.

**6.1.4.1.** Os profissionais detentores dos atestados de responsabilidade técnica citados deverão integrar o quadro permanente da licitante na data da licitação. A comprovação de vínculo profissional com a empresa licitante poderá ser demonstrada, entre outros meios, através de carteira de trabalho, Contrato de Prestação de Serviço ou Contrato Social, ou ainda pela Certidão de Registro da licitante na entidade profissional competente, desde que nesta Certidão conste o nome do profissional, ou ainda, de declaração da contratação futura do profissional, desde que acompanhada da declaração de sua anuência.

**6.1.5.** As empresas interessadas poderão realizar vistoria nos locais e instalações da prestação dos serviços, proceder a medições e verificar as instalações e equipamentos, de forma a obterem pleno conhecimento das condições e eventuais dificuldades para a sua execução, bem como de todas as informações necessárias para a formulação da sua proposta de preços.

**6.1.6.** A vistoria poderá ser previamente agendada junto à Seção de Manutenção Predial da Capital – SEMAP através dos telefones (71) 3373-7088, (71) 3373-7361 ou (71) 3373-7299 em horário de expediente do Órgão (13 às 19h, de segunda a quinta feira, e às sextas feiras de 7h30 às 13h30), até o último dia útil imediatamente anterior à data designada para a abertura da sessão pública do Pregão.

**6.1.7.** A realização da vistoria é facultativa, não se consubstanciando em condição para a apresentação de proposta, ficando as Licitantes, contudo, cientes de que após apresentação das propostas não serão admitidas, em hipótese alguma, alegações posteriores de desconhecimento dos serviços e de dificuldades técnicas não identificadas ou previstas.



## TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

### 7. SUBCONTRATAÇÃO

Os serviços de inspeção termográfica, tratamento de água e análise da qualidade do ar interno, serviços de análise de óleo de resfriadores de líquido (chiller), serviço de limpeza e desinfecção dos dutos do sistema de refrigeração, limpeza e desinfecção dos reservatórios de água, fornecimento e/ou manutenção de software de gerenciamento de manutenção, disponibilização de equipamentos especiais e execução de serviços eventuais, conforme detalhado neste Termo de Referência, poderão ser subcontratados junto a empresas especializadas. Ainda assim, a responsabilidade perante este Tribunal permanecerá na alçada da Contratada.

### 8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

São obrigações da Contratante, além daquelas explícita ou implicitamente contidas no presente termo de referência e na legislação vigente:

- a) Efetuar os pagamentos nas condições e preços pactuados, desde que cumpridas as exigências contratuais por parte da Contratada;
- b) Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, através de comissão especialmente designado para este fim, nos termos do art. 67 da Lei n.º 8.666/93;
- c) Programar os serviços periodicamente através da equipe de gestão do Contrato, os quais deverão ser cumpridos pela Contratada de forma a garantir o funcionamento regular e seguro dos sistemas mantidos;
- d) Notificar, por escrito, a Contratada, da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para sua correção;
- e) Colocar à disposição da Contratada local para guarda dos materiais e equipamentos, bem como para a guarda dos uniformes e outros pertences dos colaboradores;
- f) Permitir o livre acesso dos empregados colaboradores da Contratada para execução dos serviços contratados;
- g) Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelos colaboradores da Contratada;
- h) Zelar para que, durante a vigência do contrato, a Contratada cumpra as obrigações assumidas, bem como sejam mantidas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo licitatório.

### 9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

São obrigações da Contratada, além daquelas explícita ou implicitamente contidas no presente termo de referência, no Contrato e na legislação vigente:



## TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

- a)** Cumprir, e fazer cumprir por seus prepostos e colaboradores, o Código de Ética do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia, Resolução Administrativa nº 3/2017.
- b)** prestar os serviços, de modo regular, consoante as especificações deste Termo de Referência, fornecendo todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, nos locais elencados no ANEXO A (Endereços dos Locais para Prestação dos Serviços) e nos equipamentos relacionados no ANEXO B (Detalhamentos dos Equipamentos que Compõem os Sistemas das Edificações) e com as rotinas e procedimentos constantes no ANEXO C (PMOC);
- c)** Iniciar os serviços no prazo pactuado;
- d)** Empregar na execução dos serviços pessoal devidamente qualificado;
- e)** Manter durante toda a vigência do Contrato as condições de habilitação exigidas para a contratação;
- f)** Zelar pela conservação e bom funcionamento dos equipamentos de propriedade do TRE-BA utilizados nos serviços, dando ciência de eventuais avarias;
- g)** Prover o pessoal necessário para garantir a execução contínua dos serviços, nos regimes contratados, sem interrupção, seja por motivo de férias, descanso semanal, licença, falta ao serviço, demissão e outros análogos, obedecidas as disposições da legislação trabalhista vigente;
- h)** Fornecer uniformes e crachás para os empregados alocados na prestação dos serviços. Os crachás deverão ter a flexão de gênero (ex: engenheiro, engenheira, encarregado, encarregada, pintor, pintora etc);
- i)** Responder por danos causados por seus empregados ao TRE-BA ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo;
- j)** Reunir-se sempre que necessário com os responsáveis pela gestão do Contrato, para tratar de assuntos pertinentes a esta contratação;
- k)** Atender a solicitação da Fiscalização do Contrato para o comparecimento dos Responsáveis Técnicos em reuniões sempre que necessário;
- l)** Relatar ao gestor do contrato toda e qualquer irregularidade observada em virtude da prestação dos serviços;
- m)** Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela Contratante, cujas reclamações se obriga prontamente a atender;
- n)** Providenciar, em caso de greve no sistema de transporte coletivo da cidade, o transporte dos colaboradores ao serviço e seu retorno à sua residência;
- o)** Substituir, no prazo máximo de dez dias úteis, sempre que exigido, qualquer colaborador cuja atuação, permanência e/ou comportamento sejam julgados prejudiciais, inconvenientes, insatisfatórios à disciplina do Tribunal ou ao interesse do serviço público, ou ainda, incompatíveis com o exercício das funções que lhe foram atribuídas;



## TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

- p)** Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o contrato, sem a prévia e expressa anuência do TRE-BA, salvo a subcontratação de serviços estabelecidos neste termo de referência;
- q)** Efetuar o pagamento dos colaboradores impreterivelmente até o quinto dia útil do mês subsequente ao da prestação dos serviços;
- r)** Fornecer a alimentação e o transporte dos colaboradores.
- s)** Fornecer uniformes à mão-de-obra envolvida na prestação dos serviços, em quantidade suficiente, de acordo com a descrição apresentada neste Termo de Referência;
- t)** Arcar com todos os encargos sociais previstos na legislação vigente e de quaisquer outros encargos decorrentes de sua condição de empregadora, apresentando mensalmente à Contratante, a comprovação do recolhimento dos impostos devidos, bem como a comprovação dos demais valores que compõem a fatura, para que possam ser liberadas para pagamento pela Fiscalização do Contrato;
- u)** Responsabilizar-se por quaisquer acidentes que venham a ser vítimas os colaboradores quando em serviço, por tudo quanto às leis trabalhistas e previdenciárias lhes assegurem e, ainda, responsabilizar-se pelas demais exigências legais para o exercício da atividade de seus profissionais;
- v)** Responder por danos ou desaparecimentos de bens, da Contratante ou de terceiros, que venham a ser causadas por seus colaboradores ou preposto, desde que fique comprovada sua responsabilidade, de acordo com o art. 70, da Lei n.º 8.666/93;
- w)** Efetuar a reciclagem dos seus colaboradores de modo que eles sempre estejam em condições legais e técnicas para a execução do serviço;
- x)** Em observância à Lei 6.496/1977, após a publicação do contrato no DOU, deverá ser apresentada a ART (Anotações de Responsabilidade Técnica) do CREA dos responsáveis técnicos da empresa e do Supervisor, antes do início da execução dos serviços objeto deste Termo de Referência, conforme disposto no artigo 28º da Resolução n.º 1.025/09 do CONFEA. A apresentação das ARTs é condição necessária para o início dos serviços.
- y)** Apresentar a ART (Anotação de Responsabilidade Técnica) relativamente aos serviços de tratamento de água, inspeção termográfica, limpeza e desinfecção dos reservatórios de água, limpeza e desinfecção dos dutos do sistema de ar condicionado e análise da qualidade do ar interno, na hipótese de subcontratação autorizada neste Termo de Referência, previamente ao início dos serviços.
- z)** Corrigir os salários pagos aos seus empregados na mesma base dos reajustes concedidos pelo Governo, Justiça do Trabalho ou obtidos através de acordos para os trabalhadores da categoria, independentemente da prévia repactuação da contratação celebrada.
- aa)** Manter em condições de limpeza e organização os ambientes de acesso restrito ao pessoal de manutenção, tais como subestações transformadoras, casas de máquinas, casas de bombas, sala da manutenção etc.;





## TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

- bb)** Manter, em perfeito funcionamento e devidamente calibrados e aferidos, todas as ferramentas e instrumentos disponibilizados, efetuando manutenção periódica e/ou substituindo de imediato os que sofrerem danos;
- cc)** Identificar todos os equipamentos, ferramentas e materiais de sua propriedade de forma a não serem confundidos com similares de propriedade da Contratante;
- dd)** Providenciar o transporte e descarte dos entulhos e sobras de materiais oriundos dos serviços executados, observando as regras de sustentabilidade ambiental referidos neste Termo de Referência;
- ee)** Adotar medidas de proteção de móveis, equipamentos, pisos e paredes contra respingos de pintura, massas e poeiras decorrentes da execução dos seus serviços, sob pena de arcar com os reparos dos danos causados;
- ff)** Manter atualizados os projetos, fornecendo arquivos em meio magnético, sem proteção de alteração, elaborados através do programa de Autocad, em versão atualizada;
- gg)** Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, em prazo determinado pela Fiscalização do contrato, os serviços em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções;
- a. Caso a contratada não efetue as reparações devidas no prazo estipulado, e esta inércia estiver causando prejuízos de qualquer natureza ao Contratante, este poderá adotar as medidas com vistas à solução do problema, podendo eventuais custos com os referidos serviços serem descontados das faturas de serviço apresentadas pela Contratada, observado o devido processo legal, sem prejuízo das penalidades cabíveis.
- hh)** Responsabilizar-se, em relação aos seus empregados, por todas as despesas decorrentes da execução do serviço, tais como: Salários; seguros de acidentes e de vida; taxas, impostos e contribuições; indenizações; vales-refeição/alimentação; vale-transporte; plano de assistência médica (ambulatorial e hospitalar), bem como outras que porventura venham a ser criadas e exigidas pelo Governo. No caso de assistência médica, o prazo de carência para início da cobertura dos funcionários será aquele previsto na CCT.
- ii)** Os salários e o auxílio-alimentação e/ou cesta básica (quando couber) deverão ser pagos em observância à convenção coletiva vigente das categorias.
- jj)** Manter vínculo empregatício formal e expresso com os seus empregados (Equipe Residente), sendo responsável pelo pagamento de salários e todas as demais vantagens, recolhimento de todos os encargos sociais e trabalhistas, fiscais e parafiscais, emolumentos, além de seguros e indenizações, conforme a natureza jurídica da Contratada, incidentes sobre o objeto do Contrato, ficando ressalvado que a inadimplência da Contratada para com estes encargos, não irá transferir à Contratante a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do Contrato, e poderá ensejar a rescisão do Contrato, caso a Contratada, uma vez notificada para regularizar as pendências, permaneça inadimplente;
- kk)** Não repassar aos seus colaboradores os custos de qualquer dos itens do uniforme, ferramentas e equipamentos que lhe forem entregues;





## TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

**ll)** Fornecer todos os Equipamentos de Proteção Individual e Coletivo, necessários e adequados ao desenvolvimento de cada tarefa na prestação dos serviços, conforme previsto na NR-06 e NR-18 da Portaria n.º 3214 do Ministério do Trabalho, bem como demais dispositivos de segurança;

**mm)** Diligenciar para que seus colaboradores trabalhem com os EPIs, evitando assim a suspensão dos serviços. O ônus da paralisação correrá por conta da Contratada, caso os serviços sejam interrompidos pela falta do uso dos equipamentos de segurança;

**nn)** Apresentar os relatórios inicial, mensais, final, complementares e de segurança e higiene do trabalho, de acordo com o disposto neste Termo de Referência;

**oo)** Realizar o controle de frequência de seus funcionários, encaminhando os registros, quinzenalmente, ao Contratante e mantendo-os em local de fácil acesso para fiscalização externa e interna, responsabilizando-se, ainda, pela aquisição, instalação e manutenção do equipamento pertinente,;

**pp)** Comunicar à Fiscalização, por escrito, a substituição de qualquer posto de trabalho.

**qq)** Em qualquer hipótese de substituição de colaborador, comprovar que o substituto atende todas as condições de qualificação constantes neste Termo de Referência;

**rr)** Comunicar à Fiscalização do Contrato qualquer anormalidade de caráter urgente, bem como prestar os esclarecimentos necessários, de maneira direta através do seu preposto ou, extraordinariamente, através de telefone celular, cujo número será fornecido pela Fiscalização. No primeiro dia útil após a ocorrência da anormalidade, deverá ser registrado documento descrevendo os fatos;

**ss)** Protocolizar, no início da prestação dos serviços, relação dos números dos celulares de seus responsáveis técnicos, bem como comunicar sua eventual alteração;

**tt)** Promover, ao término do contrato, a transferência de informações, tecnologia e de técnicas empregadas durante toda execução ao Tribunal ou à nova empresa que continuará a execução dos serviços;

**uu)** Aceitar que a Administração realize o pagamento de salários e demais benefícios diretamente aos seus empregados, com os créditos da Contratada, sempre que for necessário.

**vv)** Providenciar laudos de periculosidade e insalubridade para todos os postos de trabalho, para concessão dos adicionais respectivos aos seus empregados no prazo estabelecido neste Termo de Referência;

### **10. VIGÊNCIA DO CONTRATO E INÍCIO DE EXECUÇÃO**

**10.1.** A vigência do contrato será de 24 (vinte e quatro) meses, contados da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado até o limite legal.

**10.2.** Os serviços serão iniciados em no máximo 15 (quinze) dias úteis, contados do recebimento, pela Contratada, da Ordem de Serviço (OS) a ser emitida pela Fiscalização do Contrato, no prazo de até 20 dias, a contar da data do recebimento, pela Contratada, da cópia do contrato assinado.



## TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

### 11. PAGAMENTO

**11.1.** Observada a ordem cronológica estabelecida no art. 5º da Lei 8.666/93, o pagamento será efetuado sem qualquer acréscimo financeiro, mediante depósito através de ordem bancária, nos seguintes prazos e condições.

**11.1.1.** Para valor igual ou inferior a R\$ 17.600,00: até o 5º (quinto) dia útil subsequente à apresentação da nota fiscal;

**11.1.2.** Para valor igual ou superior a R\$ 17.600,00: até o 10º (décimo) dia útil subsequente à apresentação da nota fiscal.

**11.2.** Condiciona-se o pagamento à:

**11.2.1.** Apresentação da nota fiscal discriminativa da execução do objeto contratado;

**11.2.2.** Declaração da Fiscalização do Contrato de que o fornecimento se deu conforme pactuado.

**11.3.** A Contratada estará sujeita aos ajustes no pagamento pelas metas não atendidas, conforme estabelecido no Instrumento de Medição de Resultados (IMR) constante deste Termo de Referência.

**11.4.** A nota fiscal/fatura deve ser emitida, obrigatoriamente, no mês subsequente à prestação do serviço e deverá estar acompanhada do **Relatório Mensal** de Manutenção Predial do respectivo período.

**11.5.** A apresentação da nota fiscal/fatura juntamente com a documentação aqui enumerada se dará, obrigatoriamente, através da Seção de Protocolo do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia.

**11.6.** O pagamento dos serviços de análise e tratamento químico da água, limpeza e desinfecção dos reservatórios de água, fornecimento e/ou manutenção de software, análise de óleo de resfriadores de líquido (*chiller*), limpeza e desinfecção de dutos do sistema de refrigeração, de inspeção termográfica e de análise da qualidade do ar interno será efetuado juntamente com a fatura do mês em que forem realizados, observadas as respectivas periodicidades.,

**11.7.** Para a efetivação do pagamento por parte da Contratante, além das exigências constantes do Edital e do Contrato, deverá a Contratada apresentar:

**a)** comprovante de pagamento de salários e horas extras, além de eventuais benefícios suplementares a que estiver obrigada por força de Lei ou de Convenção ou Acordo Coletivo de Trabalho, dos profissionais que prestaram serviços nas dependências da Contratante, no prazo previsto em Lei, referente ao mês a que se refere a nota fiscal/fatura;

**a.1)** os custos previstos na planilha da Contratada relativos a benefícios como seguro de vida, assistência médica, assistência odontológica, entre outros, deverão ser comprovados sob pena de glosa dos valores excedentes;

**b)** folha de frequência dos empregados referente ao mês da prestação do serviço;

**c)** cópia do comprovante de recolhimento da contribuição previdenciária estabelecida para o empregador e seus empregados, do mês anterior ao que se refere a nota fiscal/fatura;



## TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

**d)** cópia do comprovante de recolhimento do FGTS, referente ao mês anterior ao que se refere a nota fiscal/fatura;

**e)** comprovante de fornecimento de vale-transporte do mês posterior ao que se refere a nota fiscal/fatura;

**e.1)** no primeiro mês de vigência do contrato, deverá ser apresentado, ainda, o comprovante de entrega do vale-transporte do mês a que se refere a nota fiscal/fatura.

**f)** comprovante de fornecimento de auxílio-alimentação, do mês posterior ao que se refere a nota fiscal/fatura;

**f.1)** no primeiro mês de vigência do contrato, deverá ser apresentado, ainda, o comprovante de entrega do auxílio-alimentação do mês a que se refere a nota fiscal/fatura.

**g)** comprovante de pagamento do 13º salário, da concessão de férias e do correspondente pagamento do adicional de férias, na forma da Lei;

**h)** O pagamento dos serviços prestados no último mês de vigência contratual somente ocorrerá após a comprovação do cumprimento das obrigações trabalhistas por parte da Contratada, haja vista a implicação da responsabilidade subsidiária da Contratante, quanto àquelas obrigações (art. 71 da Lei nº 8.666/93 e Súmula nº 331 do TST). A aplicação do disposto neste item não gerará reajustamento de preços.

**11.8.** Condiciona-se, ainda, o pagamento à declaração da Fiscalização do Contrato de que os serviços foram executados na forma avençada.

**11.9.** Quando ocorrerem eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pela Administração, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

$$I = (TX/100)/$$

$$365$$

$$EM = I \times N \times VP, \text{ onde:}$$

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; e

VP = Valor da parcela em atraso.



## TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

### 12. INEXECUÇÃO CONTRATUAL E PENALIDADES

**12.1.** A Administração poderá aplicar à licitante vencedora, pelo descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas, as sanções previstas na Lei e no Contrato, sendo a multa calculada dentro dos seguintes parâmetros:

**12.1.1.** Atrasar injustificadamente o início da execução do contrato – 2%, sobre o valor mensal do posto de trabalho, cuja alocação se deu com atraso, por dia de atraso, até o máximo de 10 (dez) dias;

**12.1.2.** Atrasar a substituição de profissional que não atenda às necessidades do contrato quanto às qualificações e conhecimentos para desenvolvimento das atividades, após solicitação formal da fiscalização – 1% sobre o valor mensal do(s) posto(s) de trabalho, por dia de atraso, até o máximo de 10 (dez) dias;

**12.1.3.** Não substituir profissional faltoso, deixando o posto desguarnecido – 1% sobre o valor mensal do(s) posto(s) de trabalho, por ocorrência (dia de trabalho), sem prejuízo da glosa pela não prestação dos serviços;

**12.1.4.** Atrasar o fornecimento de uniformes, crachás e equipamentos de proteção individual ou sua substituição quando solicitado pelo Contratante – 0,1% sobre o valor mensal do(s) posto(s) de trabalho, por dia de atraso, até o máximo de 10 (dez) dias;

**12.1.5.** Atrasar o saneamento do problema que torne indisponível a utilização do software de gerenciamento de manutenção ou funcionalidade considerada essencial para o desenvolvimento dos serviços - 1% sobre o valor mensal do software, por dia de atraso, até o máximo de 5 (cinco) dias, sem **prejuízo da glosa pelo serviço não prestado;**

**12.1.6.** Atrasar a apresentação dos relatórios indicados no Termo de Referência (tópico 4.4) – 0,2% sobre o valor mensal do contrato (relatórios inicial, mensal, final e complementar) ou sobre o valor do serviço (inspeção termográfica, análise da qualidade do ar interno, análise da qualidade do óleo de resfriadores), por dia de atraso, até o máximo de 5 (cinco) dias;

**12.1.7.** Atrasar a execução dos serviços corretivos além dos limites das faixas de ajuste de pagamento estabelecidas no Instrumento de Medição de Resultados, quando aplicável – 0,5% sobre o valor mensal do contrato, por hora, até o limite de 5 (cinco) horas;

**12.1.8.** Suspender ou interromper, salvo por motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços – 1% sobre o valor mensal do(s) posto(s) de trabalho, por dia de atraso e por posto, até o máximo de 5 (cinco) dias, sem prejuízo da glosa pela não prestação dos serviços;

**12.1.9.** Deixar de realizar as visitas técnicas dos engenheiros civil e mecânico – 2% sobre o valor mensal do contrato, por dia de atraso, até o máximo de 5 (cinco) dias, sem prejuízo da glosa pela não prestação dos serviços;

**12.1.10.** Deixar de realizar o tratamento químico da água, a inspeção termográfica, as análises de qualidade do ar interno e do óleo de resfriadores de líquido, a limpeza e desinfecção interna dos dutos do



## TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

sistema de refrigeração e/ou a limpeza e desinfecção dos reservatórios de água – 25% sobre o valor do respectivo serviço;

**12.1.11.** Não comparecimento dos responsáveis técnicos ou engenheiros responsáveis pelas visitas semanais no dia que antecede o pleito – 5% sobre o valor mensal do contrato;

**12.1.12.** Deixar de apresentar os laudos de periculosidade e insalubridade – 2% sobre o valor mensal do posto de trabalho, por profissional, a cada mês de omissão;

**12.1.13.** Deixar de efetuar o pagamento de salários, auxílio alimentação e auxílio transporte nas datas avençadas – 0,2% sobre o valor mensal do(s) posto(s) de trabalho, por dia de atraso, até o máximo de 10 (dez) dias;

**12.1.14.** Deixar de efetuar o recolhimento das contribuições sociais da Previdência Social e FGTS nas datas avençadas – 0,1% sobre o valor mensal do(s) posto(s) de trabalho, por dia de atraso, até o máximo de 10 dias.

**12.2.** A aplicação das penalidades não isenta a Contratada do cumprimento das obrigações estabelecidas contratualmente nos prazos avençados.

**12.3.** A Contratante poderá aplicar à Contratada que der causa à rescisão do contrato a multa de 5% do valor remanescente do ajuste.

**12.4.** Pela inexecução total do objeto, garantida a ampla defesa e o contraditório, a Contratada estará sujeita à multa de 5% do valor total do contrato.

### **13. MEDIDAS ACAUTELADORAS**

**13.1.** Ocorrendo inadimplemento contratual, a Administração poderá, com base no artigo 45 da Lei nº 9.784/1999 e artigo 26, inciso I, da Portaria nº 112/2023, do TRE/BA, reter de forma cautelar, dos pagamentos devidos à Contratada, valor relativo a eventual multa a ser-lhe aplicada.

**13.2.** Finalizado o processo administrativo de apuração das faltas contratuais cometidas pela Contratada, tendo a Administração decidido pela penalização, o valor retido cautelarmente será convertido em multa. Não havendo decisão condenatória, o valor será restituído, monetariamente corrigido pelo mesmo índice de reajuste dos pagamentos devidos à Contratada.

### **14. MEIOS DE COMUNICAÇÃO**

**14.1.** As notificações emitidas pela Administração que implicarem abertura de prazo para cumprimento de obrigações, assim como as intimações dos despachos ou decisões que imponham deveres, restrições de direito ou sanções à Contratada, deverão ser feitas pessoalmente, mediante ciência nos autos, ou por meio eletrônico, com confirmação inequívoca do recebimento.

**14.2.** Frustradas as tentativas de comunicação pelos meios acima citados, esta deverá ser realizada por correspondência com aviso de recebimento ou por qualquer outro meio idôneo que assegure a certeza da



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA**

ciência do interessado, ou ainda, em caso de aplicação de sanção, por edital, no Diário Oficial da União – DOU, quando ignorado, incerto ou inacessível o lugar em que o fornecedor se encontrar.

**14.3.** A comunicação dos atos processuais será dispensada quando o representante da Contratada revelar conhecimento de seu conteúdo, manifestado expressamente por qualquer meio.

### **15. DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS (LGPD) – LEI 13709/18**

**15.1.** O TRE-BA e a Contratada se comprometem a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, atuando da seguinte forma:

a) a coleta de dados pessoais indispensáveis à própria prestação do serviço, se houver, será realizada mediante prévia e fundamentada aprovação do TRE-BA, responsabilizando-se a Contratada por obter o consentimento dos titulares (salvo nos casos em que opere outra hipótese legal de tratamento). Os dados assim coletados só poderão ser utilizados na execução dos serviços especificados neste contrato, e em hipótese alguma poderão ser compartilhados ou utilizados para outros fins;

b) encerrada a vigência do contrato ou não havendo mais necessidade de utilização dos dados pessoais, sejam eles sensíveis ou não, a Contratada providenciará seu descarte de forma segura.

**15.2.** A Contratada dará conhecimento formal aos seus empregados das obrigações e condições acordadas neste item, inclusive no tocante à Política de Privacidade do TRE-BA, cujos princípios deverão ser aplicados à coleta e tratamento dos dados pessoais de que trata a presente cláusula.

**15.3.** O eventual acesso, pela Contratada, às bases de dados que contenham ou possam conter dados pessoais ou segredos de negócio implicará para a mesma e para seus prepostos – devida e formalmente instruídos nesse sentido – o mais absoluto dever de sigilo, no curso do presente contrato e pelo prazo de até 10 anos contados de seu termo final.

**15.4.** Representante da Contratada manterá contato formal com representante do TRE-BA, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas da ocorrência de qualquer incidente que implique violação ou risco de violação de dados pessoais, para que este possa adotar as providências devidas, na hipótese de questionamento das autoridades competentes.

**15.5.** A critério do TRE-BA, a Contratada poderá ser provocada a preencher um relatório de impacto, conforme a sensibilidade e o risco inerente dos serviços objeto deste contrato, no tocante a dados pessoais.

### **16. GARANTIA CONTRATUAL**

**16.1.** No prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar do recebimento da via do Contrato assinado, a Contratada apresentará garantia contratual no valor equivalente a 5% do valor total da contratação, observados os termos definidos no Edital



## TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

### 17. INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO (IMR)

**17.1.** Será adotado, durante toda a vigência do contrato, “Instrumento de Medição de Resultados - IMR” estabelecido na IN nº 05/2017 – SLTI - MPOG e Portaria DG nº 103/2018 do TRE-BA, contemplando indicadores e respectivas metas a cumprir, que serão acompanhados pela Equipe de Fiscalização designada pela Contratante, visando à qualidade da prestação do serviço e respectiva adequação de pagamento.

**17.2.** Os indicadores eleitos refletem fatores que estão sob controle da Contratante e da Contratada no acompanhamento e na execução do Contrato, que são essencialmente relevantes para obtenção de resultados positivos dos serviços.

**17.3.** Os indicadores são:

**17.3.1.** Atendimento da rotina de execução dos serviços contínuos;

**17.3.2.** Cumprimento dos prazos de atendimento de ordens de serviço (OS).

**17.4.** Os serviços serão avaliados trimestral e consecutivamente como forma de verificação da qualidade de sua prestação. No 1º (primeiro) dia útil do mês subsequente àquele em que se completar o trimestre, a Fiscalização do Contrato formalizará a avaliação.

**17.5.** A Equipe de Fiscalização do contrato acompanhará mensalmente o cumprimento das obrigações previstas nas tabelas de indicadores.

**17.6.** Apurado o número de ocorrências do IMR conforme tabelas de indicadores, na fatura do mês da formalização prevista no item 17.4, a Contratante providenciará a glosa.

**17.7.** A Contratante notificará a Contratada quanto à formalização mencionada no subitem 17.4, até o 5º (quinto) dia útil imediatamente posterior ao da formalização.

**17.8.** A Contratada terá 03 (três) dias úteis, antes do pagamento da fatura, para apresentar recurso quantos aos apontamentos do IMR.

**17.9.** Os pagamentos deverão ser proporcionais ao atendimento das metas estabelecidas no Instrumento de Medição de Resultados - IMR. **17.10.** O Instrumento de Medição de Resultados (IMR) é parte integrante do Contrato.

INDICADOR Nº 01	
ATENDIMENTO DA ROTINA DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS CONTÍNUOS	
Item	Descrição
Finalidade	Garantir a execução de todas as rotinas de manutenção preventiva, preditiva e dentro dos prazos previstos.





## TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

Meta a cumprir	Conforme Termo de Referência – ANEXO C (PMOC) ou Plano de Manutenção elaborado em conjunto com a Contratante.
Instrumento de medição	Relatórios do sistema informatizado comprovando execução de acordo com as Rotinas de Manutenção, na frequência prevista.
Forma de acompanhamento	Pelo sistema informatizado com acompanhamento pelo fiscal do contrato.
Periodicidade	Mensal.
Mecanismo de Cálculo	<p>Cada rotina descrita no Termo de Referência que não for cumprida receberá pontuação conforme segue:</p> <p>Rotina diária – 01 ponto</p> <p>Rotina semanal – 02 pontos</p> <p>Rotina quinzenal – 1,5 pontos</p> <p>Rotina mensal – 03 pontos</p> <p>Rotina trimestral – 04 pontos</p> <p>Rotina semestral – 05 pontos</p> <p>Rotina anual – 10 pontos</p> <p>Rotina Bienal – 20 pontos</p> <p>Somatório dos itens não cumpridos = <b>Y</b></p>
Início de Vigência	Início da execução dos serviços.
Faixas de ajuste no pagamento	<p><b><math>0 &lt; Y \leq 20</math></b>: 100% do valor da fatura mensal;</p> <p><b><math>20 &lt; Y \leq 35</math></b>: 95% do valor da fatura mensal;</p> <p><b><math>Y &gt; 35</math></b>: 90% do valor da fatura mensal de manutenção.</p>
Observações	<p>1. Caso haja impedimentos na realização das rotinas de manutenção, o Fiscal do Contrato deverá ser comunicado imediatamente visando a normalização dos serviços e a não incidência de ajustes ou sanções.</p> <p>2. Todas as ocorrências deverão estar registradas no sistema informatizado de gerenciamento dos serviços a fim de que estes sejam validados pelo fiscal do contrato e mensurados os resultados para atesto e autorização dos pagamentos.</p>



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

INDICADOR Nº 02	
PRAZO DE ATENDIMENTO DE ORDENS DE SERVIÇO (OS)	
Item	Descrição
Finalidade	Garantir um atendimento célere às demandas de manutenção corretiva do órgão, que requeiram a utilização de materiais e equipamentos não básicos (materiais, peças de reposição, equipamentos eventuais e equipamentos especiais), realizadas por meio de OS – Ordem de Serviço.
Meta a cumprir	Número de horas (depende do serviço a realizar).
Instrumento de medição	Relatórios do sistema informatizado – Ordem de Serviço (OS) eletrônica.
Forma de acompanhamento	Pelo sistema informatizado com acompanhamento pelo Fiscal do Contrato.
Periodicidade	Mensal.
Mecanismo de Cálculo	Cada OS será verificada e valorada individualmente. Numero de dias na fase de orçamentação e aquisição de materiais ou contratação de serviços / meta a cumprir = X
Início de Vigência	Data da assinatura do contrato.
Faixas de ajuste no pagamento	$X \leq 1$ : 100% do valor da OS; $1 < X \leq 2$ : 95% do valor da OS; $X > 2$ : 90% do valor da OS.
Observações	1. O mecanismo de cálculo será verificado pelo gestor do Contrato, avaliando se o atraso nos atendimentos se deu em virtude de impedimentos da própria administração do órgão, caso este em que será isentada a prestadora de serviços.  2. Todas as ocorrências deverão estar registradas no sistema informatizado de gerenciamento dos serviços a fim de que estes sejam validados pelo gestor do contrato, e mensurados os resultados para atesto e autorização dos pagamentos.



## TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

### ANEXO A

#### ENDEREÇOS DOS LOCAIS PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

##### 1 – DOS LOCAIS DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

Os serviços serão prestados nos seguintes endereços:

##### 1.1 - PRESTAÇÃO PERMANENTE:

###### a) EDIFÍCIO SEDE e ANEXO DE SERVIÇOS

Situado à 1ª Avenida do Centro Administrativo da Bahia, n.º 150, Paralela

Área Total de 11.949,34 m<sup>2</sup> (onze mil, novecentos e quarenta e nove metros quadrados);

###### b) ANEXO I (Prédio dos Cartórios Eleitorais da Capital)

Situado à 1ª Avenida do Centro Administrativo da Bahia, n.º 150, Paralela

Área Total de 2.402,00 m<sup>2</sup> (dois mil, quatrocentos e dois metros quadrados);

###### c) ANEXO II

Situado à 1ª Avenida do Centro Administrativo da Bahia, n.º 150, Paralela

Área Total de 7.360,17 m<sup>2</sup> (sete mil, trezentos e sessenta metros quadrados);

###### d) ANEXO III

Situado à 1ª Avenida do Centro Administrativo da Bahia, n.º 150, Paralela

Área Total de 4.000,00 m<sup>2</sup> (quatro mil metros quadrados)

###### d) CENTRO DE APOIO TÉCNICO

Situado na Rodovia BR-324, Loteamento Porto Seco Pirajá, n.º 7174, Lotes 16 e 17

Área Total de 3.168,00 m<sup>2</sup> (três mil, cento e sessenta e oito metros quadrados).



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA**

### **1.2 – PRESTAÇÃO EVENTUAL:**

- a) POSTOS DE ATENDIMENTO
- b) LOCAIS ONDE OCORREREM EVENTOS PROMOVIDOS PELO TRE, nesta Capital;
- c) LOCAIS DE VOTAÇÃO, LOCALIZADOS NESTA CAPITAL.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA**

**ANEXO B**

**EQUIPAMENTOS**

**DETALHAMENTO DOS EQUIPAMENTOS QUE COMPÕEM  
OS SISTEMAS DAS EDIFICAÇÕES**

**LISTA DOS EQUIPAMENTOS QUE COMPÕEM AS INSTALAÇÕES (SEDE, ANEXOS I, II E III E CAT):**

Obs. Esta Lista representa a situação atual do Tribunal, podendo não ser a mesma quando da contratação.

**1 BEBEDOUROS**

DESCRIÇÃO	QUANTIDADE
Bebedouros de pressão (CAT e Sede)	15
Bebedouros tipo garrafão	04

**2 PURIFICADOR DE ÁGUA**

DESCRIÇÃO	QUANTIDADE
Purificador de água modelo New Platinum Class, marca TOP LIFE	06

**3 BOMBAS**

**04** (quatro) **bombas**, discriminadas a seguir:

DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	LOCALIZAÇÃO
Moto-bomba centrífuga mod. 7-JCA INAPI	2	Cisterna da Torre 2
Moto-bomba centrífuga mod. 2-JC INAPI	1	Cisterna da Torre 1
Bomba JACUZZI mod. 5DM2	1	Torre de água



## TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

### 4 ELEVADORES HIDRÁULICOS – EDIFÍCIO-SEDE - atualmente existentes.

**05** (cinco) elevadores hidráulicos. Principais componentes por elevador hidráulico:

DESCRIÇÃO	REFERÊNCIA	FABRICANTE	QUANT.
Reservatório	250L	HIDRACOMP	05
Motor elétrico	10cv 4 pólos 220/380V	EBERLE	05
Bomba de palheta	SVP – 25l – 21F – 1ª	SUMMA	05
Válvula direcional proporcional	ESD – G06 – C6S – 125 – A – E10	NACHI	05
Válvula isoladora de manômetro	F20SK	HIDRACOMP	05
Manômetro	SSG – 2000	FANABRAS	05
Válvula reguladora de pressão	RSS – T06 – AQ1 – R – D2 – E10	NACHI	05
Válvula retenção pilotada	SL – 20G – 20	NACHI	05
Visor de nível	VN 127/67	HDA	05

#### 4.1 Elevadores hidráulicos – EDIFÍCIO-SEDE

##### 4.1.1 Elevador Panorâmico do Jardim Interno

Tipo:	Elevador de Passageiros
Paradas e alturas:	02 paradas, distância piso a piso = 3.610 mm
Cilindro:	Curso 3700 mm x Camisa 100 mm x Haste 50 mm
Acionamento:	Hidráulico
Sistema de Controle:	Elétrico
Formato:	Retangular com face semicircular
Cabine:	Parede de policarbonato e guarda-corpo tubular de inox
Caixa externa:	Policarbonato do nível 00 até a verga da porta
Porta inferior:	Esquadria de aço inox e vidro, mola Dorma embutida
Porta superior:	Esquadria de aço inox e vidro, mola Dorma embutida
Travas das portas:	Elétricas por solenoide, acionadas pelo controlador
Tempo de subida:	19 segundos



## TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

Tempo de descida:	16 segundos
Velocidade:	Aproximadamente 20 cm/s

### 4.1.2 Elevador da Presidência (Privativo)

<b>Tipo:</b>	<b>Elevador de Passageiros</b>
Paradas e alturas:	02 paradas, distância piso a piso = 3.610 mm
Cilindro:	Curso 3700 mm x Camisa 100 mm x Haste 50 mm
Acionamento:	Hidráulico
Sistema de Controle:	Elétrico
Formato:	Retangular com face semicircular
Cabine:	Parede de policarbonato e guarda-corpo tubular de inox
Caixa externa:	Caixa de policarbonato com cobertura metálica
Porta inferior:	Esquadria de aço inox e vidro, mola Dorma embutida
Porta superior:	Esquadria de aço inox e vidro, mola Dorma embutida
Travas das portas:	Elétricas por solenoide, acionadas pelo controlador
Tempo de subida:	18 segundos
Tempo de descida:	18 segundos
Velocidade:	Aproximadamente 20 cm/s

### 4.1.3 Elevador do Plenário

<b>Tipo:</b>	<b>Elevador de Passageiros</b>
Paradas e alturas:	02 paradas, distância piso a piso = 3.610 mm
Cilindro:	Curso 3700 mm x Camisa 100 mm x Haste 75 mm
Acionamento:	Hidráulico
Sistema de Controle:	Elétrico
Formato:	Circular
Cabine:	Plataforma circular e guarda-corpo tubular em aço inox
Caixa externa:	Parede circular revestida em ripado de aço inoxidável
Porta inferior:	Esquadria aço inox e policarbonato curvo, mola Dorma





## TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

Porta superior:	Cancela, esquadria de aço inox e policarbonato curvo
Travas das portas:	Elétricas por solenoide, acionadas pelo controlador
Tempo de subida:	19 segundos
Tempo de descida:	21 segundos
Velocidade:	Aproximadamente 20 cm/s

### 4.1.4 Elevador do Bloco dos Cartórios

<b>Tipo:</b>	<b>Elevador de Passageiros</b>
Paradas e alturas:	02 paradas, distância piso a piso = 3.100 mm
Cilindro:	Curso 3150 mm x Camisa 100 mm x Haste 50 mm
Acionamento:	Hidráulico
Sistema de Controle:	Elétrico
Formato:	Retangular com face semicircular
Cabine:	Parede de policarbonato e guarda-corpo tubular de inox
Caixa externa:	Policarbonato do nível 00 até a verga da porta
Porta inferior:	Esquadria de aço inox e vidro, mola Dorma embutida
Porta superior:	Esquadria de aço inox e vidro, mola Dorma embutida
Travas das portas:	Elétricas por solenoide, acionadas pelo controlador
Tempo de subida:	17 segundos
Tempo de descida:	15 segundos
Velocidade:	Aproximadamente 20 cm/s

### 4.1.5 Elevador da Torre da Caixa d'água

<b>Tipo:</b>	<b>Elevador de Cargas</b>
Paradas e alturas:	02 paradas, distância piso a piso = 3.610 mm
Cilindro:	Curso 3700 mm x Camisa 175 mm x Haste 146 mm
Acionamento:	Hidráulico



## TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

Sistema de	Elétrico
Formato:	Circular
Cabine:	Plataforma circular com rodapé de aço inoxidável
Caixa externa:	Parede lisa de concreto revestida e pintura branca
Porta inferior:	Ripado de aço inox em curva, mola Dorma de sobrepor
Porta superior:	Ripado de aço inox em curva, mola Dorma de sobrepor
Travas das portas:	Elétricas por solenoide, acionadas pelo controlador
Tempo de subida:	58 segundos
Tempo de descida:	84 segundos
Velocidade:	Aproximadamente 10 cm/s

### 5 NO BREAK

Para garantir o suprimento de energia elétrica ininterrupta, essencial para a segurança energética do Edifício-Sede, Anexos II e III, a manutenção preventiva e corretiva dos sistemas No Break passam a fazer parte do objeto do presente Termo de Referência. Também conhecido como Fonte de Energia Ininterrupta, o Nobreak tem como finalidade o fornecimento contínuo de energia elétrica para as cargas consideradas prioritárias, por ocasião da falta ou anormalidade na rede de energia elétrica primária, além de manter as características elétricas principais da energia fornecida aos equipamentos eletrônicos, em especial.

#### NOBREAK's existentes:

- a) 01 unidade SunBR V1/V2, com 100 kVA de potência, trifásico, marca RTA e seu banco de baterias. Localização: **Anexo II**
- b) 01 unidade UPS Plus 160, com 125 kVA de potência, trifásico, marca EXIDE ELETRONICS (atual POWERWARE), nº de série EP121ZBA07 e seu banco de baterias. Localização: **Edifício-Sede**



## TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

### 6 SUBESTAÇÃO - Equipamentos existentes:

#### 6.1 Edifício-Sede

01(uma) subestação BEGHIN de 1250 KVA (Edifício-Sede), composta de:

DESCRIÇÃO	QUANTIDADE
Seccionador e proteção geral	2
Seccionador e proteção do transformador	3
Transformadores Seco Geafol 750 KVA	1
Transformadores Seco Geafol 500 KVA	1
Cubículos tipo Metal Enclosed	8
Quadro de comando de transferência de carga	2
Quadro geral de baixa tensão	2
Banco de Capacitores	1

#### 6.2 GRUPOS GERADORES - Equipamentos existentes

##### 6.2.1 EDIFÍCIO-SEDE

01 (um) grupo gerador 150 KVA, marca *HEIMER*, composto de:

DESCRIÇÃO	QUANTIDADE
Motor diesel, 12 cilindros, refrigerado a água	1
Alternador NEGRINI, síncrono, trifásico	1
Quadro de comando	1

### ESPECIFICAÇÕES

#### a) MOTOR DIESEL:

Potência mínima de 1,25 CV; Injeção direta – BOSCH; Tanque de combustível com capacidade de 300 litros; Partida elétrica; Motor de arranque pré-engatado, Alternador, Regulador de velocidade elétrico BOSCH RSV, Bateria 180 A.h – 24 V e cabos, Termostato para controle de temperatura de operação, Pressostato para controle de pressão de óleo lubrificante, Sistema de parada automática por falta de pressão de óleo, superaquecimento e sobrevelocidade, Caixas de bornes para interligação de sistema elétrico do motor ao quadro de comando de grupo, Termômetro de entrada e saída de água de



## TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

arrefecimento, Manômetro de sistema de lubrificação, Silenciador do tipo absorção, Radiador, Horímetro, Filtros de ar, de lubrificantes e de combustível

### b) ALTERNADOR NEGRINI:

Potência de 150 KVA, Fator de potência: 0,8 IND a 1,0, Tensão de trabalho: 220/127 Volts, Ligação trifásica, estrela com neutro acessível, Frequência: 60 Hz, Rotação: 1800 rpm, Isolação classe "F".

### c) QUADRO DE COMANDO:

Sistema de automatismo completo, Voltímetros 96 x 96 de 0-500 Volts, Chaves comutadoras voltimétricas, Frequencímetros 96 x 96 de 57-60-63 Hz, Amperímetros 96 x 96 de escala adequada, Voltímetro para bateria 0-30 volts, Amperímetro para bateria de ponteiro central (-100 A, 0, +100 A), Lâmpada piloto, Regulador automático de tensão eletrônico tipo RTT-1 NEGRINI, Fusíveis, Disjuntores tripolares diversos.

## 6.2.2 ANEXO II

### GRUPO GERADOR DE 120 kVA

**01 (um) grupo gerador 120 KVA, marca *HEIMER*, composto de:**

DESCRIÇÃO	QUANTIDADE
Motor diesel, 12 cilindros, refrigerado a água	1
Alternador, síncrono, trifásico	1
Quadro de comando	1

### ESPECIFICAÇÃO DO MOTOR.

Motor DIESEL, 12 cilindros, refrigerado a água, para as seguintes condições de funcionamento:

- 40° C da temperatura ambiente;
- 20 a 90% de umidade relativa do ar; e
- Altitude de 35,00 m do nível do mar.

O motor possui as seguintes características básicas:

- Potência mínima: 1,25 CV/KVA
- Injeção: direta - BOSCH;
- Tanque de combustível capacidade: 300 l; e
- Partida elétrica: 24 V - 180 A.h.

Os equipamentos complementares de motor são:



## TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

- Partida elétrica;
- Motor de arranque pré-engatado;
- Alternador;
- Regulador de velocidade elétrico ou mecânico, BOSCH RSV;
- Bateria 180 A.h.- 24V e cabos;
- Termostato para controle de temperatura de operação;
- Pressostato para controle de pressão de óleo lubrificante;
- Sistema de parada automática por falta de pressão de óleo, superaquecimento e sobrevelocidade;
- Caixa de bornes para interligação de sistema elétrico do motor ao quadro de comando do grupo;
- Tanque para captação e combustível de retorno de sistema de alimentação;
- Termômetro na entrada e saída de água de arrefecimento;
- Manômetro de sistema de lubrificação;
- Silenciador do tipo absorção;
- Ligações flexíveis do sistema de saída de ar;
- Ligações flexíveis do sistema de escape;
- Tubulações de escape;
- Acoplamento de alternador por intermédio e luva elástica;
- Radiador tropical para temperatura ambiente até 50° C;
- Filtros de lubrificante e de combustível;
- Horímetro;
- 1 jogo de ferramentas para manutenção do motor;

### **ESPECIFICAÇÃO DO ALTERNADOR**

Alternador síncrono, trifásico, modelo “ATED” Brushless, de fabricação NEGRINI ou equivalente, com as seguintes características:

O alternador possui as seguintes características mecânicas:

- Construção horizontal B-3 ou B-20;
- Proteção mecânica IP23;
- Instalação para uso em local subterrâneo;
- Mancais de rolamento;



## TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

- Refrigeração ventilador centrífugo fixado a sistema rotativo;
- Carcaça de alumínio laminada soldado eletricamente;
- Eixo em peça única de aço especial;
- Estator: montado com chapas de aço silício laminado de alta qualidade, com mínimo de perdas no ferro;
- Sobre-velocidade: 25% durante 2 minutos; e
- Normas: ABNT/NEMA.

São as seguintes as características elétricas de alternador:

- Potência: 120KVA;
- Fator de potência: 0,8 IND a 1,0;
- Tensão: 220/127V;
- Fases: 3;
- Ligação: estrela com neutro acessível;
- Frequência: 60 Hz;
- Número de pólos: 4;
- Rotação: 1800 rpm; e
- Isolação: classe “F”.

Ainda:

- Regime de funcionamento; contínuo;
- Sobrecarga: 10% durante uma hora em cada 6 horas de funcionamento;
- Distorção harmônica para condições de carga nominal e fator de potência 0,8 IND e carga linear: menor ou igual a 3%;
- Reatância subtransitório de eixo direto ( $X_d$ ): menor ou igual a 1,2 PU;
- Relação de curto-circuito: maior que 0,8;
- Regulação  $\leq 2$  com valor de carga estável linear de 0 a 100%,  $\cos \phi$  0,8 IND a 1,0;
- Condições de cargas retificadores motores elétricos e iluminação;
- Operação com cargas deformantes satisfatório com até 90%;
- Queda de tensão instantânea menor ou igual 10%, com tempo próximo de recuperação de 2 seg. na aplicação brusca de 100% de potência nominal.



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA**

### **ESPECIFICAÇÃO DO CONJUNTO**

O conjunto é montado em recinto subterrâneo, envolvendo todos os seus elementos, sobre uma base construída de chapa de aço dobrada e soldada eletricamente a prova de torções, incluindo:

- Um jogo de ligações flexíveis de condução de escape;
- Um jogo de amortecedores para evitar transmissão de vibrações; e
- Borne para aterramento.

A disposição de base permite retirada de carter sem levantar o motor.

### **ESPECIFICAÇÃO DE QUADRO DE COMANDO**

O quadro de proteção e comando automático, microprocessado é construído conforme as especificações:

a) Na parte de medição e controle:

- Sistema de automatismo completo;
- Voltímetros 96 x 96 de 0-500 V;
- Chaves comutadoras voltimétrica;
- Frequencímetros 96 X 96 de 57-60-63 Hz;
- Amperímetros 96 x 96 de escala adequada;
- Voltímetros para bateria 0-30 V;
- Amperímetros para bateria com ponteiro central -100 A, 0 , +100 A;
- Lâmpadas piloto;
- Um carregador flutuador automático de bateria com todos os acessórios;
- Reguladores automático de tensão eletrônico tipo RTT-1 NEGRINI ou equivalente;
- Plaquetas de identificação;
- Bornes terminais; e
- Diagrama de ligação colocado em bolsa plástica.

b) Na parte de potência:

- Fusíveis;





## TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

- Disjuntores tripolares; e
- Barramento de cobre 3  $\square$  + N + T.

### 7 SISTEMA DE AR CONDICIONADO - EQUIPAMENTOS EXISTENTES

#### 7.1 EDIFÍCIO-SEDE e ANEXO I:

##### 7.1.1 SISTEMA DE REFRIGERAÇÃO TIPO “ÁGUA GELADA”

DISCRIMINAÇÃO	QUANTIDADE
Rede de duto (2.000m)	01
Unidades resfriadoras de líquido, com condensação a água, marca HITACHI, mod.RCU-17004SP, de 170 TR	02
Torres de resfriamento, marca ALPINA, mod. 50\2-W20II	04
Moto-bombas para vazão = 84m <sup>3</sup> /h e AM= 18 mca,	03
Moto-bombas para vazão = 45,6m <sup>3</sup> /h e AM = 50 mca,	02
Moto-bombas para vazão = 103,48m <sup>3</sup> /h e AM = 71 mca,	02
Moto-bombas para vazão= 28,2 m <sup>3</sup> /h e AM= 30 mca,	02
Moto-bombas para vazão= 114,80m <sup>3</sup> /h e AM= 22 mca,	03
Condicionadores de ar tipo Fancoil, marca Carrier, mod. 40RP 016, de 58.590 Kcal/h	01
Condicionadores de ar tipo Fancoil, marca Carrier, mod. 40RP 018, de 67.718 Kcal/h	05
Condicionadores de ar tipo Fancoil, marca Carrier, mod. 40RP 016, de 39.9000 Kcal/h	03
Condicionadores de ar tipo Fancoil, marca Carrier, mod. 40 RP 018, de 42.000 kcal/h	01
Condicionadores de ar tipo Fancoil, marca Carrier, mod. 40RP 010, de 33.000 Kcal/h	04
Condicionadores de ar tipo Fancoil, marca Carrier, mod. 40RP 010, de	02



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA**

<b>DISCRIMINAÇÃO</b>	<b>QUANTIDADE</b>
27.000 Kcal/h	
Condicionadores de ar tipo Fancoil, marca Carrier, mod. 40RP 05, de 18.000 Kcal/h	01
Condicionadores de ar tipo Fancoil, marca Carrier, mod. 40RP 05, de 19.500 Kcal/h	01
Condicionadores de ar tipo Fancoil, marca Carrier, mod. 40 RP 05, de 12.300 Kcal/h	01
Condicionadores de ar tipo Fancoil, marca Carrier, mod.40 RP 016, de 37.706 Kcal/h	01
Condicionadores de ar tipo Fancoil, marca Carrier, mod. 40RP 010, de 30.600 Kcal/h	01
Condicionadores de ar tipo Fancoil, marca Carrier, mod.40 RP 010, de 36.000 Kcal/h	01
Condicionadores de ar tipo Fancoil, marca Carrier, mod. 40 RP 016, de 36.900 Kcal/h	01
Condicionadores de ar tipo Fancoil, marca Carrier, mod. 40RP 016, de 42.000 Kcal/h	01
Condicionadores de ar tipo Fancoil, marca Carrier, mod. 40 RP 016, de 45.000 Kcal/h	01
Condicionadores de ar tipo Fancoil, marca Carrier, mod. 40 RP 016, de 45.600 Kcal/h	01
Condicionadores de ar tipo Fancoil, marca Carrier, mod. 40 RP 016, de 38.100 Kcal/h	01
Condicionadores de ar tipo Fancoil, marca Carrier, mod. 40RP 016, de 29.700 Kcal/h	01
Condicionadores de ar tipo Fancoil, marca Carrier, mod. 40 RP 016, de 40.200 Kcal/h	01
Condicionadores de ar tipo Fancoil, marca Carrier, mod. 40 RP 016, de 41.700 Kcal/h	01
Condicionadores de ar tipo Fancoil compacto, marca Carrier, mod. 42 EF-07, de 2x2,55 KW	06
Condicionadores de ar tipo Fancoil compacto, marca Carrier, mod. 42 EF-12, de 3,66 KW	02



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA**

<b>DISCRIMINAÇÃO</b>	<b>QUANTIDADE</b>
Condicionadores de ar tipo Fancoil compacto, marca Carrier, mod.42 EF-03, de 1,48 KW	01
Condicionadores de ar tipo Fancoil compacto, marca Carrier, mod.42 EF-12, de 2x4,21 KW	04
Condicionadores de ar tipo Fancoil compacto, marca Carrier, mod.42 EF-10, de 2x3,85 KW	04
Condicionadores de ar tipo Fancoil compacto, marca Carrier, mod. 42 EF-07, de 3x2,55 KW	06
Condicionadores de ar tipo Fancoil compacto, marca Carrier, mod. 42 LS, 30.000 BTU's/h	03

**7.1.2 APARELHOS DE AR CONDICIONADO SPLIT:**

<b>DISCRIMINAÇÃO</b>	<b>QUANTIDADE</b>	<b>LOCALIZAÇÃO</b>
Split Piso Teto 60.000 Btus - Elgin	1	ASCEP
Split Piso Teto 60.000 Btus - Elgin	1	COAJUC
Split Piso Teto 60.000 Btus - Elgin	1	COORD. PRODUCAO
Split Piso Teto 60.000 Btus - Elgin	1	COORD. PRODUCAO
Split Piso Teto 60.000 Btus - Elgin	1	SEIFRA
Split Piso Teto 60.000 Btus - Elgin	1	ALMOXARIFADO
Split Piso Teto 60.000 Btus - Elgin	1	ALMOXARIFADO
Split Piso Teto 60.000 Btus - Elgin	1	ASCEP
Split Piso Teto 58.000 Btus - Springer	1	COELE
Split Piso Teto 58.000 Btus - Springer	1	COPEG
Split Piso Teto 57.000 Btus - Philco	1	COSINF
Split Piso Teto 57.000 Btus - Philco	1	SEQUIP
Split Piso Teto 48.000 Btus - Hitachi	1	DIRETORIA
Split Piso Teto 40.000 Btus - Hitachi	1	MANUTENÇÃO
Split Piso Teto 36.000 Btus - Elgin	1	DIRETORIA
Split Piso Teto 36.000 Btus - Elgin	1	SL/PRESIDÊNCIA

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA**

<b>DISCRIMINAÇÃO</b>	<b>QUANTIDADE</b>	<b>LOCALIZAÇÃO</b>
Split Piso Teto 36.000 Btus - Elgin	1	COSCAD
Split Piso Teto 36.000 Btus - Elgin	1	STI
Split Piso Teto 36.000 Btus - Elgin	1	SL.VIP
Split Piso Teto 36.000 Btus - Elgin	1	REDUDÂNCIA
Split Piso Teto 36.000 Btus - Rheen	1	BIBLIOTECA
Split Piso Teto 36.000 Btus - Elgin	1	BIBLIOTECA
Split Piso Teto 36.000 Btus - Elgin	1	SEACEP
Split Piso Teto 36.000 Btus - Elgin	1	ALMOX.SEMAP
Split Piso Teto 36.000 Btus - Elgin	1	ALMOXARIFADO
Split Piso Teto 36.000 Btus - Rheen	1	ALMOXARIFADO
Split Piso Teto 36.000 Btus - Rheen	1	CAP/CARTÓRIO
Split Piso Teto 36.000 Btus - Elgin	1	CAP/CARTÓRIO
Split Piso Teto 36.000 Btus - Elgin	1	ZE°20/CARTÓRIO
Split Piso Teto 30.000 Btus - Elgin	1	ELE.PRESIDÊNCIA
Split Piso Teto 30.000 Btus - Springer	1	SEPUJ
Split Piso Teto 30.000 Btus - Springer	1	SEPUJ
Split Piso Teto 30.000 Btus - Springer	1	BIBLIOTECA
Split Piso Teto 30.000 Btus - Springer	1	BIBLIOTECA
Split Piso Teto 30.000 Btus - Springer	1	DEP. SEQUIP
Split Piso Teto 30.000 Btus - Springer	1	APOIO AMAVE
Split Piso Teto 30.000 Btus - Springer	1	APOIO AMAVE
Split Piso Teto 30.000 Btus - Springer	1	RESTAURANTE
Split Piso Teto 30.000 Btus - Springer	1	RESTAURANTE
Split Piso Teto 30.000 Btus - Springer	1	RESTAURANTE
Split Piso Teto 30.000 Btus - Springer	1	RESTAURANTE
Split Piso Teto 30.000 Btus - Springer	1	SEPUJ
Split Piso Teto 30.000 Btus - Springer	1	SEPUJ
Split Piso Teto 30.000 Btus - Springer	1	COMAP

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA**

<b>DISCRIMINAÇÃO</b>	<b>QUANTIDADE</b>	<b>LOCALIZAÇÃO</b>
Split Piso Teto 30.000 Btus - Springer	1	COMAP
Split Hi Wall 24.000 Btus - Agratto	1	COJUD
Split Hi Wall 24.000 Btus - Agratto	1	COJUD
Split Hi Wall 24.000 Btus - Elgin	1	SL. SESSÕES
Split Hi Wall 24.000 Btus - Elgin	1	SL. SESSÕES
Split Hi Wall 24.000 Btus - Philco	1	RESTAURANTE
Split Hi Wall 24.000 Btus - Elgin	1	REDUDÂNCIA
Split Hi Wall 24.000 Btus - Elgin	1	BIBLIOTECA
Split Hi Wall 24.000 Btus - Philco	1	COORD.DE REGISTRO
Split Hi Wall 24.000 Btus - Elgin	1	CORIP
Split Hi Wall 24.000 Btus - Elgin	1	CORIP
Split Hi Wall 24.000 Btus - Elgin	1	CORIP
Split Hi Wall 24.000 Btus - Elgin	1	AMAVE
Split Hi Wall 24.000 Btus - Agratto	1	AMAVE
Split Hi Wall 22.000 Btus - Midea	1	PRESIDÊNCIA
Split Hi Wall 22.000 Btus - Midea	1	PRESIDÊNCIA
Split Hi Wall 22.000 Btus - Agratto	1	COSCAD
Split Hi Wall 22.000 Btus - Agratto	1	GAB. STI
Split Hi Wall 22.000 Btus - Springer	1	OUVIDORIA
Split Hi Wall 21.000 Btus - Gree	1	RESTAURANTE
Split Hi Wall 18.000 Btus - Agratto	1	SPL
Split Hi Wall 18.000 Btus - Agratto	1	SJR
Split Hi Wall 18.000 Btus - Agratto	1	PRESIDÊNCIA
Split Hi Wall 18.000 Btus - Komeco	1	GABINETE JUIZ
Split Hi Wall 18.000 Btus - Agratto	1	GAB.STI
Split Hi Wall 18.000 Btus - Agratto	1	GAB.STI
Split Hi Wall 18.000 Btus - Agratto	1	GAB.STI
Split Hi Wall 18.000 Btus - Agratto	1	REFEITÓRIO

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA**

<b>DISCRIMINAÇÃO</b>	<b>QUANTIDADE</b>	<b>LOCALIZAÇÃO</b>
Split Hi Wall 18.000 Btus - Agratto	1	REFEITÓRIO
Split Hi Wall 18.000 Btus - Agratto	1	SL.CARREGADORES
Split Hi Wall 18.000 Btus - Agratto	1	GAB.SALA VIP
Split Hi Wall 18.000 Btus - Komeco	1	OUVIDORIA
Split Hi Wall 18.000 Btus - Komeco	1	OUVIDORIA
Split Hi Wall 18.000 Btus - Agratto	1	SEC.JUDICIÁRIA
Split Hi Wall 18.000 Btus - Agratto	1	ALMOXARIFADO
Split Hi Wall 12.000 Btus - Agratto	1	COELE
Split Hi Wall 12.000 Btus - Agratto	1	COPEG
Split Hi Wall 12.000 Btus - Agratto	1	SPL
Split Hi Wall 12.000 Btus - Agratto	1	SJR
Split Hi Wall 12.000 Btus - Agratto	1	COJUD
Split Hi Wall 12.000 Btus - Agratto	1	ASCEP
Split Hi Wall 12.000 Btus - Agratto	1	DIRETORIA
Split Hi Wall 12.000 Btus - Agratto	1	PRESIDÊNCIA
Split Hi Wall 12.000 Btus - Agratto	1	ASCOM
Split Hi Wall 12.000 Btus - Agratto	1	ASCOM
Split Hi Wall 12.000 Btus - Agratto	1	COAJUC
Split Hi Wall 12.000 Btus - Agratto	1	COAJUC
Split Hi Wall 12.000 Btus - Agratto	1	COAJUC
Split Hi Wall 12.000 Btus - Agratto	1	COAJUC
Split Hi Wall 12.000 Btus - Agratto	1	OUVIDORIA
Split Hi Wall 12.000 Btus - Agratto	1	SEC. JUDICIÁRIA
Split Hi Wall 12.000 Btus - Agratto	1	CORIP
Split Hi Wall 12.000 Btus - Agratto	1	XEROX
Split Hi Wall 12.000 Btus - Consul	1	DEP. SEQUIP
ACJ 9.500 Btus - Springer	1	MANUTENÇÃO
ACJ 9.500 Btus - Springer	1	APOIO ATRAN



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA**

<b>DISCRIMINAÇÃO</b>	<b>QUANTIDADE</b>	<b>LOCALIZAÇÃO</b>
ACJ 9.500 Btus - Springer	1	APOIO ATRAN
ACJ 9.500 Btus - Springer	1	BIBLIOTECA
ACJ 9.500 Btus - Springer	1	SINDJUFE
ACJ 9.500 Btus - Springer	1	RACK NAVE
ACJ 9.500 Btus - Springer	1	VIGILANCIA
ACJ 9.500 Btus - Springer	1	CENTRAL TELEF
ACJ 9.500 Btus - Springer	1	CENTRAL TELEF
ACJ 9.500 Btus - Springer	1	APOIO AMAVE
ACJ 9.500 Btus - Springer	1	APOIO AMAVE
ACJ 9.500 Btus - Springer	1	GAB.CORIP
ACJ 9.500 Btus - Springer	1	COMAP
Split Hi Wall 12.000 Btus - Agratto	1	SALA.JUIZ/CAT
Split Hi Wall 21.000 Btus - Gree	1	DEPOSITO/CAT
Split Hi Wall 24.000 Btus - Elgin	1	SALA 1/CAT
Split Hi Wall 12.000 Btus - Agratto	1	SALA 2/CAT
Split Hi Wall 24.000 Btus - Elgin	1	SALA 3/CAT
Split Hi Wall 24.000 Btus - Elgin	1	SALA 4/CAT
Split Hi Wall 24.000 Btus - Gree	1	DEPOSITO/CAT
Split Hi Wall 24.000 Btus - Gree	1	DEPOSITO/CAT
ACJ 9.500 Btus - Springer	1	GUARITA/CAT
ACJ 9.500 Btus - Springer	1	SALA 5/CAT
ACJ 9.500 Btus - Mitsubishi	1	DEPOSITO/CAT

Obs: Havendo instalação de novos equipamentos no decorrer da contratação, os mesmos incorporam-se imediatamente ao contrato, devendo ser atendidos preventiva e corretivamente pela equipe de manutenção, sem prejuízo dos serviços de operação dos mesmos.

**7.1.3 SISTEMA DE AR CONDICIONADO CENTRAL TIPO “ÁGUA GELADA”, COMPOSTO DE:**



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

DISCRIMINAÇÃO	QUANTIDADE
Unidades resfriadoras de líquido, com condensação a água, RTWD100B 100 TR–TRANE	01
Unidades resfriadoras de líquido, com condensação a água, RTWD080B 80 TR –TRANE	01
Torres de resfriamento, vazão 59m³/h, pressão 4mCA, modelo 40/3-SGC-I, marca ALPINA,	02
Bomba de Circulação de Condensado, GSB, MEGALINE 65-250F - 12,5 CV	04
Unidade condensadora 17,1TR para 11,470m³/h, Composto de módulos de caixa de mistura, serpentina e ventilador - modelo WDVA17FDD3TJU - TRANE - UCA02	01
Unidade condensadora 14,1TR para 9,560m³/h, Composto de módulos de caixa de mistura, serpentina e ventilador - modelo WDVA12AFDD3THU - TRANE - UCA 03	01
Unidade condensadora 14,1TR para 9,600m³/h, Composto de módulos de caixa de mistura, serpentina e ventilador - modelo WDSA12FDD3T- TRANE - UCA 04	01
Unidade condensadora 13,7TR para 8,900m³/h, Composto de módulos de caixa de mistura, serpentina e ventilador - modelo WDVA12AFDD3THU - TRANE - UCA 07	01
Unidade condensadora 12,1TR para 8,990m³/h, Composto de módulos de caixa de mistura, serpentina e ventilador- modelo WDVA12AFDD3THU- TRANE - UCA 08	01
Unidade condensadora 12TR para 8,480m³/h, Composto de módulos de caixa de mistura, serpentina e ventilador- modelo WDVA12AFDD3THU- TRANE - UCA 10	01
Unidade condensadora 11,4TR para 6,800m³/h, Composto de módulos de caixa de mistura, serpentina e ventilador - modelo WDVA10AFDD3TGH - TRANE - UCA 05	01
Unidade condensadora 10,6TR para 8,440m³/h, Composto de módulos de caixa de mistura, serpentina e ventilador- modelo WDVA12AFDD3THU - TRANE - UCA 13	01





**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA**

<b>DISCRIMINAÇÃO</b>	<b>QUANTIDADE</b>
Unidade condensadora 10,3TR para 7,480m³/h, Composto de módulos de caixa de mistura, serpentina e ventilador- modelo WDVA12AFDD3THU- TRANE - UCA 09	01
Unidade condensadora 8,7TR para 6,220m³/h, Composto de módulos de caixa de mistura, serpentina e ventilador- modelo WDMA08FDD0T- TRANE - UCA 06	01
Unidade condensadora 8,2TR para 4,220m³/h, Composto de módulos de caixa de mistura, serpentina e ventilador- modelo WDVAFDE3TEH- TRANE - UCA 15	01
Unidade condensadora 7,3TR para 4,520m³/h, Composto de módulos de caixa de mistura, serpentina e ventilador - modelo WDVA06FDD3TEH- TRANE - UCA 14	01
Unidade condensadora 6,7TR para 4,110m³/h, Composto de módulos de caixa de mistura, serpentina e ventilador- modelo WDVA06FDD3TEH - TRANE - UCA 01	01
Unidade condensadora 6,6TR para 4,120m³/h, Composto de módulos de caixa de mistura, serpentina e ventilador - modelo WDVA06FDD3TEH - TRANE - UCA 16	01
Unidade condensadora 2,5TR para 1,860m³/h, Composto de módulos de caixa de mistura, serpentina e ventilador- modelo WDVA02AFDD3TBH - TRANE - UCA 12	01
Unidade condensadora 1,7TR para 1,240m³/h, Composto de módulos de caixa de mistura, serpentina e ventilador - modelo WDVA02FDD3TBH - TRANE - UCA 11	01

**7.1.4 BOMBAS**

Bomba de Água Potável, Dancor, CAM W-16 NEMA 56 - 5 CV	02
Bomba de Água de Reuso, ROWA, RP 410 - 3 HP	01
Bomba de Incêndio, Dancor	02



## TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

### 7.1.5 APARELHOS DE AR CONDICIONADO SPLIT

DISCRIMINAÇÃO	QUANTIDADE	LOCALIZAÇÃO
Split Piso Teto 60.000 Btus - Elgin	1	Sala de Treinamento 3
Split Piso Teto 36.000 Btus - Elgin	2	Sala de Treinamento 1 e 2
Split Piso Teto 60.000 Btus - Elgin	3	Mezanino
Split Piso Teto 36.000 Btus - Elgin	1	Mezanino
Split Piso Teto 36.000 Btus - Elgin	1	EJE
Split Hi Wall 18.000 Btus - Agratto	1	EJE
Split Hi Wall 18.000 Btus - Komeco	1	Gab. EJE
Split Hi Wall 22.000 Btus - Agratto	1	COEDE
Split Hi Wall 18.000 Btus - Agratto	1	Sec. SGP
Split Hi Wall 22.000 Btus - Agratto	1	SEARQ
Split Hi Wall 18.000 Btus - Elgin	1	NAC
Split Hi Wall 18.000 Btus - Agratto	1	ASEGU
Split Hi Wall 22.000 Btus - Elgin	1	Gab. SEMAP
Split Piso Teto 36.000 Btus - Midea	1	Protocolo
Split Hi Wall 12.000 Btus - Midea	1	Sala do Nobreak

## 7.2 ANEXO III

### 7.2.1 SISTEMA DE AR CONDICIONADO CENTRAL, TIPO VRF.

Equipamentos tipo “INVERTER DRIVEN MULTI SPLIT SYSTEM”, reunindo eficiência energética, conforto e alto desempenho, com tecnologia de Fluxo de Refrigerante Variável (VRF) e condensação a ar, permitindo modulação individual de capacidade em cada unidade interna, pela variação do fluxo de gás refrigerante, visando atender as efetivas necessidades de carga térmica do sistema.

O sistema é dividido em 02 (dois) subsistemas conforme descrito abaixo:

- ☐ Sistema de climatização principal (escritórios);
- ☐ Sistema de climatização alternativo I (sala de Rack)



## TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

Em cada sistema, uma unidade condensadora (unidade externa - individual ou combinação de módulos base) suprirá diversas unidades evaporadoras (unidades internas), através de um único par de tubulações frigoríficas, compostas de linha de líquido e de vapor saturado.

As unidades internas ligam-se a essas linhas frigoríficas através de tubulações de cobre, sem costura, e juntas de derivação do tipo “Multikit” ou “Header”, fornecidas e especificadas pelo Fabricante do equipamento.

Em função da variação de carga térmica das áreas beneficiadas, ocorre automaticamente uma variação na velocidade de rotação do compressor, comandada pelo inversor de frequência (controle inverter), que ajusta a capacidade da unidade condensadora.

O refrigerante utilizado como padrão para todos os equipamentos é o R-410<sup>a</sup>, de nova geração e ambientalmente correto, sem agredir a camada de ozônio.

A renovação de ar dos ambientes é feita através de insuflamento de ar exterior captado através de caixa de ventilação e previamente filtrado, distribuído através de rede de dutos e grelhas de difusão. Os dutos são confeccionados em chapas de aço galvanizado, sem isolamento térmico.

PAVIMENTO	U. EXTERNA (kW)	U. INTERNA (kW)	CV (kW)	TOTAL (kW)
1º Subsolo	15,44	1,69	1,1	18,23
Térreo	17,07	1,69	1,1	19,86
1º Pavimento	18,1	1,69	1,1	20,89
2º Pavimento	18,1	1,69	1,1	20,89
3º Pavimento	18,1	1,69	1,1	20,89
4º Pavimento	18,1	1,69	1,1	20,89
5º Pavimento	17,07	1,69	1,1	19,86
6º Pavimento	15,46	1,69	1,1	18,25
Sala de Rack	8,6	0,48	0	9,08
			TOTAL	168,85

Unidades Evaporadora do Ar Condicionado Central (Internas):

Capacidade	Modelo	Fabricante	Quantidade
9000 BTU/h	FXCQ	<b>DAIKIN</b>	16 unidades
12000 BTU/h	FXCQ	<b>DAIKIN</b>	08 unidades



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA**

18000 BTU/h	FXCQ	<b>DAIKIN</b>	26 unidades
24000 BTU/h	FXCQ	<b>DAIKIN</b>	10 unidades
36000 BTU/h	FXCQ	<b>DAIKIN</b>	09 unidades
48000 BTU/h	FXCQ	<b>DAIKIN</b>	30 unidades

Unidades Evaporadora do Ar Condicionado Sala dos Rack (Internas):

Capacidade	Modelo	Fabricante	Quantidade
9000 BTU/h	FXCQ	<b>DAIKIN</b>	08 unidades

Unidades condensadoras do Ar Condicionado Central (Externas):

Capacidade	Modelo	Fabricante	Quantidade
8,0 HP	INOVA – RXQ8TATL	<b>DAIKIN</b>	10 unidades
10,0 HP	INOVA – RXQ10TATL	<b>DAIKIN</b>	02 unidades
12,0 HP	INOVA – RXQ12TATL	<b>DAIKIN</b>	12 unidades

Unidades condensadoras sala do Rack (Externas):

Capacidade	Modelo	Fabricante	Quantidade
8,0 HP	INOVA – RXQ8TATL	<b>DAIKIN</b>	02 unidades

Caixas de ventilação

Capacidade	Modelo	Fabricante	Quantidade
2500 m³/h	P-2500	Projelmec	07 unidades

Total de capacidade instalada: **260 HP.**



## TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

**Observação:** Por se tratar de equipamentos instalados recentemente e em garantia, a Contratada deverá comprovar certificação junto à **DAIKIN**.

### 8 EXAUSTORES

DISCRIMINAÇÃO	QUANT
Exaustores Cozinha Sede	05
Exaustores Banheiros	09
Exaustores eólicos CAT	63

### 9 EQUIPAMENTOS DE PPCI E COMBATE A INCÊNDIO

#### 9.1 EDIFÍCIO-SEDE

##### Bombas

Bombas de água potável	
Capacidade	Quantidade
20 CV	02 unidades

##### Acessórios

Componente	Quantidade
Hidrantes	23 unidades
Acionador manual	16 unidades
Sirene	16 unidades
Central de Alarmes	02 unidades
Detector de fumaça	278 unidades
Luminárias de emergência	124 unidades
Extintor tipo ABC	65 unidades
Detector de térmicos	36 unidades



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

9.2 ANEXO II

BOMBAS HIDRANTES		
FABRICANTE	CAPACIDADE	QUANTIDADE
DANCOR	20 CV	02
DANCOR	2 CV	01

BOMBAS DE ÁGUA POTÁVEL		
FABRICANTE	CAPACIDADE	QUANTIDADE
DANCOR	2 CV	02

BOMBAS SPRINKLER		
FABRICANTE	CAPACIDADE	QUANTIDADE
DANCOR	20 CV	02
DANCOR	2 CV	01

ACESSÓRIOS	
COMPONENTE	QUANTIDADE
HIDRANTES	12
ACIONADOR MANUAL	18
SIRENE	18
CENTRAL DE ALARMES	01
DETECTOR DE FUMAÇA	221
LUMINARIAS DE EMERGÊNCIA	241
EXTINTOR TIPO ABC	65
DETECTOR DE TÉRMICOS	72
LUMINÁRIAS DE SAÍDA	45
SPRINKLER	498



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

9.3 ANEXO III

Bombas

MODELO	FABRICANTE	CAPACIDADE	QUANTIDADE
BC-23R 1 1/2	Schneider	30 cv	02
ME-AL 1420	Schneider	2 cv	01

Acessórios

Componente	Modelo	Fabricante	Quantidade
Hidrantes	-		17 unidades
Acionador manual	-	Segurimax	18 unidades
Sirene	-	Segurimax	18 unidades
Central de Alarmes	SMART 250 I	Segurimax	01 unidade
Detector de fumaça	-	Segurimax	205 unidades
Luminárias de emergência	-	Segurimax	124 unidades
Extintor tipo ABC	-	-	155 unidades

Bombas de Água de Reuso e Água Potável

Modelo	Fabricante	Capacidade	Quantidade
ME – AL 1420	Schneider	2,0 CV	04 unidades



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

9.4 CAT

ACESSÓRIOS	
COMPONENTE	QUANTIDADE
HIDRANTES	04
ACIONADOR MANUAL	07
CENTRAL DE ALARME SOLARA PLUS DE 2 LAÇOS	01
DETECTOR DE FUMAÇA	100
EXTINTOR TIPO ABC	22

10 SISTEMA CFTV

Manutenção preventiva e corretiva do sistema de segurança e vigilância eletrônica CFTV, composto por 102 (cento e duas) câmeras IP's internas e externas, sendo 4 câmeras tipo "speed dôme", englobando 02 (dois) Sistemas Gerenciáveis de Gravação de Vídeo marca DIGIFORT, versão PROFESSIONAL, 02 (dois) NVR's (1 NVR da marca HP, modelo Proliant DL 180 GEN 9 com 24 TB de capacidade e 1 NVR da ThinkSystem. modelo SR650, com 38,4 TB de capacidade) e 04 (quatro) Monitores Profissional – LG 46” para VIDEOWALL.

DESCRIÇÃO DOS EQUIPAMENTOS E QUANTIDADES		
ITENS	EQUIPAMENTO/MATERIAL	QUANT. TOTAL
1	<b>SISTEMA GERENCIÁVEL DE GRAVAÇÃO DE VÍDEO</b> para sistema de CCD e lente IP ou megapixel até 64 posições e para sistema de CCD e lente IP ou megapixel até 32 posições, marca <b>DIGIFORT</b> , última versão.	2
2	<b>1 NVR</b> , marca HP, Proliant, modelo DL180, GEN9, com processador Intel XEON e <b>1 NVR</b> marca da ThinkSystem. modelo SR650, com 38,4 TB de capacidade.	2
3	<b>CÂMERA IP (INCLUSO CAIXA DE PROTEÇÃO)</b> CCD D/N (Colorida durante o dia / Preto e branco durante a noite), 520 linhas de resolução, CCD 1/3", 0.1 lux lente VARIFOCAL 3,5-8.0mm (Auto Iris via OSD, FUNÇÕES OSD: A.E.S, AGC, BLC, AWB, Motion detection, 4 máscaras privadas, espelho,	11





TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

4	<b>CÂMERA IP (INCLUSO CAIXA DE PROTEÇÃO)</b> CCD com Slot SD Card para backup de imagens. Transmissão de vídeo e áudio via rede LAN/WAN, Internet, rádio wireless, Compressão de vídeo H264 (Multistream opcional: H264, MPEG-4, MJPEG, JPG) Suporta resolução CIF/2CIF/D1 (352x240 / 704x240 / 704x480) 1 porta RJ45 10/100mbs para comunicação via ethernet, 1 entrada de áudio (bidirecional), Velocidade de transmissão em até 30FPS (25FPS em 704x480), CCD 1/3" 520 linhas resolução, 0.3Lux/0.01Lux, AGC, AWB, BLC, Suporta lente auto Iris, 12vdc (fonte inclusa).	13
5	<b>CÂMERA IP (INCLUSO CÚPULA)</b> CCD com Visão Noturna (INFRA VERMELHO INTEGRADO ALCANCE DE ATÉ 30~40 METROS) para transmissão de vídeo e áudio via rede LAN/WAN, Internet, rádio wireless, etc. Compressão H.264 . Compressão de vídeo VIA HARDWARE H264 (Multis-tream opcional: H264, MPEG-4, MJPEG, JPG). Suporta resolução CIF/2CIF/D1 (352x240 / 704x240 / 704x480) 1 porta RJ45 10/100mbs para comunicação via ethernet, 1 entrada de áudio (bidirecional), Velocidade de transmissão em até 30FPS (25FPS em 704x480), CCD Super HAD 1/3" 420 linhas resolução, 0.3Lux (dia) / 0.01 Lux (Noite) / 0.0 Lux (IR ligado), AGC,	16
6	<b>CÂMERA IP (INCLUSO CAIXA DE PROTEÇÃO)</b> CCD Dia e Noite, ANTIVANDALISMO, 30X zoom ótico + 10X zoom digital, sensor CCD Super HAD 1/4" DSP, 520 linhas de resolução; 0.05 lux (dia) e 0.008 (noite), Wide Dynamic Range, Scan Progressivo, Digital SlowShutter, 50db, Sincronismo interno e line-lock, AWB, AGC, BLC, 8 máscaras de privacidade configuráveis, 7 entradas e 2 saídas de alarme, uso interno ou externo IP66, 128 presets, inclui caixa de proteção de metal e CÚPULA ANTIVANDALISMO construída em policarbonato, ventilador e aquecedor integrado, com suporte incluído, protetor de surto elétrico integrado, Compatível com protocolos: PELCO-D, PELCO-P, UNIVISION V1 V2, VICON VCL, MOLYNX, DIAMOND, KALATEL, PHILIPS, SENSORNET. Suporta RS485/422 bus. Manchester. BI-PHASE. Bi-coax.	4
7	<b>CÂMERA IP (INCLUSO CAIXA DE PROTEÇÃO)</b> CCD IP BULLET 2MP (Triplo Codec) - Características: CÂMERA: Sensor de Imagem 1/3" Escaneamento Progressivo CMOS. Resolução: 2.0 Mega Pixel, 1080P. Pixels Efetivos: 1920x1080. Escaneamento de Vídeo: Progressivo. Filtro IR: Suportado. Tipo de Lente: 3 mm. Iluminação Mínima: Colorido: 0.1 lux@F1.2, AGC Ligado; P/B: 0 lux IR Ligado - ÁUDIO E VÍDEO: Compressão de Áudio: G.711. Entrada Talkback: 1 canal com Interface de Entrada de Áudio. Saída de Áudio: 1 Canal de Saída Linear. Compressão de Vídeo: Perfil Principal H.264 @ Level 3.0 / MJPEG. Taxa de Frame do Vídeo: Stream Principal 1920x1080@30fps /Sub- Stream CIF, D1, VGA @	58



## TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

	20fps / Mobile Stream QCIF@15fps. Vídeo Bitrate: 32kbps, 16Mbps - OPERAÇÃO: Título OSD: Suporta Nome do Canal, Data, e Informação do Stream de Vídeo Sobreposta; Localização OSD Ajustável. Interface para Cartão SD: Suporta. Armazenamento de Vídeo e Captura de Imagem; Padrão SD2.0 , Armazenamento Máx. de 32G. Mecanismo de Armazenamento: Manual, Auto (ciclo, Tempo Fixo, Chave de Alarme, Detecção de Movimento). Interface de Controle: Não. Interface de Rede: Interface RJ45, para 10/100M Rede Adaptável. Entrada de Alarme: 1 Canal de Entrada, Modos Ajustáveis Normalmente Aberto/Normalmente Fechado. Saída de Alarme: 1 Canal de Saída, 120VAC 1A/24VDC 1A. Alarme de Transmissão de Dados: FTP, E-mail, Navegador. Protocolo FTP: Suportado. RTSP Protocolo: Suportado. Navegador do PC Cliente: IE6.0 e versões superiores. Navegador do Cliente Móvel: Sim. Protocolos Suportados: HTTP, TCP/IP, UDP, FTP, SMTP, PPPoE, DDNS, DNS, DHCP, NTP, RTSP, UPNP, P2P e etc. Protocolo ONVIF: Suportado. Rede WiFi: Suportado (opcional). Encriptação Wireless: Suportado WEP, WPA, WPA2 (opcional). Rede 3G: suportado (opcional). POE: suportado (opcional) - AMBIENTE: Temperatura: -50°C~ +60°C. Umidade: 0% - 90% - MECÂNICA: Entrada de Alimentação: DC12V. Consumo de Energia: 5.1W com IR ligado, 2.4W com IR desligado. Dimensões: 185*88*86 mm. Peso: 1.3KG - ALIMENTAÇÃO: POE Suportado - HOUSING EXTERIOR: IP67 Suportado.	
8	<b>MONITOR PROFISSIONAL – LG 46” PARA VIDEOWALL –</b> Hscanning Frequency: 30 kHz ~ 81 kHz - Maximum Pixel Frequency: 148.5 MHz - V-Scanning Frequency: 56 Hz ~ 85 Hz - Diagonal Size: 46" - Tipo: D-LED DID - Resolução: 1920x1080 - Pixel Pitch (mm): 0.53025 (H) x 0.53025 (V) - Active Display Área: 1018.08 mm x 572.67 mm - Brilho: 450 cd/m <sup>2</sup> (normal) - Contrast Ratio (Dynamic): 3500: 1 - Ângulo de visualização (horizontal/vertical): 178 / 178 - Tempo de Resposta (G a G):	4

### 11 Equipamentos a instalar após a reforma:

#### 11.1 Edifício SEDE / ANEXO I - SUBESTAÇÃO

- Painel de media tensão com contados isolados a gás SF<sub>6</sub>;
- Transformador a seco de 750 kVA;
- Transformador a seco de 500 kVA;
- Nobreak senoidal dupla conversão 300 kVA;



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA**

- e) Grupo-Gerador com enclausuramento acústico, uso em stand-by 500 kVA;

### **11.2 ANEXO III - SUBESTAÇÃO**

- a) Pannel de media tensão com contados isolados a gás SF6 ;
- b) Transformador a seco de 500 kVA;
- c) Transformador a seco de 500 kVA;
- d) Nobreak senoidal dupla conversão 160 kVA;
- e) Grupo-Gerador com enclausuramento acústico, uso em stand-by, 300 kVA.

### **11.3 ANEXO II – SUBESTAÇÃO**

- a) Pannel de media tensão com contados isolados a gás SF6;
- b) Transformador a seco de 500 kVA;
- c) Nobreak senoidal dupla conversão 160 kVA;
- d) Grupo-Gerador, uso em stand-by 120 kVA.

### **11.4 SISTEMA DE AR CONDICIONADO EDIFÍCIO-SEDE (SEDE PRINCIPAL, ANEXO I, AUDITÓRIO, SALA DE SESSÕES, BLOCO DE SERVIÇOS)**

#### **11.4.1 SISTEMA DE AR CONDICIONADO CENTRAL, TIPO VRF:**

Conforme objeto do SEI nº 10587-61.2021.6.05.8000, o Edifício-Sede do TRE-BA encontra-se em vias de ser reformado, estando o certame em estágio avançado. Nessa reforma, dentre outras melhorias, o sistema de refrigeração central tipo “água gelada” atualmente em operação, pelo fato de estar obsoleto e com baixos níveis de rendimento e eficiência energética, deverá ser substituído por um sistema de ar condicionado tipo VRF, mais moderno, eficiente e econômico.

Trata-se de sistema de expansão direta do gás, com a utilização de equipamentos tipo “INVERTER DRIVEN MULTI SPLIT SYSTEM”, que possuem a tecnologia de Fluxo de Refrigerante Variável (VRF) e condensação a ar, permitindo modulação individual de capacidade em cada unidade interna, pela variação do fluxo de gás refrigerante, visando atender as efetivas necessidades de carga térmica do sistema.



## TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

O sistema é dividido em 06 (seis) subsistemas conforme descritos abaixo:

- Sistema de climatização do Edifício Anexo I (antigo Cartório);
- Sistema de climatização do Plenário (sala de sessões);
- Sistema de climatização do Bloco de serviços;
- Sistema de climatização Edifício Sede – Pavimento térreo;
- Sistema de climatização do Edifício Sede - (1º Pavimento);
- Sistema de climatização do Auditório.

O refrigerante utilizado como padrão para todos os equipamentos é o R-410 A, de nova geração e ambientalmente correto, ou seja, não agride a camada de ozônio. Quadros elétricos farão a alimentação de todas as unidades condensadoras e evaporadoras. A renovação de ar dos ambientes ocorre através de: 1. Tomadas de ar externo conectadas aos dutos de retornos nos equipamentos dutados; 2. Grelhas de retorno instaladas nas portas dos respectivos ambientes a serem climatizados;

PLANILHA DE CONSUMO ELÉTRICO EM kW			
AMBIENTE	U. EXTERNA (kW)	U. INTERNA (kW)	TOTAL (kW)
AUDITÓRIO	37,54	5,9	43,4
PLENÁRIO	16,44	2,2	18,6
BLOCO 01	31,64	5,9	37,5
BLOCO 02	28,07	5,2	33,2
BLOCO 03	25,38	4,8	30,2
BLOCO 04	26,39	5,9	32,3
BLOCO 05	34,83	6,6	41,5
CARTÓRIO SS	38,61	2,8	41,41
CARTÓRIO TÉRREO	38,61	3,4	42,01
BLOCO SERV. MÓD. 1	9,3	1,1	10,4
BLOCO SERV. MÓD.	16,08	2,4	18,48



## TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

2			
BLOCO SERV. MÓD. 3	31,64	3,9	35,54
BLOCO SERV. MÓD. 4	4,14	0,8	4,94
			<b>389,502</b>

### CARTÓRIOS

ITEM	AMBIENTE	MODELO UI	CAP (Kcal)	Quant.
1	APOIO COMAP	Cassete	11,2	02
2	ALMOXARIFAFO SEMAC	Cassete	11,2	03
3	ARQUIVO COGED	Cassete	11,2	03
4	ESPAÇO BEM-ESTAR	Cassete	11,2	03
5	SALA DE REPOUSO DE TERCEIROS	Cassete	11,2	02
6	ARQUIVO SJU	Cassete	11,2	02

ITEM	AMBIENTE	MODELO UI	CAP (Kcal)	Quant.
1	SALA DE TREINAMENTO 01	Cassete	11,2	02
2	SALA DE TREINAMENTO 02	Cassete	11,2	02
3	SALA DE TREINAMENTO 03	Cassete	11,2	02
4	SALA DE TREINAMENTO TI	Cassete	11,2	02
5	SALA MULTIUSO	Cassete	11,2	02
6	SALA DE REFEIÇÃO TERC.	HW	5,6	01
7	SALA DO RACK	HW	2,8	01



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA**

8	SALA DO SINDICATO	HW	4	01
9	REPOGRAFIA	HW	7,1	01
10	PREPOSTO MENSAGEIRO	Cassete	11,2	01
11	PREPOSTO VIGILANTE	HW	8	01
12	SALA	HW	2,8	01
13	PREPOSTO PROTOCOLO/ARQUIVO	Cassete	11,2	01

**PLENÁRIO (SALA DE SESSÕES)**

<b>EQUIP. Nº</b>	<b>VAZÃO (m³/h)</b>	<b>Carga sensível (Kcal/h)</b>	<b>Cap. Frigorígena Total (Kcal/h)</b>	<b>Capacidade (TR)</b>	<b>CAPACIDADE (HP)</b>
<b>SALA DE SESSÕES (PLENÁRIO)</b>					
<b>SPL – 01</b>	8800	38.005	58590	19,4	24

**AUDITÓRIO**

<b>EQUIP. Nº</b>	<b>VAZÃO (m³/h)</b>	<b>Carga sensível (Kcal/h)</b>	<b>Cap. Frigorígena Total (Kcal/h)</b>	<b>Capacida de (TR)</b>	<b>CAPACIDADE (HP)</b>
<b>AUDITÓRIO</b>					
<b>SPL – 02</b>	9800	43.570	67718	22,4	28
<b>SPL – 03</b>	9800	43.570	67718	22,4	28



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

EDIFÍCIO SEDE 1º PAVIMENTO (BLOCOS 01 A 05)

EQUIP. Nº	VAZÃO (m³/h)	Carga sensível (Kcal/h)	Cap. Frigorígena Total (Kcal/h)	Capacidade (TR)	CAPACIDADE (HP)
<b>BLOCO 1</b>					
<b>SPL – 04</b>	9280	32427	39000	13,19	18
<b>SPL – 05</b>	5940	21542	27000	8,92	12
<b>SPL – 06</b>	7680	28046	36000	11,9	16

<b>BLOCO 2</b>					
<b>SPL – 07</b>	7000	25832	33000	10,91	14
<b>SPL – 08</b>	7680	30117	37706	12,46	16
<b>SPL – 09</b>	6750	24203	30600	10,11	12

<b>BLOCO 3</b>					
<b>SPL – 10</b>	7000	25832	33000	10,91	14
<b>SPL – 11</b>	4000	14992	18000	5,95	8,0
<b>SPL – 12</b>	4320	15542	19500	6,44	8,0
<b>SPL – 13</b>	2800	9833	12300	4,06	8,0

<b>BLOCO 4</b>					
<b>SPL – 14</b>	7000	25832	33000	10,91	14
<b>SPL – 15</b>	5670	21433	27000	8,9	12
<b>SPL – 16</b>	6720	25651	33000	10,91	14

<b>BLOCO 5</b>					
<b>SPL – 17</b>	8960	33.438	39900	13,2	16
<b>SPL – 18</b>	9300	32617	39000	12,9	16
<b>SPL – 19</b>	9920	42000	48432	13,88	18



## TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

### BLOCO DE SERVIÇOS

#### Módulo 01

U.I (nº)	Ambientes	Modelo (U.I.)	Capacidade (BTU)	Quant.
1	ATRAN - CONDUTORES	PT	36000	1
2	ATRAN	PT	60000	1
3	SALA DE REUNIÃO	HW	9500	1
4	CORIP	HW	9500	1
5	SERPAC / SEACEP / SEPUJ	PT	60000	2
6				
7	PREPARO ENT/SAI MATERIAL	PT	36000	1
8	SEGEF	PT	60000	1
9	MERCADORIA EM TRÂNSITO	PT	36000	1
10	PREPOSTO MANUTENÇÃO	PT	36000	1
11	SALA DE REUNIÃO	PT	36000	1
12	SALA DE CONVIVÊNCIA	HW	24000	1
13	SALA DE RACK 1	HW	9500	1
14	SALA DE RACK 2	HW	9500	1
15	SEGEA - DEP. ALIMENTOS	PT	48000	1
16	PREPARO ENT/SAI MATERIAL	PT	48000	1
17	SEGEA	PT	48000	1





## TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

### Módulo 02

U.I (nº)	Ambiente	Modelo (U.I.)	Capacidade (BTU)	Quant.
1	TAQUIGRAFIA SEPUJ	PT	30000	1
2	CENTRAL DE ALARMES	HW	12000	1
3	APOIO SECRETÁRIA	CASSETTE	18000	1
4	SJU	PT	24000	1
5	SALA DE AUDIÊNCIAS	HW	12000	1
6	ARQUIVO	HW	18000	1
7	CENTRAL TELEFÔNICA	HW	12000	1

### Módulo 03

U.I (nº)	Ambientes	Modelo (U.I.)	Capacidade (BTU)	Quant.
1	COAPRO	HW	9500	01
2	SEAPRO	PT	48000	
3	SEAPREN			
4	STI - DATA CENTER	HW	24000	01
5	RESTAURANTE	PT	48000	04
6	REFEITÓRIO TERCEIROS	PT	60000	01

### Módulo 04

ITEM	AMBIENTE	MODELO UI	CAP (BTU/H)	Quant.
UE – 01	RECEPÇÃO	Cassete	24000	01
UE – 02	Sala de Consultas	Cassete	36000	01



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

Módulo 05

SUBSESTAÇÃO – SALA NO BREAK				
ITEM	AMBIENTE	MODELO UI	CAP (BTU/H)	Quant.
1	SALA NO BREAK	HI WALL	24000	02

**CLIMATIZADOR EVAPORATIVO EBV 50**

Vazão de ar	50.000 m³/h
Consumo elétrico	1.680 watts
Dimensões	189x169x133 (cm)
Abertura na parede	125x125 (cm)
Peso em funcionamento	209 kg
Quantidade	03 unidades
Local de instalação	<ul style="list-style-type: none"><li>• ALMOXARIFADO SEGEA</li><li>• DEPOSITO SEGEP</li><li>• ALMOXARIFADO SEMAC</li></ul>

**CLIMATIZADOR EVAPORATIVO EB-200**

Vazão de ar	6.400 m³/h
Consumo elétrico	300 watts
Dimensões	118x93x79 (cm)
Abertura na parede	69x69 (cm)
Peso em funcionamento	52 kg
Quantidade	01 unidade
Local de instalação	Apoio da Manutenção

**11.5 NOBREAK's**

- 01 (HUM) NOBREAK de 160 kVA – ANEXO II;
- 01 (HUM) NOBREAK de 160 kVA – ANEXO III;



## TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

c) 01 NOBREAK SENOIDAL DUPLA CONVERSÃO 300 KVA – EDIFÍCIO-SEDE.

### **SENOIDAL DUPLA CONVERSÃO 300 KVA - Especificações:**

Estrutura de funcionamento baseada no sistema “*Dupla-Conversão/ON-LINE*”, sendo composto de retificador, inversor, trafo isolador e chave estática.

Senóide contínua, PWM (Modulação por Largura de Pulso), inversor transistorizado de alta frequência (20kHz), cuja proteção deve estar perfeitamente ajustada para qualquer tipo de carga.

### **Características técnicas:**

Fator de potência de saída de = 0,8

Tensão de entrada 220/127VCA

Fator de Potência de Entrada mínimo: 0.95

Variação Admissível da Tensão de Entrada +/-15%

Variação Admissível da Frequência de entrada +/-5%

Tensão de saída 220/127VCA

Variação Admissível da Tensão de Saída +/-1%

Variação Admissível da Frequência de entrada +/-0,1% (free runing)

Configuração de entrada e saída Trifásica (F,F,F,N,T – 4 fios mais terra)

Nível de ruído máximo: <60 dba à um metro frontal do equipamento

Autonomia mínima de 5 min.

Sobrecargas admissíveis: 150% de carga nominal em 30 segundos e 125% da carga nominal em 10 minutos.

Rendimento mínimo a plena carga: 90%.

Forma de Onda Senoidal

O equipamento deverá integrar componentes eletrônicos de última geração e que atendam aos seguintes requisitos mínimos:

Transformador isolador tipo seco, na saída do Inversor, integrado ao gabinete do Nobreak.

A entrada AC (rede), saída AC (carga) e a saída/entrada DC (bateria) das Unidades Nobreak, deverão contar com disjuntores ou contatores.

Distorção harmônica da tensão de saída do inversor: menor ou igual a 1%  
(harmônicos) com carga linear



## TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

Equipamento deverá dispor de Chave de By-Pass manual para manutenção do sistema, bem como chave estática para transferência automática da carga para a rede, sem interrupção, nos casos de falha do inversor.

### **Banco de Baterias**

Banco de baterias microprocessado deverá ser composto por baterias “SELADAS - VRLA” chumbo ácidas e reguladas a válvula e livres de manutenção, para uma autonomia a plena carga de 5 minutos. Incluindo cabos, bornes, gabinete fechado, interconexões e dispositivo de análise e monitoração do estado das baterias.

Deverá possuir completo gerenciamento das baterias, disponibilizado através do seu display de cristal líquido, e/ou software de gerenciamento. Deverá ainda possuir interface serial, padrão RS-232 C para monitoração e status de seus elementos e envio do “log de testes realizados” ao microcomputador.

O Software do banco de baterias deverá efetuar o envio automático de e-mails no momento em que ocorrer uma reprovação ou falha no teste das baterias.

Software do banco de baterias, deverá ser compatível com o sistema operacional Windows em todas suas versões existentes.

O Banco de Baterias microprocessado, deverá ter Painel de display (cristal líquido), com no *mínimo* as seguintes informações visualizadas através de um microcomputador (PC):

Tensão total do banco de baterias;

Temperatura;

Data e hora;

Acompanhamento do teste do banco;

Informações de indisponibilidade do teste, caso o banco esteja em carga;

Exibição da agenda programada para auto-teste (quinzenal, mensal, bimestral);

Resultado do último teste com data e hora;

Alarme sonoro e visual quando o banco apresentar defeito;

Estimativa de vida útil de todo banco de baterias em “%”;

O Painel de Operação do Banco de Baterias microprocessado deverá permitir os seguintes acionamentos:

Acionamento do Auto-teste;

Rolagem de tela para cima (display cristal líquido);

Rolagem de tela para baixo (display cristal líquido);



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA**

Software deverá possuir “log” dos últimos 175 testes realizados, com detalhamento de seu resultado, bem como indicação de data e hora, individualmente.

Recarga em 10 horas para 90% da capacidade após descarga total.

O Banco de Baterias microprocessado deverá desligar automaticamente o inversor, quando as Bateria seladas-VRLA ficarem completamente descarregadas.

O Banco de Baterias microprocessado deverá permitir a partida automática no retorno CA da concessionária.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

ANEXO C

PMOC Plano de Manutenção, Operação e controle

PMOC - PLANO DE MANUTENÇÃO , OPERAÇÃO E CONTROLE													
CÓDIGO	PLANO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA	TIPO	MEDIÇÃO	EV - Eventual	DK - Diária	SN - Semanal	Quinzenal	MM - Mensal	Bimestral	Trimestral	Semestral	AA - Anual	BB - Biental
PM_T1	INSTALAÇÕES ELÉTRICAS E TELEFÔNICAS												
PM_T1.1	QUADRO GERAL DE FORÇA												
P1	Verificar o aquecimento e funcionamento dos disjuntores termomagnéticos e cabos de alimentação;						X						
P2	Verificar as condições gerais de segurança no funcionamento do quadro geral;						X						



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

P3	Anotar as anormalidades porventura verificadas durante os serviços e efetuar as correções necessárias, comunicando posteriormente à Fiscalização para adoção de providências visando a sua regularização.						X						
P4	Operar, ligar e desligar quando possível o quadro geral;						X						
P5	Limpar externamente o quadro geral;						X						
P6	Medir a amperagem (Corrente R) nos alimentadores em todas as saídas;		Corrente (A) 3F-RST				X						
P7	Medir a amperagem (Corrente T) nos alimentadores em todas as saídas;		Corrente (A) 3F-RST				X						
P8	Medir a amperagem (Corrente S) nos alimentadores em todas as saídas;		Corrente (A) 3F-RST				X						
P9	Inspecionar os isoladores e conexões da saída dos disjuntores, evitando pontos de Resistência ( $\Omega$ ) elevada;							X					



# TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

P10	Verificar os contatos de entrada e de saída dos disjuntores;								X					
P11	Verificar a pressão das molas dos disjuntores termomagnéticos;								X					
P12	Verificar a fixação do barramento e conexões, efetuando sua limpeza geral, inclusive dos disjuntores;								X					
P13	Verificar as regulagens dos disjuntores gerais;								X					
P14	Verificar os aspectos da fiação;								X					
P15	Inspecionar os cabos de alimentação para prevenir aquecimento (estado de isolamento);								X					
P16	Verificar o equilíbrio das fases nos alimentadores (circuito);								X					
P17	Lubrificar as dobradiças das portas dos armários e verificar o funcionamento das suas respectivas chaves.								X					
P18	Inspecionar as ligações da carcaça dos quadros à terra;								X					
P19	Medir a amperagem (Corrente R) nos fios de alimentação dos		Corrente (A) 3F-RST						X					





# TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

	quadros;												
P20	Medir a amperagem (Corrente T) nos fios de alimentação dos quadros;		Corrente (A) 3F-RST					X					
P21	Medir a amperagem (Corrente S) nos fios de alimentação dos quadros;		Corrente (A) 3F-RST					X					
P22	Alinhar os contatos e reapertar parafusos de fixação de barramentos, conexões e ferragens.											X	
P23	Efetuar testes de isolamento à corrente contínua e medir a Resistência ( $\Omega$ ) dos cabos elétricos alimentadores.											X	
PM_T1.2	<b>QUADRO DE DISTRIBUIÇÃO DE LUZ E FORÇA</b>												
P1	Verificar o aquecimento dos condutores de alimentação e distribuição;						X						
P2	Verificar o aquecimento e funcionamento dos disjuntores;						X						
P3	Verificar o aquecimento dos disjuntores gerais em todos os						X						



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

	quadros de distribuição;													
P4	Verificar a existência de ruídos anormais, elétricos ou mecânicos, odores e outros;						X							
P5	Limpar externamente os quadros.						X							
P6	Verificar as condições gerais de segurança no funcionamento dos quadros de distribuição de luz;						X							
P7	Medir tensão R-S;	Elétrica	Tensão (V) - RST - 3F-220V				X							
P8	Medir tensão S-T;	Elétrica	Tensão (V) - RST - 3F-220V				X							
P9	Medir tensão R-T;	Elétrica	Tensão (V) - RST - 3F-220V				X							
P10	Medir amperagem (Corrente R) nos fios de saída dos disjuntores, a fim de controlar a carga elétrica nos disjuntores.	Elétrica	Corrente (A) - 3F - RST				X							



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

P11	Medir amperagem (Corrente S) nos fios de saída dos disjuntores, a fim de controlar a carga elétrica nos disjuntores.	Elétrica	Corrente (A) - 3F - RST				X						
P12	Medir amperagem (Corrente T) nos fios de saída dos disjuntores, a fim de controlar a carga elétrica nos disjuntores.	Elétrica	Corrente (A) - 3F - RST				X						
P13	Controlar o nível dos alimentadores;							X					
P14	Reapertar a fixação e verificar estado dos barramentos, efetuando a sua limpeza geral e de suas conexões;							X					
P15	Reapertar os parafusos de contatos dos disjuntores;							X					
P16	Inspecionar o isolamento dos cabos de alimentação;							X					
P17	Verificar a tensão nas molas dos disjuntores quando possível;							X					
PM_T1.3	QUADROS DE COMANDO												
P1	Verificar a existência de ruídos anormais, elétricos ou mecânicos, bem						X						



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA**

	como de fusíveis queimados;												
P2	Inspecionar a pressão de contato dos fusíveis e o estado das suas bases quanto ao aquecimento quando possível;						X						
P3	Verificar o fechamento correto das tampas dos porta-fusíveis quando possível;						X						
P4	Inspecionar o estado das chaves magnéticas;							X					
P5	Verificar o contato dos porta-fusíveis para evitar fusões, o arco em excesso das chaves magnéticas, o ajuste dos relés de sobrecarga, o isolamento e continuidade do enrolamento das bobinas das chaves magnéticas e o estado de conservação das bases dos fusíveis quando possível;							X					
P6	Reapertar os bornes de ligação das chaves magnéticas e os parafusos de contato dos botões de comando.							X					





# TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

P1	Testar a corrente na rede do piso e rodapés, reapertando as carcaças das tomadas dessas instalações;								X					
PM_T1.6	SISTEMA DE ATERRAMENTO													
P1	Verificar a malha de aterramento e suas condições normais de uso, conexões, malha de cobre nu, etc.;								X					
P2	Verificar a resistência ôhmica e os índices de umidade e alcalinidade do solo de aterramento, mantendo-o dentro dos padrões normais quando necessário;								X					
P3	Reapertar os bornes que ligam as hastes dos cabos;								X					
PM_T1.7	QUADROS DE TELEFONIA E RACKS													
P1	Identificação de pontos de rede RJ45 novos e/ou existentes;								X					
P2	Identificação de ramais novos e/ou existentes;								X					
P3	Limpeza e organização dos condutores.								X					



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

PM_T2	INSTALAÇÕES PREDIAIS, HIDROSSANITÁRIAS E MOBILIÁRIAS												
PM_T2.1	INSTALAÇÕES HIDRÁULICAS E SANITÁRIAS												
P1	Verificar válvulas de descarga dos sanitários, caixas e ralos sifonados e secos, limando-os quando necessário;						X						
P2	Verificar existência de vazamento em torneiras, registros e válvulas de pias, lavatórios, mictórios, sanitários e outros que porventura venham a ser observados;						X						
P3	Verificar o estado da tubulação primária;						X						
P5	Verificar o estado das bombas de recalque e seus contatos de níveis superior e inferior e seus contatos de níveis superior e inferior;						X						
P6	Verificar as “bocas de lobo” e caixas de visita externas, a fim de proporcionar um perfeito escoamento das águas pluviais;						X						



# TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

P7	Verificar o sistema de captação de águas pluviais;							X						
P8	Verificar os níveis das caixas de gordura e proceder a remoção do material ali existente;							X						
P9	Verificar o estado das bóias das caixas de água e o estado de vedação dos reservatórios;							X						
PM_T2.2	RESERVATÓRIOS E CAIXAS D'ÁGUA													
P1	Verificar se a reserva técnica de incêndio está sendo mantida, registrando o nível observado;								X					
P2	Verificar se as válvulas estão em suas devidas posições “aberta” ou “fechada”;								X					
P3	Verificar se as válvulas, registros e vigas estão limpos, desobstruídos e sem ferrugem;								X					
P4	Verificar se há vazamentos e infiltrações de água através das paredes do reservatório;								X					





# TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

P5	Verificar se a estrutura dos tanques elevados necessita de reparos;								X					
P6	Verificar se as visitas estão devidamente fechadas;								X					
P7	Inspecionar e reparar o medidor de nível, torneira de bóia, extravasor, sistema automático de funcionamento das bombas, registros de válvula de pé e de retenção;										X			
P8	Ventilação do ambiente e das aberturas de acesso;										X			
P9	Controle periódico do nível da água para identificação de possíveis vazamentos;										X			
P10	Limpeza de poços e drenagem.										X			
PM_T2.3	VÁLVULAS E CAIXAS DE DESCARGAS													
P1	Inspecionar vazamentos;								X					
P2	Regular e reparar elementos componentes;								X					
P3	Testar vazamento nas válvulas ou nas caixas de descarga;								X					



# TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

P4	Verificar dispositivos de acionamento e vazamentos;								X					
P5	Apertar fixações;								X					
P6	Examinar pintura e retocar onde for necessário;								X					
P7	Verificar o funcionamento da válvula de admissão (bóia).								X					
<b>PM_T2.4</b>	<b>REGISTROS, TORNEIRAS E METAIS SANITÁRIOS</b>													
P1	Inspecionar o funcionamento;								X					
P2	Reparar vazamentos e trocar guarnição, apertar gaxeta e substituir material, se necessário.								X					
<b>PM_T2.5</b>	<b>CANALIZAÇÕES: TUBOS E CONEXÕES</b>													
P1	Inspecionar vazamentos, se existirem.								X					
P2	Realizar serviços de limpeza e desobstrução.								X					
<b>PM_T2.6</b>	<b>RALOS E APARELHOS SANITÁRIOS</b>													
P1	Inspecionar o funcionamento.								X					
P2	Retirar detritos e verificar								X					



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

	existência de rachaduras.													
<b>PM_T2.7</b>	<b>CAIXAS COLETORAS E DE GORDURAS</b>													
P1	Realizar inspeção geral, com retirada dos materiais sólidos e de óleos e gorduras.							X						
<b>PM_T2.8</b>	<b>HIDRANTES</b>													
P1	Verificar e corrigir, se necessário, o funcionamento do sistema de supervisão de circuito interrompido, falta de energia, baixa pressão de água;							X						
P2	Verificar e corrigir a pressão dos manômetros do sistema, quando existir;							X						
P3	Verificar e corrigir o funcionamento das bombas e dos filtros da tubulação hidráulica do sistema;							X						
P4	Verificar a pressão hidráulica do sistema;							X						
P5	Verificar se as caixas de hidrantes estão sinalizadas adequadamente e desobstruídas;							X						



# TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

P6	Enrolamento das mangueiras, de forma “aduchada” e com o esguicho ligado a uma de suas juntas;								X					
P7	Verificar se as caixas de hidrantes estão equipadas com pelo menos uma chave de mangueiras cada uma, esguichos e mangueiras;								X					
P8	Verificar se as entradas para ventilação porventura existentes estão devidamente protegidas por tela fina, para evitar a entrada de ratos, insetos e etc.;								X					
P9	Verificar e corrigir vazamentos através de unidade interna;								X					
P10	Abrir e fechar os registros para evitar seu gripamento;								X					
P11	Lubrificar os registros com uma mistura de óleo e grafite;								X					
P12	Verificar se os registros de alimentação de água do sistema, sob o reservatório superior, estão abertos mantendo-os nessa posição;								X					



# TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

P13	Verificar a tubulação hidráulica, suportes, etc., quanto a danos mecânicos ou ferrugem, pintando-a, sempre que necessário;								X					
P14	Verificar o acionamento das bombas de incêndio (manual ou automático);								X					
P15	Verificar a existência de Idem, defeito e/ou falta de energia no sistema de								X					
P16	Lavar as mangueiras se estiverem sujas, secando-as à sombra antes de serem guardadas;										X			
P17	Verificar o funcionamento das bombas de alimentação do sistema, quando o caso.										X			
P18	Executar a limpeza de todos os bicos;											X		
P19	Testar todas as mangueiras a uma pressão mínima de 20 kg/cm².											X		
PM_T3	BEBEDOUROS													
P1	Regular a pressão da água.								X					



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

P2	Proceder à limpeza do gabinete.									X				
P3	Trocar os filtros dos aparelhos a cada 06 (seis) meses, ou quando necessário, fornecidos pela contratante.											X		
PM_T4	BOMBAS													
P1	Operar, ligar e desligar as bombas;						X							
P2	Verificar as condições gerais de segurança no funcionamento das bombas de recalque e de esgoto;						X							
P3	Inspecionar os cabos de alimentação geral das bombas e passagens internas das aberturas de ventilação dos motores;						X							
P4	Controlar o gotejamento das gaxetas, evitando o regime excessivo;						X							
P5	Inspecionar as válvulas de retenção e o funcionamento das bóias superiores e inferiores;						X							
P6	Testar o aquecimento das bombas e inspecionar os terminais elétricos nas						X							



# TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

	caixas de recalque;													
P7	Inspecionar as conexões e as tubulações hidráulicas;						X							
P8	Verificar o nível de óleo das bombas, as luvas de acoplamento e o alinhamento do eixo das bombas;							X						
P9	Lubrificar os mancais das bombas;							X						
P10	Medir amperagem (Corrente R) dos motores;	Elétrica	Corrente (A) 3F-RST					X						
P11	Medir amperagem (Corrente S) dos motores;	Elétrica	Corrente (A) 3F-RST					X						
P12	Medir amperagem (Corrente T) dos motores.	Elétrica	Corrente (A) 3F-RST					X						
PM_T5	ELEVADORES HIDRÁULICOS													
P1	Testar o funcionamento: subir, descer, abrir e fechar portas, verificar travas, iluminação e ventilação;				X									
P2	Verificar as máquinas, observando o nível do óleo, a existência de vazamento e efetuando limpeza					X								









# TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

P11	Verificação da potência ativa e reativa, analisando necessidade de correção do fator de potência;												X	
P12	Realizar Inspeção Termográfica - Seguindo norma N-2487- As inspeções deverão ser acompanhados de laudos, acompanhados dos termogramas e registros fotográficos dos pontos quentes;												X	
PM_T7	GRUPO GERADOR													
P1	Realizar limpeza geral no grupo gerador;							X						
P2	Teste de partida e funcionamento geral;							X						
P3	Verificação de instrumentos de medição;							X						
P4	Teste de transferência automática do grupo gerador;							X						
P5	Verificação no sistema automático de manutenção, a temperatura adequada do óleo lubrificante;							X						
P6	Teste do relé de controle de							X						



# TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

	tensão;													
P7	Verificação da carga das baterias de alimentação do sistema de partida;							X						
P8	Reaperto geral do equipamento;							X						
P9	Verificar vazamentos de combustível e/ou óleo lubrificante;							X						
P10	Verificação do nível do óleo lubrificante;							X						
PM_T8	CANCELAS E PORTÕES													
P1	Efetuar limpeza externa;							X						
P2	Efetuar limpeza e lubrificação das colunas de rolamento;							X						
P3	Efetuar limpeza, aperto da cremalheira e lubrificação das partes móveis;							X						
P4	Efetuar limpeza da engrenagem;							X						
P5	Verificar velocidade de abertura e de fechamento;							X						
P6	Verificar tensão de alimentação do motor;							X						
P7	Ajustar aperto do parafuso de fixação do motor elétrico;							X						



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

P8	Efetuar limpeza dos cabos e conectores;							X						
P9	Efetuar limpeza dos componentes eletroeletrônicos;							X						
PM_T9	CENTRAIS DE AR CONDICIONADO													
PM_T9.1	CHILLERS													
P1	Verificar e corrigir possíveis vazamentos de gás refrigerante dos circuitos; quando detectado na manutenção preventiva, mensalmente;							X						
P2	Verificar e ajustar os instrumentos de segurança e controle do sistema;							X						
P3	Verificar a atuação da válvula solenóide;							X						
P4	Verificar a atuação da válvula de expansão;							X						
P5	Verificar a ligação da Resistência ( $\Omega$ ) de aquecimento;							X						
P6	Verificar a vedação de válvulas e registros;							X						



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA**

P7	Verificar o estado do gás no visor de líquido;								X					
P8	Verificar os intertravamentos;								X					
P9	Verificar atuação dos termistores de transdutores;								X					
P10	Verificar o funcionamento de sensores;								X					
P11	Verificar o funcionamento dos módulos microprocessadores e placas eletrônicas;								X					
P12	Verificar regulagem e atuação dos pressostatos;								X					
P13	Verificar desbalanceamento entre fases;								X					
P14	Eliminar pontos de ferrugem;								X					
P15	Verificar a atuação da chave de fluxo;								X					
P16	Verificar a existência de danos na estrutura;								X					
P17	Verificar ruídos e vibrações anormais;								X					
P18	Verificar o nível do tanque de reposição;								X					



# TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

P19	Verificar a eficiência do filtro secador;								X					
P20	Verificar o estado do isolamento térmico;								X					
P21	Verificar se há aquecimento anormal do motor;								X					
P22	Registrar as temperaturas de entrada e saída;								X					
P23	Verificar diferencial de pressão do condensador;								X					
P24	Limpeza geral do equipamento;								X					
P25	Verificar estado geral da casa de máquinas;								X					
P26	Verificar pressão entrada/saída água do resfriador;								X					
P27	Verificar temperatura entrada/saída água do resfriador;								X					
P28	Verificar o nível e a coloração do óleo do sistema de lubrificação;								X					
P29	Verificar temperatura do cárter do compressor;								X					
P30	Verificar pressão de descarga do compressor;								X					
P31	Verificar pressão de sucção do								X					



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

	compressor.												
P32	Medir a corrente R dos compressores frigoríficos do sistema;		Corrente (A) RST					X					
P33	Medir a corrente S dos compressores frigoríficos do sistema;		Corrente (A) RST					X					
P34	Medir a corrente T dos compressores frigoríficos do sistema;		Corrente (A) RST					X					
P35	Medir a tensão R-S dos compressores frigoríficos do sistema;		Tensão (V) - RST - 3F- 220V					X					
P36	Medir a tensão R-T dos compressores frigoríficos do sistema;		Tensão (V) - RST - 3F- 220V					X					
P37	Medir a tensão S-T dos compressores frigoríficos do sistema;		Tensão (V) - RST - 3F- 220V					X					
P38	Verificar a atuação das válvulas de serviço;									X			
P39	Verificar o suporte das linhas;									X			
P40	Verificar vazamento/reaperto do circuito refrigerante;									X			
P41	Verificar o plug fusível do									X			

[illegible]





# TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

P52	Verificar a Resistência ( $\Omega$ ) de isolamento dos motores;													X	
P53	Substituir o elemento filtrante;													X	
P54	Regular os térmicos do quadro elétrico.													X	
<b>PM T.9.2</b>	<b>SISTEMAS VRF</b>														
	Operação de sistema tipo “Fluxo de Refrigerante Variável” (VRF) e condensação a ar.				x	x	x		x	x	x	x	x	x	
	Manutenção de sistema tipo “Fluxo de Refrigerante Variável” (VRF) e condensação a ar.				x	x	x		x	x	x	x	x	x	
	Verificar ruídos e vibrações anormais;					x	x		x	x	x	x	x	x	
	Limpeza interna e externa;					x	x		x	x	x	x	x	X	
	Limpeza dos filtros de ar;					x	x		x	x	x	x	x	X	
	Verificar apertos de todas as conexões;					x	x		x	x	x	x	x	X	
	Verificar e eliminar frestas nos filtros;					x	x		x	x	x	x	x	X	
	Limpar/lavar (quando recuperável) ou substituir (quando descartável) o Elemento filtrante;					x	x		x	x	x	x	x	X	







# TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

	baixa pressão;													
	Verificar aterramento individual das unidades evaporadoras e condensadoras e reapertar parafusos dos aterramentos;			x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	
	Verificar e corrigir pontos de oxidação;			x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	
	Verificar a fixar das hélices, rotores e motores dos ventiladores;			x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	
	Verificar calços anti-vibração.			x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	
<b>PM_T9.2</b>	<b>FANCOILS</b>													
P1	Verificar a atuação da válvula motorizada;							X						
P2	Verificar ruídos e vibrações anormais;							X						
P3	Eliminar pontos de ferrugens;							X						
P4	Reapertar parafusos em geral;							X						
P6	Verificar a existência de danos na estrutura;							X						
P6	Verificar estado e alinhamento de polias e correias;							X						
P7	Verificar lâmpadas e botoeiras;							X						
P8	Verificar estado geral da fiação;							X						



# TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

P9	Verificar a existência de vazamentos;								X					
P10	Verificar se há aquecimento anormal do motor;								X					
P11	Verificar o estado de isolamento térmico;								X					
P12	Limpar e apertar contatos e terminais;								X					
P13	Verificar o sentido de rotação do ventilador;								X					
P14	Verificar se o retorno de ar não está obstruído;								X					
P15	Verificar a atuação do termostato;								X					
P16	Verificar o nivelamento do gabinete;								X					
P17	Verificar o balanceamento entre fases;								X					
P18	Desobstruir ralos e drenos;								X					
P19	Proceder à limpeza geral do equipamento								X					
P20	Limpar os filtros.								X					
P21	Registrar corrente R;	Elétrica	Medição de Corrente						X					



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

			RST										
P22	Registrar corrente S;	Elétrica	Medição de Corrente RST					X					
P23	Registrar corrente T;	Elétrica	Medição de Corrente RST					X					
P24	Registrar tensão R-S;	Elétrica	Medição de Tensão RST					X					
P25	Registrar tensão S-T;	Elétrica	Medição de Tensão RST					X					
P26	Registrar tensão R-T;	Elétrica	Medição de Tensão RST					X					
P27	Registrar as temperaturas de entrada e saída;	Mecânica	Temperatura °C					X					
P28	Lubrificar e engraxar mancais e rolamentos;									X			
P29	Executar limpeza das serpentinas.											X	
<b>PM_T9.3</b>	<b>TORRES DE RESFRIAMENTO E SISTEMA DE CONDENSAÇÃO E ÁGUA GELADA</b>												
P1	Verificar ruídos e vibrações anormais;							X					



# TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

P2	Reapertar parafusos em geral;								X					
P3	Verificar a existência de danos na estrutura;								X					
P4	Verificar lâmpadas e botoeiras;								X					
P5	Verificar estado geral da fiação;								X					
P6	Limpar e apertar contatos e terminais;	Elétrica	Corrente (A) e Tensão (V) - RST - 3F- 220V						X					
P7	Verificar a existência de vazamentos;								X					
P8	Registrar as temperaturas de entrada e saída;								X					
P9	Desobstruir ralos e drenos;								X					
P10	Verificar o balanceamento entre fases;								X					
P11	Verificar o sentido de rotação do ventilador;								X					
P12	Proceder a limpeza geral do equipamento;								X					
P13	Verificar o aperto de abraçadeiras e juntas;								X					
P14	Verificar estado de fusíveis e relés;								X					



# TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

P15	Verificar o nível de água da bacia;								X					
P16	Verificar o funcionamento das bóias;								X					
P17	Verificar a tela de sucção;								X					
P18	Verificar a vedação das portas de visitas;								X					
P19	Verificar o nível e estado do redutor;								X					
P20	Verificar a vedação dos registros e válvulas;								X					
P21	Verificar a distribuição de água;								X					
P22	Verificar base e chumbadores;								X					
P23	Proceder a limpeza do filtro “y” na linha;								X					
P24	Verificar se o tratamento químico está adequado;								X					
P25	Efetuar o esgotamento completo da água do sistema;								X					
P26	Realizar a purga da torre;								X					
P27	Efetuar a limpeza por hidrojateamento de todos os componentes internos datorre de resfriamento;								X					





# TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

P28	Efetuar o enxágüe com água limpa;								X					
P29	Efetuar o preenchimento do sistema com água limpa;								X					
P30	Adicionar dosagem inicial do inibidor de corrosão e correção do pH para a faixa.								X					
P31	Registrar corrente R;	Elétrica	Corrente (A)RST						X					
P32	Registrar corrente S;	Elétrica	Corrente (A)RST						X					
P33	Registrar corrente T;	Elétrica	Corrente (A)RST						X					
P34	Registrar tensão R-S;	Elétrica	Tensão (V) - RST - 3F-220V						X					
P35	Registrar tensão S-T;	Elétrica	Tensão (V) - RST - 3F-220V						X					
P36	Registrar tensão R-T;	Elétrica	Tensão (V) - RST - 3F-220V						X					
P37	Eliminar pontos de ferrugens;										X			
P38	Lubrificar mancais e rolamentos.										X			



# TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

P39	Limpeza das bacias das torres de resfriamento;											X		
P40	Limpeza, verificação e ajuste dos eliminadores de gotas e bicos pulverizadores das torres de resfriamento.											X		
P41	Limpeza dos enchimentos das torres de resfriamento;											X		
P42	Verificar pintura geral.												X	
P43	Medir a resistência de isolamento do motor;	Elétrica	Resistência ( $\Omega$ )										X	
<b>PM_T9.4</b>	<b>BOMBAS DE ÁGUA</b>													
P1	Verificar ruídos e vibrações anormais;							X						
P2	Verificar lâmpadas e botoeiras;							X						
P3	Reapertar parafusos em geral;							X						
P4	Verificar estado e alinhamento de acoplamentos;							X						
P5	Verificar estado geral da fiação;							X						
P6	Registrar a pressão de entrada e saída;							X						
P7	Verificar a existência de vazamentos;							X						
P8	Limpar e apertar contatos e							X						



# TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

	terminais;													
P9	Verificar o balanceamento entre fases;							X						
P10	Verificar o sentido de rotação da bomba;							X						
P11	Proceder a limpeza geral do equipamento;							X						
P12	Verificar estado de fusíveis e relés;							X						
P13	Verificar estado de contadoras;							X						
P14	Verificar a vedação dos registros e válvulas;							X						
P15	Registrar corrente R (A);	Elétrica	Corrente (A) RST					X						
P16	Registrar corrente S (S);	Elétrica	Corrente (A) RST					X						
P17	Registrar corrente T(A);	Elétrica	Corrente (A) RST					X						
P18	Registrar tensão R-S;	Elétrica	Tensão (V) - RST - 3F- 220V					X						
P19	Registrar tensão R-T;	Elétrica	Tensão (V) - RST - 3F- 220V					X						









TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

	Verificar medição do hidrômetro do anexo.												
P11	(HIDRÔMETRO - ED. Sede) Verificar medição do hidrômetro do Ed. Sede.				X								
P12	Disjuntor a vácuo (SUBESTAÇÃO-SEDE) Ler a tensão fase R•-S nos equipamentos de medição procedendo às anotações necessárias;□				X								
P13	Disjuntor a vácuo (SUBESTAÇÃO-SEDE) Ler a tensão fase S-T nos equipamentos de medição procedendo às anotações necessárias; □				X								
P14	Disjuntor a vácuo (SUBESTAÇÃO-SEDE) Ler a tensão fase R-•T nos equipamentos de medição procedendo às anotações necessárias;□				X								
P15	Disjuntor a vácuo - SEDE - Ler a Corrente de Linha R nos equipamentos de medição procedendo às anotações				X								







TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

P22	Disjuntor No-Break QDGU - SEDE - Ler e anotar Corrente de Linha S • fornecida e distribuída;□				X								
P23	Disjuntor No-Break QDGU - SEDE - Ler e anotar Corrente de Linha T • fornecida e distribuída;□				X								
P24	Disjuntor BEGUIN SEDE - Ler a tensão fase R-S nos equipamentos de medição procedendo às anotações necessárias;				X								
P25	Disjuntor BEGUIN SEDE - Ler a tensão fase S-•T nos equipamentos de medição procedendo às anotações necessárias;				X								
P26	Disjuntor BEGUIN SEDE - Ler a tensão fase R-•T nos equipamentos de medição procedendo às anotações necessárias;				X								
P27	Disjuntor BEGUIN SEDE - Ler a corrente de linha R nos equipamentos de medição procedendo às anotações				X								





TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

	equipamentos de medição procedendo às anotações necessárias;												
P33	Disjuntor a vácuo ANEXO) - Ler a corrente de Linha R nos equipamentos de medição procedendo às anotações necessárias;				X								
P34	Disjuntor a vácuo ANEXO - Ler a corrente Linha S nos equipamentos de medição procedendo às anotações necessárias;				X								
P35	Disjuntor a vácuo ANEXO - Ler a corrente de Linha T nos equipamentos de medição procedendo às anotações necessárias;				X								
P36	Disjuntor QDGN ANEXO - Ler e anotar tensão fase R•-S fornecida e distribuída;				X								
P37	Disjuntor QDGN ANEXO - Ler e anotar tensão fase R-•T fornecida e distribuída;				X								



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

P38	Disjuntor QDGN ANEXO - Ler e anotar tensão fase S•-T fornecida edistribuída;				X								
P39	Disjuntor QDGN ANEXO - Ler e anotar corrente de Linha R fornecida e distribuída;				X								
P40	Disjuntor QDGN ANEXO - Ler e anotar corrente de Linha S fornecida e distribuída;				X								
P41	Disjuntor QDGN ANEXO - Ler e anotar corrente de Linha T fornecida e distribuída;				X								
P42	Disjuntor QDGFAR ANEXO - Ler a tensão fase R•-S nos equipamentos de medição procedendo às anotações necessárias;				X								
P43	Disjuntor QDGFAR ANEXO - Ler a tensão fase S-•T nos equipamentos de medição procedendo às anotações necessárias;				X								



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

P44	Disjuntor QDGFAR ANEXO - Ler a tensão fase R-•T nos equipamentos de medição procedendo às anotações necessárias;				X								
P45	Disjuntor QDGFAR ANEXO - Ler a corrente de linha R nos equipamentos de medição procedendo às anotações necessárias;				X								
P46	Disjuntor QDGFAR ANEXO - Ler a corrente de linha S nos equipamentos de medição procedendo às anotações necessárias;				X								
P47	Disjuntor QDGFAR ANEXO - Ler a corrente de linha T nos equipamentos de medição procedendo às anotações necessárias;				X								
P48	Disjuntor NOBREAK QDGU ANEXO - Ler e anotar tensão fase R-•S fornecida e distribuída;				X								
P49	Disjuntor NOBREAK QDGU ANEXO - Ler e anotar tensão fase S-•T				X								



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

	fornecida e distribuída;												
P50	Disjuntor NOBREAK QDGU ANEXO - Ler e anotar tensão fase R•-T fornecida e distribuída;				X								
P51	Disjuntor NOBREAK QDGU ANEXO - Ler e anotar corrente de linha R fornecida e distribuída;				X								
P52	Disjuntor NOBREAK QDGU ANEXO - Ler e anotar corrente de linha S fornecida e distribuída;				X								
P53	Disjuntor NOBREAK QDGU ANEXO - Ler e anotar corrente de linha T fornecida e distribuída;				X								
P54	Disjuntor QFAR ANEXO - Ler e anotar tensão fase R-•S fornecida e distribuída;				X								
P55	Disjuntor QFAR ANEXO - Ler e anotar tensão fase S•-T fornecida e distribuída;				X								



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

P56	Disjuntor QFAR ANEXO - Ler e anotar tensão fase R•-T fornecida e distribuída;				X								
P57	Disjuntor QFAR ANEXO - Ler e anotar corrente de linha R fornecida e distribuída;				X								
P58	Disjuntor QFAR ANEXO - Ler e anotar corrente de linha S fornecida e distribuída;				X								
P59	Disjuntor QFAR ANEXO - Ler e anotar corrente de linha T fornecida e distribuída;				X								
<b>PMT.11</b>	<b>SISTEMA NOBREAK</b>							<b>ME NSA L</b>				<b>A N U A L</b>	
1	Vistoria geral da unidade							X					
	Desligamento da unidade para realização dos seguintes procedimentos: a) Vistoria nas conexões							X					



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA**

	<p>elétricas, barramento, etc.;</p> <p>b) Reaperto geral das conexões mecânicas da unidade;</p> <p>c) Limpeza geral do equipamento;</p> <p>d) Limpeza ou, caso necessário, substituição dos filtros de ar da unidade;</p> <p>e) Vistoria das baterias de fonte lógica, com verificação da carga e tensão;</p> <p>f) Limpeza da unidade de monitor remoto;</p> <p>g) Verificar ventiladores, disjuntores e demais peças mecânicas.</p>											
	<p>Religamento da unidade e verificação dos seguintes itens:</p> <p>a) Níveis de referência de lógica;</p> <p>b) Funcionamento da sinalização e do painel;</p> <p>c) Níveis de tensão do barramento CC e saída para o consumidor;</p> <p>d) Recarga das baterias;</p>						<b>X</b>					







[illegible]





**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA**

**PREGÃO ELETRÔNICO N.º 33/2023**

**ANEXO II**

**ORÇAMENTO ESTIMATIVO**

**VALOR (ES) MÁXIMO (S) ADMITIDO (S) PARA CONTRATAÇÃO**

**QUADRO-RESUMO – VALORES ESTIMADOS**

**POSTOS REGULARES**

<b>item</b>	<b>profissional</b>	<b>valor por profissional</b>	<b>profissionais por posto</b>	<b>valor do posto</b>	<b>quantidade de postos</b>	<b>valor mensal</b>	<b>valor anual</b>
1	Engenheiro Eletricista (Supervisor)	27.882,87	1	27.882,87	1	27.882,87	334.594,48
2	Encarregado - Refrigeração	9.466,53	1	9.466,53	1	9.466,53	113.598,36
3	Encarregado - Elétrica	10.189,02	1	10.189,02	1	10.189,02	122.268,23
4	Encarregado - Civil	9.466,53	1	9.466,53	1	9.466,53	113.598,36
5	Técnico em Redes e Telecomunicações	6.520,06	1	6.520,06	2	13.040,13	156.481,50



# TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

6	Técnico em Eletromecânica	6.989,58	1	6.989,58	1	6.989,58	83.874,95
7	Bombeiro Civil	6.738,25	2	13.476,51	1	13.476,51	161.718,09
8	Técnico em Refrigeração	6.520,06	1	6.520,06	2	13.040,13	156.481,50
9	Eletricista	7.000,92	1	7.000,92	2	14.001,85	168.022,14
10	Eletricista - Plantonista Diurno	6.716,91	2	13.433,83	1	13.433,83	161.205,95
11	Eletricista - Plantonista Noturno	7.798,88	2	15.597,76	1	15.597,76	187.173,08
12	Ajudante de Montagem e Manutenção (Servente Prático) - diurno	4.486,20	1	4.486,20	3	13.458,61	161.503,29
13	Auxiliar Técnico – Civil (pequenas obras e adequações prediais)	6.520,06	1	6.520,06	2	13.040,13	156.481,50
14	Auxiliar Técnico – Telhadista	6.520,06	1	6.520,06	2	13.040,13	156.481,50
15	Técnico de Segurança no Trabalho Pleno	7.617,12	1	7.617,12	1	7.617,12	91.405,49



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA**

16	Ajudante de Montagem e Manutenção (Servente Prático) - noturno	5.923,55	1	5.923,55	1	5.923,55	71.082,62
17	Pintor Industrial (Estruturas Metálicas) - noturno	8.837,63	1	8.837,63	1	8.837,63	106.051,62
<b>total</b>					<b>24</b>	<b>208.501,89</b>	<b>2.502.022,67</b>



## TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

### visitas técnicas, serviços adicionais, software de gerenciamento, equipamentos especiais

visitas técnicas	quantidade	valor unitário	valor mensal	valor anual
Engenheiro Civil	8	206,84	1.654,72	19.856,64
Engenheiro Mecânico	8	206,84	1.654,72	19.856,64
total				<b>39.713,28</b>

serviços adicionais	unidade medida	quantidade anual	valor unitário	valor anual
Tratamento químico da água	unidade	48	197,81	9.494,88
Análise da qualidade do ar	unidade	2	2.793,57	5.587,14
Inspeção termográfica	unidade	1	6.900,00	6.900,00
Limpeza e desinfecção dos dutos do sistema de refrigeração	metro linear	6720	7,96	53.491,20
Análise do óleo de resfriadores de líquido (chiller)	unidade	4	3.868,98	15.475,92
Limpeza e desinfecção dos reservatórios de água	metro cúbico	1922,84	32,36	62.223,10
total				<b>153.172,24</b>





**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA**

<b>FORNECIMENTO E MANUTENÇÃO DE SOFTWARE DE GERENCIAMENTO DE MANUTENÇÃO</b>		<b>VALOR ANUAL</b>
		<b>59.340,94</b>

<b>DISPONIBILIZAÇÃO DE EQUIPAMENTOS ESPECIAIS (CAMINHÃO MUNCK, PLATAFORMAS E ELEVATÓRIAS ARTICULADAS E ANDAIMES FACHADEIROS) E FORNECIMENTO DE MATERIAIS / PEÇAS / COMPONENTES DE REPOSIÇÃO / EQUIPAMENTOS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EVENTUAIS</b>	<b>VALOR MENSAL</b>	<b>VALOR ANUAL</b>
LIMITADO A 17,5% DO VALOR TOTAL COM POSTOS DE TRABALHO NÃO INCLUÍDO O VALOR ESTIMADO COM HORA EXTRA	36.487,83	<b>437.853,96</b>



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

VALOR TOTAL DO CONTRATO

	ano não eleitoral	ano eleitoral	total - 24 meses
postos regulares	2.502.022,67	2.502.022,67	5.004.045,35
serviço extraordinário	61.491,00	238.444,11	299.935,11
visitas técnicas	39.713,28	39.713,28	79.426,56
serviços adicionais	153.172,24	153.172,24	306.344,48
software de gerenciamento de manutenção	59.340,94	59.340,94	118.681,88
equipamentos especiais	437.853,96	437.853,96	875.707,92
<b>total</b>	<b>3.253.594,10</b>	<b>3.430.547,20</b>	<b>6.684.141,30</b>



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA**

**PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS**

**Discriminação dos Serviços**

A	Data de apresentação da proposta	
B	Município	
C	Ano do Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo	
D	Nº de meses de execução contratual	24

**Identificação do Serviço**

Tipo de Serviço	Unidade de Medida	Quantidade total a contratar (em função da unidade de medida)
<b>Engenheiro Eletricista (Supervisor)</b>	<b>posto de serviço</b>	<b>1</b>

**Dados complementares para composição dos custos referente à mão-de-obra**

1	Tipo de serviço (mesmo serviço com características distintas)	Engenheiro Eletricista 44 horas semanais
2	Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)	2143-05
3	Salário Normativo da Categoria Profissional	10111,20
4	Categoria profissional (vinculada à execução contratual)	
5	Data base da categoria (dia/mês/ano)	



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA**

**Módulo 1 - Composição da Remuneração**

<b>1</b>	<b>Composição da Remuneração</b>	<b>Valor (R\$)</b>
A	Salário-Base	10.111,20
B	Adicional de Periculosidade	3.033,36
C	Adicional de Insalubridade	
D	Adicional Noturno	
E	Adicional de Hora Noturna Reduzida	
G	Outros (especificar)	
<b>Total</b>		<b>13.144,56</b>

**Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários**

**Submódulo 2.1 - 13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias**

<b>2.1</b>	<b>13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias</b>		<b>Valor (R\$)</b>
A	13º (décimo terceiro) Salário	8,33%	1.094,94
B	Férias e Adicional de Férias	11,11%	1.460,36
<b>Total</b>		<b>19,44%</b>	<b>2.555,30</b>



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA**

**Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições.**

<b>2.2</b>	<b>GPS, FGTS e outras contribuições</b>	<b>Percentual (%)</b>	<b>Valor (R\$)</b>
A	INSS	20,00%	3.139,97
B	Salário Educação	2,50%	392,49
C	SAT	3,00%	470,99
D	SESC ou SESI	1,50%	235,49
E	SENAI - SENAC	1,00%	156,99
F	SEBRAE	0,60%	94,19
G	INCRA	0,20%	31,39
H	FGTS	8,00%	1.255,98
<b>Total</b>		<b>36,80%</b>	<b>5.777,49</b>

**Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários.**

<b>2.3</b>	<b>Benefícios Mensais e Diários</b>	<b>Valor (R\$)</b>
A	Transporte	-
B	Auxílio-Refeição/Alimentação	
C	Benefício xxx	
D	Outros (especificar)	
<b>Total</b>		-



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA**

**Quadro-Resumo do Módulo 2 - Encargos e Benefícios anuais, mensais e diários**

<b>2</b>	<b>Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários</b>	<b>Valor (R\$)</b>
2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	2.555,30
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	5.777,49
2.3	Benefícios Mensais e Diários	-
<b>Total</b>		<b>8.332,79</b>

**Módulo 3 - Provisão para Rescisão**

<b>3</b>	<b>Provisão para Rescisão</b>	<b>Valor (R\$)</b>
A	Aviso Prévio Indenizado	0,41% 53,89
B	Incidência do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado	8,00% 4,31
C	Multa do FGTS e contribuição social sobre o Aviso Prévio Indenizado	0,16% 21,03
D	Aviso Prévio Trabalhado	1,84% 241,85
E	Incidência de GPS, FGTS e outras contribuições sobre o Aviso Prévio Trabalhado	36,80% 89,00
F	Multa do FGTS e contribuição social sobre o Aviso Prévio Trabalhado	3,04% 399,59
<b>Total</b>		<b>809,67</b>



## TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

### Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente

#### Submódulo 4.1 - Substituto nas Ausências Legais

4.1	Substituto nas Ausências Legais		Valor (R\$)
A	Substituto na cobertura de Férias	0,92%	205,04
B	Substituto na cobertura de Ausências Legais	0,55%	122,57
C	Substituto na cobertura de Licença-Paternidade	0,02%	4,45
D	Substituto na cobertura de Ausência por acidente de trabalho	0,33%	73,54
E	Substituto na cobertura de Afastamento Maternidade	0,11%	24,76
F	Substituto na cobertura de Outras ausências (especificar)		-
Total			430,36

#### Submódulo 4.2 - Substituto na Intra jornada

4.2	Substituto na Intra jornada	Valor (R\$)
A	Substituto na cobertura de Intervalo para repouso e alimentação	-
Total		-



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA**

**Quadro-Resumo do Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente**

<b>4</b>	<b>Custo de Reposição do Profissional Ausente</b>	<b>Valor (R\$)</b>
4.1	Substituto nas Ausências Legais	430,36
4.2	Substituto na Intrajornada	-
<b>Total</b>		<b>430,36</b>

**Módulo 5 - Insumos Diversos**

<b>5</b>	<b>Insumos Diversos</b>	<b>Valor (R\$)</b>
A	Uniformes	66,04
B	Materiais	61,36
C	Equipamentos	40,22
D	Outros (especificar)	
<b>Total</b>		<b>167,62</b>





**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA**

**Módulo 6 - Custos Indiretos, Tributos e Lucro**

<b>6</b>	<b>Custos Indiretos, Tributos e Lucro</b>	<b>Percentual (%)</b>	<b>Valor (R\$)</b>
A	Custos Indiretos	5,00%	1.144,25
B	Lucro	6,00%	1.441,76
C	Tributos	8,65%	2.411,87
	C.1. Tributos Federais (especificar)		-
	C.1.A. PIS	0,65%	181,24
	C.1.B. COFINS	3,00%	836,49
	C.2. Tributos Estaduais (especificar)		-
	C.3. Tributos Municipais (especificar)		-
	C.3.A. ISS	5,00%	1.394,14
<b>Total</b>		<b>21,84%</b>	<b>4.997,87</b>



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA**

**2. QUADRO-RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO**

	<b>Mão de obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)</b>	<b>Valor (R\$)</b>
<b>A</b>	Módulo 1 - Composição da Remuneração	13.144,56
<b>B</b>	Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	8.332,79
<b>C</b>	Módulo 3 - Provisão para Rescisão	809,67
<b>D</b>	Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente	430,36
<b>E</b>	Módulo 5 - Insumos Diversos	167,62
<b>Subtotal (A + B + C + D + E)</b>		<b>22.885,00</b>
<b>F</b>	Módulo 6 – Custos Indiretos, Tributos e Lucro	4.997,87
<b>Valor Total por Empregado</b>		<b>27.882,87</b>



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

Discriminação dos Serviços

A	Data de apresentação da proposta	
B	Município	
C	Ano do Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo	
D	Nº de meses de execução contratual	24

Identificação do Serviço

Tipo de Serviço	Unidade de Medida	Quantidade total a contratar (em função da unidade de medida)
Encarregado - Refrigeração	posto de serviço	1

Dados complementares para composição dos custos referente à mão-de-obra

1	Tipo de serviço (mesmo serviço com características distintas)	Encarregado 44 horas semanais
2	Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)	7102-05
3	Salário Normativo da Categoria Profissional	3431,06
4	Categoria profissional (vinculada à execução contratual)	BA000197/2023 SINTRACOM
5	Data base da categoria (dia/mês/ano)	

Módulo 1 - Composição da Remuneração

1	Composição da Remuneração	Valor (R\$)
A	Salário-Base	3.431,06
B	Adicional de Periculosidade	
C	Adicional de Insalubridade	686,21
D	Adicional Noturno	
E	Adicional de Hora Noturna Reduzida	
G	Outros (especificar)	
Total		4.117,27



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários

Submódulo 2.1 - 13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias

2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias		Valor (R\$)
A	13º (décimo terceiro) Salário	8,33%	342,96
B	Férias e Adicional de Férias	11,11%	457,42
Total		19,44%	800,38

Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições.

2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	Percentual (%)	Valor (R\$)
A	INSS	20,00%	983,53
B	Salário Educação	2,50%	122,94
C	SAT	3,00%	147,52
D	SESC ou SESI	1,50%	73,76
E	SENAI - SENAC	1,00%	49,17
F	SEBRAE	0,60%	29,50
G	INCRA	0,20%	9,83
H	FGTS	8,00%	393,41
Total		36,80%	1.809,66

Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários.

2.3	Benefícios Mensais e Diários	Valor (R\$)
A	Transporte	48,94
B	Auxílio-Refeição/Alimentação	428,24
C	Benefício xxx	
D	Outros (especificar)	
Total		477,18



## TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

### Quadro-Resumo do Módulo 2 - Encargos e Benefícios anuais, mensais e diários

2	Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	Valor (R\$)
2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	800,38
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	1.809,66
2.3	Benefícios Mensais e Diários	477,18
Total		3.087,22

### Módulo 3 - Provisão para Rescisão

3	Provisão para Rescisão		Valor (R\$)
A	Aviso Prévio Indenizado	0,41%	16,88
B	Incidência do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado	8,00%	1,35
C	Multa do FGTS e contribuição social sobre o Aviso Prévio Indenizado	0,16%	6,58
D	Aviso Prévio Trabalhado	1,84%	75,75
E	Incidência de GPS, FGTS e outras contribuições sobre o Aviso Prévio Trabalhado	36,80%	27,87
F	Multa do FGTS e contribuição social sobre o Aviso Prévio Trabalhado	3,04%	125,16
Total			253,59

### Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente

#### Submódulo 4.1 - Substituto nas Ausências Legais

4.1	Substituto nas Ausências Legais		Valor (R\$)
A	Substituto na cobertura de Férias	0,92%	68,61
B	Substituto na cobertura de Ausências Legais	0,55%	41,01
C	Substituto na cobertura de Licença-Paternidade	0,02%	1,49
D	Substituto na cobertura de Ausência por acidente de trabalho	0,33%	24,61
E	Substituto na cobertura de Afastamento Maternidade	0,11%	8,28
F	Substituto na cobertura de Outras ausências (especificar)		
Total			144,00



## TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

### Submódulo 4.2 - Substituto na Intrajornada

4.2	Substituto na Intrajornada	Valor (R\$)
A	Substituto na cobertura de Intervalo para repouso e alimentação	-
Total		-

### Quadro-Resumo do Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente

4	Custo de Reposição do Profissional Ausente	Valor (R\$)
4.1	Substituto nas Ausências Legais	144,00
4.2	Substituto na Intrajornada	-
Total		144,00

### Módulo 5 - Insumos Diversos

5	Insumos Diversos		Valor (R\$)
A	Uniformes		66,04
B	Materiais		61,36
C	Equipamentos		40,22
D	Outros (especificar)		
Total			167,62

### Módulo 6 - Custos Indiretos, Tributos e Lucro

6	Custos Indiretos, Tributos e Lucro	Percentual (%)	Valor (R\$)
A	Custos Indiretos	5,00%	388,48
B	Lucro	6,00%	489,49
C	Tributos	8,65%	818,85
	C.1. Tributos Federais (especificar)		-
	C.1.A. PIS	0,65%	61,53
	C.1.B. COFINS	3,00%	284,00
	C.2. Tributos Estaduais (especificar)		-
	C.3. Tributos Municipais (especificar)		-
	C.3.A. ISS	5,00%	473,33
Total		21,84%	1.696,83



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA**

**2. QUADRO-RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO**

	<b>Mão de obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)</b>	<b>Valor (R\$)</b>
<b>A</b>	Módulo 1 - Composição da Remuneração	4.117,27
<b>B</b>	Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	3.087,22
<b>C</b>	Módulo 3 - Provisão para Rescisão	253,59
<b>D</b>	Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente	144,00
<b>E</b>	Módulo 5 - Insumos Diversos	167,62



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

Discriminação dos Serviços

A	Data de apresentação da proposta	
B	Município	
C	Ano do Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo	
D	Nº de meses de execução contratual	24

Identificação do Serviço

Tipo de Serviço	Unidade de Medida	Quantidade total a contratar (em função da unidade de medida)
Encarregado - Elétrica	posto de serviço	1

Dados complementares para composição dos custos referente à mão-de-obra

1	Tipo de serviço (mesmo serviço com características distintas)	Encarregado 44 horas semanais
2	Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)	7102-05
3	Salário Normativo da Categoria Profissional	3431,06
4	Categoria profissional (vinculada à execução contratual)	BA000197/2023 SINTRACOM
5	Data base da categoria (dia/mês/ano)	

Módulo 1 - Composição da Remuneração

1	Composição da Remuneração	Valor (R\$)
A	Salário-Base	3.431,06
B	Adicional de Periculosidade	1.029,32
C	Adicional de Insalubridade	
D	Adicional Noturno	
E	Adicional de Hora Noturna Reduzida	
G	Outros (especificar)	
Total		4.460,38





## TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

### Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários

#### Submódulo 2.1 - 13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias

2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias		Valor (R\$)
A	13º (décimo terceiro) Salário	8,33%	371,54
B	Férias e Adicional de Férias	11,11%	495,54
Total		19,44%	867,08

#### Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições.

2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	Percentual (%)	Valor (R\$)
A	INSS	20,00%	1.065,49
B	Salário Educação	2,50%	133,18
C	SAT	3,00%	159,82
D	SESC ou Sesi	1,50%	79,91
E	SENAI - SENAC	1,00%	53,27
F	SEBRAE	0,60%	31,96
G	INCRA	0,20%	10,65
H	FGTS	8,00%	426,19
Total		36,80%	1.960,47

#### Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários.

2.3	Benefícios Mensais e Diários	Valor (R\$)
A	Transporte	48,94
B	Auxílio-Refeição/Alimentação	428,24
C	Benefício xxx	
D	Outros (especificar)	
Total		477,18



## TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

### Quadro-Resumo do Módulo 2 - Encargos e Benefícios anuais, mensais e diários

2	Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	Valor (R\$)
2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	867,08
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	1.960,47
2.3	Benefícios Mensais e Diários	477,18
Total		3.304,73

### Módulo 3 - Provisão para Rescisão

3	Provisão para Rescisão		Valor (R\$)
A	Aviso Prévio Indenizado	0,41%	18,28
B	Incidência do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado	8,00%	1,46
C	Multa do FGTS e contribuição social sobre o Aviso Prévio Indenizado	0,16%	7,13
D	Aviso Prévio Trabalhado	1,84%	82,07
E	Incidência de GPS, FGTS e outras contribuições sobre o Aviso Prévio Trabalhado	36,80%	30,20
F	Multa do FGTS e contribuição social sobre o Aviso Prévio Trabalhado	3,04%	135,59
Total			274,73

### Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente

#### Submódulo 4.1 - Substituto nas Ausências Legais

4.1	Substituto nas Ausências Legais		Valor (R\$)
A	Substituto na cobertura de Férias	0,92%	73,96
B	Substituto na cobertura de Ausências Legais	0,55%	44,21
C	Substituto na cobertura de Licença-Paternidade	0,02%	1,60
D	Substituto na cobertura de Ausência por acidente de trabalho	0,33%	26,53
E	Substituto na cobertura de Afastamento Maternidade	0,11%	8,93
F	Substituto na cobertura de Outras ausências (especificar)		-
Total			155,23



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA**

**Submódulo 4.2 - Substituto na Intrajornada**

<b>4.2</b>	<b>Substituto na Intrajornada</b>	<b>Valor (R\$)</b>
A	Substituto na cobertura de Intervalo para repouso e alimentação	-
<b>Total</b>		<b>-</b>

**Quadro-Resumo do Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente**

<b>4</b>	<b>Custo de Reposição do Profissional Ausente</b>	<b>Valor (R\$)</b>
4.1	Substituto nas Ausências Legais	155,23
4.2	Substituto na Intrajornada	-
<b>Total</b>		<b>155,23</b>

**Módulo 5 - Insumos Diversos**

<b>5</b>	<b>Insumos Diversos</b>		<b>Valor (R\$)</b>
A	Uniformes		66,04
B	Materiais		61,36
C	Equipamentos		40,22
D	Outros (especificar)		
<b>Total</b>			<b>167,62</b>



## TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

### Módulo 6 - Custos Indiretos, Tributos e Lucro

<b>6</b>	<b>Custos Indiretos, Tributos e Lucro</b>	<b>Percentual (%)</b>	<b>Valor (R\$)</b>
A	Custos Indiretos	5,00%	418,13
B	Lucro	6,00%	526,85
C	Tributos	8,65%	881,35
	C.1. Tributos Federais (especificar)		-
	C.1.A. PIS	0,65%	66,23
	C.1.B. COFINS	3,00%	305,67
	C.2. Tributos Estaduais (especificar)		-
	C.3. Tributos Municipais (especificar)		-
	C.3.A. ISS	5,00%	509,45
<b>Total</b>		<b>21,84%</b>	<b>1.826,33</b>

### 2. QUADRO-RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO

	<b>Mão de obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)</b>	<b>Valor (R\$)</b>
<b>A</b>	Módulo 1 - Composição da Remuneração	4.460,38
<b>B</b>	Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	3.304,73
<b>C</b>	Módulo 3 - Provisão para Rescisão	274,73
<b>D</b>	Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente	155,23
<b>E</b>	Módulo 5 - Insumos Diversos	167,62
<b>Subtotal (A + B + C + D + E)</b>		<b>8.362,69</b>
<b>F</b>	Módulo 6 – Custos Indiretos, Tributos e Lucro	1.826,33
<b>Valor Total por Empregado</b>		<b>10.189,02</b>



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

Discriminação dos Serviços

A	Data de apresentação da proposta	
B	Município	
C	Ano do Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo	
D	Nº de meses de execução contratual	24

Identificação do Serviço

Tipo de Serviço	Unidade de Medida	Quantidade total a contratar (em função da unidade de medida)
Encarregado - Civil	posto de serviço	1

Dados complementares para composição dos custos referente à mão-de-obra

1	Tipo de serviço (mesmo serviço com características distintas)	Encarregado 44 horas semanais
2	Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)	7102-05
3	Salário Normativo da Categoria Profissional	3431,06
4	Categoria profissional (vinculada à execução contratual)	BA000197/2023 SINTRACOM
5	Data base da categoria (dia/mês/ano)	



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA**

**Módulo 1 - Composição da Remuneração**

<b>1</b>	<b>Composição da Remuneração</b>	<b>Valor (R\$)</b>
A	Salário-Base	3.431,06
B	Adicional de Periculosidade	
C	Adicional de Insalubridade	686,21
D	Adicional Noturno	
E	Adicional de Hora Noturna Reduzida	
G	Outros (especificar)	
<b>Total</b>		<b>4.117,27</b>

**Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários**

**Submódulo 2.1 - 13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias**

<b>2.1</b>	<b>13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias</b>		<b>Valor (R\$)</b>
A	13º (décimo terceiro) Salário	8,33%	342,96
B	Férias e Adicional de Férias	11,11%	457,42
<b>Total</b>		<b>19,44%</b>	<b>800,38</b>



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA**

**Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições.**

<b>2.2</b>	<b>GPS, FGTS e outras contribuições</b>	<b>Percentual (%)</b>	<b>Valor (R\$)</b>
A	INSS	20,00%	983,53
B	Salário Educação	2,50%	122,94
C	SAT	3,00%	147,52
D	SESC ou Sesi	1,50%	73,76
E	SENAI - SENAC	1,00%	49,17
F	SEBRAE	0,60%	29,50
G	INCRA	0,20%	9,83
H	FGTS	8,00%	393,41
<b>Total</b>		<b>36,80%</b>	<b>1.809,66</b>

**Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários.**

<b>2.3</b>	<b>Benefícios Mensais e Diários</b>	<b>Valor (R\$)</b>
A	Transporte	48,94
B	Auxílio-Refeição/Alimentação	428,24
C	Benefício xxx	
D	Outros (especificar)	
<b>Total</b>		<b>477,18</b>



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA**

**Quadro-Resumo do Módulo 2 - Encargos e Benefícios anuais, mensais e diários**

<b>2</b>	<b>Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários</b>	<b>Valor (R\$)</b>
2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	800,38
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	1.809,66
2.3	Benefícios Mensais e Diários	477,18
<b>Total</b>		<b>3.087,22</b>

**Módulo 3 - Provisão para Rescisão**

3	Provisão para Rescisão		Valor (R\$)
A	Aviso Prévio Indenizado	0,41%	16,88
B	Incidência do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado	8,00%	1,35
C	Multa do FGTS e contribuição social sobre o Aviso Prévio Indenizado	0,16%	6,58
D	Aviso Prévio Trabalhado	1,84%	75,75
E	Incidência de GPS, FGTS e outras contribuições sobre o Aviso Prévio Trabalhado	36,80%	27,87
F	Multa do FGTS e contribuição social sobre o Aviso Prévio Trabalhado	3,04%	125,16
Total			253,59





## TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

### Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente

#### Submódulo 4.1 - Substituto nas Ausências Legais

4.1	Substituto nas Ausências Legais		Valor (R\$)
A	Substituto na cobertura de Férias	0,92%	68,61
B	Substituto na cobertura de Ausências Legais	0,55%	41,01
C	Substituto na cobertura de Licença-Paternidade	0,02%	1,49
D	Substituto na cobertura de Ausência por acidente de trabalho	0,33%	24,61
E	Substituto na cobertura de Afastamento Maternidade	0,11%	8,28
F	Substituto na cobertura de Outras ausências (especificar)		-
Total			144,00

#### Submódulo 4.2 - Substituto na Intra jornada

4.2	Substituto na Intra jornada	Valor (R\$)
A	Substituto na cobertura de Intervalo para repouso e alimentação	-
Total		-



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA**

**Quadro-Resumo do Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente**

<b>4</b>	<b>Custo de Reposição do Profissional Ausente</b>	<b>Valor (R\$)</b>
4.1	Substituto nas Ausências Legais	144,00
4.2	Substituto na Intra jornada	-
<b>Total</b>		<b>144,00</b>

**Módulo 5 - Insumos Diversos**

<b>5</b>	<b>Insumos Diversos</b>	<b>Valor (R\$)</b>
A	Uniformes	66,04
B	Materiais	61,36
C	Equipamentos	40,22
D	Outros (especificar)	
<b>Total</b>		<b>167,62</b>



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA**

**Módulo 6 - Custos Indiretos, Tributos e Lucro**

<b>6</b>	<b>Custos Indiretos, Tributos e Lucro</b>	<b>Percentual (%)</b>	<b>Valor (R\$)</b>
A	Custos Indiretos	5,00%	388,48
B	Lucro	6,00%	489,49
C	Tributos	8,65%	818,85
	C.1. Tributos Federais (especificar)		-
	C.1.A. PIS	0,65%	61,53
	C.1.B. COFINS	3,00%	284,00
	C.2. Tributos Estaduais (especificar)		-
	C.3. Tributos Municipais (especificar)		-
	C.3.A. ISS	5,00%	473,33
<b>Total</b>		<b>21,84%</b>	<b>1.696,83</b>



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA**

**2. QUADRO-RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO**

	<b>Mão de obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)</b>	<b>Valor (R\$)</b>
<b>A</b>	Módulo 1 - Composição da Remuneração	4.117,27
<b>B</b>	Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	3.087,22
<b>C</b>	Módulo 3 - Provisão para Rescisão	253,59
<b>D</b>	Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente	144,00
<b>E</b>	Módulo 5 - Insumos Diversos	167,62
<b>Subtotal (A + B +C+ D + E)</b>		<b>7.769,70</b>
<b>F</b>	Módulo 6 – Custos Indiretos, Tributos e Lucro	1.696,83
<b>Valor Total por Empregado</b>		<b>9.466,53</b>



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

Discriminação dos Serviços

A	Data de apresentação da proposta	
B	Município	
C	Ano do Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo	
D	Nº de meses de execução contratual	24

Identificação do Serviço

Tipo de Serviço	Unidade de Medida	Quantidade total a contratar (em função da unidade de medida)
<b>Técnico em Redes e Telecomunicações</b>	<b>posto de serviço</b>	<b>2</b>

Dados complementares para composição dos custos referente à mão-de-obra

1	Tipo de serviço (mesmo serviço com características distintas)	Técnico em Redes e Telecomunicações 44 horas semanais
2	Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)	3131-05
3	Salário Normativo da Categoria Profissional	2229,58
4	Categoria profissional (vinculada à execução contratual)	BA000197/2023 SINTRACOM
5	Data base da categoria (dia/mês/ano)	



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA**

**Módulo 1 - Composição da Remuneração**

<b>1</b>	<b>Composição da Remuneração</b>	<b>Valor (R\$)</b>
A	Salário-Base	2.229,58
B	Adicional de Periculosidade	
C	Adicional de Insalubridade	445,92
D	Adicional Noturno	
E	Adicional de Hora Noturna Reduzida	
G	Outros (especificar)	
<b>Total</b>		<b>2.675,50</b>

**Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários**

**Submódulo 2.1 - 13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias**

<b>2.1</b>	<b>13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias</b>		<b>Valor (R\$)</b>
A	13º (décimo terceiro) Salário	8,33%	222,86
B	Férias e Adicional de Férias	11,11%	297,24
<b>Total</b>		<b>19,44%</b>	<b>520,10</b>



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA**

**Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições.**

<b>2.2</b>	<b>GPS, FGTS e outras contribuições</b>	<b>Percentual (%)</b>	<b>Valor (R\$)</b>
A	INSS	20,00%	639,11
B	Salário Educação	2,50%	79,88
C	SAT	3,00%	95,86
D	SESC ou Sesi	1,50%	47,93
E	SENAI - SENAC	1,00%	31,95
F	SEBRAE	0,60%	19,17
G	INCRA	0,20%	6,39
H	FGTS	8,00%	255,64
<b>Total</b>		<b>36,80%</b>	<b>1.175,93</b>

**Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários.**

<b>2.3</b>	<b>Benefícios Mensais e Diários</b>	<b>Valor (R\$)</b>
A	Transporte	121,03
B	Auxílio-Refeição/Alimentação	428,24
C	Benefício xxx	
D	Outros (especificar)	
<b>Total</b>		<b>549,27</b>



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA**

**Quadro-Resumo do Módulo 2 - Encargos e Benefícios anuais, mensais e diários**

<b>2</b>	<b>Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários</b>	<b>Valor (R\$)</b>
2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	520,10
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	1.175,93
2.3	Benefícios Mensais e Diários	549,27
<b>Total</b>		<b>2.245,30</b>

**Módulo 3 - Provisão para Rescisão**

<b>3</b>	<b>Provisão para Rescisão</b>	<b>Valor (R\$)</b>
A	Aviso Prévio Indenizado	0,41% 10,96
B	Incidência do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado	8,00% 0,87
C	Multa do FGTS e contribuição social sobre o Aviso Prévio Indenizado	0,16% 4,28
D	Aviso Prévio Trabalhado	1,84% 49,22
E	Incidência de GPS, FGTS e outras contribuições sobre o Aviso Prévio Trabalhado	36,80% 18,11
F	Multa do FGTS e contribuição social sobre o Aviso Prévio Trabalhado	3,04% 81,33
<b>Total</b>		<b>164,77</b>





**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA**

**Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente**

**Submódulo 4.1 - Substituto nas Ausências Legais**

<b>4.1</b>	<b>Substituto nas Ausências Legais</b>		<b>Valor (R\$)</b>
A	Substituto na cobertura de Férias	0,92%	46,78
B	Substituto na cobertura de Ausências Legais	0,55%	27,97
C	Substituto na cobertura de Licença-Paternidade	0,02%	1,01
D	Substituto na cobertura de Ausência por acidente de trabalho	0,33%	16,78
E	Substituto na cobertura de Afastamento Maternidade	0,11%	5,65
F	Substituto na cobertura de Outras ausências (especificar)		-
<b>Total</b>			<b>98,19</b>

**Submódulo 4.2 - Substituto na Intra jornada**

<b>4.2</b>	<b>Substituto na Intra jornada</b>	<b>Valor (R\$)</b>
A	Substituto na cobertura de Intervalo para repouso e alimentação	-
<b>Total</b>		-



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA**

**Quadro-Resumo do Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente**

<b>4</b>	<b>Custo de Reposição do Profissional Ausente</b>	<b>Valor (R\$)</b>
4.1	Substituto nas Ausências Legais	98,19
4.2	Substituto na Intrajornada	-
<b>Total</b>		<b>98,19</b>

**Módulo 5 - Insumos Diversos**

<b>5</b>	<b>Insumos Diversos</b>	<b>Valor (R\$)</b>
A	Uniformes	66,04
B	Materiais	61,36
C	Equipamentos	40,22
D	Outros (especificar)	
<b>Total</b>		<b>167,62</b>



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA**

**Módulo 6 - Custos Indiretos, Tributos e Lucro**

<b>6</b>	<b>Custos Indiretos, Tributos e Lucro</b>	<b>Percentual (%)</b>	<b>Valor (R\$)</b>
A	Custos Indiretos	5,00%	267,57
B	Lucro	6,00%	337,14
C	Tributos	8,65%	563,99
	C.1. Tributos Federais (especificar)		-
	C.1.A. PIS	0,65%	42,38
	C.1.B. COFINS	3,00%	195,60
	C.2. Tributos Estaduais (especificar)		-
	C.3. Tributos Municipais (especificar)		-
	C.3.A. ISS	5,00%	326,00
<b>Total</b>		<b>21,84%</b>	<b>1.168,69</b>



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA**

**2. QUADRO-RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO**

	<b>Mão de obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)</b>	<b>Valor (R\$)</b>
<b>A</b>	Módulo 1 - Composição da Remuneração	2.675,50
<b>B</b>	Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	2.245,30
<b>C</b>	Módulo 3 - Provisão para Rescisão	164,77
<b>D</b>	Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente	98,19
<b>E</b>	Módulo 5 - Insumos Diversos	167,62
<b>Subtotal (A + B + C + D + E)</b>		<b>5.351,37</b>
<b>F</b>	Módulo 6 – Custos Indiretos, Tributos e Lucro	1.168,69
<b>Valor Total por Empregado</b>		<b>6.520,06</b>



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA**

**PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS**

**Discriminação dos Serviços**

A	Data de apresentação da proposta	
B	Município	
C	Ano do Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo	
D	Nº de meses de execução contratual	24

**Identificação do Serviço**

Tipo de Serviço	Unidade de Medida	Quantidade total a contratar (em função da unidade de medida)
<b>Técnico em Eletromecânica</b>	<b>posto de serviço</b>	<b>1</b>

**Dados complementares para composição dos custos referente à mão-de-obra**

1	Tipo de serviço (mesmo serviço com características distintas)	Técnico Eletromecânica 44 horas semanais
2	Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)	3003-05
3	Salário Normativo da Categoria Profissional	2229,58
4	Categoria profissional (vinculada à execução contratual)	BA000197/2023 SINTRACOM
5	Data base da categoria (dia/mês/ano)	



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA**

**Módulo 1 - Composição da Remuneração**

<b>1</b>	<b>Composição da Remuneração</b>	<b>Valor (R\$)</b>
A	Salário-Base	2.229,58
B	Adicional de Periculosidade	668,87
C	Adicional de Insalubridade	
D	Adicional Noturno	
E	Adicional de Hora Noturna Reduzida	
G	Outros (especificar)	
<b>Total</b>		<b>2.898,45</b>

**Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários**

**Submódulo 2.1 - 13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias**

<b>2.1</b>	<b>13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias</b>		<b>Valor (R\$)</b>
A	13º (décimo terceiro) Salário	8,33%	241,44
B	Férias e Adicional de Férias	11,11%	322,01
<b>Total</b>		<b>19,44%</b>	<b>563,45</b>



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA**

**Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições.**

<b>2.2</b>	<b>GPS, FGTS e outras contribuições</b>	<b>Percentual (%)</b>	<b>Valor (R\$)</b>
A	INSS	20,00%	692,38
B	Salário Educação	2,50%	86,54
C	SAT	3,00%	103,85
D	SESC ou Sesi	1,50%	51,92
E	SENAI - SENAC	1,00%	34,61
F	SEBRAE	0,60%	20,77
G	INCRA	0,20%	6,92
H	FGTS	8,00%	276,95
<b>Total</b>		<b>36,80%</b>	<b>1.273,94</b>

**Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários.**

<b>2.3</b>	<b>Benefícios Mensais e Diários</b>	<b>Valor (R\$)</b>
A	Transporte	121,03
B	Auxílio-Refeição/Alimentação	428,24
C	Benefício xxx	
D	Outros (especificar)	
<b>Total</b>		<b>549,27</b>



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA**

**Quadro-Resumo do Módulo 2 - Encargos e Benefícios anuais, mensais e diários**

<b>2</b>	<b>Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários</b>	<b>Valor (R\$)</b>
2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	563,45
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	1.273,94
2.3	Benefícios Mensais e Diários	549,27
<b>Total</b>		<b>2.386,66</b>

**Módulo 3 - Provisão para Rescisão**

3	Provisão para Rescisão		Valor (R\$)
A	Aviso Prévio Indenizado	0,41%	11,88
B	Incidência do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado	8,00%	0,95
C	Multa do FGTS e contribuição social sobre o Aviso Prévio Indenizado	0,16%	4,63
D	Aviso Prévio Trabalhado	1,84%	53,33
E	Incidência de GPS, FGTS e outras contribuições sobre o Aviso Prévio Trabalhado	36,80%	19,62
F	Multa do FGTS e contribuição social sobre o Aviso Prévio Trabalhado	3,04%	88,11
Total			178,52





## TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

### Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente

#### Submódulo 4.1 - Substituto nas Ausências Legais

4.1	Substituto nas Ausências Legais		Valor (R\$)
A	Substituto na cobertura de Férias	0,92%	50,26
B	Substituto na cobertura de Ausências Legais	0,55%	30,04
C	Substituto na cobertura de Licença-Paternidade	0,02%	1,09
D	Substituto na cobertura de Ausência por acidente de trabalho	0,33%	18,02
E	Substituto na cobertura de Afastamento Maternidade	0,11%	6,07
F	Substituto na cobertura de Outras ausências (especificar)		-
Total			105,48

#### Submódulo 4.2 - Substituto na Intra jornada

4.2	Substituto na Intra jornada	Valor (R\$)
A	Substituto na cobertura de Intervalo para repouso e alimentação	-
Total		-



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA**

**Quadro-Resumo do Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente**

<b>4</b>	<b>Custo de Reposição do Profissional Ausente</b>	<b>Valor (R\$)</b>
4.1	Substituto nas Ausências Legais	105,48
4.2	Substituto na Intrajornada	-
<b>Total</b>		<b>105,48</b>

**Módulo 5 - Insumos Diversos**

<b>5</b>	<b>Insumos Diversos</b>	<b>Valor (R\$)</b>
A	Uniformes	66,04
B	Materiais	61,36
C	Equipamentos	40,22
D	Outros (especificar)	
<b>Total</b>		<b>167,62</b>



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA**

**Módulo 6 - Custos Indiretos, Tributos e Lucro**

<b>6</b>	<b>Custos Indiretos, Tributos e Lucro</b>	<b>Percentual (%)</b>	<b>Valor (R\$)</b>
A	Custos Indiretos	5,00%	286,84
B	Lucro	6,00%	361,41
C	Tributos	8,65%	604,60
	C.1. Tributos Federais (especificar)		-
	C.1.A. PIS	0,65%	45,43
	C.1.B. COFINS	3,00%	209,69
	C.2. Tributos Estaduais (especificar)		-
	C.3. Tributos Municipais (especificar)		-
	C.3.A. ISS	5,00%	349,48
<b>Total</b>		<b>21,84%</b>	<b>1.252,85</b>



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA**

**2. QUADRO-RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO**

	<b>Mão de obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)</b>	<b>Valor (R\$)</b>
<b>A</b>	Módulo 1 - Composição da Remuneração	2.898,45
<b>B</b>	Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	2.386,66
<b>C</b>	Módulo 3 - Provisão para Rescisão	178,52
<b>D</b>	Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente	105,48
<b>E</b>	Módulo 5 - Insumos Diversos	167,62
<b>Subtotal (A + B +C+ D + E)</b>		<b>5.736,73</b>
<b>F</b>	Módulo 6 – Custos Indiretos, Tributos e Lucro	1.252,85
<b>Valor Total por Empregado</b>		<b>6.989,58</b>



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

Discriminação dos Serviços

A	Data de apresentação da proposta	
B	Município	
C	Ano do Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo	
D	Nº de meses de execução contratual	24

Identificação do Serviço

Tipo de Serviço	Unidade de Medida	Quantidade total a contratar (em função da unidade de medida)
Bombeiro Civil	posto de serviço	1

Dados complementares para composição dos custos referente à mão-de-obra

1	Tipo de serviço (mesmo serviço com características distintas)	Bombeiro Civil 12x36
2	Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)	5171-10
3	Salário Normativo da Categoria Profissional	2087,89
4	Categoria profissional (vinculada à execução contratual)	BA000372/2023 SINDBOMBEIROS
5	Data base da categoria (dia/mês/ano)	1/3/2024



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA**

**Módulo 1 - Composição da Remuneração**

<b>1</b>	<b>Composição da Remuneração</b>	<b>Valor (R\$)</b>
A	Salário-Base	2.087,89
B	Adicional de Periculosidade	626,37
C	Adicional de Insalubridade	
D	Adicional Noturno	
E	Adicional de Hora Noturna Reduzida	
G	Outros (especificar)	
<b>Total</b>		<b>2.714,26</b>

**Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários**

**Submódulo 2.1 - 13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias**

<b>2.1</b>	<b>13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias</b>		<b>Valor (R\$)</b>
A	13º (décimo terceiro) Salário	8,33%	226,09
B	Férias e Adicional de Férias	11,11%	301,55
<b>Total</b>		<b>19,44%</b>	<b>527,64</b>



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA**

**Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições.**

<b>2.2</b>	<b>GPS, FGTS e outras contribuições</b>	<b>Percentual (%)</b>	<b>Valor (R\$)</b>
A	INSS	20,00%	648,37
B	Salário Educação	2,50%	81,04
C	SAT	3,00%	97,25
D	SESC ou SESI	1,50%	48,62
E	SENAI - SENAC	1,00%	32,41
F	SEBRAE	0,60%	19,45
G	INCRA	0,20%	6,48
H	FGTS	8,00%	259,35
<b>Total</b>		<b>36,80%</b>	<b>1.192,97</b>

**Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários.**

<b>2.3</b>	<b>Benefícios Mensais e Diários</b>	<b>Valor (R\$)</b>
A	Transporte	21,73
B	Auxílio-Refeição/Alimentação	316,05
C	Auxílio Plano de Assistência e Cuidado Pessoal	25,21
D	Assistência Médica	183,24
<b>Total</b>		<b>546,23</b>



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA**

**Quadro-Resumo do Módulo 2 - Encargos e Benefícios anuais, mensais e diários**

<b>2</b>	<b>Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários</b>	<b>Valor (R\$)</b>
2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	527,64
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	1.192,97
2.3	Benefícios Mensais e Diários	546,23
<b>Total</b>		<b>2.266,84</b>

**Módulo 3 - Provisão para Rescisão**

3	Provisão para Rescisão		Valor (R\$)
A	Aviso Prévio Indenizado	0,41%	11,12
B	Incidência do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado	8,00%	0,88
C	Multa do FGTS e contribuição social sobre o Aviso Prévio Indenizado	0,16%	4,34
D	Aviso Prévio Trabalhado	1,84%	49,94
E	Incidência de GPS, FGTS e outras contribuições sobre o Aviso Prévio Trabalhado	36,80%	18,37
F	Multa do FGTS e contribuição social sobre o Aviso Prévio Trabalhado	3,04%	82,51
Total			167,16





## TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

### Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente

#### Submódulo 4.1 - Substituto nas Ausências Legais

4.1	Substituto nas Ausências Legais		Valor (R\$)
A	Substituto na cobertura de Férias	0,92%	47,36
B	Substituto na cobertura de Ausências Legais	0,55%	28,31
C	Substituto na cobertura de Licença-Paternidade	0,02%	1,02
D	Substituto na cobertura de Ausência por acidente de trabalho	0,33%	16,98
E	Substituto na cobertura de Afastamento Maternidade	0,11%	5,72
F	Substituto na cobertura de Outras ausências (especificar)		-
Total			99,39

#### Submódulo 4.2 - Substituto na Intra jornada

4.2	Substituto na Intra jornada	Valor (R\$)
A	Substituto na cobertura de Intervalo para repouso e alimentação	-
Total		-

#### Quadro-Resumo do Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente

4	Custo de Reposição do Profissional Ausente	Valor (R\$)
4.1	Substituto nas Ausências Legais	99,39
4.2	Substituto na Intra jornada	-
Total		99,39



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA**

**Módulo 5 - Insumos Diversos**

<b>5</b>	<b>Insumos Diversos</b>		<b>Valor (R\$)</b>
A	Uniformes		181,23
B	Materiais		61,36
C	Equipamentos		40,22
D	Outros (especificar)		
<b>Total</b>			<b>282,81</b>



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA**

**Módulo 6 - Custos Indiretos, Tributos e Lucro**

<b>6</b>	<b>Custos Indiretos, Tributos e Lucro</b>	<b>Percentual (%)</b>	<b>Valor (R\$)</b>
A	Custos Indiretos	5,00%	276,52
B	Lucro	6,00%	348,42
C	Tributos	8,65%	582,86
	C.1. Tributos Federais (especificar)		-
	C.1.A. PIS	0,65%	43,80
	C.1.B. COFINS	3,00%	202,15
	C.2. Tributos Estaduais (especificar)		-
	C.3. Tributos Municipais (especificar)		-
	C.3.A. ISS	5,00%	336,91
<b>Total</b>		<b>21,84%</b>	<b>1.207,80</b>



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA**

**2. QUADRO-RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO**

	<b>Mão de obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)</b>	<b>Valor (R\$)</b>
<b>A</b>	Módulo 1 - Composição da Remuneração	2.714,26
<b>B</b>	Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	2.266,84
<b>C</b>	Módulo 3 - Provisão para Rescisão	167,16
<b>D</b>	Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente	99,39
<b>E</b>	Módulo 5 - Insumos Diversos	282,81
<b>Subtotal (A + B +C+ D + E)</b>		<b>5.530,45</b>
<b>F</b>	Módulo 6 – Custos Indiretos, Tributos e Lucro	1.207,80
<b>Valor Total por Empregado</b>		<b>6.738,25</b>



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

Discriminação dos Serviços

A	Data de apresentação da proposta	
B	Município	
C	Ano do Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo	
D	Nº de meses de execução contratual	24

Identificação do Serviço

Tipo de Serviço	Unidade de Medida	Quantidade total a contratar (em função da unidade de medida)
Técnico em Refrigeração	posto de serviço	2

Dados complementares para composição dos custos referente à mão-de-obra

1	Tipo de serviço (mesmo serviço com características distintas)	Técnico em Refrigeração 44 horas semanais
2	Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)	7257-05
3	Salário Normativo da Categoria Profissional	2229,58
4	Categoria profissional (vinculada à execução contratual)	BA000197/2023 SINTRACOM
5	Data base da categoria (dia/mês/ano)	



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA**

**Módulo 1 - Composição da Remuneração**

<b>1</b>	<b>Composição da Remuneração</b>	<b>Valor (R\$)</b>
A	Salário-Base	2.229,58
B	Adicional de Periculosidade	
C	Adicional de Insalubridade	445,92
D	Adicional Noturno	
E	Adicional de Hora Noturna Reduzida	
G	Outros (especificar)	
<b>Total</b>		<b>2.675,50</b>



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA**

**Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários**

**Submódulo 2.1 - 13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias**

<b>2.1</b>	<b>13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias</b>	<b>Valor (R\$)</b>
A	13º (décimo terceiro) Salário	222,86
B	Férias e Adicional de Férias	297,24
<b>Total</b>		<b>520,10</b>

**Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições.**

<b>2.2</b>	<b>GPS, FGTS e outras contribuições</b>	<b>Percentual (%)</b>	<b>Valor (R\$)</b>
A	INSS	20,00%	639,11
B	Salário Educação	2,50%	79,88
C	SAT	3,00%	95,86
D	SESC ou SESI	1,50%	47,93
E	SENAI - SENAC	1,00%	31,95
F	SEBRAE	0,60%	19,17
G	INCRA	0,20%	6,39
H	FGTS	8,00%	255,64
<b>Total</b>		<b>36,80%</b>	<b>1.175,93</b>



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA**

**Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários.**

<b>2.3</b>	<b>Benefícios Mensais e Diários</b>	<b>Valor (R\$)</b>
A	Transporte	121,03
B	Auxílio-Refeição/Alimentação	428,24
C	Benefício xxx	
D	Outros (especificar)	
<b>Total</b>		<b>549,27</b>

**Quadro-Resumo do Módulo 2 - Encargos e Benefícios anuais, mensais e diários**

<b>2</b>	<b>Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários</b>	<b>Valor (R\$)</b>
2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	520,10
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	1.175,93
2.3	Benefícios Mensais e Diários	549,27
<b>Total</b>		<b>2.245,30</b>





## TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

### Módulo 3 - Provisão para Rescisão

<b>3</b>	<b>Provisão para Rescisão</b>		<b>Valor (R\$)</b>
A	Aviso Prévio Indenizado	0,41%	10,96
B	Incidência do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado	8,00%	0,87
C	Multa do FGTS e contribuição social sobre o Aviso Prévio Indenizado	0,16%	4,28
D	Aviso Prévio Trabalhado	1,84%	49,22
E	Incidência de GPS, FGTS e outras contribuições sobre o Aviso Prévio Trabalhado	36,80%	18,11
F	Multa do FGTS e contribuição social sobre o Aviso Prévio Trabalhado	3,04%	81,33
<b>Total</b>			<b>164,77</b>

### Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente

#### Submódulo 4.1 - Substituto nas Ausências Legais

<b>4.1</b>	<b>Substituto nas Ausências Legais</b>		<b>Valor (R\$)</b>
A	Substituto na cobertura de Férias	0,92%	46,78
B	Substituto na cobertura de Ausências Legais	0,55%	27,97
C	Substituto na cobertura de Licença-Paternidade	0,02%	1,01
D	Substituto na cobertura de Ausência por acidente de trabalho	0,33%	16,78
E	Substituto na cobertura de Afastamento Maternidade	0,11%	5,65
F	Substituto na cobertura de Outras ausências (especificar)		
<b>Total</b>			<b>98,19</b>



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA**

**Submódulo 4.2 - Substituto na Intra jornada**

<b>4.2</b>	<b>Substituto na Intra jornada</b>	<b>Valor (R\$)</b>
A	Substituto na cobertura de Intervalo para repouso e alimentação	-
<b>Total</b>		-

**Quadro-Resumo do Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente**

<b>4</b>	<b>Custo de Reposição do Profissional Ausente</b>	<b>Valor (R\$)</b>
4.1	Substituto nas Ausências Legais	98,19
4.2	Substituto na Intra jornada	-
<b>Total</b>		<b>98,19</b>

**Módulo 5 - Insumos Diversos**

<b>5</b>	<b>Insumos Diversos</b>	<b>Valor (R\$)</b>
A	Uniformes	66,04
B	Materiais	61,36
C	Equipamentos	40,22
D	Outros (especificar)	
<b>Total</b>		<b>167,62</b>



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA**

**Módulo 6 - Custos Indiretos, Tributos e Lucro**

<b>6</b>	<b>Custos Indiretos, Tributos e Lucro</b>	<b>Percentual (%)</b>	<b>Valor (R\$)</b>
A	Custos Indiretos	5,00%	267,57
B	Lucro	6,00%	337,14
C	Tributos	8,65%	563,99
	C.1. Tributos Federais (especificar)		-
	C.1.A. PIS	0,65%	42,38
	C.1.B. COFINS	3,00%	195,60
	C.2. Tributos Estaduais (especificar)		-
	C.3. Tributos Municipais (especificar)		-
	C.3.A. ISS	5,00%	326,00
<b>Total</b>		<b>21,84%</b>	<b>1.168,69</b>



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA**

**2. QUADRO-RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO**

	<b>Mão de obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)</b>	<b>Valor (R\$)</b>
<b>A</b>	Módulo 1 - Composição da Remuneração	2.675,50
<b>B</b>	Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	2.245,30
<b>C</b>	Módulo 3 - Provisão para Rescisão	164,77
<b>D</b>	Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente	98,19
<b>E</b>	Módulo 5 - Insumos Diversos	167,62
<b>Subtotal (A + B +C+ D + E)</b>		<b>5.351,37</b>
<b>F</b>	Módulo 6 – Custos Indiretos, Tributos e Lucro	1.168,69
<b>Valor Total por Empregado</b>		<b>6.520,06</b>



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

Discriminação dos Serviços

A	Data de apresentação da proposta	
B	Município	
C	Ano do Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo	
D	Nº de meses de execução contratual	24

Identificação do Serviço

Tipo de Serviço	Unidade de Medida	Quantidade total a contratar (em função da unidade de medida)
Eletricista	posto de serviço	2

Dados complementares para composição dos custos referente à mão-de-obra

1	Tipo de serviço (mesmo serviço com características distintas)	Eletricista 44 horas semanais
2	Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)	7156-15
3	Salário Normativo da Categoria Profissional	2229,58
4	Categoria profissional (vinculada à execução contratual)	BA000197/2023 SINTRACOM
5	Data base da categoria (dia/mês/ano)	



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA**

**Módulo 1 - Composição da Remuneração**

<b>1</b>	<b>Composição da Remuneração</b>	<b>Valor (R\$)</b>
A	Salário-Base	2.229,58
B	Adicional de Periculosidade	668,87
C	Adicional de Insalubridade	
D	Adicional Noturno	
E	Adicional de Hora Noturna Reduzida	
G	Outros (especificar)	
<b>Total</b>		<b>2.898,45</b>



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA**

**Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários**

**Submódulo 2.1 - 13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias**

<b>2.1</b>	<b>13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias</b>		<b>Valor (R\$)</b>
A	13º (décimo terceiro) Salário	8,33%	241,44
B	Férias e Adicional de Férias	11,11%	322,01
<b>Total</b>		<b>19,44%</b>	<b>563,45</b>

**Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições.**

<b>2.2</b>	<b>GPS, FGTS e outras contribuições</b>	<b>Percentual (%)</b>	<b>Valor (R\$)</b>
A	INSS	20,00%	692,38
B	Salário Educação	2,50%	86,54
C	SAT	3,00%	103,85
D	SESC ou SESI	1,50%	51,92
E	SENAI - SENAC	1,00%	34,61
F	SEBRAE	0,60%	20,77
G	INCRA	0,20%	6,92
H	FGTS	8,00%	276,95
<b>Total</b>		<b>36,80%</b>	<b>1.273,94</b>



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA**

**Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários.**

<b>2.3</b>	<b>Benefícios Mensais e Diários</b>	<b>Valor (R\$)</b>
A	Transporte	121,03
B	Auxílio-Refeição/Alimentação	428,24
C	Benefício xxx	
D	Outros (especificar)	
<b>Total</b>		<b>549,27</b>

**Quadro-Resumo do Módulo 2 - Encargos e Benefícios anuais, mensais e diários**

<b>2</b>	<b>Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários</b>	<b>Valor (R\$)</b>
2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	563,45
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	1.273,94
2.3	Benefícios Mensais e Diários	549,27
<b>Total</b>		<b>2.386,66</b>

**Módulo 3 - Provisão para Rescisão**

<b>3</b>	<b>Provisão para Rescisão</b>	<b>Valor (R\$)</b>
A	Aviso Prévio Indenizado	0,41% 11,88
B	Incidência do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado	8,00% 0,95
C	Multa do FGTS e contribuição social sobre o Aviso Prévio Indenizado	0,16% 4,63
D	Aviso Prévio Trabalhado	1,84% 53,33
E	Incidência de GPS, FGTS e outras contribuições sobre o Aviso Prévio Trabalhado	36,80% 19,62
F	Multa do FGTS e contribuição social sobre o Aviso Prévio Trabalhado	3,04% 88,11
<b>Total</b>		<b>178,52</b>





**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA**

**Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente**

**Submódulo 4.1 - Substituto nas Ausências Legais**

<b>4.1</b>	<b>Substituto nas Ausências Legais</b>		<b>Valor (R\$)</b>
A	Substituto na cobertura de Férias	0,92%	50,26
B	Substituto na cobertura de Ausências Legais	0,55%	30,04
C	Substituto na cobertura de Licença-Paternidade	0,02%	1,09
D	Substituto na cobertura de Ausência por acidente de trabalho	0,33%	18,02
E	Substituto na cobertura de Afastamento Maternidade	0,11%	6,07
F	Substituto na cobertura de Outras ausências (especificar)		-
<b>Total</b>			<b>105,48</b>

**Submódulo 4.2 - Substituto na Intra jornada**

<b>4.2</b>	<b>Substituto na Intra jornada</b>	<b>Valor (R\$)</b>
A	Substituto na cobertura de Intervalo para repouso e alimentação	-
<b>Total</b>		-



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA**

**Quadro-Resumo do Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente**

<b>4</b>	<b>Custo de Reposição do Profissional Ausente</b>	<b>Valor (R\$)</b>
4.1	Substituto nas Ausências Legais	105,48
4.2	Substituto na Intrajornada	-
<b>Total</b>		<b>105,48</b>

**Módulo 5 - Insumos Diversos**

<b>5</b>	<b>Insumos Diversos</b>	<b>Valor (R\$)</b>
A	Uniformes	75,35
B	Materiais	61,36
C	Equipamentos	40,22
D	Outros (especificar)	
<b>Total</b>		<b>176,93</b>



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA**

**Módulo 6 - Custos Indiretos, Tributos e Lucro**

<b>6</b>	<b>Custos Indiretos, Tributos e Lucro</b>	<b>Percentual (%)</b>	<b>Valor (R\$)</b>
A	Custos Indiretos	5,00%	287,30
B	Lucro	6,00%	362,00
C	Tributos	8,65%	605,58
	C.1. Tributos Federais (especificar)		-
	C.1.A. PIS	0,65%	45,51
	C.1.B. COFINS	3,00%	210,03
	C.2. Tributos Estaduais (especificar)		-
	C.3. Tributos Municipais (especificar)		-
	C.3.A. ISS	5,00%	350,05
<b>Total</b>		<b>21,84%</b>	<b>1.254,88</b>



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA**

**2. QUADRO-RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO**

	<b>Mão de obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)</b>	<b>Valor (R\$)</b>
<b>A</b>	Módulo 1 - Composição da Remuneração	2.898,45
<b>B</b>	Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	2.386,66
<b>C</b>	Módulo 3 - Provisão para Rescisão	178,52
<b>D</b>	Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente	105,48
<b>E</b>	Módulo 5 - Insumos Diversos	176,93
<b>Subtotal (A + B +C+ D + E)</b>		<b>5.746,04</b>
<b>F</b>	Módulo 6 – Custos Indiretos, Tributos e Lucro	1.254,88
<b>Valor Total por Empregado</b>		<b>7.000,92</b>



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

Discriminação dos Serviços

A	Data de apresentação da proposta	
B	Município	
C	Ano do Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo	
D	Nº de meses de execução contratual	24

Identificação do Serviço

Tipo de Serviço	Unidade de Medida	Quantidade total a contratar (em função da unidade de medida)
<b>Eletricista - Plantonista Diurno</b>	<b>posto de serviço</b>	<b>1</b>

Dados complementares para composição dos custos referente à mão-de-obra

1	Tipo de serviço (mesmo serviço com características distintas)	Eletricista 12x36 diurno
2	Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)	7156-15
3	Salário Normativo da Categoria Profissional	2229,58
4	Categoria profissional (vinculada à execução contratual)	BA000197/2023 SINTRACOM
5	Data base da categoria (dia/mês/ano)	



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA**

**Módulo 1 - Composição da Remuneração**

<b>1</b>	<b>Composição da Remuneração</b>	<b>Valor (R\$)</b>
A	Salário-Base	2.229,58
B	Adicional de Periculosidade	668,87
C	Adicional de Insalubridade	
D	Adicional Noturno	
E	Adicional de Hora Noturna Reduzida	
G	Outros (especificar)	
<b>Total</b>		<b>2.898,45</b>



## TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

### Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários

#### Submódulo 2.1 - 13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias

2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias		Valor (R\$)
A	13º (décimo terceiro) Salário	8,33%	241,44
B	Férias e Adicional de Férias	11,11%	322,01
Total		19,44%	563,45

#### Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições.

2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	Percentual (%)	Valor (R\$)
A	INSS	20,00%	692,38
B	Salário Educação	2,50%	86,54
C	SAT	3,00%	103,85
D	SESC ou SESI	1,50%	51,92
E	SENAI - SENAC	1,00%	34,61
F	SEBRAE	0,60%	20,77
G	INCRA	0,20%	6,92
H	FGTS	8,00%	276,95
Total		36,80%	1.273,94



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA**

**Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários.**

<b>2.3</b>	<b>Benefícios Mensais e Diários</b>	<b>Valor (R\$)</b>
A	Transporte	13,23
B	Auxílio-Refeição/Alimentação	307,35
C	Benefício xxx	
D	Outros (especificar)	
<b>Total</b>		<b>320,58</b>

**Quadro-Resumo do Módulo 2 - Encargos e Benefícios anuais, mensais e diários**

<b>2</b>	<b>Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários</b>	<b>Valor (R\$)</b>
2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	563,45
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	1.273,94
2.3	Benefícios Mensais e Diários	320,58
<b>Total</b>		<b>2.157,97</b>





**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA**

**Módulo 3 - Provisão para Rescisão**

<b>3</b>	<b>Provisão para Rescisão</b>		<b>Valor (R\$)</b>
A	Aviso Prévio Indenizado	0,41%	11,88
B	Incidência do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado	8,00%	0,95
C	Multa do FGTS e contribuição social sobre o Aviso Prévio Indenizado	0,16%	4,63
D	Aviso Prévio Trabalhado	1,84%	53,33
E	Incidência de GPS, FGTS e outras contribuições sobre o Aviso Prévio Trabalhado	36,80%	19,62
F	Multa do FGTS e contribuição social sobre o Aviso Prévio Trabalhado	3,04%	88,11
<b>Total</b>			<b>178,52</b>



## TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

### Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente

#### Submódulo 4.1 - Substituto nas Ausências Legais

<b>4.1</b>	<b>Substituto nas Ausências Legais</b>		<b>Valor (R\$)</b>
A	Substituto na cobertura de Férias	0,92%	48,16
B	Substituto na cobertura de Ausências Legais	0,55%	28,79
C	Substituto na cobertura de Licença-Paternidade	0,02%	1,04
D	Substituto na cobertura de Ausência por acidente de trabalho	0,33%	17,27
E	Substituto na cobertura de Afastamento Maternidade	0,11%	5,81
F	Substituto na cobertura de Outras ausências (especificar)		-
<b>Total</b>			<b>101,07</b>

#### Submódulo 4.2 - Substituto na Intra jornada

<b>4.2</b>	<b>Substituto na Intra jornada</b>	<b>Valor (R\$)</b>
A	Substituto na cobertura de Intervalo para repouso e alimentação	-
<b>Total</b>		-



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA**

**Quadro-Resumo do Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente**

<b>4</b>	<b>Custo de Reposição do Profissional Ausente</b>	<b>Valor (R\$)</b>
4.1	Substituto nas Ausências Legais	101,07
4.2	Substituto na Intrajornada	-
<b>Total</b>		<b>101,07</b>

**Módulo 5 - Insumos Diversos**

<b>5</b>	<b>Insumos Diversos</b>	<b>Valor (R\$)</b>
A	Uniformes	75,35
B	Materiais	61,36
C	Equipamentos	40,22
D	Outros (especificar)	
<b>Total</b>		<b>176,93</b>



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA**

**Módulo 6 - Custos Indiretos, Tributos e Lucro**

<b>6</b>	<b>Custos Indiretos, Tributos e Lucro</b>	<b>Percentual (%)</b>	<b>Valor (R\$)</b>
A	Custos Indiretos	5,00%	275,65
B	Lucro	6,00%	347,32
C	Tributos	8,65%	581,01
	C.1. Tributos Federais (especificar)		-
	C.1.A. PIS	0,65%	43,66
	C.1.B. COFINS	3,00%	201,51
	C.2. Tributos Estaduais (especificar)		-
	C.3. Tributos Municipais (especificar)		-
	C.3.A. ISS	5,00%	335,85
<b>Total</b>		<b>21,84%</b>	<b>1.203,98</b>



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA**

**2. QUADRO-RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO**

	<b>Mão de obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)</b>	<b>Valor (R\$)</b>
<b>A</b>	Módulo 1 - Composição da Remuneração	2.898,45
<b>B</b>	Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	2.157,97
<b>C</b>	Módulo 3 - Provisão para Rescisão	178,52
<b>D</b>	Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente	101,07
<b>E</b>	Módulo 5 - Insumos Diversos	176,93
<b>Subtotal (A + B +C+ D + E)</b>		<b>5.512,94</b>
<b>F</b>	Módulo 6 – Custos Indiretos, Tributos e Lucro	1.203,98
<b>Valor Total por Empregado</b>		<b>6.716,91</b>



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

Discriminação dos Serviços

A	Data de apresentação da proposta	
B	Município	
C	Ano do Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo	
D	Nº de meses de execução contratual	24

Identificação do Serviço

Tipo de Serviço	Unidade de Medida	Quantidade total a contratar (em função da unidade de medida)
Eletricista - Plantonista Noturno	posto de serviço	1

Dados complementares para composição dos custos referente à mão-de-obra

1	Tipo de serviço (mesmo serviço com características distintas)	Eletricista 12x36 noturno
2	Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)	7156-15
3	Salário Normativo da Categoria Profissional	2229,58
4	Categoria profissional (vinculada à execução contratual)	BA000197/2023 SINTRACOM
5	Data base da categoria (dia/mês/ano)	



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA**

**Módulo 1 - Composição da Remuneração**

<b>1</b>	<b>Composição da Remuneração</b>	<b>Valor (R\$)</b>
A	Salário-Base	2.229,58
B	Adicional de Periculosidade	668,87
C	Adicional de Insalubridade	
D	Adicional Noturno	316,19
E	Adicional de Hora Noturna Reduzida	197,62
G	Outros (especificar)	
<b>Total</b>		<b>3.412,27</b>



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA**

**Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários**

**Submódulo 2.1 - 13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias**

<b>2.1</b>	<b>13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias</b>	<b>Valor (R\$)</b>
A	13º (décimo terceiro) Salário	8,33% 284,24
B	Férias e Adicional de Férias	11,11% 379,10
<b>Total</b>		<b>19,44%</b> <b>663,34</b>

**Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições.**

<b>2.2</b>	<b>GPS, FGTS e outras contribuições</b>	<b>Percentual (%)</b>	<b>Valor (R\$)</b>
A	INSS	20,00%	815,12
B	Salário Educação	2,50%	101,89
C	SAT	3,00%	122,26
D	SESC ou SESI	1,50%	61,13
E	SENAI - SENAC	1,00%	40,75
F	SEBRAE	0,60%	24,45
G	INCRA	0,20%	8,15
H	FGTS	8,00%	326,04
<b>Total</b>		<b>36,80%</b>	<b>1.499,79</b>





**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA**

**Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários.**

<b>2.3</b>	<b>Benefícios Mensais e Diários</b>	<b>Valor (R\$)</b>
A	Transporte	13,23
B	Auxílio-Refeição/Alimentação	307,35
C	Benefício xxx	
D	Outros (especificar)	
<b>Total</b>		<b>320,58</b>

**Quadro-Resumo do Módulo 2 - Encargos e Benefícios anuais, mensais e diários**

<b>2</b>	<b>Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários</b>	<b>Valor (R\$)</b>
2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	663,34
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	1.499,79
2.3	Benefícios Mensais e Diários	320,58
<b>Total</b>		<b>2.483,71</b>



## TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

### Módulo 3 - Provisão para Rescisão

3	Provisão para Rescisão		Valor (R\$)
A	Aviso Prévio Indenizado	0,41%	13,99
B	Incidência do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado	8,00%	1,11
C	Multa do FGTS e contribuição social sobre o Aviso Prévio Indenizado	0,16%	5,45
D	Aviso Prévio Trabalhado	1,84%	62,78
E	Incidência de GPS, FGTS e outras contribuições sobre o Aviso Prévio Trabalhado	36,80%	23,10
F	Multa do FGTS e contribuição social sobre o Aviso Prévio Trabalhado	3,04%	103,73
Total			210,16

### Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente

#### Submódulo 4.1 - Substituto nas Ausências Legais

4.1	Substituto nas Ausências Legais		Valor (R\$)
A	Substituto na cobertura de Férias	0,92%	56,17
B	Substituto na cobertura de Ausências Legais	0,55%	33,58
C	Substituto na cobertura de Licença-Paternidade	0,02%	1,22
D	Substituto na cobertura de Ausência por acidente de trabalho	0,33%	20,15
E	Substituto na cobertura de Afastamento Maternidade	0,11%	.....6,78
F	Substituto na cobertura de Outras ausências (especificar)		-
Total			117,90



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA**

**Submódulo 4.2 - Substituto na Intra jornada**

<b>4.2</b>	<b>Substituto na Intra jornada</b>	<b>Valor (R\$)</b>
A	Substituto na cobertura de Intervalo para repouso e alimentação	-
<b>Total</b>		-

**Quadro-Resumo do Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente**

<b>4</b>	<b>Custo de Reposição do Profissional Ausente</b>	<b>Valor (R\$)</b>
4.1	Substituto nas Ausências Legais	117,90
4.2	Substituto na Intra jornada	-
<b>Total</b>		<b>117,90</b>

**Módulo 5 - Insumos Diversos**

<b>5</b>	<b>Insumos Diversos</b>		<b>Valor (R\$)</b>
A	Uniformes		75,35
B	Materiais		61,36
C	Equipamentos		40,22
D	Outros (especificar)		
<b>Total</b>			<b>176,93</b>



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA**

**Módulo 6 - Custos Indiretos, Tributos e Lucro**

<b>6</b>	<b>Custos Indiretos, Tributos e Lucro</b>	<b>Percentual (%)</b>	<b>Valor (R\$)</b>
A	Custos Indiretos	5,00%	320,05
B	Lucro	6,00%	403,26
C	Tributos	8,65%	674,60
	C.1. Tributos Federais (especificar)		-
	C.1.A. PIS	0,65%	50,69
	C.1.B. COFINS	3,00%	233,97
	C.2. Tributos Estaduais (especificar)		-
	C.3. Tributos Municipais (especificar)		-
	C.3.A. ISS	5,00%	389,94
<b>Total</b>		<b>21,84%</b>	<b>1.397,91</b>



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA**

**2. QUADRO-RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO**

	<b>Mão de obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)</b>	<b>Valor (R\$)</b>
<b>A</b>	Módulo 1 - Composição da Remuneração	3.412,27
<b>B</b>	Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	2.483,71
<b>C</b>	Módulo 3 - Provisão para Rescisão	210,16
<b>D</b>	Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente	117,90
<b>E</b>	Módulo 5 - Insumos Diversos	176,93
<b>Subtotal (A + B +C+ D + E)</b>		<b>6.400,97</b>
<b>F</b>	Módulo 6 – Custos Indiretos, Tributos e Lucro	1.397,91
<b>Valor Total por Empregado</b>		<b>7.798,88</b>



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

Discriminação dos Serviços

A	Data de apresentação da proposta	
B	Município	
C	Ano do Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo	
D	Nº de meses de execução contratual	24

Identificação do Serviço

Tipo de Serviço	Unidade de Medida	Quantidade total a contratar (em função da unidade de medida)
<b>Ajudante de Montagem e Manutenção (Servente Prático) - diurno</b>	<b>posto de serviço</b>	<b>3</b>

Dados complementares para composição dos custos referente à mão-de-obra

1	Tipo de serviço (mesmo serviço com características distintas)	Ajudante 44 horas semanais
2	Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)	5143-10
3	Salário Normativo da Categoria Profissional	1400,22
4	Categoria profissional (vinculada à execução contratual)	BA000197/2023 SINTRACOM
5	Data base da categoria (dia/mês/ano)	



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA**

**Módulo 1 - Composição da Remuneração**

<b>1</b>	<b>Composição da Remuneração</b>	<b>Valor (R\$)</b>
A	Salário-Base	1.400,22
B	Adicional de Periculosidade	
C	Adicional de Insalubridade	280,04
D	Adicional Noturno	
E	Adicional de Hora Noturna Reduzida	
G	Outros (especificar)	
<b>Total</b>		<b>1.680,26</b>



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA**

**Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários**

**Submódulo 2.1 - 13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias**

<b>2.1</b>	<b>13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias</b>	<b>Valor (R\$)</b>
A	13º (décimo terceiro) Salário	8,33% 139,96
B	Férias e Adicional de Férias	11,11% 186,67
<b>Total</b>		<b>19,44%</b> <b>326,63</b>

**Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições.**

<b>2.2</b>	<b>GPS, FGTS e outras contribuições</b>	<b>Percentual (%)</b>	<b>Valor (R\$)</b>
A	INSS	20,00%	401,37
B	Salário Educação	2,50%	50,17
C	SAT	3,00%	60,20
D	SESC ou SESI	1,50%	30,10
E	SENAI - SENAC	1,00%	20,06
F	SEBRAE	0,60%	12,04
G	INCRA	0,20%	4,01
H	FGTS	8,00%	160,55
<b>Total</b>		<b>36,80%</b>	<b>738,50</b>





**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA**

**Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários.**

<b>2.3</b>	<b>Benefícios Mensais e Diários</b>	<b>Valor (R\$)</b>
A	Transporte	170,79
B	Auxílio-Refeição/Alimentação	428,24
C	Benefício xxx	
D	Outros (especificar)	
<b>Total</b>		<b>599,03</b>

**Quadro-Resumo do Módulo 2 - Encargos e Benefícios anuais, mensais e diários**

<b>2</b>	<b>Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários</b>	<b>Valor (R\$)</b>
2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	326,63
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	738,50
2.3	Benefícios Mensais e Diários	599,03
<b>Total</b>		<b>1.664,16</b>



## TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

### Módulo 3 - Provisão para Rescisão

3	Provisão para Rescisão		Valor (R\$)
A	Aviso Prévio Indenizado	0,41%	6,88
B	Incidência do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado	8,00%	0,55
C	Multa do FGTS e contribuição social sobre o Aviso Prévio Indenizado	0,16%	2,68
D	Aviso Prévio Trabalhado	1,84%	30,91
E	Incidência de GPS, FGTS e outras contribuições sobre o Aviso Prévio Trabalhado	36,80%	11,37
F	Multa do FGTS e contribuição social sobre o Aviso Prévio Trabalhado	3,04%	51,08
Total			103,47

### Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente

#### Submódulo 4.1 - Substituto nas Ausências Legais

4.1	Substituto nas Ausências Legais		Valor (R\$)
A	Substituto na cobertura de Férias	0,92%	31,72
B	Substituto na cobertura de Ausências Legais	0,55%	18,96
C	Substituto na cobertura de Licença-Paternidade	0,02%	0,68
D	Substituto na cobertura de Ausência por acidente de trabalho	0,33%	11,37
E	Substituto na cobertura de Afastamento Maternidade	0,11%	3,83
F	Substituto na cobertura de Outras ausências (especificar)		-
Total			66,56



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA**

**Submódulo 4.2 - Substituto na Intra jornada**

<b>4.2</b>	<b>Substituto na Intra jornada</b>	<b>Valor (R\$)</b>
A	Substituto na cobertura de Intervalo para repouso e alimentação	-
<b>Total</b>		-

**Quadro-Resumo do Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente**

<b>4</b>	<b>Custo de Reposição do Profissional Ausente</b>	<b>Valor (R\$)</b>
4.1	Substituto nas Ausências Legais	66,56
4.2	Substituto na Intra jornada	-
<b>Total</b>		<b>66,56</b>

**Módulo 5 - Insumos Diversos**

<b>5</b>	<b>Insumos Diversos</b>	<b>Valor (R\$)</b>
A	Uniformes	66,04
B	Materiais	61,36
C	Equipamentos	40,22
D	Outros (especificar)	
<b>Total</b>		<b>167,62</b>



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA**

**Módulo 6 - Custos Indiretos, Tributos e Lucro**

<b>6</b>	<b>Custos Indiretos, Tributos e Lucro</b>	<b>Percentual (%)</b>	<b>Valor (R\$)</b>
A	Custos Indiretos	5,00%	184,10
B	Lucro	6,00%	231,97
C	Tributos	8,65%	388,06
	C.1. Tributos Federais (especificar)		-
	C.1.A. PIS	0,65%	29,16
	C.1.B. COFINS	3,00%	134,59
	C.2. Tributos Estaduais (especificar)		-
	C.3. Tributos Municipais (especificar)		-
	C.3.A. ISS	5,00%	224,31
<b>Total</b>		<b>21,84%</b>	<b>804,13</b>



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA**

**2. QUADRO-RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO**

	<b>Mão de obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)</b>	<b>Valor (R\$)</b>
<b>A</b>	Módulo 1 - Composição da Remuneração	1.680,26
<b>B</b>	Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	1.664,16
<b>C</b>	Módulo 3 - Provisão para Rescisão	103,47
<b>D</b>	Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente	66,56
<b>E</b>	Módulo 5 - Insumos Diversos	167,62
<b>Subtotal (A + B +C+ D + E)</b>		<b>3.682,07</b>
<b>F</b>	Módulo 6 – Custos Indiretos, Tributos e Lucro	804,13
<b>Valor Total por Empregado</b>		<b>4.486,20</b>



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

Discriminação dos Serviços

A	Data de apresentação da proposta	
B	Município	
C	Ano do Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo	
D	Nº de meses de execução contratual	24

Identificação do Serviço

Tipo de Serviço	Unidade de Medida	Quantidade total a contratar (em função da unidade de medida)
<b>Auxiliar Técnico – Civil (pequenas obras e adequações prediais)</b>	<b>posto de serviço</b>	<b>2</b>

Dados complementares para composição dos custos referente à mão-de-obra

1	Tipo de serviço (mesmo serviço com características distintas)	Auxiliar Técnico 44 horas semanais
2	Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)	3121-05
3	Salário Normativo da Categoria Profissional	2229,58
4	Categoria profissional (vinculada à execução contratual)	BA000197/2023 SINTRACOM
5	Data base da categoria (dia/mês/ano)	



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA**

**Módulo 1 - Composição da Remuneração**

<b>1</b>	<b>Composição da Remuneração</b>	<b>Valor (R\$)</b>
A	Salário-Base	2.229,58
B	Adicional de Periculosidade	
C	Adicional de Insalubridade	445,92
D	Adicional Noturno	
E	Adicional de Hora Noturna Reduzida	
G	Outros (especificar)	
<b>Total</b>		<b>2.675,50</b>



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA**

**Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários**

**Submódulo 2.1 - 13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias**

<b>2.1</b>	<b>13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias</b>	<b>Valor (R\$)</b>
A	13º (décimo terceiro) Salário	222,86
B	Férias e Adicional de Férias	297,24
<b>Total</b>		<b>520,10</b>

**Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições.**

<b>2.2</b>	<b>GPS, FGTS e outras contribuições</b>	<b>Percentual (%)</b>	<b>Valor (R\$)</b>
A	INSS	20,00%	639,11
B	Salário Educação	2,50%	79,88
C	SAT	3,00%	95,86
D	SESC ou SESI	1,50%	47,93
E	SENAI - SENAC	1,00%	31,95
F	SEBRAE	0,60%	19,17
G	INCRA	0,20%	6,39
H	FGTS	8,00%	255,64
<b>Total</b>		<b>36,80%</b>	<b>1.175,93</b>





**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA**

**Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários.**

<b>2.3</b>	<b>Benefícios Mensais e Diários</b>	<b>Valor (R\$)</b>
A	Transporte	121,03
B	Auxílio-Refeição/Alimentação	428,24
C	Benefício xxx	
D	Outros (especificar)	
<b>Total</b>		<b>549,27</b>

**Quadro-Resumo do Módulo 2 - Encargos e Benefícios anuais, mensais e diários**

<b>2</b>	<b>Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários</b>	<b>Valor (R\$)</b>
2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	520,10
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	1.175,93
2.3	Benefícios Mensais e Diários	549,27
<b>Total</b>		<b>2.245,30</b>



## TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

### Módulo 3 - Provisão para Rescisão

<b>3</b>	<b>Provisão para Rescisão</b>		<b>Valor (R\$)</b>
A	Aviso Prévio Indenizado	0,41%	10,96
B	Incidência do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado	8,00%	0,87
C	Multa do FGTS e contribuição social sobre o Aviso Prévio Indenizado	0,16%	4,28
D	Aviso Prévio Trabalhado	1,84%	49,22
E	Incidência de GPS, FGTS e outras contribuições sobre o Aviso Prévio Trabalhado	36,80%	18,11
F	Multa do FGTS e contribuição social sobre o Aviso Prévio Trabalhado	3,04%	81,33
<b>Total</b>			<b>164,77</b>

### Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente

#### Submódulo 4.1 - Substituto nas Ausências Legais

<b>4.1</b>	<b>Substituto nas Ausências Legais</b>		<b>Valor (R\$)</b>
A	Substituto na cobertura de Férias	0,92%	46,78
B	Substituto na cobertura de Ausências Legais	0,55%	27,97
C	Substituto na cobertura de Licença-Paternidade	0,02%	1,01
D	Substituto na cobertura de Ausência por acidente de trabalho	0,33%	16,78
E	Substituto na cobertura de Afastamento Maternidade	0,11%	5,65
F	Substituto na cobertura de Outras ausências (especificar)		-
<b>Total</b>			<b>98,19</b>



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA**

**Submódulo 4.2 - Substituto na Intra jornada**

<b>4.2</b>	<b>Substituto na Intra jornada</b>	<b>Valor (R\$)</b>
A	Substituto na cobertura de Intervalo para repouso e alimentação	-
<b>Total</b>		-

**Quadro-Resumo do Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente**

<b>4</b>	<b>Custo de Reposição do Profissional Ausente</b>	<b>Valor (R\$)</b>
4.1	Substituto nas Ausências Legais	98,19
4.2	Substituto na Intra jornada	-
<b>Total</b>		<b>98,19</b>

**Módulo 5 - Insumos Diversos**

<b>5</b>	<b>Insumos Diversos</b>	<b>Valor (R\$)</b>
A	Uniformes	66,04
B	Materiais	61,36
C	Equipamentos	40,22
D	Outros (especificar)	
<b>Total</b>		<b>167,62</b>



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA**

**Módulo 6 - Custos Indiretos, Tributos e Lucro**

<b>6</b>	<b>Custos Indiretos, Tributos e Lucro</b>	<b>Percentual (%)</b>	<b>Valor (R\$)</b>
A	Custos Indiretos	5,00%	267,57
B	Lucro	6,00%	337,14
C	Tributos	8,65%	563,99
	C.1. Tributos Federais (especificar)		-
	C.1.A. PIS	0,65%	42,38
	C.1.B. COFINS	3,00%	195,60
	C.2. Tributos Estaduais (especificar)		-
	C.3. Tributos Municipais (especificar)		-
	C.3.A. ISS	5,00%	326,00
<b>Total</b>		<b>21,84%</b>	<b>1.168,69</b>



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA**

**2. QUADRO-RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO**

	<b>Mão de obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)</b>	<b>Valor (R\$)</b>
<b>A</b>	Módulo 1 - Composição da Remuneração	2.675,50
<b>B</b>	Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	2.245,30
<b>C</b>	Módulo 3 - Provisão para Rescisão	164,77
<b>D</b>	Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente	98,19
<b>E</b>	Módulo 5 - Insumos Diversos	167,62
<b>Subtotal (A + B ++ D + E)</b>		<b>5.351,37</b>
<b>F</b>	Módulo 6 – Custos Indiretos, Tributos e Lucro	1.168,69
<b>Valor Total por Empregado</b>		<b>6.520,06</b>



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

Discriminação dos Serviços

A	Data de apresentação da proposta	
B	Município	
C	Ano do Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo	
D	Nº de meses de execução contratual	24

Identificação do Serviço

Tipo de Serviço	Unidade de Medida	Quantidade total a contratar (em função da unidade de medida)
Auxiliar Técnico – Telhadista	posto de serviço	2

Dados complementares para composição dos custos referente à mão-de-obra

1	Tipo de serviço (mesmo serviço com características distintas)	Auxiliar Técnico 44 horas semanais
2	Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)	7155-45
3	Salário Normativo da Categoria Profissional	2229,58
4	Categoria profissional (vinculada à execução contratual)	BA000197/2023 SINTRACOM
5	Data base da categoria (dia/mês/ano)	



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA**

**Módulo 1 - Composição da Remuneração**

<b>1</b>	<b>Composição da Remuneração</b>	<b>Valor (R\$)</b>
A	Salário-Base	2.229,58
B	Adicional de Periculosidade	
C	Adicional de Insalubridade	445,92
D	Adicional Noturno	
E	Adicional de Hora Noturna Reduzida	
G	Outros (especificar)	
<b>Total</b>		<b>2.675,50</b>



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA**

**Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários**

**Submódulo 2.1 - 13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias**

<b>2.1</b>	<b>13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias</b>	<b>Valor (R\$)</b>
A	13º (décimo terceiro) Salário	222,86
B	Férias e Adicional de Férias	297,24
<b>Total</b>		<b>520,10</b>

**Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições.**

<b>2.2</b>	<b>GPS, FGTS e outras contribuições</b>	<b>Percentual (%)</b>	<b>Valor (R\$)</b>
A	INSS	20,00%	639,11
B	Salário Educação	2,50%	79,88
C	SAT	3,00%	95,86
D	SESC ou SESI	1,50%	47,93
E	SENAI - SENAC	1,00%	31,95
F	SEBRAE	0,60%	19,17
G	INCRA	0,20%	6,39
H	FGTS	8,00%	255,64
<b>Total</b>		<b>36,80%</b>	<b>1.175,93</b>





**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA**

**Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários.**

<b>2.3</b>	<b>Benefícios Mensais e Diários</b>	<b>Valor (R\$)</b>
A	Transporte	121,03
B	Auxílio-Refeição/Alimentação	428,24
C	Benefício xxx	
D	Outros (especificar)	
<b>Total</b>		<b>549,27</b>

**Quadro-Resumo do Módulo 2 - Encargos e Benefícios anuais, mensais e diários**

<b>2</b>	<b>Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários</b>	<b>Valor (R\$)</b>
2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	520,10
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	1.175,93
2.3	Benefícios Mensais e Diários	549,27
<b>Total</b>		<b>2.245,30</b>

**Módulo 3 - Provisão para Rescisão**

<b>3</b>	<b>Provisão para Rescisão</b>	<b>Valor (R\$)</b>
A	Aviso Prévio Indenizado	0,41% 10,96
B	Incidência do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado	8,00% 0,87
C	Multa do FGTS e contribuição social sobre o Aviso Prévio Indenizado	0,16% 4,28
D	Aviso Prévio Trabalhado	1,84% 49,22
E	Incidência de GPS, FGTS e outras contribuições sobre o Aviso Prévio Trabalhado	36,80% 18,11
F	Multa do FGTS e contribuição social sobre o Aviso Prévio Trabalhado	3,04% 81,33
<b>Total</b>		<b>164,77</b>



## TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

### Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente

#### Submódulo 4.1 - Substituto nas Ausências Legais

4.1	Substituto nas Ausências Legais		Valor (R\$)
A	Substituto na cobertura de Férias	0,92%	46,78
B	Substituto na cobertura de Ausências Legais	0,55%	27,97
C	Substituto na cobertura de Licença-Paternidade	0,02%	1,01
D	Substituto na cobertura de Ausência por acidente de trabalho	0,33%	16,78
E	Substituto na cobertura de Afastamento Maternidade	0,11%	5,65
F	Substituto na cobertura de Outras ausências (especificar)		-
Total			98,19

#### Submódulo 4.2 - Substituto na Intraornada

4.2	Substituto na Intraornada	Valor (R\$)
A	Substituto na cobertura de Intervalo para repouso e alimentação	-
Total		-

### Quadro-Resumo do Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente

4	Custo de Reposição do Profissional Ausente	Valor (R\$)
4.1	Substituto nas Ausências Legais	98,19
4.2	Substituto na Intraornada	-
Total		98,19



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA**

**Módulo 5 - Insumos Diversos**

<b>5</b>	<b>Insumos Diversos</b>		<b>Valor (R\$)</b>
A	Uniformes		66,04
B	Materiais		61,36
C	Equipamentos		40,22
D	Outros (especificar)		
<b>Total</b>			<b>167,62</b>



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA**

**Módulo 6 - Custos Indiretos, Tributos e Lucro**

<b>6</b>	<b>Custos Indiretos, Tributos e Lucro</b>	<b>Percentual (%)</b>	<b>Valor (R\$)</b>
A	Custos Indiretos	5,00%	267,57
B	Lucro	6,00%	337,14
C	Tributos	8,65%	563,99
	C.1. Tributos Federais (especificar)		-
	C.1.A. PIS	0,65%	42,38
	C.1.B. COFINS	3,00%	195,60
	C.2. Tributos Estaduais (especificar)		-
	C.3. Tributos Municipais (especificar)		-
	C.3.A. ISS	5,00%	326,00
<b>Total</b>		<b>21,84%</b>	<b>1.168,69</b>



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA**

**2. QUADRO-RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO**

	<b>Mão de obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)</b>	<b>Valor (R\$)</b>
<b>A</b>	Módulo 1 - Composição da Remuneração	2.675,50
<b>B</b>	Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	2.245,30
<b>C</b>	Módulo 3 - Provisão para Rescisão	164,77
<b>D</b>	Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente	98,19
<b>E</b>	Módulo 5 - Insumos Diversos	167,62
<b>Subtotal (A + B +C+ D + E)</b>		<b>5.351,37</b>
<b>F</b>	Módulo 6 – Custos Indiretos, Tributos e Lucro	1.168,69
<b>Valor Total por Empregado</b>		<b>6.520,06</b>



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA**

**PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS**

**Discriminação dos Serviços**

A	Data de apresentação da proposta	
B	Município	
C	Ano do Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo	
D	Nº de meses de execução contratual	24

**Identificação do Serviço**

Tipo de Serviço	Unidade de Medida	Quantidade total a contratar (em função da unidade de medida)
<b>Técnico de Segurança no Trabalho Pleno</b>	<b>posto de serviço</b>	<b>1</b>

**Dados complementares para composição dos custos referente à mão-de-obra**

1	Tipo de serviço (mesmo serviço com características distintas)	Técnico Segurança Trabalho 44 horas semanais
2	Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)	3516-05
3	Salário Normativo da Categoria Profissional	
4	Categoria profissional (vinculada à execução contratual)	
5	Data base da categoria (dia/mês/ano)	



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA**

**Módulo 1 - Composição da Remuneração**

<b>1</b>	<b>Composição da Remuneração</b>	<b>Valor (R\$)</b>
A	Salário-Base	2.893,79
B	Adicional de Periculosidade	
C	Adicional de Insalubridade	578,76
D	Adicional Noturno	
E	Adicional de Hora Noturna Reduzida	
G	Outros (especificar)	
<b>Total</b>		<b>3.472,55</b>



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA**

**Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários**

**Submódulo 2.1 - 13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias**

<b>2.1</b>	<b>13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias</b>	<b>Valor (R\$)</b>
A	13º (décimo terceiro) Salário	8,33% 289,26
B	Férias e Adicional de Férias	11,11% 385,80
<b>Total</b>		<b>19,44%</b> <b>675,06</b>

**Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições.**

<b>2.2</b>	<b>GPS, FGTS e outras contribuições</b>	<b>Percentual (%)</b>	<b>Valor (R\$)</b>
A	INSS	20,00%	829,52
B	Salário Educação	2,50%	103,69
C	SAT	3,00%	124,42
D	SESC ou SESI	1,50%	62,21
E	SENAI - SENAC	1,00%	41,47
F	SEBRAE	0,60%	24,88
G	INCRA	0,20%	8,29
H	FGTS	8,00%	331,80
<b>Total</b>		<b>36,80%</b>	<b>1.526,28</b>





## TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

### Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários.

2.3	Benefícios Mensais e Diários	Valor (R\$)
A	Transporte	81,17
B	Auxílio-Refeição/Alimentação	
C	Benefício xxx	
D	Outros (especificar)	
Total		81,17

### Quadro-Resumo do Módulo 2 - Encargos e Benefícios anuais, mensais e diários

2	Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	Valor (R\$)
2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	675,06
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	1.526,28
2.3	Benefícios Mensais e Diários	81,17
Total		2.282,51

### Módulo 3 - Provisão para Rescisão

3	Provisão para Rescisão		Valor (R\$)
A	Aviso Prévio Indenizado	0,41%	14,23
B	Incidência do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado	8,00%	1,13
C	Multa do FGTS e contribuição social sobre o Aviso Prévio Indenizado	0,16%	5,55
D	Aviso Prévio Trabalhado	1,84%	63,89
E	Incidência de GPS, FGTS e outras contribuições sobre o Aviso Prévio Trabalhado	36,80%	23,51
F	Multa do FGTS e contribuição social sobre o Aviso Prévio Trabalhado	3,04%	105,56
Total			213,87



## TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

### Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente

#### Submódulo 4.1 - Substituto nas Ausências Legais

4.1	Substituto nas Ausências Legais		Valor (R\$)
A	Substituto na cobertura de Férias	0,92%	54,91
B	Substituto na cobertura de Ausências Legais	0,55%	32,82
C	Substituto na cobertura de Licença-Paternidade	0,02%	1,19
D	Substituto na cobertura de Ausência por acidente de trabalho	0,33%	19,69
E	Substituto na cobertura de Afastamento Maternidade	0,11%	6,63
F	Substituto na cobertura de Outras ausências (especificar)		-
Total			115,24

#### Submódulo 4.2 - Substituto na Intra jornada

4.2	Substituto na Intra jornada	Valor (R\$)
A	Substituto na cobertura de Intervalo para repouso e alimentação	-
Total		-

### Quadro-Resumo do Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente

4	Custo de Reposição do Profissional Ausente	Valor (R\$)
4.1	Substituto nas Ausências Legais	115,24
4.2	Substituto na Intra jornada	-
Total		115,24



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA**

**Módulo 5 - Insumos Diversos**

<b>5</b>	<b>Insumos Diversos</b>		<b>Valor (R\$)</b>
A	Uniformes		66,04
B	Materiais		61,36
C	Equipamentos		40,22
D	Outros (especificar)		
<b>Total</b>			<b>167,62</b>



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA**

**Módulo 6 - Custos Indiretos, Tributos e Lucro**

<b>6</b>	<b>Custos Indiretos, Tributos e Lucro</b>	<b>Percentual (%)</b>	<b>Valor (R\$)</b>
A	Custos Indiretos	5,00%	312,59
B	Lucro	6,00%	393,86
C	Tributos	8,65%	658,88
	C.1. Tributos Federais (especificar)		-
	C.1.A. PIS	0,65%	49,51
	C.1.B. COFINS	3,00%	228,51
	C.2. Tributos Estaduais (especificar)		-
	C.3. Tributos Municipais (especificar)		-
	C.3.A. ISS	5,00%	380,86
<b>Total</b>		<b>21,84%</b>	<b>1.365,33</b>



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA**

**2. QUADRO-RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO**

	<b>Mão de obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)</b>	<b>Valor (R\$)</b>
<b>A</b>	Módulo 1 - Composição da Remuneração	3.472,55
<b>B</b>	Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	2.282,51
<b>C</b>	Módulo 3 - Provisão para Rescisão	213,87
<b>D</b>	Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente	115,24
<b>E</b>	Módulo 5 - Insumos Diversos	167,62
<b>Subtotal (A + B +C+ D + E)</b>		<b>6.251,79</b>
<b>F</b>	Módulo 6 – Custos Indiretos, Tributos e Lucro	1.365,33
<b>Valor Total por Empregado</b>		<b>7.617,12</b>



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

Discriminação dos Serviços

A	Data de apresentação da proposta	
B	Município	
C	Ano do Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo	
D	Nº de meses de execução contratual	24

Identificação do Serviço

Tipo de Serviço	Unidade de Medida	Quantidade total a contratar (em função da unidade de medida)
<b>Ajudante de Montagem e Manutenção (Servente Prático) - noturno</b>	<b>posto de serviço</b>	<b>1</b>

Dados complementares para composição dos custos referente à mão-de-obra

1	Tipo de serviço (mesmo serviço com características distintas)	Ajudante 44 horas semanais
2	Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)	5143-10
3	Salário Normativo da Categoria Profissional	1400,22
4	Categoria profissional (vinculada à execução contratual)	
5	Data base da categoria (dia/mês/ano)	



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA**

**Módulo 1 - Composição da Remuneração**

<b>1</b>	<b>Composição da Remuneração</b>	<b>Valor (R\$)</b>
A	Salário-Base	1.400,22
B	Adicional de Periculosidade	
C	Adicional de Insalubridade	280,04
D	Adicional Noturno	537,68
E	Adicional de Hora Noturna Reduzida	168,03
G	Outros (especificar)	
<b>Total</b>		<b>2.385,97</b>



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA**

**Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários**

**Submódulo 2.1 - 13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias**

<b>2.1</b>	<b>13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias</b>	<b>Valor (R\$)</b>
A	13º (décimo terceiro) Salário	198,75
B	Férias e Adicional de Férias	265,08
<b>Total</b>		<b>463,83</b>

**Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições.**

<b>2.2</b>	<b>GPS, FGTS e outras contribuições</b>	<b>Percentual (%)</b>	<b>Valor (R\$)</b>
A	INSS	20,00%	569,96
B	Salário Educação	2,50%	71,24
C	SAT	3,00%	85,49
D	SESC ou SESI	1,50%	42,74
E	SENAI - SENAC	1,00%	28,49
F	SEBRAE	0,60%	17,09
G	INCRA	0,20%	5,69
H	FGTS	8,00%	227,98
<b>Total</b>		<b>36,80%</b>	<b>1.048,68</b>





**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA**

**Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários.**

<b>2.3</b>	<b>Benefícios Mensais e Diários</b>	<b>Valor (R\$)</b>
A	Transporte	131,59
B	Auxílio-Refeição/Alimentação	428,24
C	Benefício xxx	
D	Outros (especificar)	
<b>Total</b>		<b>559,83</b>

**Quadro-Resumo do Módulo 2 - Encargos e Benefícios anuais, mensais e diários**

<b>2</b>	<b>Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários</b>	<b>Valor (R\$)</b>
2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	463,83
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	1.048,68
2.3	Benefícios Mensais e Diários	559,83
<b>Total</b>		<b>2.072,34</b>



## TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

### Módulo 3 - Provisão para Rescisão

3	Provisão para Rescisão		Valor (R\$)
A	Aviso Prévio Indenizado	0,41%	9,78
B	Incidência do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado	8,00%	0,78
C	Multa do FGTS e contribuição social sobre o Aviso Prévio Indenizado	0,16%	3,81
D	Aviso Prévio Trabalhado	1,84%	43,90
E	Incidência de GPS, FGTS e outras contribuições sobre o Aviso Prévio Trabalhado	36,80%	16,15
F	Multa do FGTS e contribuição social sobre o Aviso Prévio Trabalhado	3,04%	72,53
Total			146,95

### Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente

#### Submódulo 4.1 - Substituto nas Ausências Legais

4.1	Substituto nas Ausências Legais		Valor (R\$)
A	Substituto na cobertura de Férias	0,92%	42,36
B	Substituto na cobertura de Ausências Legais	0,55%	25,32
C	Substituto na cobertura de Licença-Paternidade	0,02%	0,92
D	Substituto na cobertura de Ausência por acidente de trabalho	0,33%	15,19
E	Substituto na cobertura de Afastamento Maternidade	0,11%	5,11
F	Substituto na cobertura de Outras ausências (especificar)		-
Total			88,90



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA**

**Submódulo 4.2 - Substituto na Intrajornada**

<b>4.2</b>	<b>Substituto na Intrajornada</b>	<b>Valor (R\$)</b>
A	Substituto na cobertura de Intervalo para repouso e alimentação	-
<b>Total</b>		-

**Quadro-Resumo do Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente**

<b>4</b>	<b>Custo de Reposição do Profissional Ausente</b>	<b>Valor (R\$)</b>
4.1	Substituto nas Ausências Legais	88,90
4.2	Substituto na Intrajornada	-
<b>Total</b>		<b>88,90</b>

**Módulo 5 - Insumos Diversos**

<b>5</b>	<b>Insumos Diversos</b>	<b>Valor (R\$)</b>
A	Uniformes	66,04
B	Materiais	61,36
C	Equipamentos	40,22
D	Outros (especificar)	
<b>Total</b>		<b>167,62</b>



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA**

**Módulo 6 - Custos Indiretos, Tributos e Lucro**

<b>6</b>	<b>Custos Indiretos, Tributos e Lucro</b>	<b>Percentual (%)</b>	<b>Valor (R\$)</b>
A	Custos Indiretos	5,00%	243,09
B	Lucro	6,00%	306,29
C	Tributos	8,65%	512,39
	C.1. Tributos Federais (especificar)		-
	C.1.A. PIS	0,65%	38,50
	C.1.B. COFINS	3,00%	177,71
	C.2. Tributos Estaduais (especificar)		-
	C.3. Tributos Municipais (especificar)		-
	C.3.A. ISS	5,00%	296,18
<b>Total</b>		<b>21,84%</b>	<b>1.061,77</b>



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA**

**2. QUADRO-RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO**

	<b>Mão de obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)</b>	<b>Valor (R\$)</b>
<b>A</b>	Módulo 1 - Composição da Remuneração	2.385,97
<b>B</b>	Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	2.072,34
<b>C</b>	Módulo 3 - Provisão para Rescisão	146,95
<b>D</b>	Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente	88,90
<b>E</b>	Módulo 5 - Insumos Diversos	167,62
<b>Subtotal (A + B +C+ D + E)</b>		<b>4.861,78</b>
<b>F</b>	Módulo 6 – Custos Indiretos, Tributos e Lucro	1.061,77
<b>Valor Total por Empregado</b>		<b>5.923,55</b>



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA**

**PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS**

**Discriminação dos Serviços**

A	Data de apresentação da proposta	
B	Município	
C	Ano do Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo	
D	Nº de meses de execução contratual	24

**Identificação do Serviço**

Tipo de Serviço	Unidade de Medida	Quantidade total a contratar (em função da unidade de medida)
<b>Pintor Industrial (Estruturas Metálicas) - noturno</b>	<b>posto de serviço</b>	<b>1</b>

**Dados complementares para composição dos custos referente à mão-de-obra**

1	Tipo de serviço (mesmo serviço com características distintas)	Pintor Industrial 44 horas semanais
2	Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)	7233-15
3	Salário Normativo da Categoria Profissional	2229,58
4	Categoria profissional (vinculada à execução contratual)	
5	Data base da categoria (dia/mês/ano)	



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA**

**Módulo 1 - Composição da Remuneração**

<b>1</b>	<b>Composição da Remuneração</b>	<b>Valor (R\$)</b>
A	Salário-Base	2.229,58
B	Adicional de Periculosidade	
C	Adicional de Insalubridade	445,92
D	Adicional Noturno	856,16
E	Adicional de Hora Noturna Reduzida	267,55
G	Outros (especificar)	
<b>Total</b>		<b>3.799,20</b>



## TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

### Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários

#### Submódulo 2.1 - 13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias

2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias		Valor (R\$)
A	13º (décimo terceiro) Salário	8,33%	316,47
B	Férias e Adicional de Férias	11,11%	422,09
Total		19,44%	738,56

#### Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições.

2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	Percentual (%)	Valor (R\$)
A	INSS	20,00%	907,55
B	Salário Educação	2,50%	113,44
C	SAT	3,00%	136,13
D	SESC ou SESI	1,50%	68,06
E	SENAI - SENAC	1,00%	45,37
F	SEBRAE	0,60%	27,22
G	INCRA	0,20%	9,07
H	FGTS	8,00%	363,02
Total		36,80%	1.669,86





**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA**

**Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários.**

<b>2.3</b>	<b>Benefícios Mensais e Diários</b>	<b>Valor (R\$)</b>
A	Transporte	81,83
B	Auxílio-Refeição/Alimentação	428,24
C	Benefício xxx	
D	Outros (especificar)	
<b>Total</b>		<b>510,07</b>

**Quadro-Resumo do Módulo 2 - Encargos e Benefícios anuais, mensais e diários**

<b>2</b>	<b>Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários</b>	<b>Valor (R\$)</b>
2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	738,56
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	1.669,86
2.3	Benefícios Mensais e Diários	510,07
<b>Total</b>		<b>2.918,49</b>



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA**

**Módulo 3 - Provisão para Rescisão**

<b>3</b>	<b>Provisão para Rescisão</b>		<b>Valor (R\$)</b>
A	Aviso Prévio Indenizado	0,41%	15,57
B	Incidência do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado	8,00%	1,24
C	Multa do FGTS e contribuição social sobre o Aviso Prévio Indenizado	0,16%	6,07
D	Aviso Prévio Trabalhado	1,84%	69,90
E	Incidência de GPS, FGTS e outras contribuições sobre o Aviso Prévio Trabalhado	36,80%	25,72
F	Multa do FGTS e contribuição social sobre o Aviso Prévio Trabalhado	3,04%	115,49
<b>Total</b>			<b>233,99</b>



## TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

### Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente

#### Submódulo 4.1 - Substituto nas Ausências Legais

4.1	Substituto nas Ausências Legais		Valor (R\$)
A	Substituto na cobertura de Férias	0,92%	63,95
B	Substituto na cobertura de Ausências Legais	0,55%	38,23
C	Substituto na cobertura de Licença-Paternidade	0,02%	1,39
D	Substituto na cobertura de Ausência por acidente de trabalho	0,33%	22,94
E	Substituto na cobertura de Afastamento Maternidade	0,11%	7,72
F	Substituto na cobertura de Outras ausências (especificar)		-
Total			134,23

#### Submódulo 4.2 - Substituto na Intra jornada

4.2	Substituto na Intra jornada	Valor (R\$)
A	Substituto na cobertura de Intervalo para repouso e alimentação	-
Total		-

#### Quadro-Resumo do Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente

4	Custo de Reposição do Profissional Ausente	Valor (R\$)
4.1	Substituto nas Ausências Legais	134,23
4.2	Substituto na Intra jornada	-
Total		134,23



## TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

### Módulo 5 - Insumos Diversos

5	Insumos Diversos		Valor (R\$)
A	Uniformes		66,04
B	Materiais		61,36
C	Equipamentos		40,22
D	Outros (especificar)		
Total			167,62

### Módulo 6 - Custos Indiretos, Tributos e Lucro

6	Custos Indiretos, Tributos e Lucro	Percentual (%)	Valor (R\$)
A	Custos Indiretos	5,00%	362,68
B	Lucro	6,00%	456,97
C	Tributos	8,65%	764,46
	C.1. Tributos Federais (especificar)		-
	C.1.A. PIS	0,65%	57,44
	C.1.B. COFINS	3,00%	265,13
	C.2. Tributos Estaduais (especificar)		-
	C.3. Tributos Municipais (especificar)		-
	C.3.A. ISS	5,00%	441,88
Total		21,84%	1.584,10



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA**

**2. QUADRO-RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO**

	<b>Mão de obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)</b>	<b>Valor (R\$)</b>
<b>A</b>	Módulo 1 - Composição da Remuneração	3.799,20
<b>B</b>	Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	2.918,49
<b>C</b>	Módulo 3 - Provisão para Rescisão	233,99
<b>D</b>	Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente	134,23
<b>E</b>	Módulo 5 - Insumos Diversos	167,62
<b>Subtotal (A + B +C+ D + E)</b>		<b>7.253,53</b>
<b>F</b>	Módulo 6 – Custos Indiretos, Tributos e Lucro	1.584,10
<b>Valor Total por Empregado</b>		<b>8.837,63</b>



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

Discriminação dos Serviços

A	Data de apresentação da proposta	
B	Município	
C	Ano do Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo	
D	Nº de meses de execução contratual	24

Identificação do Serviço

Tipo de Serviço	Unidade de Medida	Quantidade total a contratar (em função da unidade de medida)
<b>Pintor Industrial (Estruturas Metálicas) - labor excepcionalmente diurno<sup>1</sup></b>	<b>posto de serviço</b>	<b>1</b>

<sup>1</sup>cálculo para o caso de labor diurno, conforme tópico 4.1.3 do TR (não se soma ao total estimado)

Dados complementares para composição dos custos referente à mão-de-obra

1	Tipo de serviço (mesmo serviço com características distintas)	Pintor Industrial 44 horas semanais
2	Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)	7233-15
3	Salário Normativo da Categoria Profissional	2229,58
4	Categoria profissional (vinculada à execução contratual)	
5	Data base da categoria (dia/mês/ano)	



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA**

**Módulo 1 - Composição da Remuneração**

<b>1</b>	<b>Composição da Remuneração</b>	<b>Valor (R\$)</b>
A	Salário-Base	2.229,58
B	Adicional de Periculosidade	
C	Adicional de Insalubridade	445,92
D	Adicional Noturno	
E	Adicional de Hora Noturna Reduzida	
G	Outros (especificar)	
<b>Total</b>		<b>2.675,50</b>



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA**

**Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários**

**Submódulo 2.1 - 13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias**

<b>2.1</b>	<b>13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias</b>		<b>Valor (R\$)</b>
A	13º (décimo terceiro) Salário	8,33%	222,86
B	Férias e Adicional de Férias	11,11%	297,24
<b>Total</b>		<b>19,44%</b>	<b>520,10</b>

**Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições.**

<b>2.2</b>	<b>GPS, FGTS e outras contribuições</b>	<b>Percentual (%)</b>	<b>Valor (R\$)</b>
A	INSS	20,00%	639,11
B	Salário Educação	2,50%	79,88
C	SAT	3,00%	95,86
D	SESC ou SESI	1,50%	47,93
E	SENAI - SENAC	1,00%	31,95
F	SEBRAE	0,60%	19,17
G	INCRA	0,20%	6,39
H	FGTS	8,00%	255,64
<b>Total</b>		<b>36,80%</b>	<b>1.175,93</b>





**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA**

**Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários.**

<b>2.3</b>	<b>Benefícios Mensais e Diários</b>	<b>Valor (R\$)</b>
A	Transporte	81,83
B	Auxílio-Refeição/Alimentação	428,24
C	Benefício xxx	
D	Outros (especificar)	
<b>Total</b>		<b>510,07</b>

**Quadro-Resumo do Módulo 2 - Encargos e Benefícios anuais, mensais e diários**

<b>2</b>	<b>Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários</b>	<b>Valor (R\$)</b>
2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	520,10
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	1.175,93
2.3	Benefícios Mensais e Diários	510,07
<b>Total</b>		<b>2.206,10</b>

**Módulo 3 - Provisão para Rescisão**

3	Provisão para Rescisão		Valor (R\$)
A	Aviso Prévio Indenizado	0,41%	10,96
B	Incidência do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado	8,00%	0,87
C	Multa do FGTS e contribuição social sobre o Aviso Prévio Indenizado	0,16%	4,28
D	Aviso Prévio Trabalhado	1,84%	49,22
E	Incidência de GPS, FGTS e outras contribuições sobre o Aviso Prévio Trabalhado	36,80%	18,11
F	Multa do FGTS e contribuição social sobre o Aviso Prévio Trabalhado	3,04%	81,33
Total			164,77



## TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

### Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente

#### Submódulo 4.1 - Substituto nas Ausências Legais

4.1	Substituto nas Ausências Legais		Valor (R\$)
A	Substituto na cobertura de Férias	0,92%	46,42
B	Substituto na cobertura de Ausências Legais	0,55%	27,75
C	Substituto na cobertura de Licença-Paternidade	0,02%	1,00
D	Substituto na cobertura de Ausência por acidente de trabalho	0,33%	16,65
E	Substituto na cobertura de Afastamento Maternidade	0,11%	5,60
F	Substituto na cobertura de Outras ausências (especificar)		-
Total			97,42

#### Submódulo 4.2 - Substituto na Intra jornada

4.2	Substituto na Intra jornada	Valor (R\$)
A	Substituto na cobertura de Intervalo para repouso e alimentação	-
Total		-

#### Quadro-Resumo do Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente

4	Custo de Reposição do Profissional Ausente	Valor (R\$)
4.1	Substituto nas Ausências Legais	97,42
4.2	Substituto na Intra jornada	-
Total		97,42



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA**

**Módulo 5 - Insumos Diversos**

<b>5</b>	<b>Insumos Diversos</b>		<b>Valor (R\$)</b>
A	Uniformes		66,04
B	Materiais		61,36
C	Equipamentos		40,22
D	Outros (especificar)		
<b>Total</b>			<b>167,62</b>



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA**

**Módulo 6 - Custos Indiretos, Tributos e Lucro**

<b>6</b>	<b>Custos Indiretos, Tributos e Lucro</b>	<b>Percentual (%)</b>	<b>Valor (R\$)</b>
A	Custos Indiretos	5,00%	265,57
B	Lucro	6,00%	334,62
C	Tributos	8,65%	559,77
	C.1. Tributos Federais (especificar)		-
	C.1.A. PIS	0,65%	42,06
	C.1.B. COFINS	3,00%	194,14
	C.2. Tributos Estaduais (especificar)		-
	C.3. Tributos Municipais (especificar)		-
	C.3.A. ISS	5,00%	323,57
<b>Total</b>		<b>21,84%</b>	<b>1.159,96</b>



## TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

### 2. QUADRO-RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO

	Mão de obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)	Valor (R\$)
<b>A</b>	Módulo 1 - Composição da Remuneração	2.675,50
<b>B</b>	Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	2.206,10
<b>C</b>	Módulo 3 - Provisão para Rescisão	164,77
<b>D</b>	Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente	97,42
<b>E</b>	Módulo 5 - Insumos Diversos	167,62
<b>Subtotal (A + B + C + D + E)</b>		<b>5.311,40</b>
<b>F</b>	Módulo 6 – Custos Indiretos, Tributos e Lucro	1.159,96
<b>Valor Total por Empregado</b>		<b>*6.471,36</b>

\* OBS: esta última planilha se trata de cálculo para o caso de labor diurno, conforme tópico 4.1.3 do TR (**não se soma ao total estimado**). Imperioso sinalizar que a composição de custos ora incluída (*pintor industrial* que excepcionalmente executar jornada *diurna*.) **não se soma ao valor total estimado** para a contratação, vez que se trata de cálculo acessório para vislumbrar situação excepcional e alternativa, em eventual substituição ao cálculo para *pintor* com jornada *noturna*, este mais oneroso que aquele.



## TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

### Horas Extras

#### Valores Referenciais

posto	Engenheiro Eletricista (Supervisor)		Encarregado - Refrigeração		Encarregado - Elétrica		Encarregado - Civil		Técnico em Redes e Telecomunicações	
remuneração	13.144,56		4.117,27		4.460,38		4.117,27		2.675,50	
encargos	36,80%	4.837,19	36,80%	1.515,15	36,80%	1.641,41	36,80%	1.515,15	36,80%	984,58
custos indiretos, lucro e tributos	21,84%	3.927,21	21,84%	1.230,12	21,84%	1.332,63	21,84%	1.230,12	21,84%	799,36
subtotal	21.908,96		6.862,54		7.434,42		6.862,54		4.459,44	
v.u. hora normal	99,58		31,19		33,79		31,19		20,27	
v.u. hora extra seg-sex	50%	149,37	50%	46,78	50%	50,68	50%	46,78	50%	30,40
v.u. hora extra sab	50%	149,37	70%	53,02	70%	57,44	70%	53,02	70%	34,45
v.u. hora extra dom-fer	100%	199,16	110%	65,49	110%	70,95	110%	65,49	110%	42,56

#### Ano Eleitoral

posto	Engenheiro Eletricista (Supervisor)		Encarregado - Refrigeração		Encarregado - Elétrica		Encarregado - Civil		Técnico em Redes e Telecomunicações	
HE seg-sex	120	17.924,40	120	5.613,60	120	6.081,60	120	5.613,60	110	3.344,00
HE sáb	60	8.962,20	60	3.181,20	60	3.446,40	60	3.181,20	60	2.067,00
HE dom-fer	70	13.941,20	70	4.584,30	70	4.966,50	70	4.584,30	70	2.979,20
total p/ posto	40.827,80		13.379,10		14.494,50		13.379,10		8.390,20	
qtde postos	1		1		1		1		2	
total c/ HE (sem VT e sem VA)	40.827,80		13.379,10		14.494,50		13.379,10		16.780,40	

#### Transporte (VT)

posto	Engenheiro Eletricista (Supervisor)		Encarregado - Refrigeração		Encarregado - Elétrica		Encarregado - Civil		Técnico em Redes e Telecomunicações	
VT unitário	4,90		4,90		4,90		4,90		4,90	
VT diário	-	-	2	9,80	2	9,80	2	9,80	2	9,80
custos indiretos, lucro e tributos	21,84%	-	21,84%	2,14	21,84%	2,14	21,84%	2,14	21,84%	2,14
subtotal	-		11,94		11,94		11,94		11,94	
VT sab	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
VT dom-fer	9	-	9	107,46	9	107,46	9	107,46	9	107,46
VA nas HE por posto	-		107,46		107,46		107,46		107,46	
VT total nas horas extras	-		107,46		107,46		107,46		214,92	

#### Alimentação (VA)

posto	Engenheiro Eletricista (Supervisor)		Encarregado - Refrigeração		Encarregado - Elétrica		Encarregado - Civil		Técnico em Redes e Telecomunicações	
VA diário	-		19,47		19,47		19,47		19,47	
custos indiretos, lucro e tributos	21,84%	-	21,84%	4,25	21,84%	4,25	21,84%	4,25	21,84%	4,25
subtotal	-		23,72		23,72		23,72		23,72	
VA sab	8	-	8	189,72	8	189,72	8	189,72	8	189,72
VA dom-fer	9	-	9	213,44	9	213,44	9	213,44	9	213,44
VA nas HE por posto	-		403,16		403,16		403,16		403,16	
VA total nas horas extras	-		403,16		403,16		403,16		806,33	

<b>HE ano eleitoral</b>
<b>228.634,80</b>
<b>Transporte c/ HE</b>
<b>2.149,20</b>
<b>Alimentação c/ HE</b>
<b>7.660,11</b>
<b>Custo total com hora extra</b>
<b>238.444,11</b>



## TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

### Horas Extras

#### Valores Referenciais

posto	Técnico em Eletromecânica		Técnico em Refrigeração		Eletricista		Ajudante de Montagem e Manutenção (Servente Prático) - diurno		Ajudante de Montagem e Manutenção (Servente Prático) - noturno	
remuneração	2.898,45		2.675,50		2.898,45		1.680,26		2.385,97	
encargos	36,80%	1.066,63	36,80%	984,58	36,80%	1.066,63	36,80%	618,33	36,80%	878,03
custos indiretos, lucro e tributos	21,84%	865,97	21,84%	799,36	21,84%	865,97	21,84%	502,01	21,84%	712,85
subtotal	4.831,05		4.459,44		4.831,05		2.800,60		3.976,85	
v.u. hora normal	21,95		20,27		21,95		12,73		18,07	
v.u. hora extra seg-sex	50%	32,92	50%	30,40	50%	32,92	50%	19,09	50%	27,10
v.u. hora extra sab	70%	37,31	70%	34,45	70%	37,31	70%	21,64	70%	30,71
v.u. hora extra dom-fer	110%	46,09	110%	42,56	110%	46,09	110%	26,73	110%	37,94

#### Ano Eleitoral

posto	Técnico em Eletromecânica		Técnico em Refrigeração		Eletricista		Ajudante de Montagem e Manutenção (Servente Prático) - diurno		Ajudante de Montagem e Manutenção (Servente Prático) - noturno	
HE seg-sex	110	3.621,20	160	4.864,00	120	3.950,40	120	2.290,80	120	3.252,00
HE sáb	60	2.238,60	60	2.067,00	60	2.238,60	60	1.298,40	60	1.842,60
HE dom-fer	70	3.226,30	70	2.979,20	70	3.226,30	70	1.871,10	70	2.655,80
total p/ posto	9.086,10		9.910,20		9.415,30		5.460,30		7.750,40	
qtde postos	1		2		2		3		1	
total c/ HE (sem VT e sem VA)	9.086,10		19.820,40		18.830,60		16.380,90		7.750,40	

#### Transporte (VT)

posto	Técnico em Eletromecânica		Técnico em Refrigeração		Eletricista		Ajudante de Montagem e Manutenção (Servente Prático) - diurno		Ajudante de Montagem e Manutenção (Servente Prático) - noturno	
VT unitário	4,90		4,90		4,90		4,90		4,90	
VT diário	2	9,80	2	9,80	2	9,80	2	9,80	2	9,80
custos indiretos, lucro e tributos	21,84%	2,14	21,84%	2,14	21,84%	2,14	21,84%	2,14	21,84%	2,14
subtotal	11,94		11,94		11,94		11,94		11,94	
VT sab	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
VT dom-fer	9	107,46	9	107,46	9	107,46	9	107,46	9	107,46
VA nas HE por posto	107,46		107,46		107,46		107,46		107,46	
VT total nas horas extras	107,46		214,92		214,92		322,38		107,46	

#### Alimentação (VA)

posto	Técnico em Eletromecânica		Técnico em Refrigeração		Eletricista		Ajudante de Montagem e Manutenção (Servente Prático) - diurno		Ajudante de Montagem e Manutenção (Servente Prático) - noturno	
VA diário	19,47		19,47		19,47		19,47		19,47	
custos indiretos, lucro e tributos	21,84%	4,25	21,84%	4,25	21,84%	4,25	21,84%	4,25	21,84%	4,25
subtotal	23,72		23,72		23,72		23,72		23,72	
VA sab	8	189,72	8	189,72	8	189,72	8	189,72	8	189,72
VA dom-fer	9	213,44	9	213,44	9	213,44	9	213,44	9	213,44
VA nas HE por posto	403,16		403,16		403,16		403,16		403,16	
VA total nas horas extras	403,16		806,33		806,33		1.209,49		403,16	

<b>HE ano eleitoral</b>
<b>228.634,80</b>
<b>Transporte c/ HE</b>
<b>2.149,20</b>
<b>Alimentação c/ HE</b>
<b>7.660,11</b>
<b>Custo total com hora extra</b>
<b>238.444,11</b>



## TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

### Horas Extras

#### Valores Referenciais

posto	Auxiliar Técnico – Civil (pequenas obras e adequações prediais)		Pintor Industrial (Estruturas Metálicas) - noturno		Auxiliar Técnico – Telhadista		Técnico de Segurança no Trabalho Pleno	
remuneração	2.675,50		3.799,20		2.675,50		3.472,55	
encargos	36,80%	984,58	36,80%	1.398,10	36,80%	984,58	36,80%	1.277,89
custos indiretos, lucro e tributos	21,84%	799,36	21,84%	1.135,09	21,84%	799,36	21,84%	1.037,49
subtotal	4.459,44		6.332,39		4.459,44		5.787,93	
v.u. hora normal	20,27		28,78		20,27		26,30	
v.u. hora extra seg-sex	50%	30,40	50%	43,17	50%	30,40	50%	39,45
v.u. hora extra sab	70%	34,45	70%	48,92	70%	34,45	50%	39,45
v.u. hora extra dom-fer	110%	42,56	110%	60,43	110%	42,56	100%	52,60

#### Ano Eleitoral

posto	Auxiliar Técnico – Civil (pequenas obras e adequações prediais)		Pintor Industrial (Estruturas Metálicas) - noturno		Auxiliar Técnico – Telhadista		Técnico de Segurança no Trabalho Pleno	
HE seg-sex	120	3.648,00	120	5.180,40	120	3.648,00	120	4.734,00
HE sáb	60	2.067,00	60	2.935,20	60	2.067,00	60	2.367,00
HE dom-fer	70	2.979,20	70	4.230,10	70	2.979,20	70	3.682,00
total p/ posto	8.694,20		12.345,70		8.694,20		10.783,00	
qtde postos	2		1		2		1	
total c/ HE (sem VT e sem VA)	17.388,40		12.345,70		17.388,40		10.783,00	

#### Transporte (VT)

posto	Auxiliar Técnico – Civil (pequenas obras e adequações prediais)		Pintor Industrial (Estruturas Metálicas) - noturno		Auxiliar Técnico – Telhadista		Técnico de Segurança no Trabalho Pleno	
VT unitário	4,90		4,90		4,90		4,90	
VT diário	2	9,80	2	9,80	2	9,80	2	9,80
custos indiretos, lucro e tributos	21,84%	2,14	21,84%	2,14	21,84%	2,14	21,84%	2,14
subtotal	11,94		11,94		11,94		11,94	
VT sab	-	-	-	-	-	-	-	-
VT dom-fer	9	107,46	9	107,46	9	107,46	9	107,46
VA nas HE por posto	107,46		107,46		107,46		107,46	
VT total nas horas extras	214,92		107,46		214,92		107,46	

#### Alimentação (VA)

posto	Auxiliar Técnico – Civil (pequenas obras e adequações prediais)		Pintor Industrial (Estruturas Metálicas) - noturno		Auxiliar Técnico – Telhadista		Técnico de Segurança no Trabalho Pleno	
VA diário	19,47		19,47		19,47		-	
custos indiretos, lucro e tributos	21,84%	4,25	21,84%	4,25	21,84%	4,25	21,84%	-
subtotal	23,72		23,72		23,72		-	
VA sab	8	189,72	8	189,72	8	189,72	8	-
VA dom-fer	9	213,44	9	213,44	9	213,44	9	-
VA nas HE por posto	403,16		403,16		403,16		-	
VA total nas horas extras	806,33		403,16		806,33		-	

#### HE ano eleitoral

228.634,80
Transporte c/ HE
2.149,20
Alimentação c/ HE
7.660,11
Custo total com hora extra
238.444,11





## TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

### Horas Extras

#### Valores Referenciais

posto	Engenheiro Eletricista (Supervisor)		Encarregado - Refrigeração		Encarregado - Elétrica		Encarregado - Civil		Técnico em Redes e Telecomunicações	
remuneração	13.144,56		4.117,27		4.460,38		4.117,27		2.675,50	
encargos	36,80%	4.837,19	36,80%	1.515,15	36,80%	1.641,41	36,80%	1.515,15	36,80%	984,58
custos indiretos, lucro e tributos	21,84%	3.927,21	21,84%	1.230,12	21,84%	1.332,63	21,84%	1.230,12	21,84%	799,36
subtotal	21.908,96		6.862,54		7.434,42		6.862,54		4.459,44	
v.u. hora normal	99,58		31,19		33,79		31,19		20,27	
v.u. hora extra seg-sex	50%	149,37	50%	46,78	50%	50,68	50%	46,78	50%	30,40
v.u. hora extra sab	50%	149,37	70%	53,02	70%	57,44	70%	53,02	70%	34,45
v.u. hora extra dom-fer	100%	199,16	110%	65,49	110%	70,95	110%	65,49	110%	42,56

#### Ano Não Eleitoral

posto	Engenheiro Eletricista (Supervisor)		Encarregado - Refrigeração		Encarregado - Elétrica		Encarregado - Civil		Técnico em Redes e Telecomunicações	
HE seg-sex	13	1.941,81	13	608,14	13	658,84	13	608,14	13	395,20
HE sáb	32	4.779,84	32	1.696,64	32	1.838,08	32	1.696,64	32	1.102,40
HE dom-fer	17	3.385,72	17	1.113,33	17	1.206,15	17	1.113,33	17	723,52
total p/ posto	10.107,37		3.418,11		3.703,07		3.418,11		2.221,12	
qtde postos	1		1		1		1		2	
total c/ HE (sem VT e sem VA)	10.107,37		3.418,11		3.703,07		3.418,11		4.442,24	

#### Transporte (VT)

posto	Engenheiro Eletricista (Supervisor)		Encarregado - Refrigeração		Encarregado - Elétrica		Encarregado - Civil		Técnico em Redes e Telecomunicações	
VT unitário	4,90		4,90		4,90		4,90		4,90	
VT diário	-	-	2	9,80	2	9,80	2	9,80	2	9,80
custos indiretos, lucro e tributos	21,84%	-	21,84%	2,14	21,84%	2,14	21,84%	2,14	21,84%	2,14
subtotal	-		11,94		11,94		11,94		11,94	
VT sab	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
VT dom-fer	3	-	3	35,82	3	35,82	3	35,82	3	35,82
VA nas HE por posto	-		35,82		35,82		35,82		35,82	
VT total nas horas extras	-		35,82		35,82		35,82		71,64	

#### Alimentação (VA)

posto	Engenheiro Eletricista (Supervisor)		Encarregado - Refrigeração		Encarregado - Elétrica		Encarregado - Civil		Técnico em Redes e Telecomunicações	
VA diário	-		19,47		19,47		19,47		19,47	
custos indiretos, lucro e tributos	21,84%	-	21,84%	4,25	21,84%	4,25	21,84%	4,25	21,84%	4,25
subtotal	-		23,72		23,72		23,72		23,72	
VA sab	4	-	4	94,86	4	94,86	4	94,86	4	94,86
VA dom-fer	3	-	3	71,15	3	71,15	3	71,15	3	71,15
VA nas HE por posto	-		166,01		166,01		166,01		166,01	
VA total nas horas extras	-		166,01		166,01		166,01		332,02	

#### HE ano não eleitoral

57.620,44
Transporte c/ HE
716,40
Alimentação c/ HE
3.154,16
Custo total com hora extra
61.491,00



## TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

### Horas Extras

#### Valores Referenciais

posto	Técnico em Eletromecânica		Técnico em Refrigeração		Eletricista		Ajudante de Montagem e Manutenção (Servente Prático) - diurno		Ajudante de Montagem e Manutenção (Servente Prático) - noturno	
remuneração	2.898,45		2.675,50		2.898,45		1.680,26		2.385,97	
encargos	36,80%	1.066,63	36,80%	984,58	36,80%	1.066,63	36,80%	618,33	36,80%	878,03
custos indiretos, lucro e tributos	21,84%	865,97	21,84%	799,36	21,84%	865,97	21,84%	502,01	21,84%	712,85
subtotal	4.831,05		4.459,44		4.831,05		2.800,60		3.976,85	
v.u. hora normal	21,95		20,27		21,95		12,73		18,07	
v.u. hora extra seg-sex	50%	32,92	50%	30,40	50%	32,92	50%	19,09	50%	27,10
v.u. hora extra sab	70%	37,31	70%	34,45	70%	37,31	70%	21,64	70%	30,71
v.u. hora extra dom-fer	110%	46,09	110%	42,56	110%	46,09	110%	26,73	110%	37,94

#### Ano Não Eleitoral

posto	Técnico em Eletromecânica		Técnico em Refrigeração		Eletricista		Ajudante de Montagem e Manutenção (Servente Prático) - diurno		Ajudante de Montagem e Manutenção (Servente Prático) - noturno	
HE seg-sex	13	427,96	13	395,20	13	427,96	13	248,17	13	352,30
HE sáb	32	1.193,92	32	1.102,40	32	1.193,92	32	692,48	32	982,72
HE dom-fer	17	783,53	17	723,52	17	783,53	17	454,41	17	644,98
total p/ posto	2.405,41		2.221,12		2.405,41		1.395,06		1.980,00	
qtde postos	1		2		2		3		1	
total c/ HE (sem VT e sem VA)	2.405,41		4.442,24		4.810,82		4.185,18		1.980,00	

#### Transporte (VT)

posto	Técnico em Eletromecânica		Técnico em Refrigeração		Eletricista		Ajudante de Montagem e Manutenção (Servente Prático) - diurno		Ajudante de Montagem e Manutenção (Servente Prático) - noturno	
VT unitário	4,90		4,90		4,90		4,90		4,90	
VT diário	2	9,80	2	9,80	2	9,80	2	9,80	2	9,80
custos indiretos, lucro e tributos	21,84%	2,14	21,84%	2,14	21,84%	2,14	21,84%	2,14	21,84%	2,14
subtotal	11,94		11,94		11,94		11,94		11,94	
VT sab	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
VT dom-fer	3	35,82	3	35,82	3	35,82	3	35,82	3	35,82
VA nas HE por posto	35,82		35,82		35,82		35,82		35,82	
VT total nas horas extras	35,82		71,64		71,64		107,46		35,82	

#### Alimentação (VA)

posto	Técnico em Eletromecânica		Técnico em Refrigeração		Eletricista		Ajudante de Montagem e Manutenção (Servente Prático) - diurno		Ajudante de Montagem e Manutenção (Servente Prático) - noturno	
VA diário	19,47		19,47		19,47		19,47		19,47	
custos indiretos, lucro e tributos	21,84%	4,25	21,84%	4,25	21,84%	4,25	21,84%	4,25	21,84%	4,25
subtotal	23,72		23,72		23,72		23,72		23,72	
VA sab	4	94,86	4	94,86	4	94,86	4	94,86	4	94,86
VA dom-fer	3	71,15	3	71,15	3	71,15	3	71,15	3	71,15
VA nas HE por posto	166,01		166,01		166,01		166,01		166,01	
VA total nas horas extras	166,01		332,02		332,02		498,03		166,01	

<b>HE ano não eleitoral</b>
<b>57.620,44</b>
<b>Transporte c/ HE</b>
<b>716,40</b>
<b>Alimentação c/ HE</b>
<b>3.154,16</b>
<b>Custo total com hora extra</b>
<b>61.491,00</b>



## TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

### Horas Extras

#### Valores Referenciais

posto	Auxiliar Técnico – Civil (pequenas obras e adequações prediais)		Pintor Industrial (Estruturas Metálicas) - noturno		Auxiliar Técnico – Telhadista		Técnico de Segurança no Trabalho Pleno	
remuneração	2.675,50		3.799,20		2.675,50		3.472,55	
encargos	36,80%	984,58	36,80%	1.398,10	36,80%	984,58	36,80%	1.277,89
custos indiretos, lucro e tributos	21,84%	799,36	21,84%	1.135,09	21,84%	799,36	21,84%	1.037,49
subtotal	4.459,44		6.332,39		4.459,44		5.787,93	
v.u. hora normal	20,27		28,78		20,27		26,30	
v.u. hora extra seg-sex	50%	30,40	50%	43,17	50%	30,40	50%	39,45
v.u. hora extra sab	70%	34,45	70%	48,92	70%	34,45	50%	39,45
v.u. hora extra dom-fer	110%	42,56	110%	60,43	110%	42,56	100%	52,60

#### Ano Não Eleitoral

posto	Auxiliar Técnico – Civil (pequenas obras e adequações prediais)		Pintor Industrial (Estruturas Metálicas) - noturno		Auxiliar Técnico – Telhadista		Técnico de Segurança no Trabalho Pleno	
HE seg-sex	13	395,20	13	561,21	13	395,20	13	512,85
HE sáb	32	1.102,40	32	1.565,44	32	1.102,40	32	1.262,40
HE dom-fer	17	723,52	17	1.027,31	17	723,52	17	894,20
total p/ posto	2.221,12		3.153,96		2.221,12		2.669,45	
qtde postos	2		1		2		1	
total c/ HE (sem VT e sem VA)	4.442,24		3.153,96		4.442,24		2.669,45	

#### Transporte (VT)

posto	Auxiliar Técnico – Civil (pequenas obras e adequações prediais)		Pintor Industrial (Estruturas Metálicas) - noturno		Auxiliar Técnico – Telhadista		Técnico de Segurança no Trabalho Pleno	
VT unitário	4,90		4,90		4,90		4,90	
VT diário	2	9,80	2	9,80	2	9,80	2	9,80
custos indiretos, lucro e tributos	21,84%	2,14	21,84%	2,14	21,84%	2,14	21,84%	2,14
subtotal	11,94		11,94		11,94		11,94	
VT sab	-	-	-	-	-	-	-	-
VT dom-fer	3	35,82	3	35,82	3	35,82	3	35,82
VA nas HE por posto	35,82		35,82		35,82		35,82	
VT total nas horas extras	71,64		35,82		71,64		35,82	

#### Alimentação (VA)

posto	Auxiliar Técnico – Civil (pequenas obras e adequações prediais)		Pintor Industrial (Estruturas Metálicas) - noturno		Auxiliar Técnico – Telhadista		Técnico de Segurança no Trabalho Pleno	
VA diário	19,47		19,47		19,47		-	
custos indiretos, lucro e tributos	21,84%	4,25	21,84%	4,25	21,84%	4,25	21,84%	-
subtotal	23,72		23,72		23,72		-	
VA sab	4	94,86	4	94,86	4	94,86	4	-
VA dom-fer	3	71,15	3	71,15	3	71,15	3	-
VA nas HE por posto	166,01		166,01		166,01		-	
VA total nas horas extras	332,02		166,01		332,02		-	

#### HE ano não eleitoral

57.620,44
Transporte c/ HE
716,40
Alimentação c/ HE
3.154,16
Custo total com hora extra
61.491,00



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 33/2023

ANEXO III

**PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS**

FIRMA OU DENOMINAÇÃO: .....

CNPJ/MF N.º: .....

ENDEREÇO: .....

TEL.: ..... MUNICÍPIO: ..... E-MAIL: .....

**Serviços de XXXXXXXXXXXXXXXX**

	Nº Processo	
	Licitação Nº	

Dia \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ às \_\_\_\_:\_\_\_\_ horas

**Discriminação dos Serviços (dados referentes à contratação)**

A	Data de apresentação da proposta (dia/mês/ano)	
B	Município/UF	
C	Ano Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo	
D	Nº de meses de execução contratual	



## TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

### Identificação do Serviço

Tipo de Serviço	Unidade de Medida	Quantidade total a contratar (em função da unidade de medida)

Nota (1) - Esta tabela poderá ser adaptada às características do serviço contratado, inclusive no que concerne às rubricas e suas respectivas provisões e/ou estimativas, desde que haja justificativa.

Nota (2)- As provisões constantes desta planilha poderão ser desnecessárias quando se tratar de determinados serviços que prescindam da dedicação exclusiva dos trabalhadores da contratada para com a Administração.

### Mão-de-obra

#### Mão-de-obra vinculada à execução contratual

Dados complementares para composição dos custos referente à mão-de-obra		
1	Tipo de serviço (mesmo serviço com características distintas)	
2	Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)	
3	Salário Normativo da Categoria Profissional	
4	Categoria profissional (vinculada à execução contratual)	
5	Data base da categoria (dia/mês/ano)	

Nota 1: Deverá ser elaborado um quadro para cada tipo de serviço.

Nota 2: A planilha será calculada considerando o **valor mensal** do empregado.



## TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

### MÓDULO 1 : COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO

1	Composição da Remuneração	Valor (R\$)
A	Salário-Base	
B	Adicional de periculosidade	
C	Adicional de insalubridade	
D	Adicional noturno	
E	Adicional de Hora Noturna Reduzida	
F	Outros (especificar)	
	<b>Total da Remuneração</b>	

Nota 1: O Módulo 1 refere-se ao valor mensal devido ao empregado pela prestação do serviço.

### MÓDULO 2: - ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAIS E DIÁRIOS

Submódulo 2.1 - 13º Salário, Férias e Adicional de Férias		%	Valor (R\$)
A	13 (Décimo-terceiro) salário		
B	Férias e Adicional de Férias		
<b>TOTAL SUBMÓDULO 2.1</b>			

Nota 1: Como a planilha de custos e formação de preços é calculada mensalmente, provisiona-se proporcionalmente 1/12 (um doze avos) dos valores referentes a gratificação natalina, férias e adicional de férias. **(Redação dada pela Instrução Normativa nº 7, de 2018).**

Nota 2: O adicional de férias contido no Submódulo 2.1 corresponde a 1/3 (um terço) da remuneração que por sua vez é dividido por 12 (doze) conforme Nota 1 acima.

Nota 3: Levando em consideração a vigência contratual prevista no art. 57 da Lei nº 8.666, de 23 de junho de 1993, a rubrica férias tem como objetivo principal suprir a necessidade do pagamento das férias remuneradas ao final do contrato de 12 meses. Esta rubrica, quando da prorrogação contratual, torna-se custo não renovável **(incluído pela Instrução Normativa nº 7, de 2018).**



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

Submódulo 2.2 - GPS, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições.		%	Valor (R\$)
A	INSS		
B	Salário Educação		
C	SAT (Seguro Acidente de Trabalho)		
D	SESC ou SESI		
E	SENAI - SENAC		
F	SEBRAE		
G	INCRA		
H	FGTS		
TOTAL SUBMÓDULO 2.2			

Nota 1: Os percentuais dos encargos previdenciários, do FGTS e demais contribuições são aqueles estabelecidos pela legislação vigente.

Nota 2: O SAT a depender do grau de risco do serviço irá variar entre 1%, para risco leve, de 2%, para risco médio, e de 3% de risco grave.

Nota 3: Esses percentuais incidem sobre o Módulo 1, o Submódulo 2.1. **(Redação dada pela Instrução Normativa nº 7, de 2018).**

Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários			Valor (R\$)
A	Transporte	-	
B	Auxílio-Refeição/Alimentação	-	
C	Assistência Médica e Familiar	-	
D	Assistência Odontológica		
E	Seguro de vida		
F	Outros (especificar)	-	
TOTAL SUBMÓDULO 2.3			

Nota 1: O valor informado deverá ser o custo real do benefício (descontado o valor eventualmente pago pelo empregado).

Nota 2: Observar a previsão dos benefícios contidos em Acordos, Convenções e Dissídios Coletivos de Trabalho e atentar-se ao disposto no art. 6º desta Instrução Normativa.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

QUADRO-RESUMO DO MÓDULO 2 - ENCARGOS, BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAIS E DIÁRIOS		
Módulo 2 - Encargos, Benefícios Anuais, Mensais e Diários		Valor (R\$)
2.1	13º Salário, Férias e Adicional de Férias	
2.2	GPS, FGTS e Outras Contribuições	
2.3	Benefícios Mensais e Diários	
TOTAL DO MÓDULO 2		

MÓDULO 3 – PROVISÃO PARA RESCISÃO (Redação dada pela Instrução Normativa nº 7, de 2018)			
3	PROVISÃO PARA RESCISÃO	%	Valor (R\$)
A	Aviso Prévio Indenizado		
B	Incidência do FGTS sobre Aviso Prévio Indenizado		
C	Multa do FGTS e Contribuição Social sobre o Aviso Prévio Indenizado		
D	Aviso Prévio Trabalhado		
E	Incidência GPS, FGTS e outras contribuições sobre Aviso Prévio Trabalhado		
F	Multa do FGTS e Contribuição Social sobre o Aviso Prévio Trabalhado.		
TOTAL DO MÓDULO 3			

**MÓDULO 4 - CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE**

**Nota 1:** Os itens que contemplam o módulo 4 se referem ao custo dos dias trabalhados pelo repositor/substituto, quando o empregado alocado na prestação de serviço estiver ausente, conforme as previsões estabelecidas na legislação. (Redação dada pela Instrução Normativa nº 7, de 2018).

Submódulo 4.1 – Substituto nas Ausências Legais		%	Valor (R\$)
A	Substituto na cobertura de Férias		





TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

<b>B</b>	Substituto na cobertura de Ausências Legais		
<b>C</b>	Substituto na cobertura de Licença-Paternidade		
<b>D</b>	Substituto na cobertura de Ausência por acidente de trabalho		
<b>E</b>	Substituto na cobertura de Afastamento Maternidade		
<b>F</b>	Substituto na cobertura de Outras ausências (especificar)		
<b>TOTAL SUBMÓDULO 4.1</b>			

<b>Submódulo 4.2 – Substituto na Intraornada</b> <b>(Redação dada pela Instrução Normativa nº 7, de 2018)</b>		<b>%</b>	<b>Valor</b> <b>(R\$)</b>
<b>A</b>	Substituto na cobertura de Intervalo para repouso e alimentação		
<b>TOTAL SUBMÓDULO 4.2</b>			

<b>QUADRO-RESUMO DO MÓDULO 4</b> <b>CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE</b> <b>(Redação dada pela Instrução Normativa nº 7, de 2018)</b>		
<b>Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente</b>		<b>VALOR (R\$)</b>
<b>4.1</b>	Substituto nas Ausências Legais	
<b>4.2</b>	Substituto na Intraornada	
<b>TOTAL DO MÓDULO 4</b>		

**MÓDULO 5 – INSUMOS DIVERSOS**

<b>MÓDULO 5 – INSUMOS DIVERSOS</b>			
<b>5</b>	<b>INSUMOS DIVERSOS</b>		<b>Valor (R\$)</b>
<b>A</b>	Uniformes	-	
<b>B</b>	Materiais	-	
<b>C</b>	Equipamentos	-	
<b>D</b>	EPI	-	



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

<b>F</b>	Outros (Especificar)		
<b>TOTAL DO MÓDULO 5</b>		-	

Nota: Valores mensais por empregado.

<b>MÓDULO 6 – CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO</b>			
<b>6</b>	<b>CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO</b>	<b>%</b>	<b>Valor (R\$)</b>
<b>A</b>	Custos Indiretos		
<b>B</b>	Lucro		
<b>C</b>	<b>TRIBUTOS</b>		
<b>C.1</b>	Tributos Federais (especificar)		
<b>C.2</b>	Tributos Estaduais (especificar)		
<b>C.3</b>	Tributos Municipais (especificar)		
<b>TOTAL DO MÓDULO 6</b>			

Nota 1: Custos Indiretos, Tributos e Lucro por empregado.

Nota 2: O valor referente a tributos é obtido aplicando-se o percentual sobre o valor do faturamento.

<b>QUADRO RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO</b>		
<b>Mão-de-Obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)</b>		<b>Valor (R\$)</b>
<b>A</b>	Módulo 1 - Composição da Remuneração	
<b>B</b>	Módulo 2 – Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	
<b>C</b>	Módulo 3 – Provisão para Rescisão	
<b>D</b>	Módulo 4 – Custo de Reposição do Profissional Ausente	
<b>E</b>	Módulo 5 – Insumos Diversos	
	<b>Subtotal (A + B + C + D + E)</b>	
<b>F</b>	Módulo 6 – Custos Indiretos, Tributos e Lucro	
<b>Valor Total por Empregado</b>		
<b>Preço Total do Posto</b>		



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA**

**QUADRO-RESUMO – VALORES ESTIMADOS**

**POSTOS REGULARES**

<b>item</b>	<b>profissional</b>	<b>valor por profissional</b>	<b>profissionais por posto</b>	<b>valor do posto</b>	<b>quantidade de postos</b>	<b>valor mensal</b>	<b>valor anual</b>
1	Engenheiro Eletricista (Supervisor)		1		1		
2	Encarregado - Refrigeração		1		1		
3	Encarregado - Elétrica		1		1		
4	Encarregado - Civil		1		1		
5	Técnico em Redes e Telecomunicações		1		2		
6	Técnico em Eletromecânica		1		1		
7	Bombeiro Civil		2		1		
8	Técnico em Refrigeração		1		2		
9	Eletricista		1		2		
10	Eletricista - Plantonista Diurno		2		1		
11	Eletricista - Plantonista Noturno		2		1		
12	Ajudante de Montagem e Manutenção (Servente Prático) - diurno		1		3		
13	Auxiliar Técnico – Civil (pequenas obras e adequações prediais)		1		2		
14	Auxiliar Técnico – Telhadista		1		2		

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA**

15	Técnico de Segurança no Trabalho Pleno		1		1		
16	Ajudante de Montagem e Manutenção (Servente Prático) - noturno		1		1		
17	Pintor Industrial (Estruturas Metálicas) - noturno		1		1		
<b>total</b>					<b>24</b>		

**visitas técnicas, serviços adicionais, software de gerenciamento, equipamentos especiais**

<b>visitas técnicas</b>	<b>quantidade</b>	<b>valor unitário</b>	<b>valor mensal</b>	<b>valor anual</b>
Engenheiro Civil	8			
Engenheiro Mecânico	8			
<b>total</b>				

<b>serviços adicionais</b>	<b>unidade medida</b>	<b>quantidade anual</b>	<b>valor unitário</b>	<b>valor anual</b>
Tratamento químico da água	unidade	48		
Análise da qualidade do ar	unidade	2		
Inspeção termográfica	unidade	1		
Limpeza e desinfecção dos dutos do sistema de refrigeração	metro linear	6720		
Análise do óleo de resfriadores de líquido (chiller)	unidade	4		
Limpeza e desinfecção dos reservatórios de água	metro cúbico	1922,84		
<b>total</b>				



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

<b>Fornecimento e manutenção de software de gerenciamento de manutenção</b>	<b>valor anual</b>

<b>Disponibilização de equipamentos especiais (caminhão munck, plataformas e elevatórias articuladas e andaimes fachadeiros) e fornecimento de materiais / peças / componentes de reposição / equipamentos e prestação de serviços eventuais</b>	<b>valor mensal</b>	<b>valor anual</b>
Limitado a 17,5% do valor total com postos de trabalho não incluído o valor estimado com hora extra		

**valor total do contrato**

	<b>ano não eleitoral</b>	<b>ano eleitoral</b>	<b>total - 24 meses</b>
postos regulares			
serviço extraordinário			
visitas técnicas			
serviços adicionais			
software de gerenciamento de manutenção			
equipamentos especiais			
<b>total</b>			

**NOTAS**

1. A Estrutura da Planilha de Custos tem como parâmetro o modelo estabelecido na Planilha constante do Anexo VII-D da Instrução Normativa nº 5, de 26 de maio de 2017 (**com alterações da Instrução Normativa nº 7, de 2018**) e exclusão das rubricas IRPJ (imposto de Renda Pessoa Jurídica) e CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido) conforme Acórdão n.º 950/2007 – TCU.



## TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

2. As planilhas de custos devem ser elaboradas pela licitante em conformidade com a sua realidade, com a legislação vigente e com o previsto neste edital;
3. Deverá ser elaborada uma planilha de custos, observando-se o quanto disposto na Seção X do Edital.
4. Os Encargos Sociais e os tributos (ISS, COFINS e PIS) devem ser informados com base no regime de tributação ao qual a licitante estará submetida durante a execução do contrato. No caso específico de itens Estimativos, estes devem ser definidos com base na realidade da empresa.

### **Cálculo da hora extra**

A contratada será remunerada pela prestação de horas-extras utilizando-se da seguinte fórmula:

$VHE = [S \times (1 + ES) \times (1 + I) \times (1 + CI) \times (1 + L) \div D] / (1 - T)$ , onde:

VHE = Valor da Hora Extra;

ES = Encargos sociais relativos ao submódulo 4.1 da planilha de custo e formação de preços;

S = Salário;

I = Índice referente ao acréscimo legal sobre a hora normal, previsto na respectiva Convenção Coletiva de Trabalho – CCT ou, na sua falta, na legislação trabalhista;

D = Divisor - de acordo com a jornada mensal prevista na CCT ou, na sua falta, na legislação trabalhista;

T = Tributos incidentes sobre o faturamento;

CI = Custos indiretos;

L = Lucro.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

DETALHAMENTO DO BDI

**NOTA:** A licitante deverá encaminhar planilha com o detalhamento do BDI que será adotado para materiais e para serviços eventuais/locação de equipamentos, funcionando os percentuais consignados no Termo de Referência (Anexo I do Edital) como limite de aceitabilidade da Administração.

BDI - SERVIÇOS/LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS			
DESCRIÇÃO			TAXA (%)
AC	Administração Central		
S + G	Seguros + Garantias		
R	Riscos		
DF	Despesas Financeiras		
L	Lucro/Remuneração		
Tributos	Tributos		
	ISS	Imposto Sobre Serviços	
	C	COFINS	
	P	PIS	
	CPRB	Contribuição Previdenciária sobre a Renda Bruta	
BDI CALCULADO (%)			

**OBS: O PERCENTUAL MÁXIMO DE BDI - SERVIÇOS/LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS, ADMITIDO PELA ADMINISTRAÇÃO, É DE 19,30% (DEZENOVE VÍRGULA TRINTA POR CENTO).**



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

BDI - MATERIAIS			
DESCRIÇÃO			TAXA (%)
AC	Administração Central		
S + G	Seguros + Garantias		
R	Riscos		
DF	Despesas Financeiras		
L	Lucro/Remuneração		
Tributos	Tributos		
	ISS	Imposto Sobre Serviços	
	C	COFINS	
	P	PIS	
	CPRB	Contribuição Previdenciária sobre a Renda Bruta	
BDI CALCULADO (%)			

**OBS: O PERCENTUAL MÁXIMO DE BDI – MATERIAIS, ADMITIDO PELA ADMINISTRAÇÃO, É DE 13,10% (TREZE VÍRGULA DEZ POR CENTO).**

$$\text{BDI} = \frac{(1 + (AC + R + S + G)) \times (1 + DF) \times (1 + L)}{(1 - T)} - 1$$

Em que:

AC = taxa representativa das despesas de rateio da administração central;

S + G = taxa representativa de seguros mais garantias;

R = taxa representativa de riscos;

DF = taxa representativa das despesas financeiras;

L = taxa representativa do lucro/remuneração;

T = taxa representativa da incidência de tributos.

Salvador, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20XX.

\_\_\_\_\_  
Representante legal da empresa





TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 33/2023

ANEXO IV

MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTINUADOS DE MANUTENÇÃO PREDIAL PREVENTIVA E CORRETIVA DOS SISTEMAS, EQUIPAMENTOS E DAS INSTALAÇÕES DOS IMÓVEIS SOB A RESPONSABILIDADE DA JUSTIÇA ELEITORAL LOCALIZADOS NO MUNICÍPIO DE SALVADOR, AÍ INCLUÍDO O SISTEMA DE CFTV, COMPREENDENDO A ALOCAÇÃO DE POSTOS DE SERVIÇO, O FORNECIMENTO DE MATERIAIS E PEÇAS DE CONSUMO BÁSICOS, A DISPONIBILIZAÇÃO DE EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAL NECESSÁRIOS À EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS, O FORNECIMENTO EVENTUAL DE PEÇAS, MATERIAIS, COMPONENTES E EQUIPAMENTOS DE REPOSIÇÃO, QUE ENTRE SI CELEBRAM A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA, E A EMPRESA

.....

CONTRATO N.º 00/20XX

A UNIÃO, por intermédio do TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA, com sede na 1ª Avenida do Centro Administrativo da Bahia, n.º 150, Salvador - BA, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 05.967.350/0001-45, doravante denominado **Contratante**, neste ato representado por seu Diretor-Geral, ..... no uso da competência que lhe é atribuída pelo Regulamento Interno da Secretaria do TRE-BA, e a empresa **XXXXXXXXXXXX**, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º **XXXXXXXXXXXX**, com sede na Rua **XXXXXXXXXXXX**, CEP: **XXXXXXXXXXXX**, telefone n.º (XX) **XXXXXXXXXXXX**, e-mail **XXXXXXXXXXXX**, doravante denominada **Contratada**, representada neste ato pelo Sr. **XXXXXXXXXXXX**, conforme atos constitutivos da empresa ou procuração juntada aos autos, resolvem celebrar o presente **CONTRATO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTINUADOS DE MANUTENÇÃO PREDIAL PREVENTIVA E CORRETIVA DOS SISTEMAS, EQUIPAMENTOS E DAS INSTALAÇÕES DOS IMÓVEIS SOB A RESPONSABILIDADE DA JUSTIÇA ELEITORAL LOCALIZADOS NO MUNICÍPIO DE SALVADOR, AÍ INCLUÍDO O SISTEMA DE CFTV, COMPREENDENDO A ALOCAÇÃO DE POSTOS DE SERVIÇO, O FORNECIMENTO DE MATERIAIS E PEÇAS DE CONSUMO BÁSICOS, A**



## TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

**DISPONIBILIZAÇÃO DE EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAL NECESSÁRIOS À EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS, O FORNECIMENTO EVENTUAL DE PEÇAS, MATERIAIS, COMPONENTES E EQUIPAMENTOS DE REPOSIÇÃO**, albergado na Lei n.º 8.666/93 e alterações, resultante do **Pregão n.º 33/2023**, consoante Processo (SEI) n.º 0016681-25.2021.6.05.8000.

### **CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1. O objeto do presente contrato é a prestação de serviços continuados de manutenção predial preventiva e corretiva dos sistemas, equipamentos e das instalações dos imóveis sob a responsabilidade da Justiça Eleitoral localizados no município de Salvador, aí incluído o sistema de CFTV, compreendendo a alocação de postos de serviço, o fornecimento de materiais e peças de consumo básicos, a disponibilização de equipamentos e ferramental necessários à execução dos serviços, o fornecimento eventual de peças, materiais, componentes e equipamentos de reposição. Os serviços incluem, ainda, a supervisão, assessoramento e responsabilidade técnica, integrada com eficiência energética, incluídos no custo da mão-de-obra, visitas técnicas dos responsáveis técnicos da Contratada, bem como a inspeção termográfica, o tratamento químico de água, a análise da qualidade do ar interno, a análise de óleo de resfriadores de líquido (chiller), a limpeza e desinfecção dos dutos do sistema de refrigeração, a limpeza e desinfecção de reservatórios de água (subterrâneos e elevados), a disponibilização de equipamentos especiais (plataformas elevatórias articuladas, caminhão muque e andaime fachadeiro entre outros), a prestação de serviços eventuais, tais como marcenaria, impermeabilização e vidraçaria, e o fornecimento e manutenção de software de gerenciamento de manutenção, conforme as condições estabelecidas no edital de **Pregão n.º 33/2023** e na proposta firmada pela Contratada, que passam a integrar este instrumento, independentemente de transcrição.

### **CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR CONTRATUAL**

1. O valor total estimado do presente contrato é de **R\$ .....**, incluindo todas as despesas diretas e indiretas decorrentes da execução dos serviços.
2. O Contratante pagará à Contratada o valor mensal de R\$ ..... (.....), conforme discriminação a seguir.

POSTOS REGULARES							
item	profissional	valor por profissional	profissionais por posto	valor do posto	quantidade de postos	valor mensal	valor anual
1	Engenheiro Eletricista (Supervisor)		1		1		



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA**

2	Encarregado - Refrigeração		1		1		
3	Encarregado - Elétrica		1		1		
4	Encarregado - Civil		1		1		
5	Técnico em Redes e Telecomunicações		1		2		
6	Técnico em Eletromecânica		1		1		
7	Bombeiro Civil		2		1		
8	Técnico em Refrigeração		1		2		
9	Eletricista		1		2		
10	Eletricista - Plantonista Diurno		2		1		
11	Eletricista - Plantonista Noturno		2		1		
12	Ajudante de Montagem e Manutenção (Servente Prático) - diurno		1		3		
13	Auxiliar Técnico – Civil (pequenas obras e adequações prediais)		1		2		
14	Auxiliar Técnico – Telhadista		1		2		
15	Técnico de Segurança no Trabalho Pleno		1		1		



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

16	Ajudante de Montagem e Manutenção (Servente Prático) - noturno		1		1		
17	Pintor Industrial (Estruturas Metálicas) - noturno		1		1		
total					24		

visitas técnicas	quantidade	valor unitário	valor mensal	valor anual
Engenheiro Civil	8			
Engenheiro Mecânico	8			
total				

serviços adicionais	unidade medida	quantidade anual	valor unitário	valor anual
Tratamento químico da água	unidade	48		
Análise da qualidade do ar	unidade	2		
Inspeção termográfica	unidade	1		
Limpeza e desinfecção dos dutos do sistema de refrigeração	metro linear	6720		
Análise do óleo de resfriadores de líquido (chiller)	unidade	4		
Limpeza e desinfecção dos reservatórios de água	metro cúbico	1922,84		
total				



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

Fornecimento e manutenção de software de gerenciamento de manutenção	valor anual

Disponibilização de equipamentos especiais (caminhão munck, plataformas e elevatórias articuladas e andaimes fachadeiros) e fornecimento de materiais / peças / componentes de reposição / equipamentos e prestação de serviços eventuais	valor mensal	valor anual
Limitado a 17,5% do valor total com postos de trabalho não incluído o valor estimado com hora extra		

VALOR TOTAL DO CONTRATO			
	ano não eleitoral	ano eleitoral	total - 24 meses
postos regulares			
serviço extraordinário			
visitas técnicas			
serviços adicionais			
software de gerenciamento de manutenção			
equipamentos especiais			
total			

**CLÁUSULA TERCEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

1. A despesa correrá à conta do elemento **xxxx. “xxxxxxxxxx”**, vinculado à Ação **xxxxxxxxxx– “xxxxxxxxxxxxxx”**, do Programa “Gestão do Processo Eleitoral”.
2. Para a cobertura das despesas, foi emitida a Nota de Empenho n.º **20XXNEXXXX**, em **xx** de **xxxxxxxxxxxxxx** de 20XX.

**CLÁUSULA QUARTA – DA EXECUÇÃO DO SERVIÇO E DA GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO**

1. A execução do serviço será efetuada em conformidade com o disposto no Termo de Referência, Anexo I, do Edital, que passa a integrar este instrumento contratual.



## TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

2. No prazo máximo de 15 (quinze) dias, contados do recebimento da via do contrato assinado, a Contratada prestará garantia em percentual equivalente a **5%** sobre o valor total contratado, podendo optar por qualquer das modalidades previstas no artigo 56 da Lei n.º 8.666/93.
3. A garantia em dinheiro deverá ser recolhida pela Contratada, junto à Secretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade do TRE-BA, em conta específica.
4. Em se tratando de seguro-garantia ou fiança bancária, a Contratada deverá encaminhá-la, mediante Protocolo, à Seção de Contratos do TRE-BA.
5. A garantia prestada pela Contratada responderá pelas multas que lhe venham a ser aplicadas, bem como pelo pagamento de qualquer obrigação, inclusive as de ordem trabalhista e previdenciária, e de indenização por danos causados à Contratante ou a terceiros.
6. Não será aceita garantia que vede a possibilidade inserta na condição anterior.
7. A instituição garantidora atenderá ao disposto no **item 5**, devendo constar expressamente do documento de garantia que a cobertura abrange o pagamento de débitos trabalhistas e previdenciários.
8. A garantia contratual terá vigência da data de sua apresentação até 03 (três) meses após expirado o contrato.
9. No caso de a garantia ser prestada através de fiança bancária ou de seguro-garantia, a Contratada deverá renová-la na hipótese de ocorrer prorrogação do contrato, no mesmo prazo e percentual estabelecidos nesta **Cláusula**.
10. Em se tratando de fiança bancária, do título deverá constar expressamente que a instituição garantidora renuncia ao direito previsto no artigo 827 do Código Civil ou, alternativamente, que se obriga como devedor principal.
11. Ocorrendo acréscimos, repactuações ou reajustes contratuais ou se a garantia for utilizada nas situações referidas no **item 5**, o seu valor deverá ser adequado em igual proporção no prazo de 15 (quinze) dias, contados do recebimento, pela Contratada, da via do termo aditivo/apostilamento assinado ou da notificação da fiscalização do contrato, nos demais casos.
12. A garantia somente será liberada ante a comprovação de que a contratada pagou todas as verbas rescisórias decorrentes da rescisão do contrato de trabalho. Caso esse pagamento não ocorra após o encerramento da vigência contratual, a garantia será resgatada para o pagamento das verbas trabalhistas diretamente pelo Tribunal.
13. O atraso superior a 30 (trinta) dias na apresentação da garantia autoriza a Administração a promover a retenção dos pagamentos devidos à contratada, até o limite de **5%** do valor total do contrato, a título de garantia, a serem depositados em conta específica.
14. A Contratada, a qualquer tempo, poderá substituir o bloqueio efetuado com base no **item 13 desta Cláusula** por quaisquer das modalidades de garantia previstas na Lei 8.666/9.
15. O bloqueio efetuado com base no **item 13** desta Cláusula não gera direito a nenhum tipo de compensação financeira à Contratada.



## TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

16. O número do contrato garantido e/ou assegurado deverá constar dos instrumentos de garantia ou de apólice de seguro a serem apresentados pelo garantidor e/ou segurador.
17. Quando da abertura de processos para eventual aplicação de penalidade, a Fiscalização do Contrato deverá comunicar o fato à seguradora e/ou fiadora paralelamente às comunicações de solicitação de defesa à Contratada bem como as decisões finais de 1ª e última instâncias administrativas.
18. O garantidor não é parte interessada para figurar em processo administrativo instaurado pela Contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à Contratada.

### **CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

**1. A Contratante obriga-se a:**

- a)** acompanhar e fiscalizar a execução do ajuste, anotando em registro próprio as ocorrências acaso verificadas, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados;
- b)** prestar esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Contratada;
- c)** efetuar os pagamentos nas condições e nos prazos constantes dos instrumentos convocatório e contratual;
- d)** zelar para que, durante a vigência do Contrato, a Contratada cumpra as obrigações assumidas, bem como sejam mantidas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo licitatório;
- e)** colocar à disposição da contratada local para guarda dos materiais e equipamentos, bem como para a guarda dos uniformes e outros pertences dos empregados;
- f)** permitir o livre acesso dos empregados da contratada para execução dos serviços;
- g)** determinar a reparação, a correção, a remoção, a reconstrução ou a substituição do objeto contratado que apresentar vícios ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados ou do seu uso correto, que o tornem impróprio ou inadequado para o consumo a que se destina ou lhe diminuam o valor.

### **CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

**1. São obrigações da Contratada, além daquelas explícita ou implicitamente contidas no presente contrato, no termo de referência e na legislação vigente:**

- a)** executar o serviço nas especificações e na quantidade constantes neste contrato, assim como com as características descritas na proposta;
- b)** atender às solicitações do Contratante nos prazos estabelecidos neste instrumento;
- c)** reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto contratado que apresentar vícios ou incorreções resultantes da execução ou de materiais



## TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

empregados ou do seu uso correto, que o tornem impróprio ou inadequado para o consumo a que se destina ou lhe diminuam o valor;

**d)** responder pelos encargos previdenciários, trabalhistas, fiscais e comerciais resultantes da execução deste Contrato;

**e)** responder por quaisquer danos pessoais ou materiais causados por seus empregados à Administração e/ou a terceiros na execução deste Contrato;

**f)** manter, durante a execução do ajuste, todas as condições de habilitação exigidas para a contratação;

**g)** não subcontratar, ceder ou transferir, no todo ou em parte, o objeto deste contrato, salvo se houver autorização no Termo de Referência (Anexo I do Edital);

**h)** abster-se de contratar servidor pertencente ao quadro de pessoal do Contratante, ativo ou aposentado há menos de 5 (cinco) anos, ou ocupante de cargo em comissão, assim como seu cônjuge, companheiro, parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o 3º grau, inclusive, bem como de membros ou juízes vinculados ao TRE-BA, durante a vigência do contrato;

**i)** abster-se, durante toda a vigência do contrato, de colocar à disposição deste Tribunal, para o exercício de funções de chefia, pessoas que:

1) Cometeram atos de improbidade administrativa;

2) Cometeram crimes:

I – contra a administração pública;

II – contra a incolumidade pública;

III – contra a fé pública;

IV – hediondos;

V – praticados por organização criminosa, quadrilha ou bando;

VI – de redução de pessoa à condição análoga à de escravo;

VII – eleitorais, para os quais a lei comine pena privativa de liberdade;

VIII – de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores;

3) Praticaram atos causadores de perda do cargo ou emprego público;

4) Foram excluídos do exercício da profissão, por decisão sancionatório judicial ou administrativa do órgão profissional competente;

5) Tiveram suas contas relativas ao exercício de cargos ou funções públicas rejeitadas por irregularidade insanável que configure ato doloso de improbidade administrativa, por decisão irrecorrível do órgão competente;





## TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

6) Não se aplica a vedação prevista na alínea “i” quando o crime tenha sido culposo ou considerado de menor potencial ofensivo, ou ainda, depois de decorrido cinco anos da:

I - extinção da punibilidade do crime respectivo, salvo em caso de absolvição pela instância superior, que retroagirá para todos os efeitos;

II - decisão que tenha ocasionado a exclusão do exercício profissional, a perda do cargo ou emprego público;

III - rejeição das contas relativas ao exercício profissional, a perda do cargo ou emprego público;

IV - cessação dos efeitos da suspensão dos direitos políticos.

**j)** cuidar da disciplina e da apresentação pessoal dos seus empregados;

**k)** realizar os treinamentos que se fizerem necessários para o bom desempenho das atribuições de seus empregados, bem como instruí-los quanto à prevenção de acidentes e de incêndios;

**l)** treinar seus empregados quanto aos princípios básicos de postura no ambiente de trabalho, tratamento de informações recebidas e manutenção de sigilo, comportamento perante situações de risco e atitudes para evitar atritos com servidores, colaboradores e visitantes da Contratante;

**m)** manter os seus empregados devidamente identificados por crachá e uniforme;

**n)** registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, bem como as ocorrências havidas, permitindo à Contratante o acesso ao controle de frequência;

**o)** responsabilizar-se pelo transporte do seu pessoal até as dependências da Contratante, por meio próprio ou mediante vale transporte, inclusive em casos de paralisação dos transportes coletivos, bem como nas situações em que se faça necessária a execução dos serviços em regime extraordinário, para assegurar a continuidade normal dos serviços;

**p)** adotar providências para que todos os empregados, no prazo de 60 (sessenta) dias a contar do início da prestação dos serviços, possuam cartão cidadão ou outro cartão equivalente, que possibilite consulta e recebimento de benefícios sociais, expedido por órgão/entidade federal responsável;

**q)** efetuar o pagamento de salários e demais verbas em agência bancária localizada na mesma cidade ou região metropolitana em que o empregado presta serviços;

**r)** providenciar, no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar do início da prestação dos serviços, junto ao INSS, senha para todos os empregados com o objetivo de acessar o Extrato de Informações Previdenciárias pela internet;

**s)** adotar, na execução do objeto contratual, práticas de sustentabilidade e de racionalização no uso de materiais e serviços, incluindo política de separação dos resíduos recicláveis descartados e sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, conforme Decreto n. 5.940/2006;



## TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

t) comprovar, sempre que determinado pela Contratante, o cumprimento das obrigações previstas na norma coletiva que rege a categoria, e a que esteja obrigada, ou na legislação pertinente, observado o disposto nas **condições 10.13, 10.14 e 10.15** do Edital;

u) Cumprir e fazer cumprir por seus empregados e prepostos o Código de Ética do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia (Resolução Administrativa nº 3/2017).

2. Para dar cumprimento ao disposto na alínea “i”, a Contratada deverá apresentar **declaração simplificada**, firmada pelos empregados que exercerão funções de chefia neste Tribunal;

3. A critério da Contratante, poder-se-á exigir, a qualquer tempo durante a vigência do contrato, que a Contratada apresente Certidões que corroborem o quanto declarado na forma do Item anterior.

### CLÁUSULA SÉTIMA – DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

1. Durante a vigência deste contrato, a execução do objeto será acompanhada e fiscalizada por representante da Contratante, devidamente designado para esse fim, permitida a assistência de terceiros.

2. Para fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas e sociais, exigir-se-á, entre outros, os seguintes documentos:

- a) comprovante de recolhimento/pagamento da contribuição previdenciária estabelecida para o empregador e seus empregados;
- b) comprovante de recolhimento do FGTS;
- c) comprovante de pagamento de salários dos profissionais que prestaram serviços nas dependências do Contratante, no prazo previsto em Lei;
- d) comprovante de fornecimento de transporte e alimentação;
- e) comprovante de pagamento do 13º salário, da concessão de férias e do correspondente pagamento do adicional de férias, na forma da Lei.

3. Para fins de cumprimento das obrigações previstas na condição anterior, a comprovação será feita por documento que permita aferir seu adimplemento em relação a cada empregado alocado na execução do contrato.

4. Considera-se falta grave o não recolhimento do FGTS dos empregados e das contribuições sociais previdenciárias, bem como o não pagamento do salário e o não fornecimento do transporte e da alimentação, que poderá dar ensejo à rescisão do contrato, sem prejuízo da aplicação de sanção pecuniária e da declaração de impedimento para licitar e contratar com a União, nos termos do art. 7º da Lei 10.520/2002.

5. Quando da rescisão contratual, a fiscalização do contrato verificará o pagamento pela Contratada das verbas rescisórias ou a comprovação de que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho.



## TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

6. Até que a Contratada comprove o disposto no item 5, desta Cláusula, o Contratante deverá reter a garantia prestada e os valores das faturas pendentes de pagamento, podendo utilizá-los para o pagamento direto aos trabalhadores no caso de a empresa não efetuar os pagamentos em até 2 (dois) meses do encerramento da vigência contratual.

### CLÁUSULA OITAVA – DA CONTA-DEPÓSITO VINCULADA

1. Nos termos da Instrução Normativa nº 4/2023 da Diretoria Geral do TRE-BA (**Anexo V**), os valores das rubricas de encargos trabalhistas, relativos a férias, 1/3 constitucional e 13º salário e multa do FGTS por dispensa sem justa causa, bem como a incidência dos encargos previdenciários e FGTS (INSS, Sesi/SESC/SENAI/SENAC/INCRA/SALÁRIO EDUCAÇÃO/FGTS/RAT+FAT/SEBRAE etc) sobre férias, 1/3 constitucional e 13º salário, serão deduzidos do valor mensal do contrato e depositados em **conta-depósito vinculada**, exclusivamente em banco público oficial, bloqueada para movimentação, aberta em nome da Contratada, e por contrato, unicamente para essa finalidade, observados os percentuais constantes da tabela abaixo.

RESERVA MENSAL PARA O PAGAMENTO DE ENCARGOS TRABALHISTAS PERCENTUAIS INCIDENTES SOBRE A REMUNERAÇÃO			
ITEM			
13º (décimo terceiro) salário		8,33%	
Férias e 1/3 Constitucional		12,10%	
Multa sobre FGTS e contribuição social sobre o aviso prévio indenizado e sobre o aviso prévio trabalhado		5,00 %	
Subtotal		25,43%	
Incidência do Submódulo 4.1 sobre férias, um terço constitucional de férias e 13º (décimo terceiro) salário*	7,39%	7,60%	7,82%
<b>Total</b>	<b>32,82%</b>	<b>33,03%</b>	<b>33,25%</b>

\* Considerando as alíquotas de contribuição de 1% (um por cento), 2% (dois por cento) ou 3% (três por cento) referentes ao grau de risco de acidente do trabalho, previstas no art. 22, inciso II, da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

2. Após a assinatura do contrato e publicação de seu extrato na imprensa oficial, a Contratada será formalmente notificada para adoção das providências referentes à abertura da **conta-depósito vinculada**



## TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

(assinatura dos documentos de abertura da [conta-depósito vinculada](#)), no prazo de 20 (vinte) dias, a contar do recebimento da referida notificação.

3. A Contratada poderá resgatar da [conta-depósito vinculada](#) os valores despendidos com o pagamento das verbas trabalhistas e previdenciárias contempladas nas rubricas indicadas no **item 1**, desde que comprovado que esse pagamento se refere aos empregados que desenvolvam suas atividades para a Justiça Eleitoral.

4. Poderá, ainda, a Contratada, movimentar os recursos da [conta-depósito vinculada](#) diretamente para a conta corrente dos empregados alocados na execução do contrato, desde que para o pagamento das mesmas verbas acima indicadas.

5. Para resgatar os recursos da [conta-depósito vinculada](#), a Contratada, após pagamento das verbas trabalhistas e previdenciárias, deverá apresentar à unidade competente do Tribunal os documentos comprobatórios de que efetivamente pagou a cada empregado o valor correspondente às rubricas em questão.

6. O Tribunal, após conferidos os cálculos e estando regular a documentação apresentada pela Contratada, expedirá-autorização à instituição bancária oficial, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da data de apresentação dos documentos comprobatórios pela Contratada.

7. Quando os valores a serem liberados da [conta-depósito vinculada](#) se referirem à rescisão do contrato de trabalho entre a empresa contratada e o empregado alocado na execução do contrato, com mais de um ano de serviço, o Fiscal Administrativo do Contrato deverá instar a Contratada a requerer a assistência do sindicato da categoria a que pertencer o empregado ou da autoridade do Ministério do Trabalho para verificar se os termos de rescisão do contrato de trabalho estão corretos.

8. No caso de o sindicato exigir o pagamento antes da assistência, a contratada, decidindo-se pela movimentação direta para a conta corrente do empregado, deverá apresentar a documentação visada pelo sindicato e o comprovante de depósito feito na conta dos beneficiários, no prazo de 10 dias úteis, a contar do dia da transferência dos valores liberados para a conta corrente do empregado.

9. Os saldos da conta-depósito serão remunerados diariamente pelo índice da poupança ou por outro definido no termo de cooperação técnica, sempre escolhido o de maior rentabilidade.

10. A implementação do disposto nesta Seção acarretará acréscimo de eventuais despesas para abertura e manutenção da [conta-depósito vinculada](#), que deverão ser suportadas na taxa de administração (custos indiretos) constante na proposta comercial da empresa.

11. Será retido do pagamento mensal devido à Contratada o valor das despesas acima referidas ([item 10](#)), caso a instituição bancária promova o desconto direto na [conta-depósito vinculada](#).

### CLÁUSULA NONA – DO PAGAMENTO

1. O pagamento será efetuado na forma e prazo estabelecidos no termo de referência, Anexo deste Contrato.



## TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

2. A nota fiscal/fatura deve ser emitida, obrigatoriamente, no mês subsequente ao da prestação do serviço.
3. Conforme indicado na **Cláusula Oitava**, os valores referentes às provisões trabalhistas e previdenciárias lá indicadas serão retidos e depositados em [conta-depósito vinculada](#), deixando de compor o valor do pagamento mensal à Contratada.
4. O pagamento dos serviços prestados no último mês de vigência contratual somente ocorrerá após a comprovação do cumprimento das obrigações trabalhistas por parte da Contratada, haja vista a possibilidade de implicação da responsabilidade subsidiária do Contratante, quanto àquelas obrigações (art. 71 da Lei nº 8.666/93 e Súmula nº 331 do TST). A aplicação do disposto neste item não gerará reajustamento de preços.
5. Condiciona-se o pagamento à declaração da fiscalização do contrato de que os serviços foram executados na forma avençada;
6. A Contratada indicará na nota fiscal/fatura o nome do Banco e os números da agência e da conta corrente para efetivação do pagamento.
7. Observados os princípios do contraditório e da ampla defesa, a Contratante poderá deduzir os valores correspondentes a multas, ressarcimentos ou indenizações, devidos pela Contratada, do montante a ser-lhe pago.
8. Caso a Contratada não honre com os encargos trabalhistas e previdenciários concernentes a este contrato, fica a Contratante autorizada a deduzir dos pagamentos devidos àquela os valores referentes aos salários, auxílios e eventuais direitos trabalhistas.
9. Ocorrendo as situações previstas nos **itens 4 e 7** e sendo a nota fiscal/fatura emitida no mês de competência, será ela encaminhada à Secretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade para que sejam providenciadas as retenções tributárias, com vista à não incidência de juros moratórios.
10. A nota fiscal/fatura apresentada em desacordo com o estabelecido neste Edital, na nota de empenho ou quando observada qualquer circunstância que desaconselhe o pagamento será devolvida à adjudicatária e nesse caso o prazo previsto no **item 1** será interrompido. A contagem do prazo previsto para pagamento será reiniciada a partir da respectiva regularização.
11. Por ocasião do pagamento, deverá ser verificada a regularidade da Contratada perante a Fazenda Nacional (Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União), o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (Certificado de Regularidade do FGTS – CRF), a Justiça Trabalhista (Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT) e a Fazenda Municipal (Certidão de Quitação de Tributos Municipais ou Certidão que comprove a regularidade com o ISS, emitida pelo órgão competente).
12. No caso de atraso de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, serão devidos pela Contratante encargos moratórios à taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano), capitalizados diariamente em regime de juros simples.



## TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

**13.** O valor dos encargos será calculado pela fórmula:  $EM = I \times N \times VP$ , onde: EM = Encargos moratórios devidos; N = Números de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; I = Índice de compensação financeira = 0,00016438; e VP = Valor da prestação em atraso.

### **CLÁUSULA DÉCIMA – DA REPACTUAÇÃO E DO REAJUSTE**

**1.** Será admitida a repactuação de preços desde que seja observado o interregno mínimo de um ano, a contar da data do orçamento a que a proposta se referir ou, quando for o caso, da data da última repactuação.

**2.** Será adotada como data do orçamento a que a proposta se referir, a data do acordo, convenção, dissídio coletivo de trabalho ou equivalente, que estipular o salário vigente à época da apresentação da proposta.

**2.1.** Inexistindo acordo, convenção ou dissídio coletivo, a repactuação dos preços da mão de obra terá como base a pesquisa de preços realizada na mesma fonte utilizada para a fixação da remuneração inicial, devendo ser observados os mesmos critérios fixados quando da elaboração da estimativa de preços, neste caso contando-se o interregno mínimo da data de apresentação da proposta.

**2.1.1.** Na ausência de instrumento coletivo específico para as categorias diferenciadas de engenheiro eletricitista e de técnico em segurança do trabalho, os salários dos profissionais deverão ser reajustados com base no índice concedido na Convenção Coletiva de Trabalho a que está vinculada a Contratada em razão dos serviços de manutenção predial.

**2.2.** Nas repactuações subsequentes à primeira, a anualidade será contada a partir da data do fato gerador que deu ensejo à última repactuação.

**2.3.** Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, com datas-base diferenciadas, a repactuação deverá ser dividida em tantas quanto forem os acordos, dissídios ou convenções coletivas das categorias envolvidas na contratação.

**3.** As repactuações serão precedidas de solicitação da Contratada, acompanhada de demonstração analítica da alteração dos custos, por meio de apresentação das planilhas de composição de custos e formação de preços, do novo dissídio, acordo ou convenção coletiva da categoria que fundamenta a repactuação, e, se for o caso, dos documentos indispensáveis à comprovação da alteração dos preços de mercado de cada um dos itens da planilha a serem alterados.

**3.1.** Os preços de insumos de mão de obra decorrentes de dissídio, convenção, acordo coletivo de trabalho ou definidos pelo poder público, tais como auxílio alimentação e vale transporte, serão reajustados com base nos respectivos instrumentos legais, no mesmo momento – e por meio do mesmo instrumento – em que ocorrer a repactuação da mão de obra, com efeitos financeiros das datas das efetivas alterações de custos de cada item, nos termos dos itens 1 e 2 desta cláusula.



## TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

- 3.2.** Os custos não renováveis serão amortizados e/ou eliminados após o primeiro ano de vigência do contrato.
- 3.3.** A alteração do Fator Acidentário de Prevenção (FAP) não será considerada para efeito de repactuação de preços, seja para redução, seja para majoração da rubrica (SAT/RAT).
- 4.** É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal, sentença normativa, acordo ou convenção coletiva, e sobre os quais não incidirá o percentual de lucro previsto na proposta da contratada e no contrato.
- 5.** A solicitação de repactuação somente será deferida por meio de negociação entre as partes, considerando-se:
- I – os preços praticados no mercado e em outros contratos da Administração;
  - II – as particularidades do contrato em vigência;
  - III – o novo acordo ou convenção coletiva das categorias profissionais;
  - IV – a nova planilha com a variação dos custos apresentada; e
  - V – indicadores setoriais, tabelas de fabricantes, valores oficiais de referência, tarifas públicas ou outros equivalentes.
- 6.** A decisão sobre o pedido de repactuação deve ser tomada no prazo máximo de sessenta dias, contado o prazo a partir da solicitação e da entrega dos comprovantes de variação dos custos.
- 7.** O Tribunal poderá realizar diligências para conferir a variação de custos alegada pela contratada.
- 8.** O prazo de sessenta dias acima referido ficará suspenso enquanto a contratada não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pelo Tribunal para a comprovação da variação dos custos.
- 9.** Na superveniência de prorrogação da vigência ou extinção do contrato, em que não seja requerido o direito à repactuação por parte da Contratada, operará a preclusão desse direito, ressalvadas apenas as situações nas quais as negociações para a celebração do acordo ou da convenção de trabalho ou a solução do dissídio coletivo ultrapassem a data-base e, nesse ínterim, a Administração convoque o contratado para a prorrogação ou sobrevenha extinção do contrato.
- 10.** É admitido, por ocasião da repactuação, o reajuste dos preços dos insumos e dos materiais, observado o interregno mínimo de um ano, contado da data limite para apresentação da proposta.
- 10.1** Se, no momento da repactuação, a Contratada ainda não fizer jus ao reajuste, nos termos deste item, ocorrerá somente a repactuação, podendo, a Contratada, em momento oportuno, após o implemento da condição (interregno mínimo de um ano), solicitar o reajuste de direito.
- 10.2.** Nos reajustes subsequentes ao primeiro, a anualidade será contada a partir da data do fato gerador que deu ensejo ao último reajuste.





## TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

**11.** Para o reajuste de insumos, materiais, serviços adicionais e software de gerenciamento de manutenção será utilizada a variação do IPCA, mantido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, acumulado em 12 (doze) meses, adotando-se a seguinte fórmula:

**Fórmula de cálculo:**

$$Pr = P + (P \times V)$$

Onde:

Pr = preço reajustado, ou preço novo;

P = preço atual (antes do reajuste);

V = variação percentual obtida na forma do item 11 desta cláusula, de modo que (P x V) significa o acréscimo ou decréscimo de preço decorrente do reajuste.

**11.1** Para a atualização do valor das visitas técnicas (engenheiro civil e engenheiro mecânico), será aplicado o percentual de reajuste concedido pela Convenção Coletiva de Trabalho a que está vinculada a Contratada em razão dos serviços de manutenção predial.

**12.** Caso a Contratada não requeira tempestivamente o reajuste e prorrogue o contrato sem pleiteá-lo, ocorrerá a preclusão do direito.

**13.** A Administração deverá assegurar-se de que os preços contratados são compatíveis com aqueles praticados no mercado, de forma a garantir a continuidade da contratação mais vantajosa.

**14.** A repactuação será formalizada por meio de termo aditivo e o reajuste por meio apostilamento ao contrato e, quando ocorrerem simultaneamente, constarão do mesmo aditivo contratual.

### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS SANÇÕES PELO DESCUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS**

**1.** De acordo com o disposto no art. 7º da Lei nº 10.520/2002, ficará IMPEDIDA DE LICITAR E DE CONTRATAR com a União e será descredenciada do SICAF e dos sistemas de cadastramento de fornecedores do TRE-BA, PELO PRAZO DE ATÉ 5 (CINCO) ANOS, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais, garantidos o contraditório e a ampla defesa, a licitante que:

- a) não mantiver a proposta, injustificadamente;
- b) comportar-se de modo inidôneo;
- c) fizer declaração falsa;
- d) cometer fraude fiscal;
- e) falhar ou fraudar na execução do contrato;
- f) não encaminhar documentação exigida no certame ou entregar documentação falsa;





## TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

- g) não executar o objeto licitado;
  - h) retardar a execução do objeto licitado;
  - i) executar objeto que não atenda à especificação exigida no edital.
2. Para os fins da alínea “b”, reputar-se-ão inidôneos atos como os descritos nos arts. 90, 92, 93, 94, 95 e 97 da Lei nº 8.666/93.
3. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o às penalidades legalmente estabelecidas.
4. Qualquer penalidade somente poderá ser aplicada mediante processo administrativo, no qual se assegurem a prévia defesa e o contraditório, consoante rito estabelecido no art. 87, § 2º da Lei 8.666/93, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 9.784/99 e a Portaria nº 112/2023, da Presidência do TRE-BA.
5. Pelo inadimplemento total ou parcial das obrigações assumidas, a Contratada estará sujeita à multa prevista no Termo de Referência, Anexo deste Contrato.
6. O Contratante poderá reter dos pagamentos devidos à Contratada, como medida cautelar, independentemente de sua manifestação prévia, valor relativo a eventual multa a ser aplicada em razão de inadimplemento contratual, com base no artigo 45 da Lei nº 9.784/99 e no artigo 26, inciso I, da Portaria nº 112/2023, da Presidência do TRE/BA.
7. O valor da multa aplicada será descontado dos pagamentos eventualmente devidos à licitante vencedora ou da garantia prestada, quando houver, ou ainda, quando for o caso, cobrado judicialmente.
8. Aplicada a penalidade de multa, após regular processo administrativo, observado o disposto nos **itens 6 e 7, desta Cláusula**, será a Contratada, se for o caso, intimada para efetuar o recolhimento do seu valor por meio de Guia de Recolhimento da União – GRU, no prazo de 30 dias, contados da intimação.
9. As situações mencionadas nos incisos I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93 podem ensejar, a critério da Administração, a rescisão unilateral do contrato.
10. Os recursos contra a aplicação de sanções em decorrência de inadimplemento contratual serão dirigidos à Presidência do TRE-BA, sendo interpostos na forma e nos prazos estabelecidos no art. 109 da Lei 8.666/93.

### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO**

1. Este contrato poderá ser alterado nos casos previstos no art. 65 da Lei 8.666/93, com a apresentação das devidas justificativas.



## TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA RESCISÃO CONTRATUAL**

1. A inexecução total ou parcial do Contrato enseja a sua rescisão, conforme disposto nos artigos 77 a 80 da Lei 8.666/93, sem prejuízo da aplicação das penalidades aqui estabelecidas.
2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA VIGÊNCIA**

1. O contrato terá vigência de 24 (vinte e quatro) meses, contados da data de sua assinatura.
2. A vigência do presente contrato poderá ser prorrogada, mediante termo aditivo, até o limite de 60 (sessenta) meses, caso sejam preenchidos os requisitos abaixo enumerados de forma simultânea:
  - 2.1. Prestação regular dos serviços;
  - 2.2. Manutenção do interesse pela Administração na realização do serviço;
  - 2.3. Manutenção da vantajosidade econômica do valor do contrato para a Administração; e
  - 2.4. Concordância expressa da Contratada pela prorrogação.

### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA PUBLICAÇÃO**

1. O presente contrato será publicado, em extrato, no Diário Oficial da União, conforme prescreve o art. 61, parágrafo único, da Lei 8.666/93.

### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS (LGPD) – LEI 13709/18**

1. O TRE-BA e a Contratada se comprometem a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, atuando da seguinte forma:
  - a) a coleta de dados pessoais indispensáveis à própria prestação do serviço, se houver, será realizada mediante prévia e fundamentada aprovação do TRE-BA, responsabilizando-se a Contratada por obter o consentimento dos titulares (salvo nos casos em que opere outra hipótese legal de tratamento). Os dados assim coletados só poderão ser utilizados na execução dos serviços especificados neste contrato, e em hipótese alguma poderão ser compartilhados ou utilizados para outros fins;
  - b) encerrada a vigência do contrato ou não havendo mais necessidade de utilização dos dados pessoais, sejam eles sensíveis ou não, a Contratada providenciará seu descarte de forma segura.



## TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

2. A Contratada dará conhecimento formal aos seus empregados das obrigações e condições acordadas neste item, inclusive no tocante à Política de Privacidade do TRE-BA, cujos princípios deverão ser aplicados à coleta e tratamento dos dados pessoais de que trata a presente cláusula.
3. O eventual acesso, pela Contratada, às bases de dados que contenham ou possam conter dados pessoais ou segredos de negócio implicará para a mesma e para seus prepostos – devida e formalmente instruídos nesse sentido – o mais absoluto dever de sigilo, no curso do presente contrato e pelo prazo de até 10 anos contados de seu termo final.
4. Representante da Contratada manterá contato formal com representante do TRE-BA, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas da ocorrência de qualquer incidente que implique violação ou risco de violação de dados pessoais, para que este possa adotar as providências devidas, na hipótese de questionamento das autoridades competentes.
5. A critério do TRE-BA, a Contratada poderá ser provocada a preencher um relatório de impacto, conforme a sensibilidade e o risco inerente dos serviços objeto deste contrato, no tocante a dados pessoais.

### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO FUNDAMENTO LEGAL**

1. O presente Contrato é celebrado com fulcro nas normas insertas na Lei 8.666/93 e suas alterações, tendo por base as condições estabelecidas no Pregão nº 33/2023 e os termos da proposta apresentada pela Contratada.

### **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO FORO**

1. Fica eleito o foro da Seção Judiciária da Justiça Federal de Salvador, capital do Estado da Bahia, para dirimir qualquer dúvida oriunda da execução deste contrato.

E, por estarem justas e contratadas, assinam as partes o presente instrumento, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

Salvador, xx de xxxxxxxx de 20XX.

---

**Diretor-Geral do TRE-BA**

---

**CONTRATADA**



## TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

### PREGÃO ELETRÔNICO N.º 33/2023

#### ANEXO V

#### INSTRUÇÃO NORMATIVA N.º 04, DE 21 DE MARÇO DE 2023

Estabelece os procedimentos para a retenção de valores de provisões referentes a encargos trabalhistas, previdenciários e outros a serem pagos às empresas contratadas para a prestação de serviços com dedicação exclusiva de mão de obra nas dependências do TRE-BA.

O DIRETOR-GERAL DA SECRETARIA DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso II do art. 143 da Resolução Administrativa n.º 26, de 09 de setembro de 2022 (Regulamento Interno da Secretaria do Tribunal), e com base na Resolução n.º 169/2013, alterada pelas Resoluções n.º 183/2013, n.º 248/2018 e n.º 301/2019 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ),

RESOLVE:

#### CAPÍTULO I

#### DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º A retenção de valores de provisões de encargos trabalhistas, previdenciários e outros a serem pagos às empresas contratadas para a prestação de serviços com dedicação exclusiva de mão de obra nas dependências do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia, independentemente da unidade de medida contratada, ou seja, posto de trabalho, homem/hora, produtividade, entrega de produto específico, ordem de serviço etc., fica disciplinada por esta instrução normativa.

Art. 2º Para fins da presente instrução normativa, considera-se:

I – conta-depósito vinculada - bloqueada para movimentação: conta aberta pelo Tribunal em banco público oficial em nome da contratada, utilizada na contratação de serviços contínuos de dedicação exclusiva de mão de obra, para garantir os recursos necessários ao adimplemento das obrigações trabalhistas e encargos previdenciários descritos no art. 6º desta instrução normativa, movimentada somente com autorização do contratante;

II - contratada: pessoa jurídica que firmou contrato com o Tribunal para prestação de serviços continuados com dedicação exclusiva de mão de obra;

III - contratante: Tribunal Regional Eleitoral da Bahia (tomador do serviço contratado);



## TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

IV – declaração de débitos e créditos tributários federais previdenciários e de outras entidades e fundos (DCTFWeb): obrigação tributária acessória por meio da qual a contratada confessa débitos de contribuições previdenciárias e de contribuições destinadas a terceiros. É também o nome dado ao sistema utilizado para editar a declaração, transmiti-la e gerar o documento de arrecadação;

V – encargos: custos relativos às obrigações trabalhistas devidas mensalmente ou quando da demissão de empregado alocado a serviço do TRE-BA;

VI – fator acidentário de prevenção – FAP: é um sistema bonus x malus anual, previsto no art. 202-A do Decreto nº 3.048, de 6 de maio de 1999, no qual a alíquota RAT poderá ser reduzida em até 50% ou aumentada em até 100%, conforme dispuser o regulamento, em razão do desempenho da contratada em relação à respectiva atividade econômica, apurado em conformidade com os resultados obtidos a partir dos índices de frequência, gravidade e custo, calculados segundo metodologia aprovada pelo Conselho Nacional de Previdência Social. Em setembro de cada ano, é divulgado no sítio da Previdência Social o índice referente ao exercício seguinte;

VII – FapWEB: sítio eletrônico administrado pela Previdência Social (<https://www2.dataprev.gov.br/FapWeb/faces/pages/principal.xhtml>) por meio do qual a contratada terá conhecimento do FAP por meio de sua senha específica, cadastrada e utilizada na Receita Federal do Brasil para outros serviços relativos a contribuições previdenciárias. De posse da senha, a empresa poderá consultar o FAP de seus estabelecimentos e gerar relatório também denominado de FapWEB;

VIII – guia de recolhimento do FGTS e de informações à Previdência Social – GFIP: guia que oferece informações para montar um cadastro eficiente de vínculos e remunerações dos segurados da Previdência Social;

IX – GIILRAT: sigla correspondente à contribuição social destinada ao financiamento da aposentadoria especial e dos benefícios concedidos em razão do grau de incidência de incapacidade laborativa decorrente dos riscos ambientais do trabalho (antigo seguro de acidente de trabalho – SAT). Representa a contribuição da empresa prevista no inciso II do art. 22 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991 (RAT), ajustada na forma do art. 202-A do Decreto nº 3.048/1999 (FAP);

X – guia da previdência social – GPS: documento hábil para o recolhimento das contribuições sociais;

XI – guia de recolhimento do FGTS – GRF: guia com código de barras para recolhimento regular do FGTS, gerada logo após a transmissão do arquivo SEFIP, por meio do protocolo de conectividade social;

XII - movimentação direta para a conta bancária do empregado: transferência de valores da conta-depósito vinculada diretamente para a conta dos empregados, após solicitação da contratada;

XIII – protocolo de conectividade social: canal eletrônico de relacionamento desenvolvido pela Caixa Econômica Federal e disponibilizado gratuitamente às empresas;

XIV – riscos ambientais do trabalho – RAT: representa a contribuição da contratada prevista no inciso II do art. 22 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, e consiste em percentual que mede o risco da atividade econômica. Ele é a base na qual é cobrada a contribuição para financiar os benefícios previdenciários decorrentes do grau de incidência de incapacidade laborativa (GIILRAT);



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA**

XV – RAT ajustado: expressão criada pela Receita Federal para se referir ao GILRAT;

XVI – regime de dedicação exclusiva de mão de obra: modelo de execução contratual estabelecido em instrumento convocatório ou contrato que exija a alocação de mão de obra para trabalhar continuamente nas dependências deste Tribunal, independentemente da indicação do perfil, requisitos técnicos e quantitativo de profissionais, ficando descaracterizada a dedicação exclusiva no caso de atuação simultânea devidamente comprovada de um mesmo empregado da contratada em diversos órgãos e/ou empresas;

XVII - resgate: devolução de valores retidos na conta-depósito vinculada quando a empresa comprova o pagamento das verbas trabalhistas e sociais dos empregados alocados no contrato;

XVIII – sistema empresa de recolhimento do FGTS e informações à Previdência Social – SEFIP: aplicativo desenvolvido pela Caixa Econômica Federal que permite ao empregador/contribuinte consolidar os dados cadastrais e financeiros da empresa e seus

empregados, bem como repassá-los ao FGTS e à Previdência Social;

XIX – sistema de escrituração digital das obrigações fiscais, previdenciárias e trabalhistas (eSocial): instrumento de unificação da prestação das informações referentes à escrituração das obrigações fiscais, previdenciárias e trabalhistas que substituirá, na forma e nos prazos regulamentados pelos órgãos integrantes do comitê gestor do eSocial, a entrega das informações em outros formulários e declarações a que estão sujeitas as empresas contratadas pelo Tribunal;

XX - saldo remanescente: montante constituído por valores retidos e não resgatados pela contratada ou não movimentados diretamente para a conta corrente dos empregados durante a execução, ou após a extinção do contrato administrativo, por ausência de comprovação documental necessária para a liberação e/ou de valores provenientes de origens diversas, tais como remuneração da conta vinculada, retenção excedente em razão da metodologia de cálculo do provisionamento ou pela não ocorrência de fato gerador;

XXI - termo de cooperação técnica: instrumento que formaliza junto ao banco público oficial os prazos e responsabilidades dos cooperados para abertura e operacionalização da conta-depósito vinculada junto à instituição bancária;

XXII – termo de rescisão de contrato de trabalho – TRCT: demonstrativo dos haveres trabalhistas devidos ao empregado decorrentes da rescisão do contrato de trabalho.



## TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

### CAPÍTULO II

#### DA ABERTURA DA CONTA-DEPÓSITO VINCULADA

Art. 3º O Tribunal firmará termo de cooperação técnica com banco público oficial para a abertura de conta-depósito vinculada, cuja gestão compete à Secretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade – SOF.

Art. 4º Após a assinatura do contrato e publicação de seu extrato na imprensa oficial serão adotados os seguintes procedimentos:

##### I – Seção de Contratos – SECONT:

a) notificação da contratada, por ocasião do envio da via do ajuste assinado, para que compareça à agência do banco conveniado por ela indicada, no prazo de 20 (vinte) dias, a contar do recebimento da notificação, munida da documentação necessária à abertura da conta-depósito vinculada e do termo específico que autoriza o acesso deste Tribunal aos saldos e extratos, bem como a movimentação dos valores da respectiva conta, e comunique à unidade gestora do contrato a data de efetiva abertura da conta;

b) registro, no processo, da data de recebimento da notificação prevista na alínea anterior, de modo a possibilitar à unidade gestora e à fiscalização do ajuste o acompanhamento o cumprimento da obrigação;

c) encaminhamento dos autos à unidade gestora da contratação para ciência e acompanhamento e, simultaneamente, à SECONTA para apropriação do contrato e à SOF para oficial o banco conveniado, objetivando a abertura da conta-depósito em nome da contratada, observados os requisitos e condições previstas no termo de cooperação.

II – Gestor e fiscais do contrato: acompanhamento, junto à Contratada, do cumprimento das providências relacionadas no inciso I, "a" deste artigo, com posterior informação à SECONTA a data de efetiva abertura da conta, para que acompanhe sua ativação pelo banco;

III – Contratada: no prazo de até 20 (vinte) dias da ciência da notificação, comparecimento à agência do banco conveniado munida dos documentos necessários, a fim de assinar a documentação relativa à abertura da conta e o termo específico que autoriza o Tribunal a acessar saldos e extratos, bem como a movimentar valores da respectiva conta.

IV – Instituição bancária: proceder à abertura e ativação da conta-depósito vinculada e oficial o Tribunal na forma e no prazo estabelecidos no termo de cooperação técnica.

Art. 5º Concluídas as providências para a abertura da conta-depósito, a SECONTA informará à unidade gestora, a qual prosseguirá no acompanhamento da execução contratual.

§1º Se no prazo estabelecido a contratada não comparecer ao banco para cumprimento do disposto no inciso III do art. 4º, a fiscalização do contrato adotará as providências previstas no instrumento contratual.





## TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

§2º Enquanto pendente a abertura da conta-depósito vinculada, os valores referentes às rubricas discriminadas no art. 6º serão retidos do pagamento mensal, de modo a possibilitar que o depósito seja realizado após a ativação da conta.

### CAPÍTULO III

#### DO CONTINGENCIAMENTO DE VALORES

##### Seção I

##### Dos encargos e dos percentuais de contingenciamento

Art. 6º O montante a ser destacado do pagamento do valor mensal devido à contratada e depositado exclusivamente em banco público oficial será igual ao somatório dos valores das seguintes rubricas:

I – férias e 13º salário;

II - 1/3 constitucional;

III - multa do FGTS por dispensa sem justa causa;

IV - incidência dos encargos previdenciários e FGTS (INSS / SESI / SESC / SENAI / SENAC / INCRA / SALÁRIO EDUCAÇÃO / FGTS/RAT+FAP / SEBRAE etc.) sobre férias, 1/3 constitucional e 13º salário.

Parágrafo único. O percentual incidente deverá constar dos editais de licitação e dos contratos de prestação de serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra.

Art. 7º Os depósitos dos valores contingenciados serão efetuados sem prejuízo da retenção na fonte, da tributação sujeita a alíquotas específicas previstas na legislação própria.

Art. 8º No momento da contratação ou do aditamento contratual, a Seção de Contratos juntará aos autos da contratação planilha de custos da contratada em formato editável para controle e consultas posteriores, e anexará ao contrato versão final da planilha.

##### Seção II

##### Dos procedimentos para contingenciamento de valores

Art. 9º Com a finalidade de viabilizar os procedimentos de contingenciamento de valores competirá:





## TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

I - À contratada: apresentar o pedido de pagamento mensal acompanhado dos documentos exigidos no contrato de prestação de serviços;

II – À fiscalização do contrato: encaminhar à SOF, mensalmente, as notas fiscais para pagamento, com expressa indicação do valor a ser retido e creditado na conta-depósito vinculada - bloqueada para movimentação, acompanhadas de memória de cálculo por empregado.

III – À SOF: receber o pedido de pagamento e processar as informações em conformidade com as disposições desta instrução normativa, do instrumento convocatório, do contrato e da legislação pertinente, promover o pagamento e depositar o valor a ser contingenciado na conta-depósito vinculada - bloqueada para movimentação.

Parágrafo único. No caso de existirem postos contratados e não efetivamente ocupados, o fiscal deverá realizar o cálculo do valor a ser retido em conta-depósito vinculada com base na planilha de controle e no quantitativo de postos efetivamente ocupados, informando o valor total da retenção quando for encaminhada a fatura mensal para pagamento.

### CAPÍTULO IV

#### DA LIBERAÇÃO DOS RECURSOS DA CONTA-DEPÓSITO VINCULADA

##### Seção I

##### Das modalidades de transações financeiras

Art. 10. A contratada poderá solicitar autorização, devidamente instruída nos termos do contrato e do presente normativo, para:

I) resgate da conta-depósito vinculada dos valores despendidos com o pagamento de verbas trabalhistas e previdenciárias que estejam contempladas nas rubricas indicadas no art. 6º desta instrução normativa, no limite dos depósitos efetuados em cada rubrica, desde que comprovado que o pagamento se refere aos empregados alocados na execução do contrato administrativo;

II) movimentação de recursos da conta-depósito vinculada diretamente para a conta bancária dos empregados alocados na execução do contrato administrativo, desde que para o pagamento de verbas trabalhistas que estejam contempladas nas rubricas indicadas no art. 6º desta instrução normativa; e,

III) liberação do saldo remanescente existente na conta-depósito vinculada, após o encerramento do contrato administrativo, observando-se o disposto no parágrafo único do art. 20.



## TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

### Seção II

#### Da liberação de recursos durante a vigência do contrato

Art. 11. Durante a vigência do contrato o Tribunal poderá autorizar a movimentação dos valores relativos às verbas destacadas no contingenciamento, nos termos dos incisos I e II do art. 10.

Art. 12. Cabe ao fiscal administrativo do contrato analisar, no prazo de 5 (cinco) dias úteis do recebimento, a documentação apresentada pela contratada para autorização de resgate dos valores retidos em conta depósito vinculada ou a movimentação direta para a conta bancária do empregado, devendo verificar, a cada solicitação:

I – a conformidade do valor do salário, do direito trabalhista e dos benefícios com o previsto no contrato administrativo e no instrumento coletivo de trabalho;

II – a observação pela empresa contratada dos prazos legais para quitação das rubricas previstas no art. 6º desta instrução normativa.

Parágrafo único. Para fins de cumprimento do disposto neste artigo, o fiscal deverá implementar mecanismos de controle que possibilitem obter as seguintes informações:

- a) identificação dos empregados alocados no contrato, se são titulares ou substitutos e se prestam serviços com exclusividade nas dependências do Tribunal;
- b) data de disponibilização dos empregados no Tribunal;
- c) remuneração periódica;
- d) data da convenção coletiva;
- e) período aquisitivo e gozado de férias;
- f) registro de resgate ou movimentação direta da conta-depósito vinculada;
- g) demais informações que possibilitem realizar a gestão da conta-depósito vinculada de forma efetiva.

Art. 13. O Tribunal autorizará o resgate dos valores relativos às verbas destacadas no contingenciamento, desde que a contratada, após o pagamento das verbas trabalhistas e previdenciárias, apresente os documentos comprobatórios de que efetivamente pagou a cada empregado as rubricas indicadas no art. 6º desta instrução normativa.

I - Para fins de comprovação da quitação deverão ser apresentados, juntamente com planilha contendo memória de cálculo detalhada por empregado e rubrica a ser resgatada, os seguintes documentos:

- a) aviso prévio de férias ou recibo de férias assinado pelo empregado;
- b) comprovante de pagamento do 13º salário assinado pelo empregado;
- c) termo de rescisão de contrato de trabalho assinado pelo empregado e pela empresa, termo de homologação de contrato de trabalho e termo de quitação de rescisão de contrato de trabalho;



## TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

- d) comprovante de transferência bancária para conta-salário de titularidade do empregado;
- e) Guia da Previdência Social (GPS), com o comprovante de pagamento do mês de competência da quitação da verba trabalhista;
- f) Guia de Recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e Informações à Previdência Social (GFIP), com comprovante de pagamento do mês de competência da quitação da verba trabalhista;
- g) Guia de Recolhimento Rescisório do FGTS (GRRF), com comprovante de pagamento da quitação da verba trabalhista.

Art. 14. O Tribunal autorizará a movimentação direta para a conta bancária dos empregados alocados nas suas dependências, exclusivamente para o pagamento das verbas trabalhistas contempladas no contingenciamento, desde que apresentada pela contratada, concomitante à solicitação, folha de pagamento elaborada por ocasião da ocorrência de cada uma das rubricas indicadas no art. 6º desta instrução normativa, a qual deverá conter as seguintes informações:

- a) nome do funcionário;
- b) número da matrícula, ou da identidade ou do CPF do funcionário;
- c) a quantidade de meses do ano em que o funcionário laborou nas dependências do Tribunal por força contratual;
- d) dados bancários para depósito do valor líquido indicado na folha de pagamento: banco, número da agência e número da conta corrente;
- e) indicação do valor do salário bruto;
- f) indicação do valor proporcional do salário bruto, resultante da divisão do valor do salário bruto por 12 e o resultado multiplicado pela quantidade de meses no ano em que o funcionário laborou nas dependências do Tribunal por força contratual;
- g) indicação dos valores a serem deduzidos do salário bruto proporcional: descontos legais (previdência social, Imposto de Renda etc.) e outros descontos autorizados pelo funcionário; e
- h) valor líquido a ser pago.

§ 1º O pedido para movimentação dos recursos deverá ser realizado em até 30 (trinta) dias úteis do vencimento da obrigação, a fim de que sejam resguardados todos os trâmites no Tribunal e o cumprimento dos prazos previstos na legislação trabalhista, cuja inobservância é de responsabilidade exclusiva da contratada, na condição de empregadora.

§ 2º A fiscalização do contrato confirmará a ocorrência do evento, fará a conferência quanto à pertinência da documentação, inclusive da planilha, e enviará os documentos à SECONGE, para conferência quanto à conformidade dos cálculos e valores a serem resgatados de acordo com os depósitos realizados.

§ 3º A movimentação mencionada no *caput* será realizada no montante de valores individualizados das verbas pelo período em que o empregado esteve à disposição no Tribunal, desde que os recursos contingenciados sejam suficientes para o adimplemento das obrigações trabalhistas.



## TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

§ 4º Quando da movimentação direta das rubricas trabalhistas para as contas dos empregados, a contratada poderá requerer o resgate dos valores retidos em conta-depósito vinculada a título de incidência dos encargos previdenciários e FGTS, desde que devidamente comprovado o seu pagamento.

§ 5º Considerando o disposto no § 1º do art. 18 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, não será permitida a movimentação direta da multa do FGTS para a conta dos empregados.

§ 6º Compete exclusivamente à empresa contratada a veracidade e a correção dos dados bancários dos empregados a serem favorecidos na transação bancária autorizada, sendo aceita somente a indicação de conta bancária, sem bloqueios ou limitações, em nome do respectivo titular.

Art. 15. Verificada pela fiscalização do contrato a pertinência da documentação apresentada com o exigido no contrato e na presente instrução normativa, esta será encaminhada à Seção de Contabilidade Gerencial (SECONGE) para conferência quanto à conformidade dos cálculos e valores a serem resgatados de acordo com os depósitos realizados.

Art. 16. Conferidos os cálculos e estando regular a documentação apresentada pela contratada, a SECONGE a enviará à SOF, a quem caberá expedir ofício à instituição bancária oficial, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis a contar da data da apresentação de todos os documentos comprobatórios pela empresa contratada, autorizando a movimentação ou o resgate de valores da conta-depósito vinculada - bloqueada para movimentação, conforme o caso, descontado o prazo constante do art. 12.

Art. 17. Conferidos os cálculos e estando regular a documentação apresentada pela contratada, a SECONGE enviará os autos à COFIC que, após apreciação, os encaminhará à SECONTA para elaboração da minuta de ofício.

Parágrafo único. Assinado o ofício pelo gestor financeiro, a SECONTA o enviará à instituição bancária oficial, em até 10 (dez) dias úteis a contar da data da apresentação de todos os documentos comprobatórios pela empresa contratada, autorizando a movimentação ou o resgate dos valores da conta-depósito vinculada - bloqueada para movimentação, conforme o caso.

Art. 18. Caso a documentação comprobatória dos eventos geradores do direito ao pedido de resgate ou de movimentação esteja incompleta, incorreta e/ou exija diligências administrativas para fins de atender a presente instrução normativa, o processo será devolvido à fiscalização que notificará a contratada para regularização da pendência, sendo interrompido o prazo previsto para efetivação do pedido, cuja contagem reiniciará quando da apresentação de toda a documentação regularizada.

Art. 19. Quando os valores a serem liberados da conta-depósito vinculada se referirem à rescisão do contrato de trabalho entre a empresa e o empregado alocado na execução do contrato com mais de um ano de serviço, o fiscal administrativo deverá instar a contratada a requerer a assistência do sindicato da categoria a que pertencer o empregado ou da autoridade do Ministério do Trabalho para verificar se os termos de rescisão do contrato de trabalho estão corretos.

Parágrafo único. No caso de o sindicato exigir o pagamento antes da assistência, a contratada, decidindo-se pela movimentação direta para a conta corrente do empregado, deverá apresentar a documentação



## TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

visada pelo sindicato e o comprovante de depósito feito na conta dos beneficiários, no prazo de 10 dias úteis, a contar do dia da transferência dos valores liberados para a conta corrente do empregado.

Art. 20. Não será autorizada a movimentação de valores da conta-depósito vinculada bloqueada para movimentação para pagamento de débitos decorrentes do pagamento das verbas trabalhistas fora do prazo estabelecido na lei, tais como férias em dobro e a multa prevista no §8º do art. 477 da CLT.

### Seção III

#### Da liberação de recursos após o término do contrato

Art. 21. Encerrada a vigência do contrato com dispensa dos empregados, o Tribunal autorizará o resgate dos valores existentes na conta-depósito vinculada, para quitação das verbas rescisórias, desde que apresentada pela contratada a seguinte documentação:

- a) planilha contendo o nome do prestador terceirizado, a data de admissão na empresa e a data de disponibilização ao Tribunal na condição de “titular”;
- b) termo de rescisão de contrato de trabalho – TRCT;
- c) termo de homologação do contrato de trabalho – THRCT, para contratos de trabalho superiores a um ano;
- d) termo de quitação de rescisão de contrato de trabalho – TQRCT, para contratos de trabalho inferiores a um ano;
- e) comprovação de depósito em conta bancária do empregado relativo ao valor líquido do termo de rescisão;
- f) demonstrativo do trabalhador de recolhimento do FGTS rescisório (multa do FGTS);
- g) guia de recolhimento rescisório do FGTS devidamente quitada;
- h) folha de pagamento ou folha fiscal referente ao mês de competência da rescisão;
- i) relatório RE – relação de trabalhadores:
  - i.1) relação dos trabalhadores constantes no arquivo Sefip;
  - i.2) relação dos trabalhadores constantes no arquivo Sefip – resumo do fechamento – empresa – FGTS;
- j) relatório GRF:
  - j.1) guia de recolhimento do FGTS – GRF;
  - j.2) comprovante de pagamento da GRF;
- k) relatório comprovante de declaração à Previdência;



## TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

k.1) comprovante de declaração das contribuições a recolher à Previdência Social e a outras entidades e fundos por FPAS;

l) relatório GPS:

l.1) guia da Previdência Social – GPS

l.2) comprovante de pagamento da GPS;

m) protocolo de envio de arquivos conectividade social;

n) no caso de entidades obrigadas ao eSocial, os documentos relacionados nas alíneas “k” e “i” serão substituídos por relatórios eSocial e DCTFweb:

n.1) declaração completa gerada pelo DCTFweb, na categoria geral, em situação ativa (original ou retificadora);

n.2) recibo de entrega da DCTFWeb;

n.3) DARF gerado pela DCTFweb com detalhamento dos pagamentos previdenciários;

n.4) comprovante de pagamento do DARF gerado pelo DCTFweb;

n.5) caso necessário para esclarecimento dos valores individuais, cópia dos eventos S-5001 – Informações das contribuições sociais consolidadas por trabalhador, S-5002 – Imposto de renda retido na fonte, S-5003 – Informações do FGTS por trabalhador, S-5011 – Informações das contribuições sociais consolidadas por contribuinte, S-5012 – Informações do IRRF consolidadas por contribuinte, S-5013 – Informações do FGTS consolidadas por contribuinte;

Parágrafo único. Caso a empresa, após o término do contrato, não realize as comprovações necessárias para a liberação dos valores bloqueados, deverá ser retido o montante depositado na conta vinculada pelo prazo de:

I – dois anos, caso o empregado não tenha ajuizado ação trabalhista;

II – cinco anos, caso o empregado tenha ajuizado ação trabalhista.

## CAPÍTULO V

### DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 22. Nas situações previstas no art. 10, os valores serão calculados na proporção do tempo em que o empregado esteve alocado na prestação dos serviços por força contratual.

Art. 23. O valor referente à multa do FGTS somente será liberado em caso de rescisão do contrato de trabalho sem justa causa, após a devida comprovação.



## TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

Art. 24. Despesas para a abertura e manutenção da conta-depósito vinculada, bem como tarifas de transferências bancárias, deverão ser suportadas com subsídio na taxa de administração (despesas indiretas) constante na proposta comercial da empresa.

§ 1º Será retido do pagamento mensal devido à contratada o valor das despesas de que trata o *caput* deste artigo, caso a instituição bancária promova o desconto direto na conta-depósito vinculada.

§ 2º Os valores das tarifas debitadas da conta-depósito vinculada serão retidos da fatura da contratada no mês subsequente à ocorrência do fato gerador, mediante informação a ser repassada pela Secretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade ao gestor e aos fiscais.

§ 3º Na hipótese de término do contrato, após a comprovação da quitação das verbas devidas, as tarifas mencionadas no *caput* serão subvencionadas pelo saldo residual constante na conta-depósito vinculada.

§ 4º Se realizados os pagamentos devidos e descontadas eventuais tarifas bancárias previstas no § 2º do art. 4º, ainda assim houver saldo residual na conta-depósito vinculada, o montante será liberado à contratada após o encerramento do contrato.

Art. 25. Os saldos da conta-depósito serão remunerados diariamente pelo índice da poupança ou por outro definido no termo de cooperação técnica, sempre escolhido o de maior rentabilidade.

Art. 26. Os procedimentos previstos nesta instrução normativa terão aplicação imediata, no que couber, aos contratos vigentes.

Art. 27. Para as contratações com prazo de vigência inferior a 12 (doze) meses poderá ser dispensada a utilização dos procedimentos de que trata esta Instrução Normativa, desde que devidamente motivado e registrado nos autos.

Art. 28. Os casos não previstos nesta instrução normativa serão resolvidos observando-se a Resolução CNJ nº 169/2013 e suas alterações, podendo ser eventualmente consultado o Conselho Nacional de Justiça sobre o tema.

Art. 29. As dúvidas eventualmente suscitadas na aplicação desta Instrução Normativa serão dirimidas pelo Diretor-Geral do Tribunal.

Art. 30. A presente Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação e revoga a Portaria nº 4, de 11 de janeiro de 2016, da Diretoria-Geral.

Salvador-BA, 21 de março de 2023.

**RAIMUNDO DE CAMPOS VIEIRA**

Diretor-Geral do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia





**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA**

**PREGÃO ELETRÔNICO N.º 33/2023**

**ANEXO VI**

**ACORDO JUDICIAL**

Acordo entre MPT e AGU impede União de contratar trabalhadores por meio de cooperativas de mão-de-obra

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO, neste ato representado pelo Procurador-Geral do Trabalho, Dr. Guilherme Mastrichi Basso, pela Vice-Procuradora-Geral do Trabalho, Dra. Guiomar Rechia Gomes, pelo Procurador-Chefe da PRT da 10ª Região, Dr. Brasilino Santos Ramos e pelo Procurador do Trabalho Dr. Fábio Leal Cardoso, e a UNIÃO, neste ato representada pelo Procurador-Geral da União, Dr. Moacir Antonio da Silva Machado, pela Sub Procuradora Regional da União - 1ª Região, Dra. Helia Maria de Oliveira Bettero e pelo Advogado da União, Dr. Mário Luiz Guerreiro;

CONSIDERANDO que toda relação jurídica de trabalho cuja prestação laboral não eventual seja ofertada pessoalmente pelo obreiro, em estado de subordinação e mediante contraprestação pecuniária, será regida obrigatoriamente pela Consolidação das Leis do Trabalho ou por estatuto próprio, quando se tratar de relação de trabalho de natureza estatutária, com a Administração Pública;

CONSIDERANDO que a legislação consolidada em seu art. 9º, comina de nulidade absoluta todos os atos praticados com o intuito de desvirtuar, impedir ou fraudar a aplicação da lei trabalhista;

CONSIDERANDO que as sociedades cooperativas, segundo a Lei n. 5.764, de 16.12.1971, art. 4º, “(...) são sociedades de pessoas, com forma e natureza jurídica próprias, de natureza civil, não sujeitas à falência, constituídas para prestar serviços aos associados”.

CONSIDERANDO que as cooperativas podem prestar serviços a não associados somente em caráter excepcional e desde que tal faculdade atenda aos objetivos sociais previstos na sua norma estatutária, (art. 86, da Lei n. 5.764, de 16.12.1971), aspecto legal que revela a patente impossibilidade jurídica das cooperativas funcionarem como agências de locação de mão-de-obra terceirizada;

CONSIDERANDO que a administração pública está inexoravelmente jungida ao princípio da legalidade, e que a prática do merchandage é vedada pelo art. 3º, da CLT e repelida pela jurisprudência sumulada do C. TST (En. 331);

CONSIDERANDO que os trabalhadores aliciados por cooperativas de mão-de-obra, que prestam serviços de natureza subordinada à UNIÃO embora laborem em situação fática idêntica a dos empregados das empresas prestadoras de serviços terceirizáveis, encontram-se à margem de qualquer proteção jurídico-laboral, sendo-lhes sonogada a incidência de normas protetivas do trabalho, especialmente àquelas destinadas a tutelar a segurança e higidez do trabalho subordinado, o que afronta o princípio da isonomia,





## TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

a dignidade da pessoa humana e os valores sociais do trabalho (arts. 5º, caput e 1º, III e IV da Constituição Federal);

CONSIDERANDO que num processo de terceirização o tomador dos serviços (no caso a administração pública) tem responsabilidade sucessiva por eventuais débitos trabalhistas do fornecedor de mão-de-obra, nos termos do Enunciado 331, do TST, o que poderia gerar graves prejuízos financeiros ao erário, na hipótese de se apurar a presença dos requisitos do art. 3º, da CLT na atividade de intermediação de mão-de-obra patrocinada por falsas cooperativas;

CONSIDERANDO o teor da Recomendação Para a Promoção das Cooperativas aprovada na 90ª sessão, da OIT – Organização Internacional do Trabalho, em junho de 2002, dispondo que os Estados devem implementar políticas nos sentido de:

“8.1.b Garantir que as cooperativas não sejam criadas para, ou direcionadas a, o não cumprimento das lei do trabalho ou usadas para estabelecer relações de emprego disfarçados, e combater pseudocooperativas que violam os direitos dos trabalhadores velando para que a lei trabalhista seja aplicada em todas as empresas.”

### RESOLVEM

Celebrar CONCILIAÇÃO nos autos do Processo 01082-2002-020-10-00-0, em tramitação perante a MM. Vigésima Vara do Trabalho de Brasília-DF, mediante os seguintes termos:

Cláusula Primeira - A UNIÃO abster-se-á de contratar trabalhadores, por meio de cooperativas de mão-de-obra, para a prestação de serviços ligados às suas atividades-fim ou meio, quando o labor, por sua própria natureza, demandar execução em estado de subordinação, quer em relação ao tomador, ou em relação ao fornecedor dos serviços, constituindo elemento essencial ao desenvolvimento e à prestação dos serviços terceirizados, sendo eles:

- a) – Serviços de limpeza;
- b) – Serviços de conservação;
- c) – Serviços de segurança, de vigilância e de portaria;
- d) – Serviços de recepção;
- e) – Serviços de copeiragem;
- f) – Serviços de reprografia;
- g) – Serviços de telefonia;
- h) – Serviços de manutenção de prédios, de equipamentos, de veículos e de instalações;
- i) – Serviços de secretariado e secretariado executivo;
- j) – Serviços de auxiliar de escritório;
- k) – Serviços de auxiliar administrativo;
- l) – Serviços de office boy (contínuo);
- m) – Serviços de digitação;
- n) – Serviços de assessoria de imprensa e de relações públicas;



## TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

- o) – Serviços de motorista, no caso de os veículos serem fornecidos pelo próprio órgão licitante;
- p) – Serviços de ascensorista;
- q) – Serviços de enfermagem; e
- r) – Serviços de agentes comunitários de saúde.

Parágrafo Primeiro – O disposto nesta Cláusula não autoriza outras formas de terceirização sem previsão legal.

Parágrafo Segundo – As partes podem, a qualquer momento, mediante comunicação e acordos prévios, ampliar o rol de serviços elencados no caput.

Cláusula Segunda - Considera-se cooperativa de mão-de-obra, aquela associação cuja atividade precípua seja a mera intermediação individual de trabalhadores de uma ou várias profissões (inexistindo assim vínculo de solidariedade entre seus associados), que não detenham qualquer meio de produção, e cujos serviços sejam prestados a terceiros, de forma individual (e não coletiva), pelos seus associados.

Cláusula Terceira - A UNIÃO obriga-se a estabelecer regras claras nos editais de licitação, a fim de esclarecer a natureza dos serviços licitados, determinando, por conseguinte, se os mesmos podem ser prestados por empresas prestadoras de serviços (trabalhadores subordinados), cooperativas de trabalho, trabalhadores autônomos, avulsos ou eventuais;

Parágrafo Primeiro - É lícita a contratação de genuínas sociedades cooperativas desde que os serviços licitados não estejam incluídos no rol inserido nas alíneas “a” a “r” da Cláusula Primeira e sejam prestados em caráter coletivo e com absoluta autonomia dos cooperados, seja em relação às cooperativas, seja em relação ao tomador dos serviços, devendo ser juntada, na fase de habilitação, listagem contendo o nome de todos os associados. Esclarecem as partes que somente os serviços podem ser terceirizados, restando absolutamente vedado o fornecimento (intermediação de mão-de-obra) de trabalhadores a órgãos públicos por cooperativas de qualquer natureza.

Parágrafo Segundo – Os editais de licitação que se destinem a contratar os serviços disciplinados pela Cláusula Primeira deverão fazer expressa menção ao presente termo de conciliação e sua homologação, se possível transcrevendo-os na íntegra ou fazendo parte integrante desses editais, como anexo.

Parágrafo Terceiro - Para a prestação de serviços em sua forma subordinada, a licitante vencedora do certame deverá comprovar a condição de empregadora dos prestadores de serviços para as quais se objetiva a contratação, constituindo-se esse requisito, condição obrigatória à assinatura do respectivo contrato.



## TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

### DAS SANÇÕES PELO DESCUMPRIMENTO

Cláusula Quarta – A UNIÃO obriga-se ao pagamento de multa (astreinte) correspondente a R\$ 1.000,00 (um mil reais) por trabalhador que esteja em desacordo com as condições estabelecidas no presente Termo de Conciliação, sendo a mesma reversível ao Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

Parágrafo Primeiro – O servidor público que, em nome da Administração, firmar o contrato de prestação de serviços nas atividades relacionadas nas alíneas “a” a “r” da Cláusula Primeira, será responsável solidário por qualquer contratação irregular, respondendo pela multa prevista no caput, sem prejuízo das demais cominações legais.

Parágrafo Segundo – Em caso de notícia de descumprimento dos termos firmados neste ajuste, a UNIÃO, depois de intimada, terá prazo de 20 (vinte) dias para apresentar sua justificativa perante o Ministério Público do Trabalho.

### DA EXTENSÃO DO AJUSTE À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA INDIRETA

Cláusula Quinta – A UNIÃO se compromete a recomendar o estabelecimento das mesmas diretrizes ora pactuadas em relação às autarquias, fundações públicas, empresas públicas e sociedades de economia mista, a fim de vincular todos os órgãos integrantes da administração pública indireta ao cumprimento do presente termo de conciliação, sendo que em relação às empresas públicas e sociedades de economia mista deverá ser dado conhecimento ao Departamento de Coordenação e Controle das Empresas Estatais – DEST, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, ou órgão equivalente, para que discipline a matéria no âmbito de sua competência.

### DA HOMOLOGAÇÃO JUDICIAL DO AJUSTE

Cláusula Sexta – - As partes submetem os termos da presente conciliação à homologação do Juízo da MM. Vigésima Vara do Trabalho, para que o ajuste gere os seus efeitos jurídicos.

Cláusula Sétima - Os termos da presente avença gerarão seus efeitos jurídicos a partir da data de sua homologação judicial.

Parágrafo único – Os contratos em vigor entre a UNIÃO e as Cooperativas, que contrariem o presente acordo, não serão renovados ou prorrogados.

Cláusula Oitava -A presente conciliação extingue o processo com exame do mérito apenas em relação à UNIÃO, prosseguindo o feito quanto aos demais réus.

Dito isto, por estarem as partes ajustadas e compromissadas, firmam a presente conciliação em cinco vias, a qual terá eficácia de título judicial, nos termos dos artigos 831, parágrafo único, e 876, caput, da CLT.  
Brasília, 05 de junho de 2003.



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA**

**GUILHERME MASTRICHI BASSO GUIOMAR RECHIA GOMES**

Procurador-Geral do Trabalho Vice-Procuradora-Geral do Trabalho

**BRASILINO SANTOS RAMOS FÁBIO LEAL CARDOSO**

Procurador-Chefe/PRT 10ª Região Procurador do Trabalho

**MOACIR ANTONIO DA SILVA MACHADO**

Procurador-Geral da União

**HELIA MARIA DE OLIVEIRA BETTERO MÁRIOLUIZ GUERREIRO**

Sub-Procuradora-Regional da União–1ª Região Advogado da União

Testemunhas:

---

**GRIJALBO FERNANDES COUTINHO**

Presidente da Associação Nacional dos Magistrados  
da Justiça do Trabalho – ANAMATRA

---

**PAULO SÉRGIO DOMINGUES**

Presidente da Associação dos Juízes Federais  
do Brasil - AJUFE

---

**REGINA BUTRUS**

Presidente da Associação Nacional dos Procuradores  
do Trabalho - ANPT

<http://www.pgt.mpt.gov.br/noticias/2003/06/n213>